

Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI

Faculdade Presidente Antônio Carlos de Leopoldina

2023 – 2027



FUPAC

Sumário

APRESENTAÇÃO	6
1. PERFIL INSTITUCIONAL	8
1.1. Breve Histórico da Mantenedora e da Mantida	8
1.1.1. Dados Gerais da Mantenedora	10
1.1.2. Dados Gerais da Mantida	14
1.1.3. Contexto Educacional e Localização da Instituição	17
1.1.4. Cursos de Graduação oferecidos	34
1.1.5. Perfil do Egresso da IES	35
1.1.6. A Qualidade Institucional	36
1.1.7. Relação entre as Demandas Regionais e a Inserção da Faculdade Presidente Antônio Carlos de Leopoldina	36
1.1.8. Filosofia Institucional	39
1.1.9. Princípios Filosóficos e Técnico- Metodológicos que norteiam as Práticas Acadêmicas	40
1.1.10. Planejamento Didático- Instrucional	42
1.1.11. Planejamento Didático- Pedagógico	43
1.1.12. Parâmetros para Seleção de Conteúdos e Elaboração de Currículos	45
1.1.13. Planej. Didático- Instrucional e Políticas de Ensino de Graduação	47
1.1.14. Mobilidade Acadêmica e Inovação	48
2. EIXO 1- ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA E ACADÊMICO- PEDAGÓGICA	52
2.1. Planejamento e Avaliação Institucional	52
2.1.1 Autoavaliação Institucional	52
2.1.2. Procedimentos	55
2.1.3. Princípios Norteadores da Avaliação Institucional	56
2.1.4. Metodologia	57
2.1.5. Resultados e divulgação	63
2.1.6. Análise de Dados	65
2.1.7. Ações com Base na Análise	66
2.1.8. Formas de Utilização dos Resultados das Avaliações	67
2.1.9. Evolução Institucional a partir dos processos de Planejamento e Avaliação Institucional	69
3. EIXO 2 - DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL	72
3.1. Missão	72
3.2. Visão	72
3.3. Objetivos	72
3.4. Valores	73
3.5. Planejamento e Linhas de Ação	73
3.6. Objetivos e Metas Institucionais	74
3.7. Áreas de atuação acadêmica	81
3.8. Planejamento Didático- Instrucional e Política de Ensino de Graduação e de Pós-Graduação	82
3.8.1. Política de Avaliação do Processo Ensino- Aprendizagem	86
3.8.2. Trabalho de Conclusão de Curso	90
3.8.3 Política de Estágio	91
3.8.4. Política de Atividades Complementares	91
3.8.5. Metodologias, Métodos e Técnicas para o atendimento educacional especializado	92
3.8.6. Avanços Tecnológicos e Ações Inovadoras	95
3.8.6.1. FLIPPED CLASSROOM – A Sala de Aula Invertida	102
3.8.7. Interdisciplinaridade e Transversalidade	105
3.8.8. Política e Práticas de Pesquisa ou Iniciação Científica, Inovação Tecnológica e de Desenvolvimento Artístico e Cultural	108
3.9. Políticas institucionais voltadas à valorização da diversidade, do meio	

	ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural e ações afirmativas defesa e promoção direitos humanos e da igualdade étnico-racial.	112
	3.10. Políticas Institucionais voltadas ao Desenvolvimento Econômico e à Responsabilidade Social.....	116
	3.11. Política institucional para a modalidade Ead	121
	Políticas Acadêmicas.....	126
4.	EIXO 3 - POLÍTICAS ACADÊMICAS	127
4.1.	Políticas de ensino e ações acadêmico-administrativas para os cursos de graduação	127
4.2.	Políticas de ensino e ações acadêmico-administrativas para os cursos de Pós Graduação Lato Sensu	138
4.3.	Políticas institucionais e ações acadêmico-administrativas a iniciação científica, a inovação tecnológica e o desenvolvimento artístico e cultural	141
4.4.	Políticas instituc. e ações acadêmico-administrativas para a extensão ...	145
4.5.	Políticas institucionais e ações de estímulo e difusão para a produção acadêmica docente.....	154
4.6.	Política de Atendimento dos Egressos	155
4.7.	Estratégias e Meios para Comunicação Externa e Interna	157
4.8.	Política de Atendimento aos Discentes	159
	4.8.1. Núcleo Psicopedagógico.....	160
	4.8.2. Apoio Social	161
	4.8.3. Políticas e Ações de Acessibilidade e Inclusão.....	161
	4.8.4. Programa de Nivelamento	167
	4.8.5. Monitoria.....	168
	4.8.6. Ouvidoria	170
	4.8.7. Formas de Acesso	170
	4.8.8. Programa de Acolhimento e Permanência.....	172
	4.8.9. Projeto Recuperação de Aprendizagem	172
	4.8.10. Coordenadoria de Estágios	173
	4.8.11. Incentivo Institucional à Formação de Diretórios ou Centros Acadêmicos.....	173
	4.8.12. Organização Estudantil (espaço para participação e convivência estudantil).....	174
	4.8.13. Ações inovadoras para atendimento ao discente	174
	4.8.14. Políticas Institucionais e Ações de Estímulo à Produção Discente e à Participação em Eventos	175
5.	EIXO 4 - POLÍTICAS DE GESTÃO	178
5.1.	Política de Capacitação Docente e Formação Continuada.....	180
	5.1.1. Requisitos de Titulação	180
	5.1.2. Experiência no Magistério Superior e Experiência Profissional	180
	5.1.3. Critérios de Seleção e Contratação	181
	5.1.4. Política de Qualificação	181
	5.1.5. Plano de Carreira	187
	5.1.6. Regime de Trabalho.....	187
	5.1.7. Procedimentos para Substituição Eventual de Professores do Quadro.....	187
	5.1.8. Expansão Corpo Docente, considerando Período de Vigência do PDI... ..	188
5.2.	Política de Capacitação e Formação Continuada para o Corpo Técnico-Administrativo.....	189
	5.2.1. Corpo Técnico-Administrativo	189
	5.2.2. Cronograma de expansão do corpo técnico-administrativo.....	193
5.3.	Política de capacitação e formação continuada para o corpo de tutores presenciais e a distância.....	194
5.4.	Processos de gestão institucional	198
	5.4.1. Organograma Institucional e Acadêmico	199
	5.4.2. Sistema de controle de produção e distribuição de material didático ...	201
5.5.	Sustentabilidade financ.: relação com o desenvolvimento institucional. ...	204
	5.5.1. Previsão de Receitas e Despesas	209
5.6.	Sustentabilidade financeira: participação da comunidade interna.....	210
	5.6.1. Planejamento e elaboração do Orçamento	211

	5.6.2. Política de Capacitação da comunidade interna para a Gestão de Recursos Financeiros.....	213
6.	EIXO 5 – INFRAESTRUTURA	216
6.1.	Instalações administrativas	221
6.2.	Salas de Aula	222
6.3.	Auditório	225
6.4.	Sala dos Professores	225
6.5.	Espaços para atendimento aos discentes	227
6.6.	Espaço para Convivência e Alimentação.....	228
6.7.	Laboratór., ambientes cenários para práticas didáticas:infraestrut. física	229
6.8.	Infraestrutura física e tecnológica destinada à CPA.....	240
6.9	Biblioteca	241
	6.9.1 Extensão dos Serviços da Biblioteca para os Egressos.....	243
	6.9.2 Acessibilidade	243
	6.9.3 Recursos Eletrônicos	244
	6.9.4 Periódicos Eletrônicos.....	245
	6.9.5 Repositório Institucional FUPAC/UNIPAC.....	245
	6.9.6 Política de Expansão e Atualização dos Acervos	246
	6.9.7 Bibliografia básica por Unidade Curricular.....	246
	6.9.8 Bibliografia Complementar por Unidade Curricular.....	248
6.10	Salas de Apoio de Informática ou Estrutura Equivalente	249
	6.10.1. Instalações Sanitárias	252
	6.10.2. Infraestrutura Tecnológica.....	253
	6.10.3. Servidores e disponibilidade 24 x 7	253
	6.10.4. Estabilidade da rede elétrica e disponibilidade 24 x 7	254
	6.10.5. Backup	254
	6.10.6. Internet e disponibilidade 24 X 7	254
	6.10.7. Acordo de Nível de Serviço - SLA	255
	6.10.8. Segurança da Informação	255
	6.10.9. Plano de Contingência	256
6.11.	Infraestrutura e Execução e Suporte.....	256
6.12.	Plano de Expansão e Atualização dos Equipamentos	258
6.13.	Recursos de Tecnologias de Informação e Comunicação	265
6.14.	Ambiente Virtual de Aprendizagem – AVA	268
	ANEXO I - CARACTERIZAÇÃO JURÍDICO-INSTITUCIONAL DA MANTENEDORA	271
	ANEXO II – OFERTA DE NOVOS CURSOS E PROGRAMAS	275
1.	Cronograma Implant.e Desenvolvim. para o Período de Vigência do PDI ..	275
	1.1. Programação de Abertura de Cursos de Graduação (bacharelado, licenciatura e tecnólogo)	275
	1.2. Programação de Abertura de Cursos de Pós-Graduação	276
	1.3. Programação de Abertura de Cursos de Extensão	276
	ANEXO III – PROJETOS DE RESPONSABILIDADE SOCIAL, PRESERVAÇÃO AMBIENTAL E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E INCLUSÃO SOCIAL	278
7.	CONSIDERAÇÕES FINAIS	283

FUNDAÇÃO PRESIDENTE ANTÔNIO CARLOS (FUPAC)

Fábio Afonso Borges de Andrada
Presidente

FACULDADE PRESIDENTE ANTÔNIO CARLOS DE LEOPOLDINA

Direção

Karla Julião Villani Felipe

Coordenação de Ensino

Karla Julião Villani Felipe
Valéria Lobo Archete Boya
Guilherme Sacheto Oliveira

Coordenação de Estágios

Karla Julião Villani Felipe
Valéria Lobo Archete Boya
Guilherme S. Oliveira

Secretaria

Alessandra Barbosa de Azevedo

Biblioteca

Evellyn Taíane Braga dos Santos

APRESENTAÇÃO

O Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da Faculdade Presidente Antônio Carlos de Leopoldina, instituição de ensino superior mantida pela FUNDAÇÃO PRESIDENTE ANTÔNIO CARLOS, inscrita no CNPJ de número 17.080.078/0001-66, com sede e foro na cidade de Belo Horizonte, estado de Minas Gerais, constitui-se em compromisso da Instituição com o Ministério da Educação – MEC e com a Comunidade de Leopoldina e Região, para o quinquênio 2023/2027.

O Plano inclui seu Projeto Pedagógico Institucional e estratégias de expansão de seus cursos, de desenvolvimento do seu corpo docente e técnico-administrativo e de melhoria da qualidade do ensino, de biblioteca, de informática, de laboratórios e de instalações físicas, com vistas à consolidação da Faculdade Presidente Antônio Carlos de Leopoldina como instituição educacional comprometida com elevados padrões de qualidade.

A Mantenedora da Faculdade Presidente Antônio Carlos de Leopoldina, com base em sua experiência de atuação no ensino superior, reconhece que, ao projetar este documento, evoca para si a responsabilidade de contribuir, por meio do fortalecimento da educação superior, para o avanço da sociedade e a difusão do conhecimento produzido em seus espaços educacionais.

Todavia, reconhece também a necessidade de continuar a investir, permanentemente, na ampliação e na qualificação dos quadros docente e técnico-administrativo; no enfrentamento dos desafios inerentes à sua infraestrutura e espaços físicos, tais como bibliotecas, laboratórios e áreas de convivência; às tecnologias de informação e comunicação; no incentivo ao intercâmbio e à cooperação interinstitucionais; bem como na consolidação de instrumentos de avaliação interna e externa capazes de identificar, com maior assertividade, quais as dificuldades e os melhores rumos a serem seguidos.

Enfim, este Plano de Desenvolvimento Institucional foi desenvolvido a partir de uma avaliação do tempo presente, mas sem perder de vista o futuro. Um plano de ação voltado para a consolidação e para a expansão de uma Instituição contemporânea, líder, forte e inovadora, em consonância com sua filosofia e respeitando as particularidades locais.

Diretora

Karla Julião Villani Felipe

Perfil Institucional

P
A
R
T
E
I

PDI – 2023/2027



FUPAC

1. PERFIL INSTITUCIONAL

1.1. Breve Histórico da Mantenedora e da Mantida

A Fundação Presidente Antônio Carlos (FUPAC), entidade Mantenedora da Faculdade Presidente Antônio Carlos de Leopoldina iniciou suas atividades em 1966 sendo uma entidade sem fins lucrativos, voltada para a prestação de serviços educacionais. Nos seus 56 (cinquenta e seis) anos de atuação da FUPAC, seus esforços em prol da educação superior, já ultrapassaram a marca de mais de 50.000 (cinquenta mil) profissionais formados, egressos de suas salas de aulas e incluídos no mercado de trabalho nacional e do exterior.

Essas características, bem como a grande capilaridade no interior mineiro, alcançando diversos municípios, tornam a FUPAC a entidade privada sem fins lucrativos de grande expressão no âmbito do Estado de Minas Gerais, cumprindo fielmente sua missão institucional, levando o ensino superior às mais afastadas localidades mineiras, incluindo na sua missão a divulgação do conhecimento e do ensino mesmo nos mais pobres e menores municípios. E, exatamente a essência da sua natureza jurídica, a ausência de finalidade lucrativa, que a faz diferente e única no universo das instituições de educação superior.

As tradições culturais de Barbacena surgiram no século XIX, quando foi criado na cidade, em 1881, o célebre Colégio Abílio, do Barão de Macaúbas, cujas instituições educacionais, existentes no Rio de Janeiro/RJ e em Salvador/BA, eram as mais afamadas do Império. Na década de 1910, o Ginásio Mineiro de Barbacena era uma das mais importantes entidades escolares do Brasil. Poucos anos depois foi criado, na cidade, o Colégio Militar, um dos três únicos do País. Também é dessa época o Aprendizado Agrícola (hoje denominado Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sudeste de Minas - Campus Barbacena), um dos primeiros implantados no território brasileiro.

O presidente Antônio Carlos, barbacenense ilustre, que criou a Universidade de Minas Gerais, em 1928 a primeira do Brasil, foi o reformador do ensino no seu Estado, com evidentes repercussões em todo o País, quando governava os mineiros. Essa tradição despertou nos meios educacionais da cidade de Barbacena a esperança da criação de escolas superiores.

Em 1963, o Deputado Bonifácio de Andrada, por meio de um projeto de lei, criou a Fundação Universitária da Mantiqueira na sua terra natal, a qual, por iniciativa do Deputado Hilo Andrade passou, no ano de 1965, a denominar-se Fundação Presidente Antônio Carlos.

Em 1966, data de início das atividades da FUPAC, foram criadas as Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras e a Faculdade de Ciências Econômicas. Em seguida, surgiram as

Faculdades de Direito e Medicina, esta última, passou a partir de 1988 a pertencer à Fundação José Bonifácio Lafayette de Andrada (FUNJOB).

Em uma contínua expansão, a Fundação Presidente Antônio Carlos passa a estar presente na cidade de Ubá, em 1970; e em Visconde do Rio Branco, em 1975. A FUPAC chega também a Leopoldina no ano de 1991; a Ipatinga, em 1993; e a Juiz de Fora, em 1996. Em 1997, a Fundação instala-se ainda em Conselheiro Lafaiete; no ano seguinte (1998) em Bom Despacho; e em 2001, em Araguari.

Aos 33 anos de atividade, em 1996, em reconhecimento à qualidade do ensino oferecido, nas 06 (seis) Faculdades da Fundação Presidente Antônio Carlos, localizadas nos municípios de Ubá, Visconde do Rio Branco, Leopoldina, Ipatinga e Juiz de Fora, transformam-se na Universidade Presidente Antônio Carlos (UNIPAC), autorizada pelo Conselho Estadual de Educação, através do Parecer nº 549, de 14, de junho de 1996 e homologada pelo Ministério da Educação por meio da Portaria do MEC nº 366, de 12 de março de 1997. Posteriormente, foi acrescida de mais 03 (três) Campi, Bom Despacho, Araguari e Conselheiro Lafaiete, ficando o UNIPAC em 2001 com 09 (nove) Campi.

A partir de 2002, o Presidente da FUPAC, professor Bonifácio Andrada, visando à melhoria da qualidade da Educação Básica no Estado e consciente da necessidade de capacitação dos docentes dessa modalidade de ensino, criou a Rede de Ensino Normal Superior com as Faculdades de Educação e Estudos Sociais em mais de 130 (cento e trinta) cidades espalhadas por Minas Gerais, o que promoveu uma grande revolução educacional no interior mineiro. Tal iniciativa atendeu às necessidades de cada região e à exigência instituída na Lei de Diretrizes e Bases da Educação nº 9.394/96, que determinou, a partir de 2006, imprescindível a formação superior para atuação dos professores em sala de aula.

Hoje, portanto, a FUPAC, com 56 (cinquenta e seis) anos como Instituição de Educação Superior, está presente em muitas cidades de Minas Gerais, ofertando cursos de graduação, pós-graduação e/ou extensão.

Em setembro de 2008, por força de decisão do Supremo Tribunal Federal, que declarou inconstitucionais alguns artigos da Constituição do Estado de Minas Gerais, todas as IES's mantidas pela Fundação Presidente Antônio Carlos (além de outras fundações educacionais de Minas Gerais) passaram a integrar o Sistema Federal de Ensino. Assim, a partir de 2009, iniciaram-se os procedimentos para migração das IES's da FUPAC para o referido Sistema.

No ano de 2010, objetivando uma ampla reformulação na organização acadêmica de suas mantidas, decidiu a direção superior da FUPAC, pelo desmembramento da Universidade,

ficando está com apenas 02 (dois) “Campi”, sendo Campus I - Barbacena e Campus II - Juiz de Fora. Os demais “Campi” foram transformados novamente em Faculdades.

E em 2017, por decisão de seus dirigentes, novamente a UNIPAC transforma sua organização acadêmica, de Universidade para Centro Universitário, passando a denominar-se, Centro Universitário Presidente Antônio Carlos (UNIPAC), sendo a sua sede o Campus I - Barbacena.

Atualmente a FUPAC mantém o Centro Universitário Presidente Antônio Carlos e um conjunto de Faculdades que formam a União de Instituições Presidente Antônio Carlos, nas quais funcionam cursos de graduação, pós-graduação e extensão nas diversas áreas do conhecimento. Hoje, portanto, a FUPAC, com 56 (cinquenta e cinco) anos como Instituição de Educação Superior, está presente em muitas cidades de Minas Gerais, ofertando cursos de graduação, pós-graduação e/ou extensão.

1.1.1. Dados Gerais da Mantenedora

Nome: Fundação Presidente Antônio Carlos (FUPAC).

Endereço: Rua Engenheiro Carlos Antonini, 122. Bairro São Lucas. Belo Horizonte.

CEP: 30.240-280.

CNPJ: 17.080.078/0001-66

Telefone: (31) 3654- 4192

Código no Sistema e-Mec: 221

Atos Legais da Mantenedora

Lei Estadual 3.038 de 19/12/1963 que cria a Fundação Universitária da Mantiqueira.

Lei Estadual 3.871 de 17/12/1965 que altera a denominação para Fundação Presidente Antônio Carlos.

Estatuto registrado sob o n.º 119.274, livro A, no registro 09, no Cartório de Registro Civil das Pessoas Jurídicas de Belo Horizonte/MG..

Direção Superior da Mantenedora

Prof. Fábio Afonso Borges de Andrada - Presidente

Bonifácio José Ribeiro de Andrada – Vice-Presidente

1.1.1.1. Natureza Jurídica e Organização Institucional

A Fundação Presidente Antônio Carlos é uma fundação de direito privado civil, sem fins lucrativos, nos moldes do que estabelecem os artigos 62 a 69 do Código Civil Brasileiro. Seu Estatuto está registrado no Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas de Belo Horizonte sob o nº 09, no registro 119.274, Livro A, em 28 de abril de 2009.

A sede da Mantenedora localizava-se até 2007, na Rua Monsenhor José Augusto, nº 203, bairro São José, na cidade e comarca de Barbacena, em Minas Gerais. Posteriormente, de acordo com a Lei Estadual nº 16.701, de 19 de abril de 2007, livro de atas 001, folhas 68/verso e 69, foi transferida para Belo Horizonte. Atualmente a sede está localizada na Rua Engenheiro Carlos Antonini, nº 122, Bairro São Lucas, na cidade e comarca de Belo Horizonte/MG. A Fundação tem prazo indeterminado de funcionamento e suas principais finalidades são:

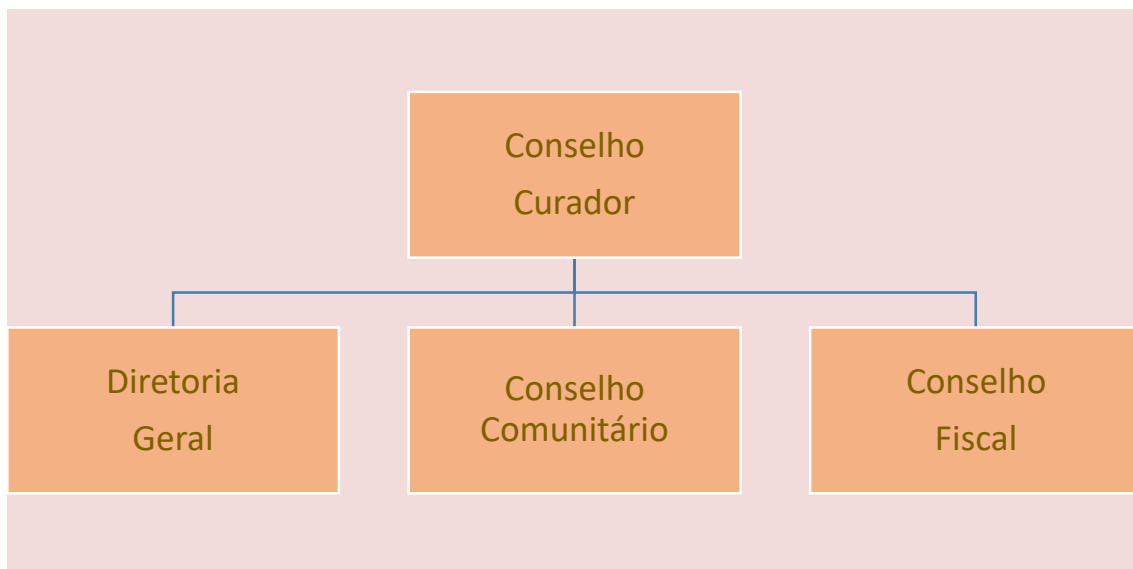
- I.** Criar, instalar e manter, sem fins lucrativos, conforme o disposto na Lei nº 3.038, de 19 de dezembro de 1963, estabelecimentos de ensino ou cursos superiores de iniciação científica e de formação profissional, nos termos da legislação que regula a matéria;
- II.** Criar e manter serviços educativos e assistenciais que beneficiem os estudantes, e obras sociais filantrópicas ligadas ao ensino;
- III.** Promover medidas que, atendendo às reais condições e necessidades do meio, permitam ajustar o ensino aos interesses e possibilidades dos estudantes;
- IV.** Cuidar de atividades ligadas aos problemas do ensino em geral, desenvolvendo por todos os meios, intercâmbio com entidades congêneres nacionais e estrangeiras;
- V.** Criar e manter Faculdades, Centros Universitários, Universidade, cursos ou órgãos de ensino de interesse social;
- VI.** Promover publicações, especialmente de assuntos didáticos e acadêmicos;
- VII.** Agir em estrita conformidade com as normas legais e estatutárias obedecendo às determinações das autoridades competentes. O Ministério Público velará pelo seu funcionamento.

A Estrutura Orgânica da Fundação Presidente Antônio Carlos é constituída pelas categorias citadas a seguir, sendo suas atribuições elencadas no Estatuto da Entidade:

- I.** Conselho Curador;
- II.** Conselho Fiscal;
- III.** Diretoria Geral; e
- IV.** Conselho Comunitário.

Abaixo, verifica-se a estrutura dos órgãos superiores da FUPAC:

Organograma Geral da Mantenedora



1.1.1.2. Situação Patrimonial e Econômico-Financeira

Constituem bens da Fundação os seus imóveis e móveis que possua ou venha a possuir, rendas, contribuições, valores em dinheiro, ações, legados, doações, subvenções, auxílios e os resultados dos serviços prestados pelas Unidades ou de fins assistenciais que mantiver.

O exercício social coincide com o ano civil e o Balanço Geral é realizado em 31 de dezembro de cada ano, em conformidade com as disposições legais.

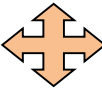
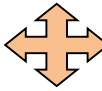
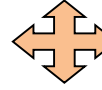
O Estatuto Social somente poderá ser reformado mediante proposta do Presidente do Conselho Curador ou Diretor-Geral, ou de pelo menos de três integrantes do seu Conselho Curador.

Os dados sobre Balanço Patrimonial e Demonstração do Resultado do Exercício, constam do ANEXO I, deste PDI.

1.1.1.3. Objetivos Estratégicos da Mantenedora

Os objetivos estratégicos da FUPAC conjugam a missão e as diretrizes estabelecidas para o funcionamento das mantidas, compreendendo quatro dimensões, a saber: a) institucional b) financeira, c) social d) organizacional. A figura abaixo apresenta o delineamento estratégico da FUPAC e os objetivos orientadores das unidades mantidas em sua atuação:

Diretrizes Estabelecidas pela FUPAC para o Funcionamento das Mantidas

Dimensão	Objetivos Estratégicos
Institucional	Orientar e apoiar as Unidades a cumprirem seus objetivos e promover sua integração sinérgica.
Financeira	<div style="display: flex; justify-content: space-between; align-items: center;"> <div style="border: 1px solid black; padding: 5px; width: 40%;">Atuar de forma autossustentável Superavitária</div> <div style="text-align: center; width: 10%;"></div> <div style="border: 1px solid black; padding: 5px; width: 40%;">Gerar recursos próprios para seu desenvolvimento, sua estrutura de capital e promover sua integração sinérgica</div> </div>
Social	<div style="display: flex; justify-content: space-between; align-items: center;"> <div style="border: 1px solid black; padding: 5px; width: 40%;">Estar em constante sintonia com as demandas sociais</div> <div style="text-align: center; width: 10%;"></div> <div style="border: 1px solid black; padding: 5px; width: 40%;">Aumentar a satisfação dos demandantes dos processos e produtos</div> </div>
Organizacional	<div style="display: flex; justify-content: space-between; align-items: center;"> <div style="border: 1px solid black; padding: 5px; width: 40%;">Desenvolver competências de gestão e operação</div> <div style="text-align: center; width: 10%;"></div> <div style="border: 1px solid black; padding: 5px; width: 40%;">Manter um clima organizacional positivo</div> </div>

As dimensões acima aventadas se encontram vinculadas e podem ser explicitadas da seguinte forma:

a) Dimensão Institucional

Através dos objetivos estratégicos, em sua dimensão institucional, a FUPAC denota a preocupação em orientar suas unidades mantidas, seja através das diretrizes apontadas neste PDI, seja através da busca incessante de soluções inovadoras, sintonizadas com as demandas da sociedade. O compromisso com a excelência pode ser inferido por meio do modelo de gestão adotado e o comprometimento do corpo diretivo em cumprir os objetivos estratégicos.

b) Dimensão Financeira

Os objetivos estratégicos, em sua dimensão financeira, denotam a necessidade de assegurar a sustentabilidade da FUPAC e de suas mantidas, razão pela qual visa sempre o melhor aproveitamento dos recursos existentes.

c) Dimensão Social

A procura da excelência em produtos e processos vinculados às necessidades da sociedade está contemplada nesta dimensão, e o papel do PDI é balizar e coordenar as ações correspondentes em consonância com a missão, visão e valores seguidos pela FUPAC e suas mantidas.

d) Dimensão Organizacional

Através de objetivos estratégicos busca-se explicitar o firme propósito da FUPAC e de suas mantidas de estarem direcionadas à implementação de programas de remuneração, reconhecimento e incentivos vinculados ao desempenho e à promoção da cultura da excelência.

1.1.2. Dados Gerais da Mantida

Nome: Faculdade Presidente Antônio Carlos de Leopoldina

Endereço: Rua Carmita Monteiro, S.n.º, Bairro Maria Guimarães França, (antiga Chácara Dona Euzébia) - Leopoldina – MG - CEP: 36704-182

Telefone: (32) 3441-4293

Site: <https://www.unipac.br/leopoldina>

Ato autorizativo:

Credenciamento: Portaria MEC n.º 366 de 12/06/1997, publicada no DOU de 13/06/1997

Recredenciamento: Portaria MEC n.º 1.490 de 28/08/2019, publicada no DOU de 29/08/2019

Código da Mantida no sistema E-mec: 15468

1.1.2.1. Implantação da Faculdade

A Faculdade Presidente Antônio Carlos de Leopoldina é uma das instituições de Ensino Superior mantidas pela Fundação Presidente Antônio Carlos (FUPAC), entidade sem fins lucrativos, com sede e foro na cidade de Belo Horizonte – MG.

A Faculdade iniciou suas atividades nesta cidade com o Curso de Ciências Contábeis, abrindo novas perspectivas para a educação e o desenvolvimento econômico e social do município e região.

A Instituição, tendo como base análises mercadológicas, iniciou seu processo de expansão com alguns cursos que atenderam demandas locais e regionais ao longo da trajetória de existência da IES, tais como: Fisioterapia, Farmácia, Educação Física, Serviço Social, Sistemas de Informação, Biomedicina Comunicação Social, Engenharia Ambiental e Sanitária, Enfermagem e Normal Superior.

Atualmente a IES possui quatro cursos em funcionamento (Biomedicina, Ciências Contábeis, Enfermagem e Educação Física) e o seu corpo docente é constituído por professores com titulação obtida em programas de pós-graduação Lato e stricto sensu.

A Faculdade Presidente Antônio Carlos de Leopoldina manteve seus propósitos de crescimento e continuidade, alicerçada nos preceitos de responsabilidade social e ambiental, aproximando-se cada vez mais da comunidade e promovendo a necessária aliança entre o ensino e a extensão, contribuindo com o desenvolvimento social, cultural e econômico da cidade e região. Hoje a Faculdade mantém vários projetos e atividades de extensão que promovem esse estreitamento dos laços com a comunidade na busca por uma sociedade mais justa e igualitária.

1.1.2.3. Identidade corporativa

A Faculdade Presidente Antônio Carlos de Leopoldina é uma instituição de Ensino Superior com sede em Leopoldina - MG e criada com a finalidade de contribuir para o desenvolvimento da região onde está inserida, formando profissionais de nível superior para o mercado de trabalho.

O seu compromisso, entre outros, é com a excelência do ensino, voltando-se para uma científica compreensão política do mundo e dos nossos tempos, para os problemas da multi e interdisciplinaridade, com a procura de novos talentos, a inserção ocupacional de seus alunos e a formação continuada dos seus diplomados.

1.1.2.4. Missão

“Formar profissionais socialmente responsáveis, capazes de estender à comunidade em que vivem os conhecimentos das ciências, contribuindo para o desenvolvimento social e cultural da região, do Estado e do País”.

1.1.2.5. Visão

“Ser uma instituição de Ensino Superior de referência na região e no Estado de Minas Gerais, buscando o contínuo aprimoramento e desenvolvimento do ensino e da extensão”.

1.1.2.6. Valores – Princípios de Qualidade

- ✓ Integridade.
- ✓ Competência.
- ✓ Aspiração de crescimento profissional, pessoal e institucional.
- ✓ Valorização de desempenho.
- ✓ Integração.
- ✓ Comprometimento com a comunidade.
- ✓ Vocação para prestar serviços.

1.1.2.7. Objetivos Institucionais

A Faculdade tem por objetivos:

- ✓ Garantir a efetividade da Avaliação Institucional como instrumento de gestão;
- ✓ Assegurar que a comunidade acadêmica perceba a Avaliação Institucional como instrumento participativo no aperfeiçoamento da Instituição;
- ✓ Assegurar que a missão, os objetivos, as metas e os valores da Instituição estejam contemplados nas políticas de ensino e extensão;
- ✓ Reformular o Programa de Nivelamento;
- ✓ Melhorar a Gestão do Corpo Docente e Técnico –administrativo;
- ✓ Aumentar a sinergia entre os cursos de graduação e pós graduação;
- ✓ Melhorar o desempenho acadêmico;
- ✓ Garantir eficácia nos processos de comunicação internos e externos;
- ✓ Garantir infraestrutura física laboratorial, de biblioteca, tecnológica, salas de aula e administrativa que atenda às necessidades dos cursos ofertados;
- ✓ Capacitar o Corpo Técnico Administrativo e Docente;

- ✓ Melhorar o Clima Organizacional;
- ✓ Buscar Inovação Tecnológica Contínua;
- ✓ Aumentar receita;
- ✓ reduzir custos; e
- ✓ aumentar rentabilidade.

1.1.3. Contexto Educacional e Localização da Instituição

O município de Leopoldina situa-se no Estado de Minas Gerais e pertence à região conhecida como Zona da Mata Mineira, localiza-se a sudeste da capital do estado, distando desta 322 quilômetros. Ocupa uma área de 943 km², a qual representa 0,161% do estado de Minas Gerais, 0,102% da Região Sudeste e 0,011% de todo o território brasileiro.



1.1.3.1. Origens e trajetória histórica de Leopoldina

O município de Leopoldina teve sua emancipação política em 1854. Seu nome é uma homenagem à princesa Leopoldina de Bragança e Bourbon, filha do Imperador D. Pedro II. A adoção do nome ocorreu quando de sua emancipação política do município de Mar de Espanha no ano de 1854. Antes disso, a localidade era um distrito denominado São Sebastião do Feijão Cru, em referência tanto ao padroeiro da localidade como ao ribeirão que a atravessa.

Hoje é formado pelo distrito-sede e pelos distritos de Abaíba, Piacatuba, Providência, Ribeiro Junqueira e Tebas. A cidade, à época do ciclo do café, foi uma das mais importantes da antiga província de Minas Gerais.

Com a grande crise econômica de 1929, a economia dos municípios mineiros ligados à cafeicultura sofreu grande abalo. Atualmente sua economia se apoia na pecuária leiteira, no cultivo de arroz e no setor de serviços.

Leopoldina conta com atrativos culturais, naturais e arquitetônicos, como a Catedral de São Sebastião, o Museu Espaço dos Anjos, o Museu da Eletricidade, o reservatório da Usina Maurício, o Morro do Cruzeiro. Alguns dos principais eventos que acontecem no município são a Exposição Agropecuária e Industrial, a Feira da Paz e o tradicional Festival de Viola e Gastronomia de Piacatuba.

No final do século XVIII, a produção aurífera da Capitania de Minas Gerais entrou em decadência. Algumas famílias abandonaram as vilas do ouro, saindo em busca de terras férteis em outras regiões da capitania. Alcançaram as áreas proibidas de colonização, então conhecidas como Sertões do Leste, uma extensa faixa de Mata Atlântica que ia do Rio Paraibuna e do Caminho Novo até o Rio Doce. Posteriormente, essa região ficou conhecida como Zona da Mata.

Em 1813, foram doadas as primeiras sesmarias no território do atual município, que à época pertencia ao termo de Barbacena, Comarca do Rio das Mortes. No entanto, as mais antigas referências de moradores datam de 1824.

Os primeiros desbravadores fixaram-se com suas famílias às margens do Ribeirão Feijão Cru, onde um pouso de tropeiros começou a se desenvolver próximo a uma pequena capela de pau a pique erguida em 1831 pelos fazendeiros Francisco Pinheiro de Lacerda e Joaquim Ferreira Brito e dedicada a São Sebastião.

Até a chegada dos primeiros sesmeiros, a região era habitada por índios puris. Os índios foram encarregados de alguns serviços como, por exemplo, derrubar a mata e colher a poaia, pelos quais eram pagos com cachaça. Os puris desapareceram por conta das doenças trazidas pelos desbravadores, como o sarampo, e por se retirarem para a província do Espírito Santo, de forma que, em 1865, praticamente já não se encontravam índios na região.

Em 1831 foi criado o distrito de São Sebastião do Feijão Cru, pertencente ao município de São Manuel do Pomba, atual Rio Pomba. O distrito foi transferido em 1851 para o município de Mar de Espanha, do qual se emancipou pela Lei Provincial nº 666 de 27 de abril de 1854, que criou o município de Vila Leopoldina. A mesma lei transferiu para Leopoldina alguns distritos desmembrados do município do Presídio, atual Visconde do Rio Branco. Por essa época, o território do município abrigava uma população de 23.000 habitantes.

A formação da vila começou em torno da Praça do Rosário, a partir da qual saíam as ruas do Rosário (atual Rua Tiradentes), Direita (atual Rua Gabriel Magalhães) e Riachuelo (atual Rua Joaquim Ferreira Brito), as quais constituem os logradouros mais antigos da cidade.

A cafeicultura desenvolvida na província do Rio de Janeiro atravessou o rio Paraíba do Sul e avançou na Zona da Mata pelos vales dos rios Paraíba, Pirapetinga e Pomba, desencadeando rápido crescimento da região na segunda metade do século XIX.

A Vila Leopoldina foi elevada à categoria de cidade pela Lei Provincial nº 1116 de 16 de outubro de 1861. Por essa época, já havia na cidade ensino de Latim e de Francês. Em 1872, Leopoldina passou a ser sede de comarca, pela Lei Provincial nº 1867.

O município também foi beneficiado pela construção da Estrada de Ferro Leopoldina, cujos trilhos alcançaram a cidade em 1877. Pela ferrovia, realizava-se o comércio com o Rio de Janeiro, capital do Império. Em 1879, fundou-se o primeiro jornal do município, denominado Leopoldinense. Em abril de 1881, Leopoldina recebeu a visita do Imperador D. Pedro II.

Em 1883, o município chegou a apresentar a segunda maior população de escravos da província de Minas Gerais, atrás apenas de Juiz de Fora. Entre a última década do século XIX e a primeira do século XX, imigrantes europeus chegaram a Leopoldina para o trabalho na lavoura de café. Na cidade, funcionou uma hospedaria de imigrantes até 1898. Em 1910, foi criada, no distrito de Tebas, a Colônia Constança para imigrantes, principalmente italianos.

Em 2 de setembro de 1906, no distrito de Piacatuba, foi lançada a pedra fundamental da Usina Maurício, a primeira usina hidrelétrica construída na região, para aproveitar o potencial hidráulico da Cachoeira da Fumaça, no rio Novo. Dois anos depois, em 16 de julho de 1908, registrou-se a chegada da energia elétrica à cidade.

Também em 1906 foi fundado o Ginásio Leopoldinense, que a partir de 1912 passou a oferecer ensino técnico pela Escola Agrícola e ensino superior na Escola de Farmácia e Odontologia.

Entre 1911 e 1912, foram fundados na cidade o Banco Ribeiro Junqueira e a companhia construtora Zona da Mata.

A crise do café no início do século XX, entretanto, provocou sérios abalos na economia da Zona da Mata e do município, que passou a se apoiar na pecuária leiteira e também no cultivo de arroz.

No período entre a República Velha e o Golpe Militar de 1964, algumas lideranças políticas de Leopoldina alcançaram projeção em Minas Gerais e no Brasil, como o senador Ribeiro Junqueira, o governador Clóvis Salgado e o presidente Carlos Luz.

A Rodovia Rio-Bahia, inaugurada em 1963, beneficiou a industrialização do município e o fortaleceu como entroncamento de comunicações.

1.1.3.2. Formação Administrativa do Município de Leopoldina

Emancipado de Mar de Espanha em 1854, o município foi instalado em 20 de janeiro de 1855 abrangendo nove distritos: Leopoldina (sede), Capivara, Conceição da Boa Vista, Laranjal, Madre de Deus do Angu, Nossa Senhora da Piedade, Bom Jesus do Rio Pardo, Santa Rita do Meia Pataca e São José do Paraíba.

Desde então, novos distritos foram criados e outros foram emancipados para constituir os municípios de Cataguases, Além Paraíba e Recreio.

O último desmembramento ocorreu pela lei estadual nº 2764 de 1962, que emancipou o distrito de Rio Pardo para criar o município de Argirita.

Atualmente, o município é formado por seis distritos: Leopoldina, Abaíba, Piacatuba, Providência, Ribeiro Junqueira e Tebas.

1.1.3.3. Acesso

O município de Leopoldina é servido pelas rodovias federais BR-116 (Rio-Bahia), BR-120 e BR-267 e também pela rodovia estadual MG-454.

A Estrada de Ferro Leopoldina, hoje concedida à Ferrovia Centro-Atlântica (FCA), corta o município pelos distritos de Providência, Abaíba e Ribeiro Junqueira.

O Aeroporto de Leopoldina está situado no distrito de Piacatuba e possui uma pista asfaltada de 1.300 metros de extensão, sendo utilizado basicamente por aeronaves particulares e governamentais.

A frota do município em 2012 totalizava 16 575 veículos, sendo 9 901 automóveis, 663 caminhões, 262 caminhões-tratores, 1 060 caminhonetes, 3 493 motocicletas, 85 ônibus, 67 micro-ônibus e 1 044 de outros tipos.

1.1.3.4. Situação escolar

De acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) o município possui uma taxa de escolarização de 6 a 14 anos de idade de 98,1%, IDEB – Anos iniciais do ensino fundamental da Rede pública em 2019 de 5,8, IDEB – Anos finais do ensino fundamental em 2019 de 4,3.

Ainda segundo dados do IBGE, o município contava em 2021 com 5.884 matrículas no ensino fundamental e 1.970 Matrículas no ensino médio, ocupando 399 docentes no ensino fundamental e 253 no Ensino Médio.

Leopoldina possui trinta e uma instituições de ensino fundamental, das quais vinte e cinco são públicas, treze instituições de ensino médio (seis públicas) e cinco instituições de ensino superior: *Centro Federal de Ensino Tecnológico; Universidade do Estado de Minas Gerais; Faculdades Unificadas Doctum; Faculdade Presidente Antônio Carlos de Leopoldina e a Faculdade Regional de Leopoldina.*

1.1.3.5. Características Urbanas, Expansão e Perspectivas de Desenvolvimento Municipal

Ainda que haja elevado grau de heterogeneidade econômica na Zona da Mata Mineira, alguns eixos, em termos de diretrizes de políticas públicas, podem ser capazes de inverter a tendência de declínio econômico, valorizando competências produtivas regionais.

Ressalta-se que o incentivo regional, por meio de políticas públicas, pode-se constituir importante mecanismo de desenvolvimento, principalmente se baseado em esforços a partir de mobilização social de agentes e instituições da própria região.

De acordo com o Plano de Desenvolvimento Socioeconômico Industrial elaborado pela Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (FIEMG), em 2015, a região da Zona da Mata nos últimos anos apresentou uma queda na competitividade e baixo crescimento.

Na tentativa de mudar o cenário atual, a FIEMG apresentou os investimentos em infraestrutura viária das principais vias que ligam o Estado. Dentre os principais investimentos, destaca-se a implantação do minianel viário de Juiz de Fora, que irá ligar as BR 267 e BR 040. Com esses investimentos, ocorrerá uma redução dos custos de transporte rodoviário na região da zona da mata mineira.

O plano, além de investir em Logística e Infraestrutura, também planeja atuar em Política Tributária e Fiscal, Meio Ambiente, Ambiente Institucional e Desenvolvimento Social, para promover o desenvolvimento econômico da Região da Zona da Mata Mineira.

Quanto às atividades econômicas desenvolvidas no município, o serviço é a principal atividade econômica da cidade, em relação ao valor do PIB (IBGE). Em seguida, encontram-se a indústria e a agropecuária.

O município conta com um distrito industrial chamado de PIF PAF. A Maior parte das indústrias de Leopoldina estão nas Rodovias, principalmente BR – 116, como por exemplo a Cooperativa dos Produtores de Leite de Leopoldina.

Leopoldina, assim como os demais municípios que integram a Zona da Mata Mineira têm como base uma economia tradicionalmente apoiada na atividade agropecuária que alimenta importantes agroindústrias.

Tanto as atividades agrícolas quanto as industriais passam, atualmente, por um processo de modernização gradual, favorecidas pela posição geográfica da região e pela malha rodoviária existente que permitem uma fácil comunicação com as principais capitais, que exercem grande polarização.

Há presença das lavouras de subsistência, onde se destacam as culturas de arroz, milho e feijão. Igualmente, algumas lavouras comerciais merecem especial destaque como a do café, sobretudo nos municípios do Leste.

Destaca-se ainda o comércio atacadista, também responsável pela geração de empregos na região.

De acordo com os dados disponibilizados pelo Ministério do Trabalho e Emprego, a maioria dos trabalhadores de Leopoldina, no ano de 2014, encontrava-se no setor de Comércio, entretanto, o setor que obteve o a maior remuneração média total foi a Administração Pública.

Quanto a disponibilidade de recursos, mão de obra, material e empresas para obras de engenharia há, em Leopoldina, a empresa CRE Engenharia e Construção Civil e a La Costa Construtora, segundo informações coletadas no município.

1.1.3.6. Contexto socioeconômico

Leopoldina tem o setor de serviços e a indústria como principais atividades econômicas, os quais representam, respectivamente, 65% e 17% do PIB do município. Na indústria,

destacam-se a fabricação de têxteis, artigos de vestuário, alimentos e bebidas, produtos de metal, artigos de borracha e plástico e minerais não-metálicos. Atualmente, desenvolve-se no município o turismo ligado à natureza.

A agropecuária tem participação de 8,5% no PIB, destacando-se a pecuária leiteira e a criação de galináceos e suínos. O município também produz milho, arroz, banana, cana-de-açúcar, entre outros.

O resultado da amostra geral da população de 2010, segundo o IBGE, mostra a renda média mensal da população rural e urbana. Esses resultados ajudam no desenvolvimento do município e revelam as carências que precisam ser trabalhadas. O indicador de rendimento contribui para uma série de pesquisas, tanto para o Estado de Minas Gerais, quanto para o Município de Leopoldina.

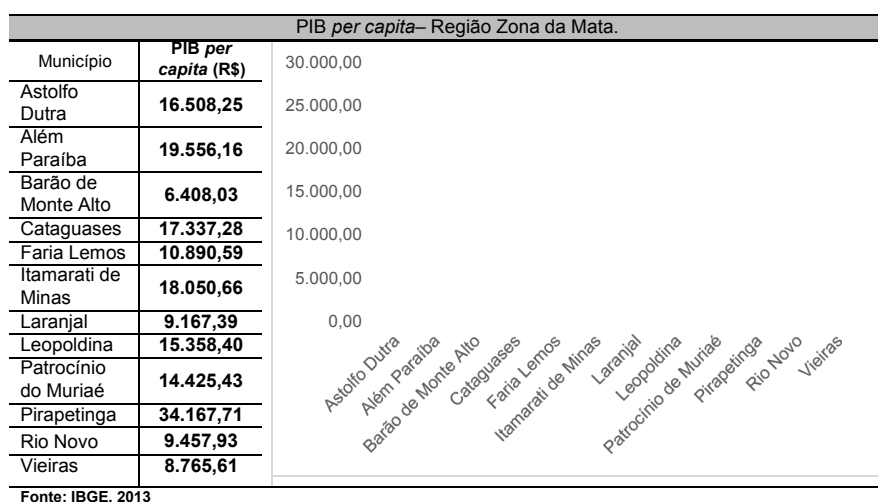
De acordo com dados do Censo de 2010, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a Zona da Mata conta com 2,17 milhões de habitantes, 11,1% da população mineira.

Cerca de 81% da população regional vivem em áreas urbanas, com destaque para as cidades de Juiz de Fora, Santos Dumont, Manhuaçu, Manhumirim e Cataguases (Microrregião de Além Paraíba). A Zona da Mata responde por 7,6% do PIB mineiro, o quarto maior do Estado, atrás apenas da Região Central (46,62%), Sul de Minas (12,2%) e Triângulo (11,18%).

Ainda segundo dados do IBGE (2010), 12,18% da população da região, ou 47 mil moradores, não têm qualquer rendimento; 69 mil moradores têm rendimento até R\$ 70 mil; enquanto 1 milhão vive com mais de R\$ 141,00.

Dentre as atividades econômicas desenvolvidas na região, o destaque é para a produção de suco de fruta natural, café, produtos alimentares, metalurgia-zinco, siderurgia e automóveis.

O PIB, a preços correntes, do Município de Leopoldina, que identifica a capacidade de geração de riqueza do município, totalizou em 2013 o valor de R\$ 812.690.000,00, chegando, assim, a um PIB per capita de R\$ 15.358,40, segundo dados do IBGE (2013). Esse valor faz do Município de Leopoldina o 6º com maior PIB per capita com relação aos 12 municípios da microrregião.



No que diz respeito à renda per capita, o Município de Leopoldina apresenta melhoria significativa entre os anos de 1991 e 2010, quando a renda passou de R\$ 302,52 para R\$ 609,50, representando um aumento de quase 101,47% nas duas décadas.

A renda per capita dos anos de 1991, 2000 e 2010 pode ser vista na tabela adiante:

Renda per capita do Município de Leopoldina

Renda per capita do Município de Leopoldina	
Ano	Valor (R\$)
1991	302,52
2000	482,84
2010	609,50

Fonte: PNUD, IPEA e FJP, 2016

O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) de Leopoldina é **0,726**, em 2010.

O município está situado na faixa de Desenvolvimento Humano alto (IDHM) entre 0,700 e 0,799. Entre 2000 e 2010, a dimensão que mais cresceu em termos absolutos foi Educação (com crescimento de 0,160), seguida por Longevidade e Renda. Entre 1991 e 2000, a dimensão que mais cresceu em termos absolutos foi Educação (com crescimento de 0,192), seguida por Longevidade e Renda.

O IDHM passou de 0,627 em 2000 para 0,726 em 2010, uma taxa de crescimento de 15,79% nas últimas duas décadas, abaixo da média de crescimento nacional (47%). O hiato de desenvolvimento humano, ou seja, a distância entre o IDHM do município e o limite máximo do índice, que é 1, foi reduzido em 73,46% entre 2000 e 2010 e em 53,62% entre 1991 e 2010.

O município ocupa a 1.133ª posição, em 2010, em relação aos 5.565 municípios do Brasil, sendo que 1.132 (20,34%) municípios estão em situação melhor e 4.432 (79,64%) municípios estão em situação igual ou pior.

De acordo com as informações disponibilizadas pelo Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome, no mês de março de 2016, 2.549 famílias foram beneficiadas pelo Programa Bolsa Família (PBF), representando uma cobertura de 79,8% da estimativa de famílias pobres no Município.

As famílias recebem benefícios com valor médio de R\$ 153,29 e o valor total transferido pelo governo federal em benefícios às famílias atendidas alcançou R\$ 390.725,00 no mês.

Ainda, conforme as informações do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome, o Município de Leopoldina possuía no mês de setembro de 2016 um total 7.559 famílias inscritas no Cadastro Único com a seguintes renda per capita familiar:

- ✓ 1.304 com renda per capita familiar de até R\$85,00;
- ✓ 1.377 com renda per capita familiar entre R\$85,01 e R\$ 170,00;
- ✓ 2.917 com renda per capita familiar entre R\$ 170,01 e meio salário mínimo;
- ✓ 1.961 com renda per capita acima de meio salário mínimo.

1.1.3.7. Contexto Geográfico

O Município de Leopoldina pertence à Região da Zona da Mata, especificamente na Microrregião de Cataguases. O nome da região de Zona da Mata Mineira foi atribuído em virtude da fisionomia da vegetação natural, hoje praticamente inexistente em consequência do processo de ocupação marcado, sobretudo no seu início, pela forte atividade agrária que propiciou uma devastação da mata primária de maneira generalizada (SOARES, 2011 et al apud VALVERD, 1958; MARCHI et. al., 2005).

A principal característica da paisagem é a presença de um relevo fortemente ondulado e montanhoso, com morros em meia laranja, resultantes da dissecação fluvial. Destacam-se as bacias dos rios Paraíba do Sul e Doce, que influenciaram decisivamente no modo de ocupação da área guiado pela orientação dos valesfluviais.

Leopoldina possui uma área territorial de 943,076km² (IBGE, 2010), constituído de 6 distritos, em divisão territorial feita em 1963, sendo eles: Leopoldina (sede), Abaíba, Piacatuba, Providência, Ribeiro Junqueira e Tebas. Os municípios limítrofes são Cataguases, Laranjal, Recreio, Pirapetinga, Estrela Dalva, Volta Grande, Além Paraíba, Santo Antônio do Aventureiro, Argirita, São João Nepomuceno, Descoberto, e Itamarati de Minas. Suas coordenadas geográficas são 21° 31' 12" latitude sul e 42° 38' 43" longitude oeste. Possui altitude média de 250 metros do nível do mar (Cidade Brasil, 2016).

A distância do Município de Leopoldina dos principais municípios da Zona da Mata e capital é apresentada na tabela a seguir:

Distâncias de Leopoldina dos principais municípios da Zona da Mata

Nome do município	Distância (km)
Belo Horizonte	320
Juiz de Fora	97,4
Ubá	71,6
Cataguases	23,3
Laranjal	29,5
Viçosa	148
Muriaé	61,3

Fonte: Google Maps, 2016

1.1.3.8. Contexto Ambiental

Levando em consideração a classificação climática realizada por Köppen (1948), o Município de Leopoldina, que é o Cfa (clima subtropical, com verão quente), caracteriza-se, pela presença de temperaturas superiores a 22°C, no verão e com mais de 30 mm de chuva no mês mais seco.

A compilação dos 30 anos de dados da estação de Leopoldina, demonstra que os meses mais chuvosos, na história do Município, são Janeiro e Dezembro, com médias de precipitação de 247 mm e 298 mm, respectivamente.

Ao realizar análise dos dados de hipsometria e declividade do Município de Leopoldina, percebe-se que o território é bem recortado, com índices de altitude que variam de 0% a 3%, considerado como áreas planas, até 45%, sendo considerado relevo montanhoso.

Ao juntar as informações relacionadas à localização do núcleo urbano de Leopoldina com os locais mais planos do município, verifica-se que esta área se localiza na parte mais baixa da extensão territorial.

No que diz respeito à formação geomorfológica o Município de Leopoldina é caracterizado pela presença de Depressões, Escarpas e Reversos, sendo os tipos de solos predominante no Município o Latossolo Vermelho e o Amarelo Distrófico.

De acordo com a classificação da Agência EMBRAPA de Informação Tecnológica, estes tipos de solo são profundos, porosos e propiciam a condição ideal para o desenvolvimento das raízes em profundidade.

O Latossolo Vermelho-Amarelo está presente em diversas localidades pelo território nacional, sempre em extensas áreas, que apresentam relevos plano, suave ondulado ou ondulado. Essas áreas apresentam boa capacidade de drenagem, profundidade e uniformidade de textura e cor.

O solo recebe uma terceira classificação da EMBRAPA, visando especificar ainda mais o tipo de solo presente em determinada área. No caso do Município de Leopoldina, o Latossolo Vermelho-Amarelo que predomina é distrófico, que apresenta baixa fertilidade.

Leopoldina faz parte da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul. Tal bacia possui área de drenagem com cerca de 60.000 km², se estendendo pelas unidades federativas de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais, uma das regiões mais desenvolvidas do país.

Em toda essa extensão, há atualmente 184 municípios, dos quais 39 pertencem ao Estado de São Paulo, 88 ao de Minas Gerais e 57 ao do Rio de Janeiro.

O Rio Paraíba do Sul é formado pela união dos rios Paraibuna e Paraitinga, e o seu comprimento, calculado a partir da nascente do Paraitinga, é de mais de 1.100 km.

Dentro da Bacia do Rio Paraíba do Sul, Leopoldina está inserido na Bacia do rio Pomba e Muriaé. Está sub-bacia abrange 68 municípios, com população estimada de 776.608 habitantes e uma área de drenagem de 13.552 Km². O clima é semi-úmido, com período seco durando entre quatro e cinco meses por ano, situando-se a disponibilidade hídrica entre 10 e 20 litros por segundo por quilômetro quadrado.

O Município de Leopoldina possui como os principais rios o Pomba e o rio Novo. Uma característica marcante e indesejável em toda a bacia em relação ao saneamento ambiental é a falta de tratamento de esgotos domésticos e industriais, resultando quase sempre no lançamento in natura dos efluentes no corpo receptor.

O território de Leopoldina é banhado por vários cursos d'água, sendo que abaixo apresenta-se os principais rios, córregos e os seus afluentes que compõem a rede hidrográfica do Município:

- ✓ Rio Pardo;
- ✓ Rio Pomba;
- ✓ Rio Novo;
- ✓ Córrego Santa Rita;
- ✓ Córrego Feijão Cru;
- ✓ Córrego Santa Cruz;
- ✓ Córrego Cachoeirinha;
- ✓ Córrego Retiro;
- ✓ Rio Pirapetinga;
- ✓ Ribeirão São Francisco;
- ✓ Córrego Cruz Alta;
- ✓ Rio Pirapetinguinha;
- ✓ Córrego Araribá;
- ✓ Córrego Desengano.

Importante salientar que no cadastro geral de usuários da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul no ano de 2015, Leopoldina aparece com diversos tipos de uso:

- ✓ Areal Dois Irmãos – R\$ 277,54 – Mineração;
- ✓ Areal HG – R\$ 359,70 – Mineração;
- ✓ Areal Lider – R\$125,56 – Mineração;
- ✓ Areal Rio Pomba – R\$ 151,72 – Mineração;
- ✓ Areal São Camilo – R\$ 742,77 – Mineração;
- ✓ C.M Engenharia – R\$ 44,46 – Mineração;
- ✓ Evandro Carmo Guimarães – R\$ 604,29 – Irrigação;
- ✓ Franzoni e CIA – R\$ 300,84 – Mineração;
- ✓ Jebson da Silva – R\$ 36,61 – Mineração;
- ✓ Jeneve Transporte e Locação – R\$ 218,00 – Mineração;
- ✓ J.M Serviços de Tratores – R\$ 214,50 – Mineração.

Leopoldina dispõe do Plano Diretor Municipal, n.º 09 de 10 de outubro de 2006. Na lei, destaca-se dois tópicos, o item 2.4.3 que discorre sobre a “Evolução da forma urbana” e, no item 2.4.4 sobre os “Tecidos Urbanos”. Este último identifica a configuração urbana da cidade de Leopoldina em 12 tecidos urbanos:

Tecido urbano 01: É constituído por padrões residenciais de baixa densidade, estruturados em longos quarteirões, localizados em bairros ou condomínios conturbados às

manchas das cidades. Os lotes possuem grandes dimensões e são terraplenados para a implantação da unidade residencial, com ajardinamento das áreas livres.

Tecido urbano 02: É o representado por unidades residenciais, de um a três pavimentos, implantadas no centro dos lotes. Contudo, possui terrenos menores do que os que caracterizam o tecido 01, bem como jardins de pequenas dimensões. Nos loteamentos típicos desse tecido, há mecanismos de controle da entrada de pessoas, como por exemplo, guaritas. Em Leopoldina, esse tecido é encontrado no bairro Três Cruzes.

Tecido urbano 03: Os conjuntos morfológicos de unidades residenciais unifamiliares de um ou dois pavimentos, implantados em grandes lotes urbanos, constituem esse tecido. Estas unidades estão recuadas nos limites, com recuo frontal ajardinado. Há formas variadas de ocupação.

Tecido urbano 04: Constitui-se de unidades residenciais unifamiliares de um ou dois pavimentos. Estas unidades estão assentadas em lotes urbanos convencionais, recuadas dos limites, sendo que a maioria dos espaços livres são impermeabilizados. Geralmente, possuem densidade construtiva maior do que a do tecido 03. O bairro Chácara Dona Euzébia representa esse tecido.

Tecido urbano 05: O tecido urbano 05 caracteriza-se por parcelamento do solo e edificações construídas de acordo com os padrões determinados pelo Sistema Financeiro de Habitação, SFH. Este tecido é caracterizado por conjuntos morfológicos de um pavimento e casario uniforme encontrado em diversos bairros na cidade. Este, às vezes, apresenta-se na forma de blocos de dois ou três pavimentos, implantados em lotes com recuos frontais.

Tecido urbano 06: Esse compreende unidades residenciais e mistas que se originam de um parcelamento, efetuado de acordo com os preceitos da Lei Federal de parcelamento 6766/79. Este tipo de parcelamento caracteriza-se por traçado regular implantado em áreas de declividade acentuada e compreende unidades que estão em diversas etapas construtivas, implantadas em áreas de periferia.

Tecido urbano 07: Este tecido assemelha-se ao tecido urbano 06 pela característica das unidades residenciais, sempre em elaboração, sendo representado por conjuntos morfológicos de construção informal, que podem ser identificados em dois modos de apropriação do solo. O primeiro é característico de favelas, e surgem nos espaços vazios. São ocupados e parcelados de maneira informal e espontânea. O segundo modo caracteriza-se pela ocupação informal das quadras de um parcelamento regular, cujo traçado de lotes é ignorado e acontece por meio da implantação de vielas e lotes informais. O bairro Limoeiro representa este tecido, bem como área próxima ao córrego no Bairro Quinta Residência.

Tecido urbano 08: O tecido urbano é caracterizado por ocupação aleatória que ocorre ao longo do leito dos córregos ou das rodovias. Constitui-se em unidades isoladas, em um pavimento, dispostas de maneira informal sobre áreas de servidão ou próxima. Essas unidades são de caráter semi-rural, sob a forma de pequenas glebas, geralmente com algumas plantações ao redor da unidade residencial.

Tecido urbano 09: Este tecido é constituído por edificações mistas contendo o comércio, serviços e a atividade residencial implantadas em lotes impermeabilizados. Os prédios não são recuados das divisas do lote, o primeiro pavimento normalmente abriga a atividade comercial, sendo que o segundo pode abrigar a atividade residencial ou comercial (salas), conforme pode ser verificado nas proximidades da Avenida Getúlio Vargas. Observam-se também o processo de adaptação de edificações de valor histórico para abrigar a atividade comercial, como acontece no Centro. O tecido está implantado em lotes urbanos convencionais, em áreas aprovadas pelo poder público e dotadas de infraestrutura.

Tecido urbano 10: É constituído por faixa urbanizada localizada ao longo das rodovias, formada por construções baixas e destinadas ao serviço de apoio tais como fábricas, postos de gasolina, pequenos centros de compras e instalações policiais. As unidades ocupam grande extensão do lote, sendo encontrado ao longo da rodovia BR- 116.

Tecido urbano 11: Este tecido caracteriza-se por áreas parceladas, dotadas de infraestrutura (água, luz e esgoto) e sistema viário implantado, sem ocupação ou com ocupação esparsa. São exemplos deste tecido os bairros Jardim Caiçara, Jardim Bela Vista e Imperador.

Tecido urbano 12: O tecido 12 caracteriza-se por edificações implantadas sem recuos, sendo representado por conjuntos morfológicos de construção formal. Esse tecido pode ser constituído tanto por grandes prédios construídos de forma empresarial (destinados à venda), quanto por edificações de menor porte destinadas à moradia familiar. Esse tecido é identico nos Bairros Rosário, Arthur Leão e Mina de Ouro.

Na cidade de Leopoldina, o processo de regularização fundiária se encontra parcialmente resolvido, sendo que vários loteamentos ainda estão sendo cadastrados. Os loteamentos não oficiais, especialmente aqueles clandestinos e os invadidos nos fundos de vale e nas encostas, presumivelmente passarão pelo processo de regularização.

1.1.3.9. Evolução dos principais indicadores econômicos e sociais do município de inserção da IES

De acordo com a análise de dados do Atlas Brasil, a mortalidade infantil (mortalidade de crianças com menos de um ano de idade) em Leopoldina teve uma queda nas duas últimas décadas. Em 1991, o valor era de 31,3 por mil nascidos vivos e, em 2000, passou para 22,0 por mil nascidos vivos, e para 12,4 por mil nascidos vivos, em 2010.

Uma das metas dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio das Nações Unidas é que a mortalidade infantil no país deve estar abaixo de 17,9 óbitos por mil em 2015, se for levar esse valor em consideração para comparação com a mortalidade infantil no Município, em 2010, está com um valor considerado recomendado.

A taxa de fecundidade foi outro indicador que teve queda entre 1991 e 2010, passando de 2,1 filhos por mulher em 1991; para 2,0 em 2000; e 1,8 em 2010.

No município, a esperança de vida ao nascer cresceu 4,7 anos na última década, passando de 72,4 anos, em 2000, para 77,0 anos, em 2010. No Brasil, a esperança de vida ao nascer é de 73,9 anos, em 2010; de 68,6 anos, em 2000 e de 64,7 anos em 1991.

Na Tabela abaixo informa-se os valores de longevidade, mortalidade e fecundidade para o município.

Longevidade, Mortalidade e Fecundidade - Leopoldina - MG

Longevidade, Mortalidade e Fecundidade - Leopoldina - MG			
	1991	2000	2010
Esperança de vida ao nascer (em anos)	67,4	72,4	77,0
Mortalidade até 1 ano de idade (por mil nascidos vivos)	31,3	22,0	12,4
Mortalidade até 5 anos de idade (por mil nascidos vivos)	41,1	24,1	14,4
Taxa de fecundidade total (filhos por mulher)	2,1	2,0	1,8

Fonte: Atlas Brasil *apud* PNUD, Ipea e FJP (2010).

Na sequência apresentam-se informações sobre os nascimentos em Leopoldina do ano de 1999 até 2008, constatando-se que nesse período os valores oscilaram bastante.

Informações sobre nascimento

Informações sobre Nascimentos										
Condições	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Número de nascidos vivos	839	817	781	780	746	671	739	676	648	653
Taxa Bruta de Natalidade	17,7	16,3	15,5	15,3	14,6	13,0	14,1	12,8	12,2	12,7
% com prematuridade	2,5	7,0	4,5	6,4	4,3	4,5	4,7	4,7	5,2	7,2
% de partos cesáreos	57,9	56,1	52,8	54,6	50,1	58,0	54,8	53,8	55,4	56,7
% de mães de 10-19 anos	18,9	21,0	21,0	18,5	20,1	16,4	17,6	19,5	17,9	15,8
% de mães de 10-14 anos	0,5	0,6	0,4	0,4	0,3	0,4	0,7	0,9	0,6	1,1
% com baixo peso ao nascer										
- Geral	7,9	9,1	6,8	8,2	10,1	8,3	7,8	8,3	10,3	9,5
- Partos cesáreos	5,4	6,6	5,6	6,3	7,0	8,0	5,9	8,5	8,9	8,6
- Partos vaginais	11,4	12,4	8,1	10,5	13,2	8,9	10,2	8,0	12,1	10,6

Fonte: SINASC. Situação da base de dados nacional em 14/12/2009. Nota: Dados de 2008 são preliminares.

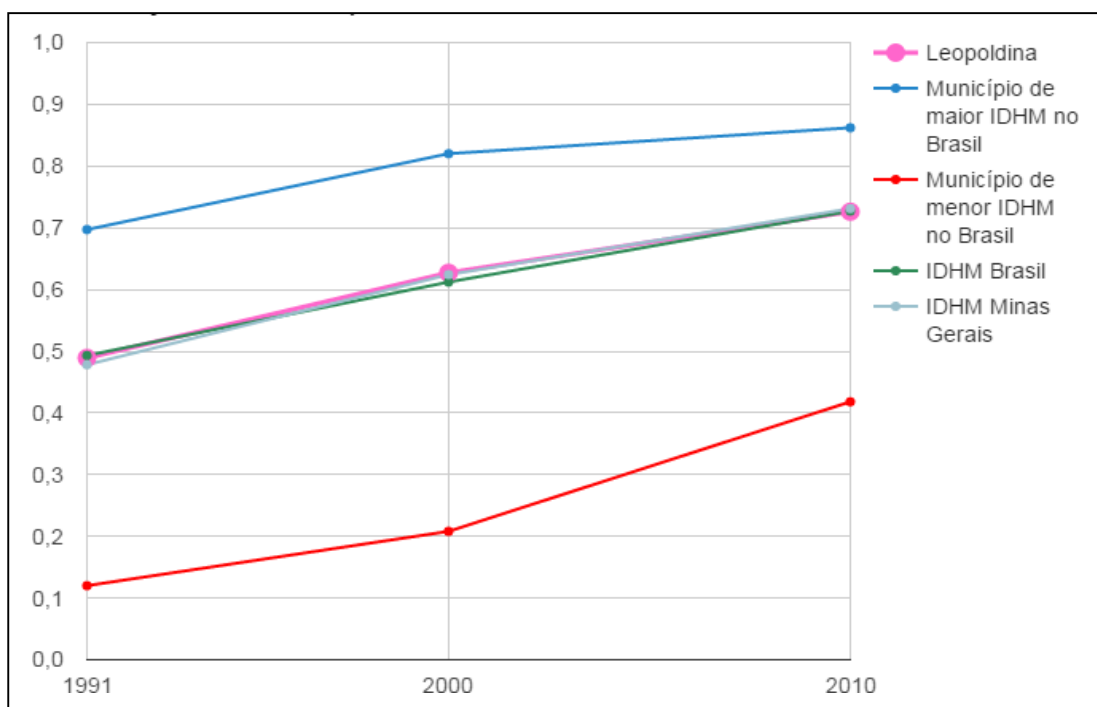
Os dados relacionados à mortalidade que incluem morbidades em Leopoldina não são atualizados, os mais recentes são de 2008. Nesse período, a maior causa de óbitos foi devido às doenças no aparelho circulatório, totalizando 37,7% dos óbitos.

O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) de Leopoldina é 0,726, em 2010. O município está situado na faixa de Desenvolvimento Humano alto (IDHM) entre 0,700 e 0,799.

Entre 1991 e 2000, a dimensão que mais cresceu em termos absolutos foi Educação (com crescimento de 0,192), seguida por Longevidade e Renda e entre 2000 e 2010, a dimensão que mais cresceu em termos absolutos também foi Educação (com crescimento de 0,160), seguida por Longevidade e Renda.

O IDHM passou de 0,627 em 2000 para 0,726 em 2010, uma taxa de crescimento de 15,79% nas últimas duas décadas, abaixo da média de crescimento nacional (47%). O hiato de desenvolvimento humano, ou seja, a distância entre o IDHM do município e o limite máximo do índice, que é 1, foi reduzido em 73,46% entre 2000 e 2010 e em 53,62% entre 1991 e 2010.

Evolução do IDHM – Leopoldina



Fonte: PNUD – IPEA – FJP

O Município de Leopoldina possui um sistema de abastecimento de água operado pela COPASA. Demonstra-se a seguir a proporção de domicílios por tipo de abastecimento de água em Leopoldina segundo dados do IBGE Cidades (2010).

Proporção de domicílios por tipo de abastecimento de água

Abastecimento de Água	Domicílios (2010)
Rede geral	14.482
Poço ou nascente (na propriedade)	1.431
Carro-pipa	1
Água da chuva armazenada em cisterna	3
Poço ou nascente fora da propriedade	559
Rio, açude, lago ou igarapé	6
Outra forma	13

Fonte: IBGE

Os dados referentes ao sistema de esgotamento sanitário no Município de Leopoldina não estão registrados no banco de dados do Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS), de 2014.

A área urbana do Município de Leopoldina apresenta 83,50% de atendimento de coleta de esgoto via rede geral ou pluvial, já a área rural, de acordo com dados do SIDRA - IBGE (2010), registra o índice de 0,31%.

O corpo receptor de esgotamento sanitário no distrito sede, em Leopoldina, é o Córrego feijão Cru. No distrito de Piacatuba são os Rio Pardo e o Rio Pomba. No distrito de Abaíba e de Providência é o Rio Pirapetinga e, no distrito de Ribeiro Junqueira, no Rio Pomba.

De todos os problemas decorrentes do lançamento de efluentes sanitários no sistema de águas pluviais, o de maior relevância é a poluição dos corpos receptores finais.

A solução ideal e definitiva é a construção de sistemas completos de esgotamento sanitário, eliminando definitivamente, os lançamentos de efluentes sanitários nos sistemas de drenagem pluvial, córregos, canais, rios e lagoas.

1.1.4. Cursos de Graduação oferecidos

CURSO: BACHARELADO EM BIOMEDICINA	
MODALIDADE: Presencial	
VAGAS ANUAIS AUTORIZADAS: 120	REGIME DE MATRÍCULA: Seriado semestral
DURAÇÃO EM SEMESTRES: 08	CARGA HORÁRIA TOTAL: 3.320
ATOS REGULATÓRIOS:	
Autorização: Ata do CONSUN/CONSEPE S/N de 18/10/2005.	
Reconhecimento: Portaria MEC nº 326, de 22/07/2016, publicada em 25/07/2016.	
Renovação de Reconhecimento: Portaria MEC nº 135, de 01/03/2016, publicada em 02/03/2018.	

CURSO: BACHARELADO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS	
MODALIDADE: Presencial	
VAGAS ANUAIS AUTORIZADAS: 120	REGIME DE MATRÍCULA: Seriado semestral
DURAÇÃO EM SEMESTRES: 08	CARGA HORÁRIA TOTAL: 3.000
ATOS REGULATÓRIOS:	
Autorização: Decreto S/N publicado em 27/12/1991.	
Reconhecimento: Portaria 114, publicada em 05/02/1996	
Renovação de Reconhecimento: Decreto S/N, publicado em 06/11/2004.	
Portaria MEC nº 602 de 14/11/2013, publicada em 18/11/2013	
Portaria MEC nº 541 de 23/09/2016, publicada em 26/09/2016	
Portaria MEC nº 269 de 03/04/2017, publicada em 04/04/2017	

CURSO: BACHARELADO EM ENFERMAGEM	
MODALIDADE: Presencial	
VAGAS ANUAIS AUTORIZADAS: 80	REGIME DE MATRÍCULA: Seriado semestral
DURAÇÃO EM SEMESTRES: 10	CARGA HORÁRIA TOTAL: 4.220
ATOS REGULATÓRIOS:	
Autorização: Portaria MEC nº 115, de 10/02/2021, publicada em 12/02/2021	

1.1.5. Perfil do Egresso da IES

A educação que a Faculdade Presidente Antônio Carlos de Leopoldina se propõe a praticar em seus cursos visa formar cidadãos numa perspectiva multidisciplinar e interdisciplinar:

- ✓ Com conhecimento necessário para trabalhar, tanto individualmente como em equipe;
- ✓ Com elevada consciência política e social;
- ✓ Com conhecimento dos problemas locais, regionais e nacionais;
- ✓ Com entendimento técnico para liderar projetos; e
- ✓ Com sensibilidade para os problemas da humanidade, do ponto de vista ético e moral, orientado para a construção de um mundo socialmente digno.

Assim, a Faculdade Presidente Antônio Carlos de Leopoldina propõe-se o desafio da formação de profissionais competentes e capazes de sobressaírem-se diante dos diversos desafios políticos, sociais, culturais ou econômicos.

Desta forma, o perfil do profissional deve adequar-se às necessidades do mercado de trabalho enfatizando as questões éticas, sendo crítico, capaz de contribuir para a transformação da sociedade, voltado para o mercado de trabalho, aliando a competência profissional à competência humana e espiritual para o exercício consciente da cidadania, ou seja, quer preparar profissionais capacitados para competir no mercado moderno, com responsabilidade, respeito e senso crítico, voltado para o crescimento do ser humano, dentro dos princípios sociais, éticos, solidários e justos.

1.1.6. A Qualidade Institucional

Para a Faculdade Presidente Antônio Carlos de Leopoldina qualidade institucional é um atributo que se manifesta em toda sua dinâmica processual e nos resultados produzidos, que expressa a consecução, nos graus estabelecidos como desejáveis, da missão da instituição, bem como da observância de seus princípios e diretrizes de ação.

A qualidade, assim entendida, deve estar presente nas atividades-fim que desenvolve – ensino, iniciação científica e extensão, no seu sistema de gestão e nas relações com a comunidade.

Assim, para se buscar no horizonte institucional, objetivos associados à ideia de qualidade, faz-se necessário definir referenciais que norteiem as ações, orientando o seu planejamento e permitindo avaliar resultados.

Com fulcro em proposições da ***Declaração Mundial sobre a Educação Superior no século XXI*** (UNESCO, 1998), a Faculdade Presidente Antônio Carlos de Leopoldina elegeu alguns referenciais que deverão orientar o cumprimento da sua missão nos próximos anos:

- Respeito à pessoa enquanto indivíduo, cidadão, membro da Instituição e da comunidade externa;
- Respeito à diversidade de pensamento, assegurando a sua convivência;
- Convivência na diversidade, de tal modo que sejam respeitadas as diferenças e as divergências;
- Disseminação de todas as formas de conhecimento que a Instituição abriga, democratizando continuamente o acesso ao mesmo;
- Produção e inovação de conhecimentos científicos e tecnológicos que respondam às demandas sociais;
- Compromisso com a missão e os objetivos da IES, privilegiando-a em detrimento de interesses particulares individuais ou de grupo.

1.1.7. Relação entre as Demandas Regionais e a Inserção da Faculdade Presidente Antônio Carlos de Leopoldina

Na configuração do seu plano de operacionalização, os idealizadores e envolvidos no funcionamento da IES, consideraram todos os dados e conhecimentos acerca da realidade regional e brasileira.

Nesse sentido, a IES se inseriu na região sob uma perspectiva que tem como foco três conceitos básicos:

- A IES como meio de capacitação técnica e treinamento de profissionais para instituições, empresas e órgãos;
- A IES como patrimônio público na medida em que desempenhará funções de caráter político e ético na formação de cidadãos;
- A IES como meio para o desenvolvimento econômico, cultural e socioambiental.

No que diz respeito ao primeiro conceito, há que se considerar que o desenvolvimento econômico está atrelado diretamente à oferta de Educação e, em detrimento, da formação de profissionais para atuar no mercado de trabalho em diversas áreas necessárias ao desenvolvimento socioeconômico e dos serviços básicos à população: saúde, educação, justiça etc.

Os dados socioeconômicos da região de inserção da IES demonstram que, mesmo com o grande número de Instituições de Ensino Superior criadas na última década, o problema da qualificação para o mercado de trabalho e a regulação da justiça social persistem, quadro que se agrava ainda mais quando analisa apenas a área da saúde.

Dessa forma, a IES teve em sua gênese o caráter de não se constituir apenas como mais uma IES implantada na Zona da Mata, mas como uma IES que tem consciência plena de que seu papel como instituição de ensino superior converge para sua própria consciência de que é preciso melhorar o cenário regional em termos profissionais e sociais para que todos os setores da sociedade e da economia tenham também o desenvolvimento adequado, afinal tudo passa direta ou indiretamente pela Educação.

No que se trata dos futuros cursos planejados para a IES, de diversas áreas do conhecimento, há que sempre se formar profissionais com competências e habilidades necessárias e eficazes para o mercado de trabalho. Nesse viés, além de considerar os dados estatísticos da demanda da região por determinados profissionais, a continuidade do trabalho de expansão da IES dar-se-á a partir da junção dos atores acadêmicos e os agentes dos órgãos, instituições e empresas, públicas e privadas, implantadas na Zona da Mata Mineira, numa concepção de agenda que realmente seja voltada ao atendimento das suas demandas por mão de obra qualificada e não apenas “formada”.

No que diz respeito ao segundo conceito norteador, há que se considerar que os dados sócio-estatísticos que foram apontados neste capítulo demonstram que há a necessidade de estabelecimento de novas IES com perspectivas acerca de uma formação ético-política que

constitua cidadãos conscientes de seu real papel frente aos anseios sociais. Afinal, só dessa maneira, como já apontamos anteriormente, será possível inserir socialmente aqueles que vivem à margem da sociedade. Ou seja, trata-se de uma singularidade da IES a expectativa de que tais problemas não pertencem e não terão solução única e exclusiva na vontade e nos anseios das instâncias públicas, mas no movimento de uma nova sociedade frente aos problemas da vida moderna que gerou uma gama de contextos de desigualdade social. Aliás, diga-se de passagem, o Estado é um dos contextos que mais necessitam de tais perspectivas, pois é um cenário que só é passível de mudança a partir da educação. Da mesma forma, há que se convir a necessária preservação da cultura e do patrimônio ambiental, riquezas que só se preservam mediante a valorização destas em todos os níveis educacionais e a Faculdade Presidente Antônio Carlos de Leopoldina tem plena consciência de seu papel no que diz respeito a formar indivíduos capazes de intervir positivamente na preservação da sua própria cultura e patrimônio ambiental.

Nesse mesmo viés social, há que se considerar que a IES está sediada na Zona da Mata Mineira e tem como campo prático para as ações extensionistas voltadas à preservação do patrimônio cultural e ambiental as movimentações culturais e patrimônio sócio-histórico do Estado, bem como a expectativa de continuar o seu trabalho de maneira a regular e valorizar o meio ambiente, considerando o homem como parte dele. Afinal, a IES está inserida em uma região de grandes riquezas naturais e tem como um de seus focos a sustentabilidade inserida em seus objetivos institucionais.

No que tange ao terceiro conceito norteador da Faculdade destaque-se que a IES tem um papel preponderante no desenvolvimento socioeconômico regional na medida em que tem conhecimento acerca da totalidade das suas demandas e necessidades da sua região de inserção. Ou seja, trata-se da relevância do conhecimento da IES acerca da sua própria realidade de inserção e das perspectivas socioeconômicas regionais, o que faz com que a IES tenha como norte uma formação integral do indivíduo, capacitando-o a realizar as funções determinadas ao desenvolvimento regional, sob o âmbito de formar o homem como um ser social e histórico-social; social no sentido de que o sujeito tem a consciência de sua relação com o outro e de sua responsabilidade sobre a construção da sociedade em que se insere, histórico no sentido de ser um indivíduo consciente de seu papel na transformação da sua região, da sua história e de *outrem*.

Assim, a Faculdade tem plena consciência de que é necessária em sua região, haja vista ela buscar formar um sujeito cidadão no sentido estrito e auxiliar no desenvolvimento socioeconômico, cultural e ambiental, o que requer constituir uma identidade do egresso que se estabelece a partir do percurso formativo de uma profissão/área escolhida e de uma mudança de paradigma social centrado na corresponsabilidade.

Essa prática identitária, ao se estabelecer com as perspectivas da cidadania e do construto social, constitui-se também no âmbito das expectativas mercadológicas, haja vista a IES ter como norte a ideia de que a sociedade contemporânea é produzida a partir da indissociabilidade entre as suas perspectivas constituintes: economia, política, mercado de trabalho, comunicação, interação etc.

Logo, a IES, a partir do diálogo constante com o mercado de trabalho e as demandas sociais, econômicas, ambientais e culturais, procura estabelecer práticas de construção de conhecimentos centradas em formar um profissional que seja um valor para as instituições que necessitam de suas competências e habilidades, e não apenas um sujeito capaz de executar uma determinada tarefa.

Enfim, o município onde se situa a IES tem se estabelecido como um polo regional no Estado, isso sendo demonstrado a partir de dados estatísticos de crescimento nas últimas décadas apontados neste documento; no entanto também a par dos seus inúmeros problemas sociais, a Faculdade por sua vez, desde sua gênese se dispôs não apenas a atender as demandas da sua região de inserção, mas de ser, principalmente, partícipe de sua história e, portanto, da sua construção.

1.1.8. Filosofia Institucional

O Projeto Pedagógico Institucional da Faculdade Presidente Antônio Carlos de Leopoldina busca a humanização do ser humano e da sociedade a qual pertence, visando a melhoria da qualidade de vida a partir da sua realidade regional. Em razão desta concepção e compromisso, a IES projeta suas políticas e planos de ação na direção da contextualidade, da função político-social que lhe cabe neste contexto e da contribuição que as ciências e a iniciação científica trazem às instituições, ao sistema produtivo e à própria sociedade. Tais diretrizes e políticas visam também à modernização e à emancipação sociopolítica e cultural da comunidade da região de abrangência da IES, ou seja, nessa expectativa como uma práxis de mudança de realidade para o Ensino Superior.

O projeto acadêmico-científico da Faculdade inspirou-se na dimensão histórica e no dinamismo da sociedade que lhe dá forma e conteúdo. Nesta perspectiva, as ciências e o conhecimento desenvolvidos através do ensino, da iniciação científica e da extensão cumprem a função de mediação dentro e fora da IES, como meios e instrumentos críticos, dinamizadores e fortalecedores dos indivíduos, instituições e segmentos sociais.

A função acadêmico-pedagógica da IES, em cumprimento às suas funções específicas e em atenção ao seu projeto institucional é, portanto, a de intervir produtivamente na sociedade, de forma a potencializar sua capacidade criativa e gerar situações de superação em relação a estágios vigentes, projetos interdisciplinares e à construção de cenários futuros necessários e desejáveis.

Assim, este Projeto tem como norte a marca da participação da comunidade acadêmica e da integração de seus componentes, ou seja, não considerando o trabalho terminado; ao contrário, submetendo-o à avaliação permanente, sempre, com o desenvolvimento regional e global, com o aperfeiçoamento institucional, e coerente com os objetivos da IES.

O ensino, a iniciação científica e a extensão são, portanto, as especificidades da Faculdade que funcionam como meio e instrumentos para cumprimento da finalidade social e pública.

Este Projeto Pedagógico Institucional direciona a Instituição para as seguintes funções político-sociais:

- a) Ser uma Instituição de Ensino Superior aglutinadora das agências sociopolíticas e econômicas, com vistas ao planejamento regional.
- b) Tornar-se uma Instituição de Ensino Superior condutora do processo de desenvolvimento e de crescimento regional, em todos os setores nos quais desenvolvem seus programas.
- c) Exercer uma função crítico-científica da realidade, produzindo alternativas inteligentes e inovadoras.
- d) Promover a divulgação de seu trabalho e da produção como propostas para revitalização, orientação e promoção das instituições, organizações e comunidades em suas diversas áreas de atuação.

O desenvolvimento destas funções proporcionara à IES a efetivação de seus fins e a garantia de que seu projeto institucional e pedagógico tenha relevância, tanto para o desenvolvimento acadêmico, científico e tecnológico, quanto para a promoção sociopolítica e cultural das comunidades que compõem a região de abrangência da Instituição

1.1.9. Princípios Filosóficos e Técnico-Methodológicos que norteiam as Práticas Acadêmicas

Considerando a observação e a reflexão como princípios cognitivos de compreensão da realidade, torna-se necessário aprofundar e ampliar a articulação teoria e prática na estrutura

curricular, integralizando todas as atividades acadêmicas fundamentais para a produção do conhecimento na área dos cursos. Os diversos elementos construídos pelas múltiplas atividades de ensino-aprendizagem articulam-se em uma concorrência solidária para a criação do sentido e do conhecimento.

A Faculdade adota ações inovadoras a partir de práticas de estudos com metodologias ativas de aprendizagem e a implementação da sala de aula invertida que provocam em seus alunos o desenvolvimento da autoaprendizagem, estimulando a autonomia intelectual e a articulação entre teoria e prática, plenamente alinhadas ao perfil profissional do egresso do curso.

Em função de sua missão e dos seus objetivos, a IES concentra esforços para contribuir na formação integral do indivíduo, despertando-lhe o senso crítico, o critério ético e a capacidade de julgar e agir corretamente, formando cidadãos conscientes, capacitados para a vida profissional e cívica, conforme as exigências da sociedade moderna.

O processo educativo dos cursos de graduação atende às políticas definidas no PDI ao propor, na sua organização didático-pedagógica, um conjunto de atividades de ensino-aprendizagem que orientam para a formação de um cidadão profissional com:

- a) Sólida formação, técnica e científica;
- b) Compromisso com a ética, estética e princípios democráticos;
- c) Formação humanística;
- d) Responsabilidade social, ambiental e cidadania;
- e) Espírito investigativo e crítico;
- f) Capacidade de aprendizagem autônoma e continuada;
- g) Disposição para trabalhar coletivamente.

A Instituição elaborou este Projeto Pedagógico Institucional - PPI a partir da reflexão, discussão e colaboração de toda a comunidade acadêmica, e assumiu seu cumprimento integral como um compromisso institucional, tendo presente em suas ações que este compromisso estabeleça os princípios da identidade institucional e expresse a missão, os objetivos, os valores, as práticas pedagógicas, as políticas de ensino e extensão e sua incidência social e regional.

Através de critérios pedagógicos, a política de ensino da IES privilegia a formação por competências e habilidades. Assim, a estrutura e a concepção curricular visam favorecer a flexibilidade e a interdisciplinaridade, investem em projetos alinhados com a identidade e com a missão institucional, fortalecem diversas modalidades de ensino-aprendizagem, assim como fomentam a inovação, a produção do conhecimento e a participação nas atividades e

compromissos da comunidade. Tais aspectos da política institucional são expressos nos Projetos Pedagógicos dos Cursos na medida em que os componentes curriculares promovem o desenvolvimento integral do aluno, centrado em competências e habilidades próprias dos profissionais de cada curso.

1.1.10. Planejamento Didático-Instrucional

A IES estabeleceu como plano acadêmico o conjunto das atividades de Ensino, Iniciação Científica e Extensão.

A concepção fundamentada na missão, que foca o crescimento socioeconômico e político-cultural no âmbito de sua abrangência, remete a execução de seus programas a uma integração com os diversos espaços sociais que compõem o município do seu entorno e a uma articulação sistemática com instituições e organismos externos com quem está interagindo.

Em função desta concepção e política, a operacionalização do plano acadêmico da IES está a cargo de seus órgãos administrativos-acadêmicos, que desenvolvem os seus projetos de ensino, iniciação científica e extensão.

Para o cumprimento do Projeto Pedagógico Institucional, estabeleceu-se as seguintes linhas básicas de ação:

- desenvolver uma sistemática organizacional que harmonize o funcionamento de todos os órgãos e setores da IES por meio de um mecanismo adequado de interação e comunicação interna e externa;
- viabilizar economicamente a Instituição, sobretudo, para lhe dar efetivas condições para o ensino, a iniciação científica e a pós-graduação;
- articular a interação do ensino, iniciação científica e extensão nas perspectivas dos cursos atuais e dos que venham a ser criados;
- criar condições institucionais para garantir cursos de pós-graduação, com vistas ao aperfeiçoamento, tanto dos seus recursos humanos, como dos profissionais de sua área de abrangência;

- fortalecer sua identidade comunitária, pela interação da Instituição com sua área de influência, principalmente nos campos da cultura, da educação, da saúde e do meio ambiente;
- aprimorar a infraestrutura, para o melhor desenvolvimento dos projetos atuais e a implantação dos projetos previstos;
- aperfeiçoar o espírito participativo dos membros da comunidade acadêmica; efetivar a participação dos membros da comunidade externa na solução dos problemas da IES e dos problemas da própria comunidade.

1.1.11. Planejamento Didático-Pedagógico

A Faculdade Presidente Antônio Carlos de Leopoldina desenvolve a educação superior a partir de cursos de graduação nos graus de Licenciatura, Bacharelados e Tecnológicos, cursos de extensão, cursos de Pós-Graduação, todos, na modalidade presencial, a partir de credenciamento específico.

Na educação superior, o processo pedagógico segue as Diretrizes Curriculares Nacionais, dá ênfase às temáticas regionais, utilizando, sobretudo, métodos e técnicas que levem à participação do aluno, tais como: resolução de problemas, debates, seminários, simpósios, dinâmica de grupo e iniciação científica.

Os Projetos Pedagógicos sintetizam a estrutura dos cursos nas matrizes curriculares, onde ficam evidenciadas as disciplinas, carga horária, ementas e metodologias para o processo de formação do aluno.

Em cada disciplina são utilizados, na medida do possível, todos os meios de ensino e estímulo à iniciação científica e extensão, promovendo-se assim, na aprendizagem, a indissociável vinculação existente entre produção, disseminação e transmissão do conhecimento, tendo por meta a formação integral e a preparação do aluno para o mercado de trabalho.

Os cursos de graduação da IES são um conjunto de atividades acadêmico-pedagógicas sistematizadas, que visam a determinados objetivos de formação acadêmica ou profissional, estão organizados de forma a que todos os créditos possam ser normalmente obtidos, dentro de um conjunto de períodos letivos, previamente estabelecidos, de acordo com a legislação em vigor.

A IES estabeleceu as diretrizes que norteiam os Projetos Pedagógicos dos Cursos de

graduação, entendido como um processo de revitalização dos cursos de graduação a partir de sua permanente avaliação e reconstrução coletiva.

Dessa forma, os cursos de graduação têm uma concepção filosófica, embasada e substanciada no que prevê a missão da IES.

A elaboração dos Projetos Pedagógicos dos cursos de graduação segue diretrizes estabelecidas em resoluções específicas do MEC. A estrutura dos PPCs segue os seguintes princípios:

- I. A concepção filosófica norteadora do processo ensino-aprendizagem do curso, nos seus diversos níveis, apresenta uma concepção de mundo, de sociedade e de homem que se deseja para o egresso.
- II. Definição do perfil profissional, estabelecendo suas habilidades e competências, bem como áreas de atuação;
- III. A composição da matriz curricular deve atender aos seguintes pressupostos:
 - a. às Diretrizes Curriculares Nacionais;
 - b. níveis de flexibilização e interdisciplinaridade curricular de acordo com as necessidades do curso;
 - c. concepção da relação entre teoria e prática;
 - d. identificação de uma concepção pedagógica norteadora;
 - e. conceituação das formas de interação entre ensino- iniciação científica - extensão;
 - f. uma concepção e uma sistemática de avaliação do processo de ensino e da aprendizagem;
 - g. as perspectivas e possibilidades interdisciplinares no planejamento, na seleção e organização dos conteúdos curriculares na Educação.

As matrizes curriculares dos cursos de educação superior oferecidos abrangem uma sequência ordenada de disciplinas, cuja integralização dará direito ao correspondente diploma ou certificado.

A IES caracteriza “disciplina” como o conjunto de estudos e atividades de um campo definido de conhecimento, correspondente a um programa a ser desenvolvido, num período letivo, com determinado número de créditos. As disciplinas do currículo são as fixadas, atendendo às peculiaridades regionais e às necessidades de formação geral, humanística e profissional; observada a legislação vigente.

O currículo dos cursos de graduação tem organização própria, com uma grade seriada para localização do aluno acerca de sua fase no curso, ordenados em fases semestrais com pré-requisitos, quando necessários.

O programa de cada disciplina é elaborado a partir da ementa estabelecida no Projeto Pedagógico do Curso, sob a forma de plano de ensino pelo professor da disciplina, discutido e aprovado pelo Colegiado competente.

1.1.12. Parâmetros para Seleção de Conteúdos e Elaboração de Currículos

A seleção de conteúdo é o resultado de um universo maior de conhecimentos e saberes conforme o objetivo que se tenha de educação. Para formar um ser humano crítico e participativo na sociedade é necessário selecionar conhecimentos diferentes daqueles que são tradicionalmente escolhidos e que não priorizam a criticidade.

A definição dos conteúdos para elaboração dos currículos desenvolvidos nos diferentes cursos da IES leva em conta a análise da realidade, foco nos aspectos da inserção regional da Instituição e operada com referenciais específicos, tais como:

- **Sócio-antropológico**, que considera os diferentes aspectos da realidade social em que o currículo é aplicado. Visam despertar no aluno a consciência para os problemas brasileiros e mundiais, de modo que possa capacitá-los a exercer uma profissão na sociedade com respostas conscientes e livres para a construção de um mundo onde todos tenham oportunidades iguais, onde todos participem na produção consciente do espaço, exercendo a cidadania e, conseqüentemente, a democracia plena;
- **Psicológico**, que se volta para o desenvolvimento cognitivo do aluno;
- **Epistemológico**, que se fixa nas características próprias das diversas áreas do saber tratadas pelo currículo;
- **Socioeconômico**, que leva em consideração às necessidades regionais e o desenvolvimento inovador e sustentável necessário à sociedade em que se insere.

Assim, a seleção de conteúdos programáticos e a elaboração dos currículos dos Cursos de Graduação ocorre sob orientação e supervisão do Núcleo Docente Estruturante, que considera as eventuais modificações a serem acrescentadas aos Projetos Pedagógicos dos Cursos e dentre suas atribuições devem contemplar o estudo e análise aprofundada de novas

formas de flexibilização dos diferentes currículos e que atenda à diversidade regional, às exigências legais, bem como, a busca de um pensamento coletivo.

Para tal, os docentes envolvidos no processo devem:

- Tomar como referência a prática profissional, analisar criticamente as formas de seleção e organização dos objetivos e conteúdos, assim como o seu significado no processo de ensino, identificando qual a concepção de homem, mundo e educação que estão orientando essa prática.
- Discutir a importância da determinação dos objetivos como elementos que orientam o processo, envolvendo a seleção de conteúdos, procedimentos, avaliação, e definindo o tipo de relação pedagógica a ser estabelecida.
- Considerar que o conteúdo só adquire significado quando se constitui em um instrumental teórico-prático para a compreensão da realidade do aluno, tendo em vista a sua transformação.

Para assegurar a qualidade do ensino na Instituição e garantir o atendimento às diretrizes pedagógicas estabelecidas, as seguintes atividades são desenvolvidas:

- a revisão contínua dos currículos;
- a atualização permanente de programas, ementas, bibliografias e planos de ensino; a dinamização das atividades práticas de formação profissional; a orientação acadêmica; a ampliação dos recursos de apoio ao ensino; o aperfeiçoamento docente; a qualificação docente; a criação de novos cursos; a elaboração e revisão dos projetos pedagógicos dos cursos e a autoavaliação constante visando ao aperfeiçoamento do trabalho desenvolvido.

Assim, no que concerne a revisão/atualização dos conteúdos e currículos a IES considera o que segue:

- Coerência do currículo com os objetivos do curso;
- Coerência do currículo com o perfil do egresso;
- Coerência do currículo face às diretrizes curriculares nacionais;
- Atendimento as legislações e demais diretrizes emanadas pelo MEC;
- Adequação da metodologia de ensino à fundamentação teórico-metodológica do curso;
- Inter-relação e integração entre as disciplinas;
- Dimensionamento da carga horária das disciplinas;
- Adequação e atualização das ementas e programas das disciplinas;

- Adequação, atualização e relevância da bibliografia.

1.1.13. Planejamento Didático-Instrucional e Políticas de Ensino de Graduação

Para a Faculdade Presidente Antônio Carlos de Leopoldina, o ensino continua sendo uma ação processual, interativa e intencional sistematizada entre professores e alunos, os quais interagem através dos mais diversificados meios de comunicação disponibilizados na atualidade para a execução das práticas pedagógicas.

A interdisciplinaridade e a transdisciplinaridade são categorias prementes no processo de ensino-aprendizagem para aquisição do conhecimento já produzido, indicando caminhos para produção do novo.

O envolvimento da comunidade tem como propósito identificar e atender suas demandas e necessidades com compromisso de divulgar sua produção científica, o que ocorre pela publicação em meios físicos e digitais, bem como, seminários e palestras. Como resposta ao almejado pela sociedade regional, participa efetivamente com a aplicação destes conhecimentos adquiridos e produzidos nas soluções dos problemas apresentados, bem como, com as iniciativas inovadoras, com seus projetos de ensino-aprendizagem focados no empreendedorismo, na inovação e na sustentabilidade, proporciona o cumprimento de seu efetivo compromisso institucional promovendo o desenvolvimento regional e, conseqüentemente, da sociedade.

Neste contexto, a Faculdade tem como princípio pedagógico a indissociabilidade do ensino, da iniciação científica e da extensão. Ou seja, norteadas pela sua concepção de ensino, a IES procura em todo seu percurso educativo vincular a tríade do ensino superior ensino- iniciação científica -extensão aos Projetos Pedagógicos dos cursos de graduação.

Ao efetivar estas ações, desenvolve ensino com qualidade, ampliando e melhorando as condições de oferta. Há que se destacar que a vinculação destas ações está diretamente conectada a um corpo docente qualificado, e infraestrutura necessária, o que a IES disponibiliza a comunidade acadêmica e a sociedade.

As políticas de Ensino da IES visam o ensino como forma de inserir o cidadão em um processo em que, ao mesmo tempo em que apreenda as técnicas relativas à profissão escolhida, permita a constituição de uma visão universal da Ética, voltando -se para a valorização da diversidade, do meio ambiente, da memória cultural, além do desenvolvimento de ações afirmativa dos direitos humanos e da igualdade étnico-racial.

Essa visão holística se dá através de práticas integrativas e inovadoras que posicionam o aluno como centro do processo de aprendizagem, discriminadas neste Plano de Desenvolvimento Institucional.

1.1.14. Mobilidade Acadêmica e Inovação

A Conferência Mundial sobre o Ensino Superior (Paris, outubro 1998) diz que: “os sistemas de educação superior devem fortalecer sua capacidade de conviver com a incerteza, de mudar e provocar mudança,” acompanhada pela constante expansão e renovação do conhecimento, a ser cada vez mais tratado a partir das formas interdisciplinares e de sua natureza complexa.

O atual cenário impulsiona o futuro das IES com base no fenômeno da globalização, que vem revolucionando todas as políticas governamentais e as faz assumir um viés tendo em vista as influências econômicas e financeiras, principalmente, como as socioculturais e educacionais. Os gestores há muito não podem mais ignorar esta conjuntura, como também as instituições de ensino superior, pela sua natureza, já se encontram no caminho de busca de aperfeiçoamento de sua gestão para interpirem-se no cenário da educação e do conhecimento globalizado.

Assim, torna-se imprescindível que a Instituição mantenha uma visão ampliada e prospectada nos cenários que se apresentam, de forma a proporcionar em seus diversos cursos, uma formação profissional sustentada em diretrizes pedagógicas que favorecem ao futuro egresso as competências necessárias à sua atuação no mercado de trabalho, acompanhadas da capacidade de construir seu perfil ao longo dos anos, por meio da educação continuada.

Para a mobilidade acadêmica, as IES passaram a ofertar (através de editais) inscrições para alunos que gostariam de estudar pelo menos um semestre em outro Estado e/ou outra Instituição.

Não existe uma regra específica, pois cada IES possui seus próprios processos, apesar de serem semelhantes. Na maioria das vezes o aluno aproveita o conteúdo cursado na outra Instituição para com as disciplinas ainda a cursar na sua estrutura curricular.

A mobilidade acadêmica proporciona ao aluno, além do enriquecimento do currículo, uma série de conhecimentos e experiências que não teria estudado na mesma Instituição.

Não distante da perspectiva da Instituição e da mobilidade acadêmica, podemos olhar também para o lado da inovação acadêmica, buscando melhorias no processo contínuo no ensino superior.

Podemos dizer que a educação superior passa por mudanças e é preciso ser repensada. Este repensar deve ser no tocante ao espaço físico, ao ensino atual, o professor deve ser um facilitador, o aluno deverá ter mais autonomia, a inserção das tecnologias e a gestão devem ser voltadas à inovação, garantindo ao aluno este protagonismo em sua aprendizagem.

As Instituições devem, contudo, diante destas perspectivas, propor projetos, atitudes e tecnologias que farão diferenças significativas no ensino e no aprendizado. Estas transformações não podem ser desordenadas e sem visão de futuro, portanto deve ser planejada e, em cada uma das etapas, avaliá-las para verificar se há benefícios.

É necessário inovar sempre e este foco deve ser o aluno e também o corpo docente. Quando falamos em também ter o foco no corpo docente para utilizar ferramentas tecnológicas e metodologias inovadoras, devemos primeiramente prepará-los para este novo processo.

O processo de inovação acadêmica deve ser na perspectiva das competências, habilidades e atitudes que farão a diferença do nosso egresso diante do mercado de trabalho que, a cada dia, fica mais exigente. Esta exigência se dá nas competências: responsabilidade; proatividade; liderança; e capacidade na tomada de decisão.

Neste sentido, não podemos continuar com o mesmo padrão de anos, onde tínhamos a figura do professor, o quadro e o aluno. A internet está em nosso cotidiano e exige mudanças, pois as informações estão nas mãos dos estudantes online e as IES precisam acompanhar esse novo momento.

Precisamos formar professores com conhecimento diversificado e que aplicam essa nova cultura no cotidiano em sala de aula, preparando os alunos para o mercado de trabalho. Com esta mudança podemos transformar o nosso meio acadêmico em um ambiente atrativo aos alunos de forma que estimule a criatividade acadêmica.

Para consolidar e implantar a área de inovação acadêmica, a IES deverá ter: liderança e pessoas compromissadas; políticas institucionais de incentivo e reconhecimento do processo de inovação acadêmica; capacidade de fazer gestão das mudanças culturais; agenda de aprendizado institucional; investimento em processos de inovação; infraestrutura e comunicação.

Dentre os objetivos da mobilidade acadêmica, podemos destacar:

- Proporcionar experiências de educação para a comunidade em outras IES vivenciando a sua cultura regional;
- Preparar servidores e acadêmicos para participação em de atividades em outras IES;

- Alcançar excelência nos indicadores de desempenho institucional, estabelecidos pelo SINAES, no que diz respeito à Mobilidade.

EIXO I

**Organização
Administrativa e
Acadêmico-
Pedagógica**



FUPAC

2. EIXO 1- ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA E ACADÊMICO-PEDAGÓGICA

2.1. Planejamento e Avaliação Institucional

2.1.1 Autoavaliação Institucional

Entendida como um processo permanente e como uma ferramenta de gestão, a Avaliação Institucional na Faculdade Presidente Antônio Carlos de Leopoldina tem como objetivo principal a identificação dos problemas, para corrigir possíveis deficiências e para introduzir as mudanças que signifiquem uma melhoria imediata da qualidade do ensino e da instituição como um todo, de acordo com as dimensões previstas na Lei 10.861, de 14 de abril de 2004.

A Avaliação está, portanto, diretamente vinculada à qualidade e, assim, exigirá que alunos, professores, funcionários técnico-administrativos, ex-alunos, quando existentes, e representantes da sociedade civil organizada informem sobre a relevância do ensino e a adequação do mesmo ao mercado de trabalho, sobre as ações direcionadas para a iniciação científica e a extensão, sobre a responsabilidade social e a infraestrutura da Faculdade.

Nessa linha de trabalho todos os segmentos, em igualdade de participação, se envolverão no processo respondendo a questionários, participando de entrevistas dirigidas, analisando documentos, analisando as demandas registradas junto a ouvidoria, analisando os resultados dos eventos de extensão e iniciação científica, ouvindo a sociedade civil organizada por meio de entrevistas com beneficiários das ações sociais promovidas pela IES, bem como pela realização de entrevistas com representantes de entidades classe, representantes do poder público municipal, representantes de associações de bairro, representantes da Associação Comercial e Câmara de Dirigentes Lojistas, representantes de entidades educacionais, de assistência social, saúde, etc., ou seja, através da coleta de dados por meio de instrumentos diversificados, voltados às particularidades de cada segmento e objeto de análise, para que sejam levantados insumos para discussão em grupo, acerca das debilidades, ameaças, fortalezas e oportunidades da Faculdade Presidente Antônio Carlos de Leopoldina.

Assim, a Avaliação Institucional consiste em um processo permanente de elaboração, análise e de intervenção prática, que permite retroalimentar as mais diversas atividades, durante todo o seu desenvolvimento.

O Projeto de Avaliação Institucional da Faculdade Presidente Antônio Carlos de Leopoldina é entendido como uma iniciativa projetada para abranger a avaliação em todas as dimensões das atividades da Instituição, que se abre às observações, críticas e sugestões da comunidade acadêmica, capaz de levar ao autoconhecimento da IES, para que consiga um desenvolvimento cada vez mais qualificado.

Os procedimentos e a sistematização do Processo de Avaliação Institucional acontecem nos termos do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES, elaborado com base no Projeto de Avaliação Institucional.

Cabe à Comissão Própria de Avaliação – CPA, da Faculdade Presidente Antônio Carlos de Leopoldina elaborar, detalhadamente, como se dará a avaliação das 10 dimensões do SINAES, apresentando a sistemática que vai, desde a sensibilização até a divulgação e apropriação dos resultados e dos planos de ações em decorrência de todo o processo.

Eixos e Dimensões do SINAES



A avaliação institucional, por sua concepção diagnóstica, é tida como um importante instrumento, para a tomada de decisões na Faculdade Presidente Antônio Carlos de Leopoldina. A partir dela, pode-se contextualizar todas as 10 Dimensões avaliadas pelo SINAES, em seus respectivos eixos, assinalando, histórica e socialmente, a realidade institucional como um todo.

Para a Faculdade a autoavaliação permite a compreensão dos fatos cotidianos que impactam o atingimento de seus objetivos, reforçando a necessidade de que esta escuta seja realmente

ativa, ou seja, que seus resultados gerem ações que possibilitem elevar o nível da qualidade da Educação ofertada, dos serviços de suporte prestados e dos processos de gestão utilizados.

Nesse sentido, a avaliação institucional, por sua amplitude, exige o uso de múltiplas observações e instrumentos, que tragam em seu bojo critérios coerentes e relevantes sob o ponto de vista do que observam e buscam revelar. Assim, a avaliação institucional auxilia no desenvolvimento do projeto da Faculdade, colocando uma lente de aumento sobre a necessária reflexão, coletiva, sobre sua identidade e onde se pretende chegar.

Para tanto, a Faculdade Presidente Antônio Carlos de Leopoldina adota os seguintes objetivos:

- ✓ Implementar e consolidar o processo de autoavaliação institucional de forma a atender à Lei do SINAES nº 10.861, de 2004, organizando-o como um instrumento de política educacional, voltada para a construção e consolidação da qualidade, da participação e da ética na educação superior, respeitando às diferentes identidades institucionais e regionais;
- ✓ Promover a avaliação contínua das atividades desenvolvidas pela IES, de modo a estimular um processo avaliativo embasado na construção coletiva e que almeje a melhoria contínua e ao aperfeiçoamento de ações;
- ✓ Fortalecer a representatividade dos órgãos gestores e colegiados na vida acadêmica, utilizando os dados da Comissão Própria de Avaliação (CPA) para detectar fragilidades e potencialidades gerando insumos para a tomada de decisão gerencial;
- ✓ Organizar uma forma padrão de informações da IES, seja na fase de sensibilização dos respondentes, seja na divulgação de seus resultados, de maneira a levar os envolvidos à compreenderem que a aferição da realidade permite, verdadeiramente, a revisão das políticas e práticas pedagógicas e administrativas;
- ✓ Criar estratégias de marketing e propaganda para divulgação dos projetos institucionais e de informações úteis para as comunidades interna e externa, mobilizando os saberes para a busca de maior inovação, participação e engajamento, tornando mais efetiva a vinculação da Instituição com a comunidade;
- ✓ Transformar a autoavaliação institucional em uma meta-avaliação, ou seja, em uma avaliação da avaliação. Essa consciência da avaliação como um processo de alimentação e retroalimentação de informações garantirá a verificação do nível da qualidade da autoavaliação, dando-lhe maior consistência e suficiência.

Vale ressaltar, que o projeto de avaliação institucional da Faculdade Presidente Antônio Carlos de Leopoldina não foi idealizado apenas para cumprir uma exigência legal, em função do SINAES. Acredita-se que, ao longo dos anos de prática avaliativa, a trajetória de autoavaliação na Faculdade deve ser marcada, sobretudo, por ações, processos e reflexões que conduzam ao autoconhecimento, na busca de subsídios para o aperfeiçoamento da gestão acadêmica. Tal documento deve ser de conhecimento geral da comunidade acadêmica e deve encontrar-se disponível para consulta na IES.

Com o intuito de garantir a participação igualitária de todos os segmentos da comunidade acadêmica e da sociedade civil organizada, a comissão própria de avaliação será composta pelos seguintes membros:

- ✓ Dois representantes do corpo docente;
- ✓ Dois representantes do corpo discente;
- ✓ Dois representantes do corpo técnico administrativo;
- ✓ Dois representantes da sociedade civil organizada.

2.1.2. Procedimentos

A Avaliação da Instituição tem também por objetivo identificar seu perfil e o significado da sua atuação, por meio de suas atividades, cursos, programas, projetos e setores, respeitando as diversidades. Para isso, são consideradas obrigatoriamente dez dimensões, contemplando: a missão e o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI); a política para o ensino, investigação científica, pós-graduação e extensão; a responsabilidade social da instituição; comunicação com a sociedade; políticas de recursos humanos; organização e gestão; infraestrutura física; planejamento e avaliação; políticas de atendimento ao estudante; e a sustentabilidade financeira da instituição.

A Avaliação Institucional da IES, desde sua criação, esta fortalecida com a decisão política que a prioriza como forma de diagnóstico e garantia da qualidade em educação. Em sua ação, a Direção procura o pleno envolvimento de toda a equipe institucional, acreditando ser esse o princípio fundamental para todo o trabalho de avaliação. A fundamentação teórico-conceitual obtida através da iniciação científica e dos estudos de vários profissionais são elementos norteadores do programa de AI.

O envolvimento de todos os segmentos da comunidade acadêmica na realização do que pressupõem os Projetos Pedagógicos dos Cursos e o Plano de Desenvolvimento Institucional constituirão os princípios para a qualidade em educação.

A Faculdade Presidente Antônio Carlos de Leopoldina assume o ritmo da transformação contínua, onde a preparação técnica e científica caminham juntas com a reflexão cultural de forma criativa e profunda. Isso passa pela contínua reflexão, pela participação dos alunos no projeto universitário, pela formação continuada dos docentes, pela cooperação e diálogo com as instituições e o contexto social no qual se vincula. Em resumo, a sistemática da avaliação institucional, com vistas à melhoria da qualidade, é desenvolvida obedecendo aos seguintes princípios básicos:

- ✓ Conscientização da necessidade de avaliação por todos os segmentos envolvidos;
- ✓ Reconhecimento da legitimidade e pertinência dos princípios norteadores e dos critérios a serem adotados;
- ✓ Envolvimento direto de todos os segmentos da comunidade acadêmica (professores, alunos, funcionários administrativos e sociedade civil) na sua execução e na implementação de medidas para melhoria do desempenho institucional.

2.1.3. Princípios Norteadores da Avaliação Institucional

- ✓ Globalidade;
- ✓ Legitimidade;
- ✓ Impessoalidade;
- ✓ Respeito à identidade institucional e suas características próprias;
- ✓ Continuidade;
- ✓ Regularidade; e
- ✓ Disposição para a mudança.

O Programa de Avaliação Institucional objetiva manter os diferentes setores de trabalho informados sobre seus aspectos de excelência, deficiência e carência, de tal forma que sejam tomadas decisões administrativas que gerem ações necessárias para promover correções dos desvios e carências e/ou manter e animar o que se mostrou como de excelência, com vistas a rever e aperfeiçoar o seu Projeto Institucional. Como exigência institucional, e também da comunidade acadêmica, deve-se cuidar para que a avaliação institucional seja sempre:

- I.um processo contínuo de aperfeiçoamento do desempenho acadêmico;
- II.uma ferramenta e um conjunto de diretrizes para o planejamento e a gestão acadêmica e Institucional; e

III.um processo constante de prestação de contas de todos para com todos;

Essas diretrizes, mais abrangentes, são desdobradas nas seguintes perspectivas de resultados:

- ✓ avaliar todos os segmentos internos para a atualização dos projetos pedagógicos e projetos administrativos;
- ✓ estimular a criatividade e provocar o encorajamento dos membros das comunidades acadêmica e administrativa para o surgimento de novas possibilidades, para a solução de problemas estruturais e funcionais;
- ✓ identificar manifestações de desacerto entre as instâncias acadêmicas e administrativas;
- ✓ apontar relações da Faculdade para com a sociedade, no que se refere às necessidades, possibilidades e potencialidades para ações recíprocas;
- ✓ avaliar planejamentos e programas pedagógicos e administrativos, visando à sua adequação ao contexto histórico, social e político;
- ✓ diagnosticar a adequação à clientela, ao contexto da sociedade onde ela se insere e aos cursos de graduação;
- ✓ indicar as áreas sobre as quais prevalecerão os cursos de pós-graduação;
- ✓ apontar as necessidades educacionais emergentes no contexto da área de abrangência e indicar seu potencial de ação;
- ✓ Identificar os melhores procedimentos acadêmicos para a transmissão e produção do conhecimento e a promoção da iniciação científica;
- ✓ identificar, na comunidade acadêmica, as lideranças intelectuais para a produção de novos conhecimentos e inovação tecnológica e científica; e
- ✓ identificar os procedimentos necessários para melhorar as relações com a comunidade acadêmica e com outras instituições nacionais ligadas à educação superior;
- ✓ Fomentar o engajamento crescente de toda a comunidade acadêmica e sociedade civil, por meio da realização de seminários e outras estratégias de sensibilização, bem como divulgação das conquistas obtidas por meio da CPA.

2.1.4. Metodologia

A CPA da Faculdade Presidente Antônio Carlos de Leopoldina, respeitando os preceitos da legislação vigente, é constituída por 02 (dois) membros de cada segmento da comunidade acadêmica, assim também como da sociedade civil organizada a saber: 02 representantes

do corpo docente, 02 representantes do corpo técnico-administrativo, 02 representantes discentes, e 02 representantes da sociedade civil organizada.

Em sua linha de trabalho e para o bom desenvolvimento da Avaliação Institucional, todos os segmentos da comunidade acadêmica e da sociedade civil organizada, em igualdade de participação, sem privilegiar a maioria absoluta de qualquer um deles, se envolvem no processo respondendo a questionários, participando de entrevistas, analisando os aspectos positivos e negativos dos cursos, discutindo em grupo as debilidades e fortalezas da Faculdade Presidente Antônio Carlos de Leopoldina e também dando sugestões que provoquem a melhoria da sua qualidade.

Assim, a Avaliação Institucional consiste em um processo permanente de elaboração de conhecimentos e de intervenção prática, que permite retroalimentar as mais diversas atividades da Faculdade, durante todo o seu desenvolvimento, sendo que a CPA tem como um de seus objetivos a participação crescente de toda a comunidade acadêmica no processo autoavaliativo.

Esse processo ocorrerá em vários momentos, com a efetiva participação de todos os segmentos da comunidade acadêmica, bem como da sociedade civil organizada:

- I. Avaliação do docente, professor por disciplina (semestralmente, envolvendo coordenadores, docentes e discentes);
- II. Avaliação do docente, pelo coordenador de curso (semestral);
- III. Avaliação do coordenador de curso pelo docente, professor e discente (semestral);
e
- IV. Avaliação Institucional Geral (envolvendo todos os segmentos: discentes, docentes, professores, coordenadores, Diretores, funcionários técnico-administrativos, egressos do curso e representantes da sociedade civil organizada).

A coleta de informações para diagnóstico e estudo da realidade institucional é viabilizada por meio de um instrumento de coleta de dados (questionário do tipo estruturado) cujos dados, sempre atualizados, servem como subsídios para o processo de Avaliação Institucional.

O questionário compõe-se por questões objetivas, sendo possível marcar apenas uma opção das alternativas propostas. A coleta de dados se dá por meio de acesso individual dos respondentes ao questionário, disponibilizado por meio eletrônico em ambiente virtual.

Os questionários foram elaborados visando as particularidades de cada segmento e objeto de análise e foram formulados em consonância com os cinco eixos propostos pelo instrumento de avaliação institucional externa do INEP, publicado em outubro de 2017. Para cada eixo, foram construídos indicadores que refletem a realidade e a vocação da IES. As perguntas foram direcionadas e filtradas de acordo com o perfil de cada respondente (discente, docente, técnico-administrativo). Já para egressos, quando existentes, e para a sociedade civil, os questionários possuem formato de questões abertas.

São utilizados também outros instrumentos diversificados para a coleta de dados como: análise documental, entrevistas com os funcionários dos setores, reuniões com grupos focais, etc.

Os questionários são respondidos pelo corpo Docente, pelo corpo Discente, pelo corpo Técnico-Administrativo, pelos egressos, quando existentes e pela sociedade civil.

As categorias e os indicadores aplicados a este instrumento foram construídos a partir de um levantamento feito junto aos setores envolvidos, a fim de retratar, com fidedignidade, a realidade e as expectativas dos interessados e envolvidos na avaliação, para propiciar diagnósticos confiáveis.

A coleta e análise de dados da Avaliação Geral acontece sistematicamente em ciclos, sendo que, em cada ciclo avaliativo serão realizadas duas coletas de dados.

A Avaliação para diagnóstico global é feita a partir da visão dos discentes, dos docentes, dos técnico-administrativos, dos egressos, quando existentes, e de representantes da sociedade civil. Os instrumentos utilizados nesta modalidade contemplam as dez dimensões do SINAES.

A cada período da Avaliação é organizada uma campanha motivadora para que alunos, professores, funcionários técnico-administrativos e representantes da sociedade civil respondam às pesquisas.

A coleta e análise de dados da Avaliação Docente, também realizada através de questionários estruturados e disponibilizados por meio eletrônico, acontecem sistematicamente a cada semestre letivo sendo feita a partir da visão discente e docente, de aspectos gerais e relevantes dos processos de ensino-aprendizagem, das estruturas acadêmicas de todos os cursos, detectando pontos de excelência e carência.

Assim sendo, a Avaliação Docente quer indicar os seguintes aspectos institucionais: relacionamento entre corpo docente e discente, motivação, grau de comunicação e expressão, respeito e valorização das opiniões discentes e da ação didático-pedagógica do docente propriamente dita; desempenho interdisciplinar; compromisso com a ética; compromisso com o conhecimento; dinâmica de avaliação da aprendizagem e domínio de conteúdo pelo docente.

Cada aluno responde a um questionário contendo as questões referentes aos componentes curriculares nos quais está matriculado no semestre, tendo, desta forma, oportunidade de avaliação dos docentes de todas as disciplinas. A pesquisa na modalidade Avaliação Docente será por amostragem e terá como percentual representativo o mínimo de 30% (trinta por cento) do número de alunos de cada classe. Estes alunos serão escolhidos aleatoriamente, buscando o máximo de neutralidade para esta representação.

A Comissão Própria de Avaliação organiza as campanhas de avaliação, com o auxílio do Diretor, Coordenadores de Curso e representantes de classe, que colaborarão para a divulgação das datas, formas e objetivos do exercício de avaliar.

Os avaliadores de todos os segmentos, depois de cadastrados no sistema, respondem aos questionários de forma on-line. Inicialmente a pesquisa nesta modalidade deverá ter como percentual representativo o mínimo de 70% - (setenta por cento) de cada segmento de avaliadores, sendo que por meio das campanhas de sensibilização, ações de marketing em mídias sociais, eletrônicas e impressas, bem como demonstração das conquistas realizadas a partir da avaliação institucional, espera-se o engajamento crescente da comunidade acadêmica nas campanhas de avaliação, com o objetivo de atingir a participação de 100% (cem por cento) de toda a comunidade acadêmica interna (professores, alunos e funcionários técnico-administrativos), bem com o crescimento de minimamente 20% do número de entrevistados da sociedade civil em cada ciclo avaliativo.

Os egressos, quando existentes, participam desta avaliação geral, respondendo a questionários próprios de forma on-line, e os representantes da sociedade civil organizada responderão a questionário com questões abertas.

Os objetivos traçados para a avaliação institucional são atingidos, em especial, quando houver a participação efetiva da comunidade acadêmica. Por isso, é de fundamental importância a primeira fase do processo, que é a sensibilização. Divulgar as melhorias alcançadas a partir dos resultados da autoavaliação institucional é considerada como importante e eficaz estratégia para gerar o engajamento dos setores envolvidos.

A mobilização tem previsão de início, aproximadamente, um mês antes da data definida no calendário escolar para aplicação dos instrumentos e envolverá, primeiramente, o diretor e os coordenadores de curso. Como parte dessa mobilização interna, a Faculdade tem como estratégia a realização de reuniões com os representantes de turma e coordenadores de cursos, na qual é explicado o processo de autoavaliação, o órgão responsável (CPA), a metodologia utilizada, as finalidades da mesma e as melhorias alcançadas.

Essa comunicação ressalta como este processo faculta aos cursos e à toda a Instituição a oportunidade de se conhecerem melhor e refletirem sobre o que fazem, como se organizam e agem, ao mesmo tempo em que podem descobrir como são vistos pela comunidade acadêmica e pela sociedade. Na reunião será ressaltado, ainda, a importância de todos trabalharem juntos pela melhoria da educação, conseguindo identificar as fragilidades e assim ter a oportunidade de corrigir as ações de acordo com os objetivos traçados.

Em seguida, a previsão é de que os docentes e funcionários técnico-administrativos e, por fim, a comunidade discente sejam sensibilizados a participar com a ampla divulgação da versão dos modelos específicos.

Com o objetivo de gerar comprometimento com o processo de autoavaliação, são utilizados meios formais de comunicação com todas as áreas avaliadas como, por exemplo, carta ao responsável do setor administrativo ou acadêmico, e-mails, SMS, cartazes informativos nos ambientes acadêmicos, site da Instituição, redes sociais, portal do aluno e do professor.

A CPA acredita que a participação dos professores no processo de divulgação, é extremamente importante, visto que eles são os maiores disseminadores das informações acadêmicas. Sendo assim, os docentes também receberão durante todo o período da Avaliação Institucional materiais informativos.

Um componente essencial para a realização das avaliações internas é a cooperação expressiva da comunidade acadêmica nos processos avaliativos. Para que a participação voluntária seja efetiva e confiável é preciso que os atores envolvidos tenham conhecimento da existência desses processos e da sua importância para a Faculdade, o que pressupõe a disseminação de uma cultura de avaliação.

Desse modo, as ações são iniciadas pela CPA e procuram alcançar os diferentes segmentos da comunidade acadêmica.

Para o fluxo de **SENSIBILIZAÇÃO** ser eficaz deve envolver a Direção, as Coordenações de Curso, os setores administrativos, os docentes e os discentes, em conjunto com a CPA no intuito de desenvolver ações que objetivam dar visibilidade aos processos avaliativos.

Assim são realizadas, no início de cada ciclo, reuniões para definir novas ideias relativas à divulgação das avaliações, no sentido de aprimorar a utilização dos meios de comunicação, a exemplo das redes sociais, com a inserção de vídeos explicativos, folders, banner, depoimentos, etc.

Por outro viés, há um momento em que a comunidade acadêmica será convidada a responder os formulários eletrônicos de coleta de dados, customizados para cada um dos segmentos.

O convite é realizado por meio de e-mail e o acesso ao questionário corre tanto pelo link encaminhado quanto através do login nos sistemas informatizados da Faculdade.

Também é feito contato com os coordenadores de curso, permitindo que informações mais detalhadas acerca das avaliações possam ser repassadas a fim, inclusive, de demandar uma divulgação mais incisiva e individualizada nos respectivos cursos.

A sensibilização também abrange a confecção de cartazes que são distribuídos por toda a instituição, além de chamadas nas redes sociais oficiais. Como forma de permitir a **apropriação** dos resultados por todos os membros da comunidade acadêmica, após a coleta e a sistematização dos dados, novamente é enviado e-mail a todos os segmentos, de modo a realizar a devolutiva dos resultados obtidos de forma sintética e analítica, informando que os relatórios elaborados a partir dos questionários encontram-se na página eletrônica da CPA.

Além disso, os resultados das avaliações são divulgados em reuniões com todos os membros da comunidade acadêmica. Os Coordenadores de Curso têm acesso aos dados sobre os docentes e as disciplinas vinculados ao seu respectivo Curso. Os professores apenas acessam a sua avaliação individual como docente e de sua(s) disciplina(s).

Com o objetivo de trazer o feedback dos processos passados e de promover a sensibilização para processos futuros, bem como para garantir a apropriação dos resultados, a CPA realiza diversos eventos, com a participação de todos os segmentos da comunidade acadêmica, inclusive com representantes da sociedade civil organizada.

Com base nessas ações, a CPA pretende consolidar cada vez mais a cultura de avaliação, principalmente junto aos discentes, o que envolve não somente o momento anterior ao período de consulta, mas inclusive o posterior, no sentido de trazer ao conhecimento dos alunos uma devolutiva dos resultados rápida e clara para que estejam mais conscientes dos pontos fracos e fortes relativos aos cursos e à instituição e possam contribuir com debates sobre o aperfeiçoamento da gestão acadêmica e administrativa.

Durante o período da Avaliação Institucional, a CPA fica responsável em compartilhar os índices de participação discente, para toda a comunidade acadêmica. Via sistema próprio (plataforma de gestão da Avaliação Institucional), o presidente verificará as participações por curso e turma, para que a CPA consiga atuar assertivamente.

2.1.5. Resultados e divulgação

Os resultados da Avaliação Institucional são validados estatisticamente, realizando o cruzamento dos dados coletados em diferentes segmentos. Em seguida será feito o retorno (de forma sintética por meio de relatórios qualitativos e de forma analítica por meio de relatório quantitativo composto por tabelas e gráficos) da avaliação a todos os segmentos envolvidos, de tal forma que esses tenham conhecimento das recomendações de melhorias, cujo enfoque é a implementação de mudanças e projetos, no sentido de alcançar as metas ali sugeridas.

O retorno dos resultados é feito através de:

- I. Divulgação dos resultados gerais (analíticos e sintéticos) na unidade e nos cursos, bem como no site institucional e outros canais de comunicação;
- II. Retorno individual dos resultados, aos professores do curso, através de documento contendo a análise individual do desempenho (entregue pelo coordenador);
- III. Reuniões e encontros com corpo administrativo; corpo docente e corpo discente;
- IV. Reuniões com representantes da sociedade civil organizada;
- V. Divulgação de mensagens curtas e pequenos relatos por meio das mídias sociais;
- VI. Os segmentos se apropriarão dos resultados e medidas recomendadas pela CPA, através da elaboração do Plano de Ação;
- VII. A devolutiva da implementação e efetividade de ações devem ser feitas pelos segmentos à CPA.

Assim o projeto de autoavaliação institucional prevê a sensibilização de todos os segmentos da comunidade acadêmica, não só para atentá-los no que concerne à relevância do processo como um instrumento de gestão e de ação acadêmico-administrativa de melhoria institucional, mas sobretudo para ressaltar a eles a importância da apropriação dos resultados por parte de todos.

Para tanto, no planejamento da CPA consta a previsão de uma divulgação analítica dos resultados.

A sistemática de apuração dos resultados contempla os múltiplos recortes da avaliação: quanto à metodologia, quantitativa e qualitativa; quanto à instância, interna e externa; quanto aos objetivos, à tomada de decisão, ao mérito e à construção coletiva. Desta forma, a análise dos resultados da avaliação institucional, embora de competência da CPA, não se restringe apenas aos seus membros.

O projeto de avaliação institucional da IES definiu um modelo de sistematização dos dados coletados, que se caracteriza pela interlocução entre os diversos sujeitos que fazem parte da instituição e os diversos focos onde os processos educacionais, gerenciais e administrativos se efetivam.

No processo, trabalha-se com três princípios: apresentação dos resultados, melhoria e aperfeiçoamento; construção coletiva.

Do ponto de vista operacional, a Faculdade oferecerá o apoio necessário no tratamento dos dados, o que mostra o interesse da instituição na Avaliação Institucional como ferramenta privilegiada para orientação dos processos de planejamento e gestão da Instituição.

Do ponto de vista humano, o processo de autoavaliação corre o risco de não conseguir traduzir todas as percepções de seus atores e, por isso, é necessário que, mesmo durante a elaboração dos resultados, sejam colhidas novas percepções que contribuam para a melhor interpretação dos resultados encontrados.

A ampla divulgação e discussão dos resultados, sintéticos e analíticos, tanto da avaliação interna como da externa, é, em si, uma importante estratégia para garantir que a comunidade acadêmica e administrativa possa se comprometer e contribuir cada vez mais no processo avaliativo, apropriando-se dos resultados do mesmo.

Periodicamente, a Instituição deve, inclusive, promover a revisão dos instrumentos e o aprimoramento do modelo de avaliação, a partir de sugestões e críticas formuladas pela comunidade acadêmica aos processos, princípios e resultados da avaliação.

A CPA é responsável por tabular e analisar estatisticamente os dados. Tratados os dados e consolidados os resultados da avaliação institucional, serão geradas peças devolutivas e os relatórios da avaliação.

Os relatórios da avaliação ficam disponíveis no portal acadêmico e no site da faculdade. Para a divulgação dos resultados da avaliação discente serão também afixados cartazes com os dados gerais da Instituição, em sala de aula, no site e redes sociais.

Além disso, os Coordenadores discutem os resultados de cada curso nas reuniões com os líderes de turma e com os docentes. Os coordenadores também utilizam os resultados da Avaliação para fazer a gestão docente, promovendo feedbacks aos professores e encaminhando os planos de ação, baseados nos resultados apresentados, à CPA.

A CPA, por sua vez, envia os resultados aos líderes dos serviços avaliados na AI, para que eles trabalhem os planos de ação à curto, médio e longo prazo.

No processo de divulgação, a CPA considera sempre abrir o canal de comunicação com a comunidade acadêmica, a fim de apurar críticas e sugestões que levem ao aprimoramento do modelo de avaliação institucional e à incorporação sugestões de melhorias coletadas durante o processo.

2.1.6. Análise de Dados

Os dados e as informações apresentados no desenvolvimento são analisados e apropriados pelos atores da Instituição, culminando no planejamento e na execução das ações. Nesta seção deve ser realizado um diagnóstico a respeito da IES, ressaltando os avanços e os desafios a serem enfrentados.

Também deve ser evidenciado no relatório o quanto foi alcançado em relação ao que foi estabelecido no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), considerando o perfil e a identidade da IES.

2.1.7. Ações com Base na Análise

As ações são previstas a partir da análise dos dados e das informações, visando à melhoria das atividades acadêmicas e de gestão da Instituição.

A CPA, além dos relatórios institucionais, elabora relatórios segmentados para cada curso da Instituição que são remetidos ao NDE, com recomendações para processos decisórios. De posse desses, é Política Institucional que cada NDE responda aos relatórios com a realização de ações efetivas de melhoria no âmbito do seu curso.

A autoavaliação colabora para a reflexão de todas as atividades desenvolvidas no âmbito da Faculdade, culminando no aperfeiçoamento e mudanças, nas diferentes esferas, possibilitando à sua comunidade a apreciação e participação na gestão e na melhoria do desempenho acadêmico, particularmente na relação pedagógico-administrativa.

Uma vez que a autoavaliação tenha conseguido mostrar a percepção que a Instituição tem de si mesma, envolvendo todos os segmentos institucionais, e que tenham sido identificados os seus êxitos, o que pode ser melhorado e os aspectos que necessitarão ser modificados substancialmente, deverá ser elaborado o Plano de Ação e/ou melhorias.

O Plano de Ação e/ou melhorias é o elemento-chave para a transformação positiva da realidade, permitindo uma visualização efetiva dos esforços necessários para se buscar a qualidade institucional. A partir do complexo processo de avaliação, o Plano de Ação pode promover a articulação do que foi idealmente imaginado com a realidade. Isso significa que, à medida que se propõe a responder a perguntas básicas para transformar ideias em realidade, possibilitará o estabelecimento de prazos, responsabilidades e recursos, criando medidas para o acompanhamento das soluções.

Como resultado prático de ações de avaliação implementadas na Faculdade, adota-se as necessárias decisões sobre os cursos que deverão receber investimentos em infraestrutura e quais incentivos deverão ser dados à criação de projetos na área de ensino, iniciação científica e extensão que levem alunos e professores ao desenvolvimento integrado de novas metodologias de trabalho.

2.1.8. Formas de Utilização dos Resultados das Avaliações

Finalizada a tabulação e análise dos resultados da Avaliação Institucional, são gerados relatórios encaminhados à Direção e demais setores envolvidos.

A CPA tem um período fixado para promover a discussão do resultado da Avaliação, conjuntamente com os dirigentes das áreas acadêmica, administrativa, professores, lideranças de alunos e representantes da sociedade civil.

Nesse período, são discutidas, em especial, as considerações e recomendações obtidas. A partir desse trabalho, durante as etapas de planejamento das atividades institucionais (acadêmicas e administrativas), os resultados da Autoavaliação são considerados como indicativos de ações a serem implementadas, visando às melhorias indicadas. Assim, o relatório final com seu diagnóstico e recomendações servem de base para o aprimoramento das ações, tendo em vista atingir os fins colimados pelos gestores, considerando-se a missão institucional, o planejamento estratégico e este PDI.

As mais recentes tendências de avaliação institucional estão baseadas em uma concepção que tem como eixo central a vocação da IES e os processos pelos quais busca realizá-la. Essa concepção está presente na proposta do SINAES. Trata-se de nortear a avaliação pelo modo como a instituição traça seus caminhos para alcançar seus objetivos. Não se esgota, pois, em um modelo que retrate estaticamente a organização, mas em uma proposta que busca entender e explicar o que acontece na instituição e por que acontece, com o intuito de aprimorar a sua trajetória para que se realize a sua missão, impactando o processo de gestão da IES.

Os processos de avaliação institucional compreendem dois momentos: o da avaliação interna e o da avaliação externa.

No primeiro, a instituição reconstrói a imagem que tem de si mesma, reunindo suas percepções e os dados que as baseiam. É um momento de elaboração do que vem sendo denominado de autoavaliação, seguido da construção de um plano de ação, isto é, a definição dos aspectos que podem ser melhorados para aumentar o grau de realização da sua missão, objetivos e diretrizes institucionais e/ou de sua eficiência organizacional.

O segundo momento, o da avaliação externa, é aquele em que essa visão é discutida por uma comissão externa nos atos de autorização, reconhecimento e renovação do reconhecimento de curso e credenciamento da instituição. As comissões externas, ao interagir com os diferentes setores da instituição, também realizam um processo de avaliação

à medida que discutem a visão que a instituição tem de si mesma e apresenta recomendações para seu desenvolvimento.

É evidente que a instituição vive inserida em um contexto social concreto, no qual promove intervenções e no qual busca elementos para seu crescimento e melhoria. Por essa razão, serão consideradas estratégicas as relações com os processos periódicos de avaliações externas. Essa concepção dinâmica de avaliação institucional se assenta sobre uma matriz referencial de dimensões, cuja marca é a integração, os quais têm provocado mudanças inovadoras na Faculdade.

Tal matriz relaciona as dimensões “imateriais” da instituição (ensino, iniciação científica, extensão, gestão e clima) com as dimensões relativas aos elementos concretos que lhes dão vida e materialidade (corpo docente, corpo discente, corpo técnico-administrativo, processos, recursos materiais e recursos financeiros). Todas essas dimensões são focadas em uma dimensão maior, que pode ser denominada de missão, vocação e objetivos da instituição.

A dinâmica desses dois momentos da avaliação, interno e externo, não pode ser condensada em um único modelo que retrata estatisticamente a instituição, mas em uma proposta que busca entender e explicar o que acontece e por que acontece, com o intuito de aprimorar a trajetória da Faculdade para que realize a sua missão. Por isso é colocada, no centro do processo, a integração organizacional, ou seja, como seus diferentes elementos interagem para a obtenção dos fins desejados.

Dessa forma, a Avaliação Institucional da Faculdade desde sua criação, está fortalecida com a decisão política que a prioriza como forma de diagnóstico e garantia da qualidade em educação. Assim, o processo avaliativo na IES obedecerá aos princípios legais da avaliação estando dentre eles a elaboração de relatórios, previstos também no planejamento da CPA, que deverão contemplar versões Parcial e Integral (Final).

Versão Parcial: Os relatórios parciais deverão contemplar as informações e ações desenvolvidas pela CPA nos dois primeiros anos do ciclo avaliativo na IES, explicitando os eixos trabalhados.

Versão Integral: O relatório integral/final deverá contemplar as informações e ações desenvolvidas pela CPA no último ano do ciclo avaliativo da IES, bem como discutir o conteúdo relativo aos dois relatórios parciais anteriores, explicitando uma análise global em relação ao PDI e a todos os eixos do instrumento, de acordo com as atividades acadêmicas e de gestão.

Periodicidade: De acordo com o procedimento padrão da IES e seguindo as determinações legais, a partir do ano de início do ciclo avaliativo da IES, o Relatório de Autoavaliação é inserido anualmente em aba própria no Sistema e-Mec.

Nos dois primeiros anos o relatório é inserido em sua versão parcial. No terceiro ano, é inserido em sua versão integral/final, conforme segue:

- até 31 de março do ano subsequente ao primeiro ano do processo avaliativo, inserção do 1º Relatório Parcial;
- até 31 de março do ano subsequente ao segundo ano do processo avaliativo, inserção do 2º Relatório Parcial;
- até 31 de março do ano subsequente ao terceiro ano do processo avaliativo, inserção do Relatório Integral/Final.

Assim, a Faculdade, à luz do seu Projeto Educativo, Missão, Visão e Valores, tem como principal instrumento de gestão o seu Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI. O documento traz claramente metas e objetivos que auxiliam no processo de gestão e projeções futuras, subsidiado pelos resultados da avaliação institucional nas vertentes da AUTOAVALIAÇÃO destacados a seguir a partir dos seguintes eixos: Planejamento e Avaliação Institucional; Desenvolvimento Institucional; Políticas Acadêmicas; Políticas de Gestão e Infraestrutura Física, e AVALIAÇÃO EXTERNA, cujos resultados geram subsídios para a ação dos Planos de Melhorias.

2.1.9. Evolução Institucional a partir dos processos de Planejamento e Avaliação Institucional

Em decorrência de ações sugeridas pela CPA, a partir de demandas percebidas através de etapas de autoavaliação institucional, e também de propostas constantes na programação anual de investimentos da Mantenedora, sempre atendendo às necessidades emergentes da Instituição, destacam-se as principais evoluções após o início de funcionamento da IES:

Evoluções Institucionais

- Reestruturação da acessibilidade arquitetônica;
- Ampliação da política de divulgação institucional interna e externa;
- Ampliação dos Projetos de Extensão da Faculdade;
- Assinatura e Licenciamento dos Laboratórios Virtualizados da ALGETEC;
- Estruturação do Repositório Institucional;
- Manutenção e ampliação da Política de Acolhimento e Acompanhamento dos Ingressantes;

- Ampliação do Programa de Nivelamento e Monitoria;
- Renovação da assinatura da Biblioteca virtual “Minha Biblioteca” para todos os alunos, com mais de 11.000 títulos;
- Disponibilização do Ambiente Virtual de Aprendizagem para os alunos e professores;
- Implementação do sistema de Pré-matrícula *on-line* – Portal mantido pela plataforma ERP TOTVS para automatizar e otimizar os processos de matrícula e também desburocratizar a rotina exigida nos trâmites, simplificando e agilizando o serviço;
- Realização de Treinamentos de corpo docente e técnico administrativo;
- Flexibilização em relação aos pagamentos das mensalidades;
- Avanços na organização e planejamento para a Curricularização da Extensão;
- Atualização e divulgação da Cartilha Informativa Institucional relativa à Sustentabilidade e Educação Ambiental;
- Intensificação de acompanhamento e suporte dos profissionais das Plataformas Digitais e de Tecnologia da Informação à comunidade acadêmica;
- Revisão da Matriz Curricular visando inovações no Currículo do Curso e ajustes necessários para o ensino remoto;
- Elaboração de Guia ENADE e disponibilização aos alunos e professores;
- Inovação das metodologias de ensino e de suas tecnologias digitais da informação e da comunicação, inserção de novas Plataformas Digitais utilizadas para o desenvolvimento da IES;
- Manutenção e ampliação do laboratório de informática;
- Construção de auditório próprio da faculdade: “Auditório Professor Bonifácio Andrada”.

EIXO II

Desenvolvimento Institucional



FUPAC

3. EIXO 2 - DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

Para bem cumprir seu papel na sociedade e em consonância com as diretrizes definidas pela Entidade Mantenedora, a Faculdade Presidente Antônio Carlos de Leopoldina tem seu Plano de Desenvolvimento Institucional orientado por sua missão, visão e valores:

3.1. Missão

“Formar profissionais socialmente responsáveis, capazes de estender à comunidade em que vivem os conhecimentos das ciências, contribuindo para o desenvolvimento social e cultural da região, do Estado e do País.”

3.2. Visão

“Ser uma Instituição de Educação Superior de referência na região e no Estado de Minas Gerais, buscando o contínuo aprimoramento e desenvolvimento do ensino e da extensão.”

3.3. Objetivos

São objetivos da Faculdade Presidente Antônio Carlos de Leopoldina:

- ✓ Garantir a efetividade da Avaliação Institucional como instrumento de gestão;
- ✓ Assegurar que a comunidade acadêmica perceba a Avaliação Institucional como instrumento participativo no aperfeiçoamento da Instituição;
- ✓ Assegurar que a missão, os objetivos, as metas e os valores da Instituição estejam contemplados nas políticas de ensino e extensão;
- ✓ Reformular o Programa de Nivelamento;
- ✓ Melhorar a Gestão do Corpo Docente e Técnico -administrativo;
- ✓ Aumentar a sinergia entre os cursos de graduação e pós-graduação;
- ✓ Melhorar o desempenho acadêmico;
- ✓ Garantir eficácia nos processos de comunicação internos e externos;
- ✓ Garantir infraestrutura física laboratorial, de biblioteca, tecnológica, salas de aula e administrativa que atenda às necessidades dos cursos ofertados;
- ✓ Capacitar o Corpo Técnico Administrativo e Docente;
- ✓ Melhorar o Clima Organizacional;

- ✓ Buscar Inovação Tecnológica Contínua;
- ✓ Aumentar receita;
- ✓ Reduzir custos; e
- ✓ Aumentar rentabilidade.

3.4. Valores

Para cumprir sua missão, as ações da Faculdade Presidente Antônio Carlos de Leopoldina são orientadas por princípios que caracterizam sua crença sobre as necessidades do ser humano, destacando-se os seguintes valores:

- ✓ Integridade;
- ✓ Competência;
- ✓ Aspiração de crescimento profissional, pessoal e institucional;
- ✓ Valorização de desempenho;
- ✓ Integração;
- ✓ Comprometimento com a comunidade; e
- ✓ Vocação para prestar serviços.

3.5. Planejamento e Linhas de Ação

A proposta de desenvolvimento institucional contínuo da Faculdade está fundamentada na sua missão, nos seus objetivos e metas institucionais, como também na competitividade de mercado no segmento da educação superior, e abrange especificamente a graduação (bacharelado, licenciatura, tecnologia) e pós-graduação.

Com vistas à projeção para o aperfeiçoamento da estrutura acadêmica e o constante crescimento institucional, são apresentados os objetivos e as metas, a partir de políticas internas, delineando o que a Faculdade pretende alcançar no período contemplado neste Plano de Desenvolvimento Institucional, as quais se traduzirão em ações transversais a todos os cursos ofertados, a partir das áreas de atuação estabelecidas em seu Planejamento Estratégico, a seguir:

3.6. Objetivos e Metas Institucionais

Os objetivos e metas foram estabelecidos a partir das áreas estratégicas de atuação (Ensino, Extensão, Iniciação Científica, Pessoas, Inovação, Financeira e Processos Internos) estabelecidas em reunião colegiada dos gestores.

Quadro 1 - OBJETIVOS E METAS INSTITUCIONAIS ESTABELECIDAS PARA O PERÍODO DE VIGÊNCIA DO PDI.

Eixo	Objetivo	Metas
<p>I – Planejamento e Avaliação Institucional</p>	<p>Garantir a efetividade da Avaliação institucional como instrumento de gestão.</p> <p>Assegurar que a comunidade acadêmica perceba a avaliação institucional como instrumento participativo no aperfeiçoamento da instituição.</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Revisar continuamente os instrumentos de autoavaliação, bem como o projeto e regulamento da CPA. - Garantir a participação crescente da comunidade acadêmica na autoavaliação institucional. - Fazer com que diretores, coordenadores, gestores e supervisores utilizem os resultados da avaliação institucional na elaboração de suas estratégias para o setor (Relatório da Autoavaliação, Relatórios de Avaliação Externa, Questionário do Estudante - ENADE). - Garantir o desenvolvimento e a perpetuidade das ações de sensibilização sobre a importância da Avaliação institucional para alcance de melhorias.

		- Garantir que os resultados da Avaliação (interna e externa) sejam divulgados e apropriados pela comunidade acadêmica.
II – Desenvolvimento Institucional	Assegurar que a missão, os objetivos, as metas e os valores da instituição estejam contemplados nas políticas de ensino, de extensão, iniciação científica.	- Executar as políticas de ensino, de extensão e de iniciação científica em consonância com a missão, objetivos, metas, valores institucionais e o previsto neste PDI. - Mapear e automatizar os processos de Secretaria.
III – Políticas Acadêmicas	Implementar o Programa de Nivelamento Realizar a gestão do corpo docente e técnico-administrativo. -Garantir a sinergia entre os cursos de graduação e pós-graduação. Garantir um desempenho acadêmico.	- Garantir o comprometimento dos alunos com o Nivelamento. - Garantir a satisfação dos docentes. - Garantir a alocação do corpo técnico-administrativo de acordo com o perfil comportamental e aptidão. - Assegurar que os cursos de pós-graduação lato sensu tenham sinergia com os cursos de graduação e estejam voltados às demandas socioeconômicas da região. - Garantir bons resultados do ENADE e conceitos dos cursos de graduação.

		<ul style="list-style-type: none">- Assegurar o uso de TIC's, metodologias ativas e práticas interdisciplinares, nos cursos de graduação e pós-graduação. - Estimular a produção científica do corpo docente. - Assegurar a realização de práticas efetivas de extensão voltadas ao desenvolvimento socioeconômico da região de abrangência da Instituição. - Garantir visibilidade/participação dos projetos/ações de responsabilidade social. - Implementar as campanhas e ações de sensibilização da comunidade acadêmica interna sobre o respeito às diferenças (deficiência, faixa geracional, étnico-racial, credo, gênero, nacionalidade e orientação sexual), direitos humanos e educação ambiental. - Estabelecer premiação para reconhecimento de pessoas/instituições que fazem a diferença na área social da IES.
--	--	--

	<p>Garantir eficácia nos processos de comunicação internos e externos.</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Incentivar a participação do corpo discente em congressos e publicação de artigos em revistas científicas. - Criar fomentar e incrementar a Revista de Iniciação Científica da Faculdade. - Garantir o funcionamento com qualidade dos programas de apoio ao estudante (atendimento psicopedagógico, social, acessibilidade, nivelamento, monitoria e ouvidoria). - Assegurar que os cursos de pós-graduação tenham percentual de mestres e doutores exigidos pela legislação. - Ampliar o uso de ferramentas e de meios de comunicação para divulgação de informações. - Elaborar até o final da vigência deste PDI, um plano de comunicação institucional.
	<p>Capacitar o Corpo Técnico- Administrativo e Docente.</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Garantir a representatividade da comunidade acadêmica nos órgãos colegiados da Instituição (Comitê de Gestão, Colegiados de Cursos e CPA).

<p>IV – Políticas de Gestão</p>	<p>Garantir um bom Clima Organizacional.</p> <p>Buscar Inovação Tecnológica Contínua.</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Capacitar o pessoal docente e técnico- administrativo. - Promover condições institucionais para a participação em eventos científicos, técnicos, artísticos e culturais que ampliem a visão de mundo dos docentes e dos funcionários administrativos. - Incentivar o uso da comunicação não agressiva. - Garantir a existência de ambientes que promovam a convivência e a integração das equipes de trabalho. - Ampliar e modernizar o acesso à rede Wifi. - Ampliar os recursos tecnológicos para atendimento às pessoas com deficiência.
	<p>Garantir a Rentabilidade;</p> <p>Implementar ações institucionais internas transversais a todos os cursos ofertados;</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Implantar a oferta de cursos de Pós-graduação no período de vigência deste PDI. - Buscar alternativas para implantar, no período de vigência deste PDI, os cursos propostos no cronograma. - Assegurar a enturmação média nos cursos para viabilizar o funcionamento das turmas.

	<p>Implementar ações institucionais externas por meio de projetos de responsabilidade social.</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Realizar manutenções preventivas para redução dos custos com substituição dos equipamentos. - Reduzir a evasão. - Ampliar receitas alternativas. - Desenvolver ações institucionais transversais a todos os cursos ofertados, tais como: Semanas Acadêmicas, Fóruns de Iniciação Científica, Oferta de Disciplinas de um núcleo comum, Projetos de Extensão comuns aos cursos ofertados. - Desenvolver projetos de extensão e responsabilidade social junto as comunidades de entorno da IES, tais como: Saúde nos Bairros, Palestras sobre alimentação Saudável, Práticas Regulares de Atividades Física, Ruas de Laser, etc.
<p>V- Infraestrutura</p>	<p>Garantir infraestrutura física laboratorial, de biblioteca, tecnológica, salas de aula e</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Manter um acervo com títulos das bibliografias, básica e complementar, por unidade curricular, em quantidade e qualidade suficientes para atender às necessidades dos cursos.

	administrativa que atenda às necessidades dos cursos ofertados.	<ul style="list-style-type: none">- Ampliar, no período de vigência deste PDI, a infraestrutura de tecnologia de comunicação e informação para atender qualitativamente os cursos. - Melhorar a infraestrutura física e de mobiliário para atendimento às atividades dos cursos e atividades administrativas.
--	---	--

3.7. Áreas de atuação acadêmica

A Faculdade Presidente Antônio Carlos de Leopoldina em conformidade com o artigo 44 da Lei de Bases e Diretrizes da Educação Nacional (LDB nº 9.394/96), pode ofertar os seguintes cursos e programas:

- ✓ De graduação, abertos a candidatos que tenham concluído o ensino médio ou equivalente e tenham sido classificados em processo seletivo;
- ✓ Sequenciais, por campo de saber, de diferentes níveis de abrangência, abertos a candidatos que atendam aos requisitos estabelecidos pelas instituições de ensino, desde que tenham concluído o ensino médio ou equivalente;
- ✓ De pós-graduação, compreendendo cursos de especialização, aperfeiçoamento e outros, abertos a candidatos diplomados em cursos de graduação e que atendam às exigências das instituições de ensino; e
- ✓ De extensão, abertos a candidatos que atendam aos requisitos estabelecidos em cada caso pelas instituições de ensino.

Através destes, a Faculdade compromete-se a construir propostas alternativas aos grandes desafios da sociedade contemporânea, cumprindo sua responsabilidade pedagógica e profissionalizante, além de exercer suas atividades como instituição social.

A IES atua nas áreas de ensino de graduação, pós-graduação Lato Sensu, iniciação científica e extensão. A extensão permite a articulação entre ensino e sociedade por meio de ações comunitárias, prestação de serviços e oferta de cursos integrando as diversas áreas do conhecimento. A pós-graduação permite a formação de recursos humanos qualificados para atender às demandas sociais amplia as relações da Faculdade com a comunidade científica mundial. A iniciação científica é um programa de incentivo que contribui para a inserção do aluno na carreira acadêmica e aquisição de novos conhecimentos.

A missão, os objetivos, as metas e os valores da instituição expressos neste PDI, comunicam-se com as políticas de ensino, de extensão e de iniciação científica de forma a traduzirem-se em ações institucionais internas, transversais a todos os cursos, e externas, por meio dos projetos de responsabilidade social desenvolvido pela IES.

3.8. Planejamento Didático-Instructional e Política de Ensino de Graduação e de Pós-Graduação

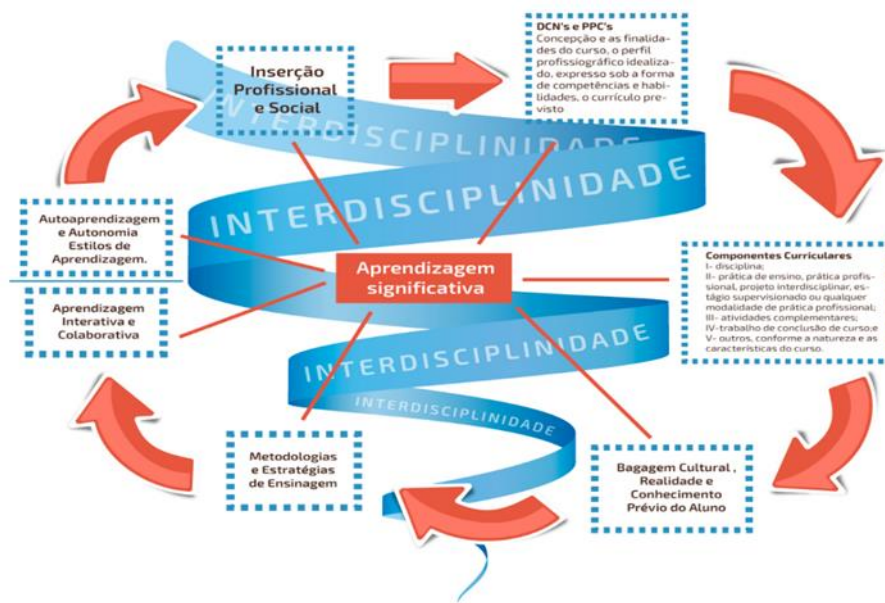
Para atender à sua missão, aos princípios e às diretrizes definidas em seus documentos institucionais, a Faculdade Presidente Antônio Carlos de Leopoldina oferece cursos de graduação, de pós-graduação lato sensu e cursos de extensão, tendo sua política de ensino apoiada nos seguintes referenciais:

Autoaprendizagem: A Faculdade incentiva os professores à prática de metodologias ativas de aprendizagem para que o aluno já não seja mais um agente passivo do processo, mas protagonista da aprendizagem no processo de interação na qual o professor é um facilitador do processo de construção do conhecimento. O Plano de Aprendizagem dos Componentes Curriculares com os conteúdos conceituais devera ser disponibilizado pelos professores, no início do semestre letivo, para que os alunos planejem sua vida acadêmica, antecipando seus estudos. O professor deve indicar em seu planejamento as estratégias de ensinagem¹ que buscam favorecer a autoaprendizagem. O desenvolvimento do espírito crítico e reflexivo previsto nos objetivos gerais e no perfil do egresso serão trabalhados nos estudos de caso, estágios, atividades complementares, bem como em outras atividades.

Aprendizagem Significativa: os projetos pedagógicos e as práticas pedagógicas devem ser desenvolvidos ancorados na perspectiva do desenvolvimento da aprendizagem significativa pelo aluno. O conhecimento prévio trazido pelo aluno deve interagir com o novo conhecimento de forma a produzir mudanças significativas na estrutura cognitiva existente, ocasionando a aprendizagem significativa. Segundo Ausubel et all (1980, p.34), citado por SILVA, S. de C. R. da; SCHIRLO, A. C. (2014, p.42), “a aprendizagem significativa envolve a aquisição de novos significados e os novos significados, por sua vez, são produtos da aprendizagem significativa”. Essa abordagem da aprendizagem significativa está voltada, portanto, para a articulação da teoria com a prática; para a integração dos conhecimentos por meio da interdisciplinaridade; e inserção dos alunos em contextos da realidade profissional.

APRENDIZAGEM SIGNIFICATIVA

¹ Termo adotado para significar uma situação de ensino da qual necessariamente decorra a aprendizagem, sendo a parceria entre professor e alunos, condição fundamental para o enfrentamento do conhecimento, necessário à formação do aluno durante o cursar da graduação.



Incentivo ao Empreendedorismo: o empreendedorismo é entendido como uma atitude transformadora diante de oportunidades empresariais, culturais ou sociais. Como forma de incentivo e desenvolvimento do espírito empreendedor nos alunos, a temática Empreendedorismo é tratada em todos os cursos de graduação. A atitude empreendedora é um importante componente e diferencial tanto para o profissional que pretende ter o seu próprio negócio, como para aquele que vai atuar como funcionário.

Educação Virtual: instrumento metodológico de flexibilização e de modernização que possibilita uma maior interação entre os alunos e professores. A Faculdade objetiva que toda disciplina ofertada de maneira presencial seja enriquecida por meio da disponibilização de materiais complementares em uma Ambiente Virtual de Aprendizagem, onde os alunos por se tornar sujeitos ativos no processo de ensino e aprendizagem.

Inserção social: os projetos pedagógicos da Faculdade contemplam processos de aprendizagem que estimulam a compreensão da sociedade e da cultura, bem como a busca de soluções para os principais problemas socioambientais contemporâneos, por meio de ações participativas. A formação ética e o exercício da cidadania e da responsabilidade social são valorizados nos cursos da IES.

Responsabilidade Social e Sustentabilidade: os projetos pedagógicos dos cursos de graduação devem estimular a capacidade de promover transformações duradouras que conciliem o bem-estar social, a viabilidade econômica e a conservação ambiental.

Esses quesitos devem integrar os componentes curriculares dos cursos de modo transversal, contínuo e permanente.

Desta forma, a concepção de currículo da Faculdade define que a estrutura curricular de cada curso deva ser elaborada a partir do seu próprio Projeto Pedagógico (PPC), o qual deve atender aos princípios delineados neste PDI e nas diretrizes curriculares nacionais específicas.

A estrutura curricular adotada, diferentemente do modelo curricular tradicional, que privilegia uma formação rigidamente sequenciada em períodos, deve ser organizada por um modelo flexível de aprendizagem. Essa organização curricular fundamenta-se em uma visão interdisciplinar, transversal e transdisciplinar da educação e dos conteúdos necessários à formação acadêmica, dispostos a partir das capacidades e habilidades exigidas para a formação pretendida para os alunos.

Devem ainda ser observados os seguintes aspectos:

- ✓ As cargas horárias limites para as matrizes curriculares não podem ser inferiores ao estipulado pelas Diretrizes Curriculares Nacionais;
- ✓ O nivelamento deve ser uma Atividade Complementar obrigatória;
- ✓ Nos projetos de cada curso, deve estar prevista a carga horária adicional destinada a outras Atividades Complementares específicas do curso;
- ✓ Nos projetos de cada curso, deve ser garantida a oferta de 10% de atividades de caráter extensionistas;
- ✓ As cargas horárias e as normas destinadas à prática do Estágio Supervisionado (conforme Diretrizes Curriculares do Curso) e à elaboração do TCC devem ser construídas respeitando-se as especificidades de cada curso e as Diretrizes Curriculares Nacionais para graduação;
- ✓ Cumprimento das legislações voltadas à valorização da diversidade, do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural, e ações afirmativas de defesa e promoção dos direitos humanos e da igualdade étnico-racial: a Temática da História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena deve ser tratada nas disciplinas e atividades curriculares do curso, atendendo às Diretrizes Curriculares

Nacionais para Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira, Africana e Indígena, nos termos da Lei Nº 9.394/96, com a redação dada pelas Leis Nº 10.639/2003 e Nº 11.645/2008, e da Resolução CNE/CP Nº 1/2004, fundamentada no Parecer CNE/CP Nº 3/2004. Da mesma forma a IES e seus cursos deverão desenvolver projetos de extensão e de responsabilidade social que visem a preservação da memória e do patrimônio cultural de Leopoldina, bem como deve desenvolver atividades afirmativas que visem incentivar grupos de produção artística e cultural da região.

- ✓ Integração de Educação em Direitos Humanos à matriz curricular de forma transversal, contínua e permanente, atendendo às Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos, conforme disposto no Parecer CNE/CP Nº 8, de 06/03/2012, que originou a Resolução CNE/CP Nº 1, de 30/05/2012.
- ✓ Acessibilidade arquitetônica e atitudinal, atendendo à legislação sobre condições de acessibilidade para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, conforme disposto na CF/88, art. 205, 206 e 208, na NBR 9050/2004, da ABNT, na Lei Nº 10.098/2000, nos Decretos Nº 5.296/2004, Nº 6.949/2009, Nº 7.611/2011 e na Portaria Nº 3.284/2003 e Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista, conforme disposto na Lei Nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012.
- ✓ Inserção da disciplina Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS, como optativa para cursos de tecnologia e bacharelado, e obrigatória para cursos de licenciatura, atendendo ao Decreto Nº 5.626/2005.
- ✓ Integração da educação ambiental às disciplinas do curso de modo transversal, contínuo e permanente, atendendo à Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999 e ao Decreto Nº 4.281 de 25 de junho de 2002.

Desta forma estabelecem-se abaixo as seguintes políticas de ensino, de graduação e pós-graduação na IES:

- ✓ Cumprimento da legislação educacional e das Diretrizes Curriculares Nacionais direcionadas a cada curso;
- ✓ Formação Integral do ser humano;
- ✓ Ensino e aprendizagem com qualidade;
- ✓ Sintonia com o mercado de trabalho;
- ✓ Currículo atualizado, contextualizado, flexível, interdisciplinar e fundamentado no desenvolvimento de competências;

- ✓ Certificação Intermediária, nos Cursos Superiores de Tecnologia, como forma do aluno usufruir efetivamente dos saberes construídos, à medida que finaliza módulos de aprendizado;
- ✓ Metodologia de ensino fundamentada na Andragogia e ação do aprendiz;
- ✓ Avaliação diagnóstica, formativa, contínua e somativa;
- ✓ Avaliação baseada na teoria do desenvolvimento de competências;
- ✓ Articulação entre teoria e prática;
- ✓ Co-responsabilidade dos sujeitos, professor e aluno, envolvidos no processo ensino-aprendizagem;
- ✓ Processo de ensino-aprendizagem integrado com a extensão;
- ✓ Compromisso com a permanência dos alunos na IES, reduzindo os índices de evasão;
- ✓ Planejamento do processo ensino-aprendizagem baseado no Projeto Pedagógico do Curso e no PDI;
- ✓ Incentivo à empregabilidade;
- ✓ Incentivo à autonomia e à formação continuada;
- ✓ Monitoramento, avaliação e reformulações necessárias do currículo e processo de ensino-aprendizagem;
- ✓ Infraestrutura adequada às necessidades dos cursos;
- ✓ Formação continuada do corpo docente;
- ✓ Investimento na formação do aluno, buscando a excelência acadêmica, a compreensão política por meio do desenvolvimento do ensino e da extensão;
- ✓ Valorização do magistério e do pessoal técnico-administrativo;
- ✓ Constante melhoria das instalações físicas, modernização dos equipamentos e da biblioteca; e
- ✓ Atendimento às necessidades sociais da região na qual se encontra inserida, fomentando o desenvolvimento das ciências, das artes e das atividades de lazer.

3.8.1. Política de Avaliação do Processo Ensino- Aprendizagem

A avaliação inclui uma série de atividades elaboradas para analisar a aplicação geral de um programa, componentes de aula ou objetivos. Além disso, a avaliação permite que o professor verifique até que ponto as metas e os objetivos do curso foram atingidos. Ela fornece ao professor informações necessárias para melhorar elementos deficientes em uma sala ou encontro de equipes de aprendizagem interativa e para ampliar práticas eficazes. A avaliação pode ajudar na comunicação de informações de impacto às pessoas interessadas nos

resultados. No entanto, a avaliação é mais do que definir objetivos comportamentais, elaborar um teste ou analisar resultados.

Existem diversas concepções de avaliação da aprendizagem entre os estudiosos da área. Para a Faculdade Presidente Antônio Carlos de Leopoldina a avaliação deve ser considerada em uma perspectiva mais ampla, envolvendo a apreciação de aspectos qualitativos, não limitando-se somente à apreensão de conteúdos e tampouco aos resultados quantitativos obtidos pela aplicação de provas e testes.

Não se considera a prova, embora não a exclua, como o único instrumento válido e confiável de avaliação, uma vez que existem outras possibilidades. A avaliação é definida como um procedimento sistemático e abrangente em que se utilizam múltiplos instrumentos, tais como: questionários, provas escritas, provas orais, portfólios, apresentações, trabalhos em grupo, autoavaliação, entre outros, para avaliar a trajetória acadêmica e pessoal do estudante.

Os professores da Faculdade devem se atentar ao perfil dos alunos, aos diferentes estilos de aprendizagem e às necessidades educacionais especiais que porventura existam na turma. Vasconcelos (1998) aponta critérios que devem ser observados pelo professor para a elaboração dos instrumentos avaliativos, são eles:

- **Reflexivos:** *que levem a pensar, a estabelecer relações, superar a mera repetição de informação [...];*

- **Essenciais:** *ênfase naquilo que é fundamental, nos conteúdos realmente significativos, importantes, em consonância com a proposta de ensino;*

- **Abrangentes:** *o conteúdo da avaliação deve ser uma amostra representativa do que está sendo trabalhado, a fim de que o professor possa ter indicadores da aprendizagem do aluno na sua globalidade;*
Contextualizados: a contextualização (texto, gráfico, tabela, esquema, figura, etc.) é que permite a construção do sentido do que está sendo solicitado [...];

- **Claros:** *dizendo bem o que quer. [...];*

- **Compatíveis:** *no mesmo nível do dia-a-dia: nem mais fácil, nem mais difícil [...].*

(VASCONCELLOS, 1998, p. 68-69).

No processo da avaliação do ensino-aprendizagem consideram-se como prioritários os seguintes aspectos:

- ✓ **Indissociável:** ser coerente com o Projeto Pedagógico de Curso;
- ✓ **Objetiva:** ser planejada de acordo com o perfil profissional delineado no PPC;
- ✓ **Contínua:** ocorrer ao longo de todo o processo de ensino-aprendizagem; e

- ✓ **Abrangente:** analisar, também, o desempenho docente e dos demais profissionais envolvidos na formação do acadêmico.

Struyven, 2005 (citado por Garcia, 2009), defende que existe uma relação direta entre a avaliação e as formas de aprendizagem dos alunos da educação superior.

De modo amplo, pode-se afirmar que existe relação entre as formas de avaliação adotadas pelos professores e as atitudes de aprendizagem apresentadas pelos alunos na graduação. Diferentes tipos de avaliação tendem a determinar a atitude de aprendizagem dos estudantes. (STRUYVEN et all, 2005, apud GARCIA, 2009).

Com base nessa afirmativa a Faculdade vem investindo na formação dos professores para que se rompa em definitivo com o padrão de avaliação voltada somente à classificação, tendo a nota como aspecto principal e consigam modificar sua postura em sala de aula.

Ao final de cada atividade avaliativa o professor realiza uma análise pedagógica para identificar o desempenho da turma/aluno a partir das competências e habilidades previstas para a respectiva atividade. Os resultados dessa análise subsidiam a elaboração de ações concretas para contribuir com a melhoria da aprendizagem.

O *feedback* das atividades avaliativas é considerado também como momento de aprendizagem pelo aluno e deve ocorrer em todas as atividades realizadas pelos alunos.

É considerado aprovado em curso de graduação o aluno que obtiver, concomitantemente, como resultado final 75% (setenta e cinco por cento) ou mais de frequência, nas disciplinas presenciais, e 60% (sessenta por cento) ou mais dos pontos distribuídos, sendo que as referidas apurações se dão em cada disciplina, presencial e on-line, ressalvados os componentes relacionados a seguir, cujo sistema de avaliação está disciplinado em regulamento específico: Atividades Complementares, Prática de Ensino, Projeto Interdisciplinar ou Prática Profissional, Estágio Supervisionado e Trabalho de Conclusão de Curso.

Para os alunos com necessidades educacionais especiais são disponibilizadas atividades avaliativas com o tamanho da fonte ampliada; ampliação do tempo para alunos com deficiência intelectual, transtorno global do desenvolvimento e deficiência auditiva, e a flexibilidade de correção das avaliações.

Sempre que solicitado e, comprovada a necessidade, para realização de atividades avaliativas serão disponibilizados profissionais especializados para acompanhamento dos alunos com necessidades educacionais especiais.

A lista abaixo representa os padrões da Faculdade para avaliação do desempenho de um aluno. Esses padrões devem ser incorporados a toda e qualquer avaliação feita pelo professor:

- ✓ Todos os aspectos do desempenho de um aluno devem ser avaliados conforme especificado no plano de ensino da disciplina;
- ✓ O professor deve, no mínimo, garantir que o método selecionado para atribuição de nota ou conceito seja claramente entendido pelo aluno. O método deve explicar como cada conceito é determinado e delinear o que o aluno deve fazer para alcançar um conceito;
- ✓ A crítica construtiva ao aluno deve ser oportuna e contínua;
- ✓ Os alunos devem ser informados logo no início da disciplina sobre os critérios de desempenho;
- ✓ Os conceitos devem basear-se em critérios imparciais que avaliem o desempenho no decorrer da disciplina.

Para além dessas premissas norteadoras, a Faculdade adota um sistema de avaliação que prioriza as competências desenvolvidas em processos de formação ou a partir da experiência profissional, tendo como foco a verificação de conhecimento, habilidades e atitudes desenvolvidas nesses processos ou no trabalho.

Neste sentido, o desenvolvimento de um currículo flexível, fez todo sentido para região de Inserção da IES, uma vez que neste currículo o estudante tem seu percurso formativo alicerçado no desenvolvimento pessoal, social e profissional. Para tanto, a estrutura curricular se configura em torno de saberes que são traduzidos pelas seguintes indagações: o que é necessário saber? (conhecimento); o que se deve saber fazer? (habilidades); de que forma se deve ser? (atitudes); como aprender a apreender? (metacognição).

Essa constituição de competências no bojo do ensino superior implica uma avaliação de caráter investigativo dos processos, posturas e produtos, o que requer o uso de técnicas e instrumentos associados às experiências de aprendizagem oportunizadas aos estudantes e, por conseguinte, coerentes às dimensões do indivíduo, cidadão e profissional, enquanto premissas do nosso projeto acadêmico.

Nesse íterim, a avaliação formativa a serviço da aprendizagem dos estudantes se apresenta enquanto concepção mediante os seguintes princípios:

- ✓ Diagnosticar o desenvolvimento do aluno no processo interativo em sala de aula;
- ✓ Reorientar a ação do estudante a partir do feedback e da autorregulação.

Dessa maneira, toda a Faculdade ao pensar na avaliação em si, entende que alguns preceitos **inovadores** devem estruturar esse conceito, sendo eles: a zona de desenvolvimento proximal, o erro na perspectiva construtiva, a dialogicidade e o feedback, a autonomia e autorregulação.

Tais conceitos exigem uma ruptura epistemológica com o modelo positivista que privilegia o resultado em detrimento do processo. O de zona de desenvolvimento proximal possibilita um novo território de ação, ao considerar “o conhecimento como processo polifônico e plural, o desenvolvimento do indivíduo como um processo marcado pelas interações sociais e por discontinuidades evolutivas e, ambos na fundação de um novo equilíbrio entre o individual e o coletivo”

3.8.2. Trabalho de Conclusão de Curso

Todo aluno regularmente matriculado na Faculdade Presidente Antônio Carlos de Leopoldina em curso de graduação em que o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) é componente curricular obrigatório para obtenção do grau respectivo, precisa elaborar um trabalho final orientado por um professor pertencente ao quadro docente.

Na Faculdade a modalidade (artigo científico de revisão bibliográfica, relato de experiência, monografia, estudo de caso, etc.) correspondente a essa atividade será definida em cada Projeto Pedagógico de Curso, observado o disposto nas Diretrizes Curriculares respectivas, tendo em vista que o TCC consiste em um instrumento que possibilita ao acadêmico a oportunidade de demonstrar o conhecimento adquirido ao longo do curso.

A regulamentação e definição da forma de TCC da Pós-graduação estão definidas em regulamento próprio.

3.8.3 Política de Estágio

O estágio supervisionado é uma atividade de caráter pedagógico e profissional, que articula a relação entre a instituição de ensino, o aluno e o mundo do trabalho, experiência que integra a estrutura curricular dos cursos a um projeto educacional. A IES estimula a formação de um profissional preparado, seguro, crítico e criativo, criando possibilidades para enfrentar desafios e explorar as oportunidades que o mercado de trabalho oferece.

Entende-se por Prática Profissional a atividade curricular, obrigatória, que alunos regularmente matriculados realizam na Faculdade ou em organizações parceiras, conveniadas, ligadas à área de conhecimento de seus cursos, sob a orientação de professores vinculados à IES.

Os Estágios Supervisionados Obrigatórios se caracterizam por atividades de prática pré-profissional, exercidas em situações reais de trabalho, sem vínculo empregatício. As atividades de Estágio Supervisionado Obrigatório e/ou Prática Profissional constam da matriz curricular do Projeto Pedagógico, quando assim determinarem as Diretrizes Curriculares Nacionais do curso e são realizadas sob orientação de um docente.

É obrigatória, para participação na cerimônia de colação de grau e recebimento do diploma, a integralização da carga horária total e aprovação no estágio Supervisionado Obrigatório, quando constar da matriz curricular do curso, podendo incluir as horas destinadas ao planejamento, orientação paralela e avaliação das atividades. Os estágios são coordenados pelos Coordenadores de Curso e supervisionados por docentes designados pela Direção, ou Coordenador do Curso.

O Regulamento para as atividades de Estágio e/ou Prática Profissional observa as particularidades da atividade profissional específica e se orienta de modo a proporcionar aos alunos a articulação da teoria e prática no ambiente de trabalho.

3.8.4. Política de Atividades Complementares

As Atividades Complementares (AC) têm como objetivo geral flexibilizar a formação acadêmica e profissional proporcionada pelos currículos dos cursos de graduação, oportunizando aos alunos a possibilidade de aprofundamento temático e interdisciplinar, articulando os conteúdos teóricos e a prática.

As AC integram a parte flexível dos currículos dos cursos de graduação, ministrados pela Faculdade, sendo o seu integral cumprimento indispensável para a obtenção do diploma, nos termos dos Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPC) e da legislação vigente.

As AC devem ser realizadas durante a graduação, no total de carga horária prevista no projeto pedagógico de cada curso e 100% (cem por cento) da sua carga horária cumprida até o final do último período do curso.

O aluno que não cumprir as horas de Atividades Complementares previstas para seu curso não tem direito a colar grau e/ou receber o Diploma de Graduação, mesmo que tenha obtido aprovação em todos os componentes curriculares regulares da matriz na qual se encontra inserido.

As Atividades Complementares são coordenadas, em cada curso, pelo Coordenador de curso ou por quem a direção indicar.

As Atividades Complementares são classificadas, conforme sua natureza, em 5 (cinco) categorias: Ensino e Enriquecimento Curricular; Pesquisa e Produção Científica; Extensão; Socioculturais, Artísticas e Esportivas; Nivelamento.

O aluno é obrigado a fazer atividades de pelo menos 3 (três) categorias;

A regulamentação e definição das atividades complementares e formas de aproveitamento das mesmas devem ser definidas em regulamento próprio de cada curso.

3.8.5. Metodologias, Métodos e Técnicas para o atendimento educacional especializado.

De acordo com a Lei 13.146/2015 (art. 3º, inciso I) a “Acessibilidade” é a possibilidade e a condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, de espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informação e comunicação, inclusive seus sistemas e tecnologias, bem como de outros serviços e instalações abertos ao público, de uso público ou privados de uso coletivo, tanto na zona urbana como na rural, por pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida.

A IES conta com infraestrutura adequada, sem limites e recursos didáticos adaptados, atendendo plenamente às condições de acessibilidade para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, conforme disposto na CF/88, art. 205, 206 e 208, na NBR 9050/2020, da ABNT, na Lei N° 10.098/2000, nos Decretos N° 5.296/2004, N° 6.949/2009, N° 7.611/2011 e na Portaria N° 3.284/2003.

Neste sentido a Faculdade Presidente Antônio Carlos de Leopoldina se preocupa com a acessibilidade tanto nas dimensões arquitetônicas, quanto nas dimensões didáticas, pedagógicas, digitais e atitudinais, no acesso aos conteúdos e atividades de aprendizagem e na expressão dos alunos em relação à aprendizagem e avaliação dos conhecimentos em estudo, adotando metodologias que permitem o atendimento educacional especializado, conforme detalhado no **item 3.7.3 Políticas e Ações de Acessibilidade e Inclusão** deste PDI.

A infraestrutura da IES respeita o critério básico de acessibilidade às pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida, e todos os espaços estão em conformidade com a NBR 9050/2020, da ABNT.

As vagas do estacionamento para pessoas com mobilidade reduzida, estão localizadas próximo aos acessos principais dos prédios e em plano horizontal. Junto às vagas reservadas, está demarcado no piso o espaço para circulação da pessoa com deficiência por meio de faixa e são sinalizadas com o Símbolo Internacional de Acesso pintado no piso da vaga em sinalização vertical com rampas para vencer os desníveis existentes no percurso entre as vagas reservadas até o interior dos prédios. A circulação é livre, adequada e sinalizada ligando as vagas reservadas às entradas acessíveis dos prédios, conforme critérios definidos pela NBR 9050/2020, da ABNT.

No acesso e nas circulações internas de cada prédio, os desníveis nas entradas dos prédios são eliminados através de rampas acessíveis de acordo com os critérios mínimos também definidos pela NBR 9050/2020, da ABNT.

Também nas áreas de circulação são sinalizadas através de piso tátil direcional, indicando a rota acessível (caminho) a ser percorrida. Nas entradas das salas de aula, dos setores administrativos, sanitários, biblioteca, salas de atendimento acadêmico há a sinalização por placas em braille.

Todos os corredores e sanitários são adaptados para as pessoas com mobilidade reduzida e também atendem aos critérios definidos pela NBR 9050/2020 da ABNT, da ABNT. São instalados nos corredores dos prédios em local de livre acesso, com espaço para manobra de cadeira de rodas e sem obstáculos 01(um) bebedouro público acessível com a altura da bica a 90 cm (noventa centímetros) em relação ao piso, altura livre de 73 cm (setenta e três centímetros) e este deverá atender aos demais critérios da NBR 9050/2020 da ABNT.

Todas as salas de aula são acessíveis para as pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida. Possuem portas de vão livre com largura mínima de 80 cm (oitenta centímetros) quando abertas, espaço para acomodação de aluno em cadeira de rodas em local de boa visibilidade e espaço de 150 cm (cento e cinquenta centímetros) de diâmetro para manobra.

Os balcões ou parte das suas superfícies são adaptados para que se tornem aptos ao atendimento de pessoas usuárias de cadeira de rodas.

A localização dos espaços para pessoas usuárias de cadeira de rodas e dos assentos para pessoa com mobilidade reduzida garante a visualização da atividade desenvolvida no palco conforme critérios da NBR 9050/2020 da ABNT.

Desta forma, entende a Faculdade Presidente Antônio Carlos de Leopoldina que o atendimento educacional especializado é um serviço da educação especial que identifica, elabora, e organiza recursos pedagógicos e de acessibilidade, que eliminem as barreiras para a plena participação dos alunos, considerando suas necessidades específicas.

O ensino oferecido no atendimento educacional especializado é necessariamente diferente do ensino escolar e não pode caracterizar-se como um espaço de reforço escolar ou complementação das atividades escolares. São exemplos práticos de atendimento educacional especializado propostos pela FUPAC o ensino da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) e do código BRAILLE, a introdução e formação do aluno na utilização de recursos de tecnologia assistiva, como a comunicação alternativa e os recursos de acessibilidade ao computador, a orientação e mobilidade, a preparação e disponibilização ao aluno de material pedagógico acessível, entre outros.

Nesse sentido, a Faculdade Presidente Antônio Carlos de Leopoldina visa desenvolver estratégias para o atendimento educacional especializado que visam:

- a)** Identificar, elaborar, produzir e organizar serviços, recursos pedagógicos, de acessibilidade e estratégias considerando as necessidades específicas dos alunos público-alvo da educação especial;
- b)** Elaborar e executar plano de atendimento educacional especializado, avaliando a funcionalidade e a aplicabilidade dos recursos pedagógicos e de acessibilidade;
- c)** Organizar o tipo e o número de atendimentos aos alunos dentro e fora da sala de aula regular;
- d)** Acompanhar a funcionalidade e a aplicabilidade dos recursos pedagógicos e de acessibilidade na sala de aula comum do ensino regular, bem como em outros ambientes da escola;
- e)** Estabelecer parcerias com as áreas intersetoriais na elaboração de estratégias e na disponibilização de recursos de acessibilidade;
- f)** Orientar professores e famílias sobre os recursos pedagógicos e de acessibilidade utilizados pelo aluno;
- g)** Ensinar e usar recursos de Tecnologia Assistiva, tais como: as tecnologias da informação e comunicação, a comunicação alternativa e aumentativa, a informática acessível, o soroban, os recursos ópticos e não ópticos, os softwares específicos, os códigos e linguagens, as atividades de orientação e mobilidade entre outros; de forma a ampliar habilidades funcionais dos alunos, promovendo autonomia, atividade e participação;
- h)** Estabelecer articulação com os professores da sala de aula comum, visando a disponibilização dos serviços, dos recursos pedagógicos e de acessibilidade e das estratégias que promovem a participação dos alunos nas atividades escolares;
- i)** Promover atividades e espaços de participação da família e a interface com os serviços setoriais da saúde, da assistência social, entre outros.

3.8.6. Avanços Tecnológicos e Ações Inovadoras

A Faculdade Presidente Antônio Carlos de Leopoldina acompanha o avanço das novas tecnologias, tanto no que tange ao mercado de trabalho, para poder reestruturar suas matrizes curriculares, bem como os avanços tecnológicos que ocorrem na área de educação para rapidamente implantar a seus discentes essas novas perspectivas, pois a globalização e os meios de comunicação de grande agilidade transformam o mercado de trabalho e a sociedade com muita velocidade.

Em concomitância, existe a preocupação de incentivar a cultura e a disseminação das questões simbólicas e artísticas através da leitura e da preponderância das esferas da própria organização.

A IES tem em sua filosofia partilhar e fomentar a cultura local em seus alunos, promovendo através de seu planejamento interdisciplinar, seja nas grade curricular, seja nos programas interdisciplinares e eventos da instituição a convivência entre a globalização e os aspectos locais mantendo, através da própria inovação os aspectos da identidade local para que alunos e professores tenham propriedade do avanço tecnológico sem a perda da sua essência norteadora.

Como já explicitado em outros momentos deste PDI, a IES tem a perspectiva de utilização de equipamentos tecnológicos diferenciados que estão à disposição no mercado atual. Citem-se como exemplos as seguintes incorporações a serem adquiridas e implantadas no decorrer deste PDI:

- a) Uso do AVA – Ambiente Virtual de Aprendizagem como ferramenta de comunicação e apoio no ensino-aprendizagem de todas as áreas do conhecimento e cursos de graduação;
- b) Uso da Biblioteca Virtual que possibilita aos alunos usuários a marcação, determinação e diversos recursos de interação com os livros e textos;
- c) Uso de softwares para as aulas;
- d) Uso dos equipamentos dos laboratórios;
- e) Uso de equipamentos tendo como conteúdo a cultura local e os eventos da região para promoção e conhecimento dos mesmos.

A metodologia de ensino adotada pela IES tem por finalidade o pleno desenvolvimento do aluno, buscando uma preparação holística para o exercício de uma profissão de nível superior e de sua cidadania.

Para tanto, a IES busca constantemente ações voltadas para:

- a) Uma gestão compartilhada na construção competente do projeto pedagógico;
- b) Um processo de gestão centrado em valores e princípios democráticos;
- c) Uma visão de compartilhamento de conceitos com todos os partícipes do processo de ensino-aprendizagem e de sua comunidade de princípios fundamentados nos direitos humanos e das relações étnico-raciais que envolvem a sociedade brasileira;

- d)** Busca democrática na sua essência pedagógica, visando à colaboração, co-responsabilidade e solidariedade de sua comunidade acadêmica;
- e)** Uma gestão compartilhada buscando a formação de uma cultura ética e responsável na sua essência, que deverá nortear o processo pedagógico de formação dos egressos;
- f)** Uma busca de excelência acadêmica nas áreas em que atua;
- g)** Um foco na conscientização e formação de indivíduos e de sua comunidade de princípios de conservação do meio ambiente e de uma vida social sustentável;
- h)** Um projeto pedagógico fundamentado em práticas que visam o aprender a aprender como locus principal.

O aluno, como sujeito ativo da construção do conhecimento, é um dos principais agentes do processo ensino-aprendizagem. Dessa forma, para a Faculdade, a construção do conhecimento se dá com a participação ativa de todos os agentes do processo e com uma constante interação com a sociedade, assimilando e trazendo para o dia-a-dia construtivo o estado-da-arte das áreas de conhecimento dos cursos de graduação, extensão e pós-graduação.

Isso significa que a IES acredita que seus alunos somente podem ter pleno desenvolvimento de seus conhecimentos quando forem construídos através da constante interação com o meio.

Nesse sentido, o processo de ensino-aprendizagem adotado pela IES está fundamentado na lógica pedagógica de que o aluno não deve parafrasear a realidade e sim observar a realidade e adotar um processo interativo e crítico da prática profissional, caracterizando-se como um agente ativo da realidade. Para isso, a IES adota os princípios pedagógicos de que a individualidade do aluno deve ser respeitada, tanto em termos de níveis de aprendizado, como formas de assimilação de conhecimentos.

Nessa perspectiva e sabedora da necessidade da inclusão digital em razão das necessidades da sociedade globalizada, a IES oferecerá aos seus alunos diversos serviços voltados à inclusão digital e ao acesso às TICs – Tecnologias de Informação, o que se retroalimenta a relação ensino-aprendizagem.

Analisando essa necessidade desse alinhamento, a IES disponibiliza rede wifi em toda a extensão da IES de modo que alunos, professores, funcionários e comunidade em geral

possam usufruir dos serviços de internet de maneira gratuita no âmbito da comunidade acadêmica.

É certo que a IES já possui um sistema acadêmico que permite o acesso, inclusive remoto a partir do site da IES de todas as necessidades da vida acadêmica, porém, com o decorrer do curso, foi criado um app da IES na qual todos os acadêmicos, funcionários e professores possam acessar os seus canais (canal do aluno, biblioteca, administrativo etc.) a partir de seus celulares ou tablets, tendo acesso contínuo às suas vidas na instituição de modo mais sintético e objetivo do que o acesso ao sistema como um todo.

Além disso, a IES possui um AVA que é utilizado tanto para a constituição de atividades de extensão, necessárias para o cumprimento das Atividades de Complementação Profissional, como nas disciplinas do curso que se utilizam de recursos tecnológicos para utilização da carga horária na modalidade a distância, ou como disciplina híbrida, de forma que são elementos constitutivos do processos de ensino-aprendizagem.

Para atender a essas ações, a IES disponibiliza esses recursos de informática aos seus discentes em laboratórios de informática e na biblioteca. As necessidades de recursos de hardware e software serão implementadas de acordo com as necessidades de cada curso. Todos os laboratórios estão disponíveis às aulas e também às atividades de monitorias. Os alunos têm acesso aos laboratórios também fora dos horários de aulas, com acompanhamento de monitores (estagiários alunos).

Vale retomar que no que concerne às acessibilidades metodológica e instrumental, foram disponibilizados vários programas no laboratório da IES para a inclusão de alunos com limitações de estudo, como o VLIBRAS.

Visando proporcionar a continuidade e o progresso em termos de perspectivas metodológicas, a IES implantará o comitê de professores responsáveis por avaliar as metodologias aplicadas na IES e buscar inovações em termos de métodos de ensino-aprendizagem.

O Comitê é formado pelo Coordenador de Curso, Docentes e Técnicos – Administrativos que serão responsáveis também pela capacitação dos docentes que se tornarão multiplicadores das novas tecnologias incorporadas ao ensino superior.

O Comitê se compromete a movimentar demais professores e alunos com conteúdos que incentivem o progresso cultural para além de sala de aula, oferecendo oportunidades de

discutir e ampliar as ações em prol da promoção da cultura e da arte local, assim como do respeito à Ética e da diversidade através das tecnologias, integrando o avanço e as identidades, uma vez que a IES compreende que o ensino da Cultura é uma forma de tecnologia que se integra com as práticas inovadoras.

É cabível ao Comitê com auxílio da direção a organização de palestras, eventos e semanas culturais e de pesquisa com a organização de editais, na qual os alunos serão incluídos para tomar a frente do processo junto aos professores.

Além de pesquisar e fomentar as novas tecnologias e a cultura, esse grupo de professores tem a responsabilidade de participar semestralmente do seminário pedagógico geral, apresentando as novidades no que concerne aos suportes tecnológicos inovadores e das novas metodologias de ensino-aprendizagem.

É de observância da IES que a tecnologia, a inovação e o a formação humana caminham de forma conjunta. Para que o processo de ensino não se torne mera transmissão de conteúdos desvinculados da realidade e/ou descrição da mesma, o entendimento institucional sobre os conteúdos nas diferentes disciplinas dos cursos, pauta-se pelo trabalho interdisciplinar, investigativo da realidade e inovador, articulando aspectos teóricos e empíricos, de forma a não priorizar uma dimensão em detrimento da outra.

Decorre daí a necessidade de repensar a perspectiva metodológica, propiciando situações de aprendizagem que possibilitem a interação dos diferentes conhecimentos e o contato do aluno com situações de iniciação científica.

Assim sendo, o propósito metodológico assumido pela Faculdade é o da resignificação do conhecimento, aproximando ensino e iniciação científica, passado e presente, problemas da vida do aluno, de sua futura profissão e conhecimento socialmente construído.

Dessa forma, o processo de teorização elaborado pelo professor tem como finalidade permanente a reinvenção e resignificação da própria prática e aprofundamento teórico.

Para tanto, a formação acadêmica proposta na instituição, visa ao desenvolvimento de habilidades e competências em consonância com os problemas locais e globais de modo a fazer frente às questões epistemológicas e sociais de nossa época.

A partir disso, fundamenta sua metodologia na ressignificação e problematização de conteúdos, enfatizando que a construção de conhecimentos ocorre a partir da vivência de experiências significativas da realidade dos discentes e de situações do cotidiano dos mesmos, visando com esse processo que o acadêmico possa atribuir sentido aos conteúdos desenvolvidos. Para sua efetivação, os conteúdos previstos em cada disciplina, tendo sido ressignificados e problematizados pelo professor, são orientados metodologicamente a partir dos seguintes princípios:

- a) Momento motivacional, de provocação do desejo e situacional: abordagem de situações-problema e curiosidades da realidade, discussão de hipóteses de solução e contextualização das situações, problemas e curiosidades na história;
- b) Momento de fundamentação teórica: desenvolvimento de fundamentos teóricos que expliquem e/ou solucionem as situações-problema e curiosidades abordadas;
- c) Momento da produção teoricamente fundamentada: abordagem de novas situações-problema e curiosidades, desenvolvendo com os discentes exercícios de compreensão e/ou solução teoricamente fundamentadas.

Deste modo, as problematizações e curiosidades da realidade manifestam-se em todas as suas contradições e idiosincrasias, gerando o desassossego inicial e novos temas de estudo e iniciação científica para os professores, alunos e demais atores envolvidos. Criam-se, assim, desafios cognitivos permanentes para discentes e docentes.

É importante ressaltar que a metodologia pautada na ressignificação e problematização requer uma postura do docente no exercício de sua prática pedagógica que se faz por um permanente trabalho reflexivo com o discente, pela disponibilidade do professor para pesquisar, acompanhar e colaborar no aprendizado crítico do aluno, gerando tensão e desequilíbrio cognitivo, indispensáveis ao processo de construção do conhecimento.

A metodologia, aqui expressa, tornou-se base para as propostas pedagógicas em cada projeto pedagógico de curso, desdobrados, nos planos de ensino das disciplinas, de forma que haja uma formação integral, evitando-se a fragmentação de estudos desvinculados da realidade e dos contextos profissionais.

Assim, a formação na instituição oferece oportunidade aos seus acadêmicos para serem profissionais competentes em suas áreas de conhecimento, sejam empreendedores com visão sistêmica do contexto e possam contribuir com compreensões e soluções às questões

locais, regionais, nacionais e mundiais, participando como protagonistas no processo sócio histórico que estão inseridos.

Desta forma, propicia a construção da autonomia, o convívio com as diferenças, a valorização da história de diferentes sujeitos e saberes, o exercício do trabalho interdisciplinar e o comprometimento ético-político com a defesa dos direitos humanos.

Ainda em relação às metodologias e práticas pedagógicas inovadoras a IES buscará sempre implementar a cultura empreendedora, da inovação e da sustentabilidade na vida acadêmica do discente tendo por finalidade o desenvolvimento dos seres humanos e da sociedade. Ela é uma metodologia de ensino diretamente ligada com as tecnologias de desenvolvimento sustentável, por essa razão ela atinge não só o discente, mas a comunidade como um todo.

É por meio dessa metodologia de ensino, que os discentes têm contato com o estudo de oportunidades que visam ao desenvolvimento, seja ele pessoal ou coletivo.

Nesse entender, a cultura empreendedora apresenta uma acentuada abordagem humanista. Dessa forma, sua metodologia elege como tema a preparação do discente para participar ativamente da construção do desenvolvimento social, com vistas à melhoria de vida da população e à eliminação da exclusão social.

Esta metodologia cria um ambiente de aprendizagem no qual o discente, de forma autossuficiente, possa perceber os valores empreendedores e aprender sobre si e sobre a comunidade. Dessa maneira, aprender a utilizar ferramentas e instrumentos úteis para o desenvolvimento de suas atividades.

Portanto, o discente identificará as fontes do conhecimento com a ajuda do docente, sendo de sua responsabilidade o acesso e a mobilização do conteúdo. Assim, cabe às culturas empreendedora e sustentável promover o estímulo da capacidade de escolha do aluno sem interferir com influências as suas decisões, para que tomando decisões por si só, esteja preparando-se para as suas próprias opções.

Cabe também, desenvolver o potencial dos alunos para que eles sejam empreendedores em qualquer atividade que venham a atuar.

O compromisso desta metodologia oportuniza ao discente fazer sua opção profissional e apostar no tipo de empreendedor em que seu perfil se enquadra. Portanto, cabe ao empreendedorismo estabelecer ao aluno uma forma de ser e não somente de fazer.

Diante do exposto, à formação de uma cultura empreendedora nos cursos da IES buscam, por meio de suas metodologias e práticas pedagógicas, desenvolver um perfil de egresso como um modo de ser que tenha iniciativa, que crie e torne-se agente de transformação em situações que se apresentam como problemas nos diferentes aspectos da vida humana.

Nesse sentido, a proposta pedagógica da instituição prima pela formação de pessoas e profissionais com o ímpeto criador e inventivo que modificam qualquer área do conhecimento humano.

Desta forma, é importante ressaltar que, em conjunto com a formação proposta em suas metodologias e práticas pedagógicas que buscam a construção de um perfil de egresso inovador, os cursos da instituição promovem ações extensivas à comunidade.

3.8.6.1. FLIPPED CLASSROOM – A Sala de Aula Invertida

A Faculdade Presidente Antônio Carlos de Leopoldina, de acordo com os princípios democráticos advindos das políticas de ensino, buscar-se constantemente um escopo metodológico que permita ao corpo discente o exercício de sua autonomia de aprendizado e o controle de seu próprio processo de trabalho, perspectiva esta própria da sociedade moderna em sua cultura e produção globalizada.

No que diz respeito ao corpo docente, o curso privilegia sempre a desvinculação do papel de “detentor do saber” para o papel de “mediador”. No seu fazer pedagógico o professor deve sempre estar centrado tanto em formar competências, habilidades e disposições de conduta, quanto em relação à quantidade e qualidade de informações a serem apreendidas pelos alunos. Isto significa que precisa relacionar o conhecimento com dados da experiência cotidiana, trabalhar com material significativo, para que o aluno consiga fazer a ponte entre a teoria e a prática e fundamentar críticas.

Dessa forma, dentre as várias modalidades de ensino-aprendizagem já tradicionais no ambiente universitário, a IES estabelece em seus cursos de graduação o que é conhecido

como a Sala de Aula Invertida, ou, como se aponta na literatura internacional “Flipped Classroom”.

Em linhas gerais, o princípio básico desta proposta metodológica é que ocorre uma inversão das aulas consideradas tradicionais, pautadas na clássica preparação do professor para expor conteúdo em sala de aula.

Na Sala de Aula Invertida, os estudantes assumem responsabilidades no tocante à sua preparação prévia às aulas, devendo realizar atividades de leitura, pesquisa ou análise de materiais enviados pelos professores antecipadamente.

O acesso ao conteúdo pode ocorrer por meios variados, como a disponibilização em Ambientes Virtuais de Aprendizagem (AVA), vídeos postados pelo professor em websites, chats, fóruns ou ferramentas diversas.

A partir da prática de ações colaborativas que antecedem a sala de aula, o professor dispõe de mais tempo para o saneamento das dúvidas que surgem ou surgirem no decorrer da leitura do conteúdo e da realização de atividades propostas.

O eixo central das experiências com as aulas invertidas ampara-se na busca de novos procedimentos didáticos que estimulam a permanência dos alunos nos cursos, diminuindo a evasão, tudo a partir de práticas inovadoras que incentivam a resolução de problemas de forma crítica e com ampla utilização da tecnologia de informação e da autonomia dos alunos.

Desse modo, associa-se a formação de um profissional capacitado e autônomo na produção do conhecimento à formação de um cidadão apto a resolver os problemas de diferenciados contextos sociais.

Além disso, todos os cursos de graduação da IES sensibilizam sempre o corpo docente de maneira que na seleção de metodologias, alunos e professores tenham a oportunidade de vivenciar a cidadania e promover a criticidade em todos os conteúdos previstos para o curso.

Neste contexto, as situações de trabalho são extremamente relevantes para a contextualização, razão pela qual dá-se preferência por docentes que unam a academia com a experiência prática das suas áreas profissionais.

A complementaridade entre as disciplinas e os conteúdos aparece na relação estabelecida entre os professores através de práticas interdisciplinares, a partir das pesquisas e projetos feitos por grupos de alunos e orientados por docentes, afinal, por fazer parte da futura rotina na atuação profissional, o trabalho em equipe é um grande e fundamental aspecto a ser priorizado.

Na mesma linha, considera-se as diferenças individuais dos alunos e apoiar o desenvolvimento de interesses e habilidades particulares de cada um, o que é imprescindível quando se elege a atenção à diversidade como princípio didático. A operacionalização da proposta metodológica pode também lançar mão de métodos tradicionais de ensino, tais como aulas expositivas e seminários. Entretanto, o desafio sempre se encontra em propor inovações no campo da metodologia de ensino para alavancar o efetivo desenvolvimento das competências do egresso. Neste sentido, a proposta metodológica tem como mote a viabilização da integração dos conteúdos vistos ao longo do curso.

Essa proposta metodológica é de conhecimento de todo o corpo docente para que os diversos planos de ensino sejam elaborados de forma integrada, sempre aos finais do semestre nos Seminários Pedagógicos a se tornarem rotineiros nos cursos.

Para efetivação das propostas metodológicas delineadas, foram e são sugeridas as seguintes atividades:

- a) Desenvolvimento de projetos de trabalho capazes de integrar diferentes componentes curriculares de um mesmo semestre do curso, ou, até mesmo, componentes de diferentes semestres;
- b) Organização dos laboratórios profissionais de modo que se permita a simulação e a prática em situações reais de trabalho que poderão ser encontradas pelos futuros profissionais; e
- c) Realização de atividades extracurriculares capazes de oferecer maiores informações a respeito das atividades realizadas pelo profissional.

Em suma, o proceder metodológico delineado na IES uma vez dirigido para a apropriação do perfil delineado para os cursos de graduação e pós-graduação, é voltado para a formação de um profissional que sabe fazer e que sabe aprender a aprender, tudo a partir de uma concepção crítica das relações que permeiam a educação, a sociedade e o trabalho.

Neste mote, destaque-se o Núcleo de Tecnologia e Inovação Pedagógico que é o órgão responsável por pesquisar e disseminar na IES as novas metodologias para todos os cursos.

3.8.7. Interdisciplinaridade e Transversalidade

Considerando a observação e a reflexão como princípios cognitivos de compreensão da realidade, torna-se necessário aprofundar e ampliar a articulação teoria e prática na estrutura curricular, integralizando todas as atividades acadêmicas fundamentais para a produção do conhecimento na área do curso. Os diversos elementos construídos pelas múltiplas atividades de ensino-aprendizagem articulam-se em uma concorrência solidária, para a criação do sentido e do conhecimento.

O trabalho interdisciplinar e coletivo permite o desenvolvimento de uma capacidade de análise e produção de conhecimentos com base numa visão multidimensional e, portanto, mais abrangente sobre o objeto de estudo.

Ele corresponde a uma nova consciência da realidade, a um novo modo de pensar, que resulta num ato de troca, de reciprocidade e integração entre áreas diferentes de conhecimento, visando tanto a produção de novos conhecimentos como a resolução de problemas de modo global e abrangente.

Para atingir estes objetivos, compete aos colegiados de curso planejarem estratégias de aprendizagem que possam facilitar a aquisição de conhecimentos teórico-práticos, competências e habilidades para a comunicação, análise crítica e criativa, reflexão independente e trabalho em equipe em contextos multiculturais.

Compete ainda estimularem a criatividade, envolvendo a combinação entre o saber tradicional ou local e o conhecimento aplicado da ciência avançada e da tecnologia.

Aliam-se às estratégias de ensino e aprendizagem novas orientações para a avaliação, que sejam coerentes com os objetivos e que visem colocar em questionamento não somente a memória, mas também as faculdades de compreensão, a crítica e a criatividade, incluindo-se a habilidade para o trabalho teórico-prático.

Essas considerações devem balizar a construção de todos os Projetos Políticos Pedagógicos dos Cursos observando os seguintes parâmetros:

- a) Concepção da estrutura curricular fundamentada em metodologia de ensino que articule o ensino, a extensão e a iniciação científica;
- b) Estímulo ao desenvolvimento de conteúdos integradores;

- c) Desenvolvimento do espírito crítico e analítico, preparando os acadêmicos para a resolução dos problemas enfrentados na atuação profissional;
- d) Considerar a graduação como etapa de construção das bases para o desenvolvimento do processo de educação continuada;

Ainda nessa perspectiva, impõe-se no plano operacional que a estrutura curricular a ser desenhada nos cursos de graduação implicam em:

- a) Incentivar o trabalho em grupo e a formação de equipes interdisciplinares;
- b) Incentivar a aquisição e assimilação de conhecimentos de forma interdisciplinar;
- c) Fortalecer a articulação da teoria com a prática, valorizando a pesquisa individual e coletiva, assim como a monitoria, os estágios e a participação em atividades de extensão e iniciação científica;
- d) Estimular práticas de estudo que promovam a autonomia intelectual.

A IES promove a interdisciplinaridade em seus cursos, permitindo a articulação de conhecimentos e a flexibilidade de conteúdos curriculares, além de contribuir para a dinamização da aprendizagem. A Instituição promove a organização e a divulgação de atividades diversificadas, como semanas de estudo, seminários, palestras, jornadas, entre outras, ligadas às áreas dos cursos oferecidos com o intuito de integrar a comunidade acadêmica e complementar a formação da mesma, além de incentivar a interdisciplinaridade que é dividida em dois enfoques:

- I. **Atividade interdisciplinar do curso:** cada curso desenvolve as atividades que julgar relevante, seguindo as políticas elencadas no PDI. Estas atividades são realizadas por meio de visitas técnicas, mostra acadêmica, seminários, simpósios, entre outras atividades acadêmicas afins; e
- II. **Atividade interdisciplinar geral:** todos os cursos devem desempenhar atividades comuns que possibilitam aos alunos entenderem o caráter sistêmico do processo educacional. O aluno deve entender que, apesar de serem de áreas diversas, os cursos permitem um entrosamento na construção do saber.

Contando com a experiência e a formação da equipe de professores, a Faculdade busca utilizar os enfoques acima somados às metodologias usualmente utilizadas, visando alcançar um ambiente propício à autoaprendizagem. Isso inclui a adoção de uma metodologia pautada na articulação entre teoria e prática como forte aliada às atividades interdisciplinares especificadas a seguir:

- I. Atividades integradas entre os componentes curriculares do currículo básico e as metodologias correspondentes, integrando teoria e prática para melhor assimilação dos conhecimentos adquiridos em sala de aula;
- II. Leitura e discussão de estudos de casos nos quais os estudantes discutem temas inovadores e polêmicos presentes na literatura recomendada para o componente curricular;
- III. Aulas que simulam situações-problema, estimulando a análise e a síntese de pensamento;
- IV. Criação de projetos que envolvem o desenvolvimento dos conceitos, procedimentos e métodos pertinentes aos componentes curriculares da área técnica com visão da prática;
- V. Seminários e semanas de estudos envolvendo palestras nas diferentes áreas dos cursos;
- VI. Visitas técnicas a empresas e organismos locais para verificar in loco situações que tenham estreita relação com o conhecimento adquirido em sala de aula; e
- VII. Elaboração dos relatórios das visitas realizadas.

Os temas transversais oportunizam que a interdisciplinaridade aconteça no currículo dos cursos. Conforme consta do Instrumento de Avaliação de Cursos de Graduação presencial e a distância (INEP/MEC), a interdisciplinaridade se define como:

[...] estratégia de abordagem e tratamento do conhecimento em que duas ou mais disciplinas/unidades curriculares ofertadas simultaneamente estabelecem relações de análise e interpretação de conteúdos, com o fim de propiciar condições de apropriação, pelo discente, de um conhecimento mais abrangente e contextualizado.

Segundo Oliveira a Transversalidade:

diz respeito principalmente à dimensão da didática, à possibilidade de se estabelecer uma relação entre aprender conhecimentos teoricamente sistematizados (aprender na realidade e da realidade) e, incluir esse trabalho no currículo escolar de forma a ser aprofundado ao longo da escolaridade.

Desta forma, alguns temas, devido a sua complexidade e natureza diferente das áreas convencionais, não podem ser tratados de forma isolada, não sendo suficiente a abordagem por apenas uma área do conhecimento. Esses temas normalmente tratam de questões sociais, de ampla abrangência.

Além de outros, são tratados de modo transversal, contínuo e permanente nos currículos dos cursos de graduação da IES os seguintes temas: História e Cultura Africana, Afro-Brasileira e Indígena, Educação Ambiental e Educação em Direitos Humanos, Questões de Raça e de Gênero, etc.

3.8.8. Política e Práticas de Pesquisa ou Iniciação Científica, Inovação Tecnológica e de Desenvolvimento Artístico e Cultural

As políticas e as práticas para Iniciação Científica, inovação tecnológica e de desenvolvimento artístico e cultural são elementos constitutivos da Faculdade Presidente Antônio Carlos de Leopoldina.

A política de Iniciação Científica da Faculdade tem por objetivo ser um programa de incentivo à pesquisa que contribua para a inserção do aluno de graduação/pós-graduação na carreira acadêmica. Esse programa se pautará pelo estímulo à investigação científica e tecnológica na Instituição, por meio da avaliação de projetos e concessão de recursos.

Assim, na Faculdade Presidente Antônio Carlos de Leopoldina, o programa é destinado aos alunos que demonstrem potencial e interesse em participar ativamente de atividades de iniciação científica e tecnológica, sob a coordenação de professores qualificados, conforme abaixo:

- ✓ **Programa de Inovação Tecnológica:** entende-se a pesquisa focalizada e contextualizada na aplicação de conhecimentos científicos e tecnológicos e que se orienta para a geração, o desenvolvimento, a adaptação, o aperfeiçoamento, a avaliação ou a inovação de tecnologias e aplicativos. Essas mediações concernem processos, padrões, materiais, produtos e prestação de serviços e estão presentes em diversas atividades profissionais, tais como planejamento, gestão, produção, prevenção, controle, preservação, conservação, recuperação, avaliação,

monitoramento e análise de resultados e impactos, sejam eles sociais, econômicos, culturais ou ambientais.

- ✓ **Programa de Iniciação Científica:** é um instrumento que permite introduzir os estudantes de graduação na pesquisa científica. O programa coloca o aluno desde cedo em contato direto com a atividade científica e permite engajá-lo na pesquisa. A iniciação científica define-se assim como um instrumento de formação de recursos humanos qualificados. Voltado para o aluno de graduação e servindo de incentivo à formação de novos pesquisadores, privilegia a participação ativa de alunos em projetos de pesquisa com qualidade acadêmica, mérito científico e orientação adequada, individual e continuada.

Em relação ao **Desenvolvimento Artístico e Cultural** a Presidente Antônio Carlos de Leopoldina busca ratificar a importância da arte e cultura na IES, em todos os seus cursos, permeado por um diálogo transversal com o ensino, a iniciação científica, a extensão, a sustentabilidade e a inovação.

Busca-se promover o pleno exercício dos direitos culturais, por intermédio do estímulo à experimentação, à preservação, ao apoio à produção e difusão e à promoção da formação na área de arte e cultura. Nesse sentido, a IES aborda o respeito à diversidade cultural e à diferença como aspectos fundamentais à convivência social e à comunicação em sociedade, envolvendo o cotidiano dos indivíduos e suas interações com o ambiente.

Com o objetivo de introduzir o aluno à pesquisa no âmbito acadêmico, potencializar novos talentos humanos, gerar conhecimentos e possibilitar o entendimento por parte de alunos de como o conhecimento é construído, o Programa de Iniciação Científica e Tecnológica da Faculdade busca instaurar sistematicamente a ambiência da pesquisa, em caráter amplo, fazendo interagir a graduação e a pós-graduação, articulando ensino acadêmico, programas de extensão e linhas/projetos de pesquisa.

São incentivados projetos de investigação de caráter inter e multidisciplinar, preferencialmente relacionados aos diversos interesses regionais e institucionais, e que visem à melhoria da qualidade de vida da população, assim como ao desenvolvimento científico e tecnológico e à promoção do desenvolvimento artístico e cultural, sendo seus resultados divulgados a comunidade em eventos como a Jornada acadêmica de Biomedicina, Semana Acadêmica de Ciências Contábeis e Semana Acadêmica de Enfermagem (eventos anuais de cunho científico e acadêmico implementado na IES), ambos editados e realizados de forma

transversal aos cursos ofertados e configurando-se como os principais mecanismos de transmissão dos resultados para a comunidade.

O Programa de Iniciação Científica, Inovação Tecnológica e de Desenvolvimento Artístico e Cultural da Faculdade tem por objetivos:

- I. Incentivar a participação de alunos dos cursos de Graduação e da Pós-Graduação em projetos de pesquisa de Iniciação Científica – IC;
- II. Desenvolver o pensamento e a prática científica, artística e cultural, com a orientação de professores qualificados;
- III. Contribuir para ampla formação de pesquisadores;
- IV. Contribuir para a melhor ambientação dos alunos na Pós-Graduação;
- V. Possibilitar maior interação entre Graduação e Pós-Graduação;
- VI. Qualificar alunos para os Programas de Pós-Graduação;
- VII. Promover a disseminação e divulgação dos resultados das pesquisas desenvolvidas, mediante o estímulo à publicação, conforme a política editorial vigente.
- VIII. Incentivar a reflexão sobre os impactos da pesquisa acadêmica na melhoria da qualidade de vida da sociedade;
- IX. Institucionalizar e sistematizar a pesquisa, incentivando a implementação da política de pesquisa para iniciação científica.

Para dar cumprimento a sua política para iniciação científica a Faculdade Presidente Antônio Carlos de Leopoldina, promove as seguintes ações:

- ✓ Realiza, anualmente, no segundo semestre letivo, a **SEMANA ACADÊMICA DOS CURSOS DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS E ENFERMAGEM e JORNADA ACADÊMICA DO CURSO DE BIOMEDICINA** - Eventos organizados pela Faculdade, que objetivam propiciar o intercâmbio de ideias desenvolvidas para incentivar a comunidade acadêmica na iniciação científica, incentivando assim a divulgação das atividades de estágio e pesquisa desenvolvidas por acadêmicos dos cursos de Graduação das Instituições de Ensino Superior de Leopoldina e região sob orientação de professores da instituição de ensino superior de origem;
- ✓ Incentiva a participação de alunos e professores em eventos científicos promovidos por outras Instituições de Ensino Superior;

- ✓ Reserva de verba específica em seu orçamento para incentivo às atividades de pesquisa e iniciação científica.

Apesar de não ser uma prerrogativa obrigatória para as Faculdades Isoladas, a Faculdade Presidente Antônio Carlos de Leopoldina estabeleceu, prioritariamente, sua política de iniciação científica no desenvolvimento da região a qual está inserida e em seu entorno, ao formular normas para a investigação científica, baseou-se no atendimento ao seu princípio básico de auxiliar no desenvolvimento regional, haja vista só se conseguir atingir tal meta a partir da produção do conhecimento e não apenas da sua transmissão.

As linhas de pesquisa atualmente vigentes na IES conferem aos programas uma maior verticalidade e especialização em áreas já consolidadas, possuindo uma organização disciplinar em alguns casos, temáticas em outros, como demonstrado abaixo:

Linha de Pesquisa 01: Inovação

Esta linha de pesquisa considera e investiga as ações de inovações nos negócios e contempla os diferentes tipos de inovação: serviços, produtos, processos, organizacional, modelos de negócios, que ocorrem nas organizações.

Linha de Pesquisa 02: Empreendedorismo

Esta linha de pesquisa abrange as ações direcionadas à criação de nova empresas, startups, tecnológicas e crescimentos das empresas. Aborda ainda as relações dessas empresas com o ecossistema de inovação que vai incluir: incubadoras, aceleradoras e outras fontes de financiamento.

Linha de Pesquisa 03: Educação Ambiental

Esta linha de pesquisa visa levar o estudante a conhecer a relação entre a ética e o direito ambiental, estudando as correntes de pensamento que levantam discussões acerca do desenvolvimento sustentável e da consciência ecológica. Investiga a ação de organizações não governamentais no papel de conscientizar a sociedade sobre seus direitos e deveres para com o meio ambiente e também, busca conhecer a ação do governo local para fiscalização e punição de crimes ambientais. Estuda os direitos e deveres do homem para com o meio-ambiente, buscando o conhecimento de ações realizadas nesse sentido tanto em nível nacional, como regional e no município de Leopoldina.

Linha de Pesquisa 04: Globalização e Direitos Fundamentais

Esta linha de pesquisa tem por objetivos levar o estudante a conhecer o contexto político-social atual, no que tange ao novo modelo de sociedade global, discutir a política neoliberal imposta pelos países imperialistas no contexto da sociedade global e identificar os direitos fundamentais do homem frente a esse contexto. Visa abordar o estudo de gênero, de raça, os direitos humanos, a cultura africana, afro-brasileira e indígena e a cultura local, regional e nacional.

As Linhas de Pesquisa representam temáticas a serem alocados os alunos, mas não necessariamente indicam programas de pesquisa desenvolvidos conjuntamente entre docentes pertencentes à mesma linha, aliás, em uma mesma Linha de Pesquisa pode haver diferentes referenciais teórico-metodológicos trabalhados por docentes da mesma subárea da Educação.

3.9. Políticas institucionais voltadas à valorização da diversidade, do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural e ações afirmativas de defesa e promoção dos direitos humanos e da igualdade étnico-racial.

A Faculdade Presidente Antônio Carlos de Leopoldina como Instituição de Educação Superior, tem como responsabilidade desenvolver seu trabalho com o compromisso de preservar a memória e o patrimônio cultural da comunidade onde está inserida.

Preservar a história e a cultura de um povo é promover a construção e transformação de seu presente de forma consciente, dando sentido à sua existência. Com essa visão, a Faculdade promove ações em parceria com órgãos e movimentos que visam a esse objetivo.

São políticas da Faculdade implementadas de modo transversal aos cursos ofertados, com o objetivo de ampliar as competências dos egressos:

- **VALORIZAÇÃO DA DIVERSIDADE GERACIONAL E DE GÊNERO** - com vistas a garantir uma igualdade de oportunidades para todos, desenvolve uma política humanista, que se viabiliza em procedimentos de operacionalização tecnológica e ambiental, os quais possibilitam a acessibilidade a todos os espaços de uso coletivo na Faculdade. Assim, essa política objetiva à adequada aquisição de conhecimentos e o respeito às diversidades, além da constante preocupação com a melhoria da qualidade de vida, superando paradigmas

ultrapassados, preconceitos e mitos, em relação à formação para a cidadania e os direitos humanos. Consta como meta deste PDI realizar campanhas e ações de sensibilização da comunidade acadêmica interna sobre respeito às diferenças (deficiência, faixa geracional, étnico-racial, credo, gênero, nacionalidade e orientação sexual), direitos humanos e educação ambiental e estabelecer prêmio para pessoas/instituições que fazem a diferença na área social da comunidade. Nos componentes curriculares dos cursos de graduação da Faculdade são assegurados conteúdos, atividades e práticas que visam não somente ao desenvolvimento do respeito à diversidade geracional e de gênero, mas, também ao reconhecimento da igualdade. Serão também desenvolvidas ações de incentivo e parcerias com órgãos visando à formação da consciência cidadã e igualitária.

- **EDUCAÇÃO AMBIENTAL** - A preocupação com o meio ambiente é uma constante na Faculdade e está prevista na Política Nacional do Meio Ambiente, instituída pela Lei Federal nº 6.938/81. Com esta Lei a proteção ambiental deixa de ser considerada responsabilidade exclusiva dos órgãos oficiais de meio ambiente e passa a ser compartilhada por todos os demais setores da sociedade. A incorporação do conceito de responsabilidade social na gestão e no gerenciamento das empresas tem multiplicado a demanda por profissionais qualificados, para atuar na área de gestão ambiental. Para fazer frente a essa demanda, a Faculdade forma profissionais com senso de administração e conhecimentos voltados para o equilíbrio do meio ambiente e da boa qualidade de vida no planeta, bem como desenvolve atividades de extensão com esse intuito. Ademais, a IES busca integrar as Diretrizes Curriculares com as políticas relacionadas com a preservação do meio ambiente, estimulando parcerias e intercâmbio de conhecimentos. Também busca integrar a educação ambiental às disciplinas do curso, de modo transversal, contínuo e permanente, em atendimento à Lei nº 9.795, de 27/04/99 e ao Decreto nº 4.281 de 25/06/2002.

- **PRESERVAÇÃO DA MEMÓRIA E PATRIMÔNIO CULTURAL E DA PRODUÇÃO ARTÍSTICA** – A Faculdade como Instituição de Educação Superior, tem como responsabilidade desenvolver seu trabalho com o compromisso de preservar a memória e o patrimônio cultural da comunidade onde está inserida. Preservar a história e a cultura de um povo é promover a construção e transformação de seu presente de forma consciente, dando sentido à sua existência. Com essa visão, a Faculdade promove ações em parceria com órgãos e movimentos que visam a esse objetivo. Incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica, visando ao desenvolvimento da ciência, da tecnologia, da criação e difusão da cultura e, desse modo, propiciar o entendimento do homem e do meio em que vive, promovendo a divulgação de conhecimentos culturais, científicos, tecnológicos e técnicos que

constituem patrimônio da humanidade e difundir o saber através do ensino, de publicação ou de outras formas de comunicação.

Como projetos e ações realizados de modo transversal aos cursos ofertados, com o objetivo de ampliar as competências dos egressos cita-se:

-DEFESA E PROMOÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS - Alguns temas que tratam de questões sociais de ampla abrangência, devido à sua complexidade e natureza diferentes das áreas convencionais, são tratados nos currículos dos cursos de graduação de modo transversal, contínuo e permanente. Nessa categoria se enquadram os seguintes temas: História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena, Educação Ambiental e em Direitos Humanos. Nos currículos dos cursos de graduação optou-se pela inserção da Educação em Direitos Humanos no formato misto, ou seja, combinando transversalidade e disciplinaridade, sendo a oferta dessa última, garantida como conteúdos de componentes curriculares. Nos cursos de Formação de Professores (Pedagogia e demais licenciaturas) a Educação em Direitos Humanos será ofertada como componente curricular da matriz, de acordo com art. 8º da Resolução CNE/CP nº 1, de 30 de maio de 2012.

- DEFESA E PROMOÇÃO DA IGUALDADE ÉTNICO-RACIAL - Como informado anteriormente, alguns temas que tratam de questões sociais de ampla abrangência, devido à sua complexidade e natureza diferentes das áreas convencionais, são tratados nos currículos dos cursos de graduação de modo transversal, contínuo e permanente. Nessa categoria se enquadram também os temas da História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena. As Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Indígena - Resolução CNE/CP nº 01, de 17 de junho de 2004 – são atendidas uma vez que a temática é tratada de modo transversal e está inclusa em disciplinas das matrizes curriculares dos cursos de graduação. Anualmente será realizado o evento chamado de SEMANA MULTICULTURAL com abordagem interdisciplinar da temática da igualdade étnico-racial; Consciência negra: a diversidade e a igualdade na pauta das discussões.

As competências e habilidades do perfil do egresso, descritas nas DCN's dos cursos e reproduzidas nos projetos pedagógicos dos cursos de graduação da Faculdade, são ampliadas de forma a assegurar ações que visem à formação do profissional cidadão cômico de sua responsabilidade para o desenvolvimento de uma sociedade mais justa e igualitária. Essa prática se concretiza no dia a dia no exercício da cidadania e no exercício profissional.

As atividades realizadas têm o intuito de envolver de modo transversal os alunos de todos os cursos ofertados pela Faculdade, colocando-os em contato direto com a comunidade e garantindo a transmissão dos resultados dessa reflexão e atuação para a mesma.

As mencionadas atividades ganham materialidade no currículo dos cursos por meio dos projetos de extensão. Distribuídas ao longo dos cursos, essas atividades têm como metodologia a aprendizagem baseada em projetos, proposta essa que engaja os discentes com as comunidades do entorno da IES e contribui para uma formação integral, tanto profissional quanto pessoal e cidadã.

Assim os alunos têm um primeiro contato com as discussões sobre diversidade, meio ambiente, memória e patrimônio cultural, produção artística da cidade, bem como com questões relacionadas à defesa e à promoção dos direitos humanos e da igualdade étnico-racial. O contato com cada uma dessas questões se dá de acordo com as atividades desenvolvidas, como por exemplo, nos projetos SEMANA MULTICULTURAL, FUPAC NA PRAÇA e FUPAC ABRAÇA.

Todos os discentes, em alguma medida, têm relação direta com essas temáticas, uma vez que o objetivo dessas atividades é desenvolver a habilidade e a capacidade dos discentes de lidar com a diversidade, de desenvolver o pensamento crítico e de resolver problemas complexos.

Os professores incentivam que esses projetos sejam realizados nas comunidades do entorno da IES, o que estimulam nos estudantes o estabelecimento do status de pertencimento local, ao mesmo tempo em que fortalece uma atuação cidadã, em esfera global, com forte impacto das discussões acerca de equidade social e de sustentabilidade.

Como mecanismo de transmissão dos resultados para a comunidade a IES:

- ✓ Realiza, anualmente, a SEMANA ACADÊMICA, dos cursos de Ciências Contábeis e Enfermagem e a JORNADA ACADÊMICA do curso de Biomedicina. Eventos organizado pela Faculdade, que objetivam propiciar o intercâmbio de ideias desenvolvidas para incentivar a comunidade acadêmica na iniciação científica, incentivando assim a divulgação das atividades de estágio e pesquisa desenvolvidas por acadêmicos dos cursos de Graduação das Instituições de Ensino Superior de Leopoldina e região sob orientação de professores da instituição de ensino superior de origem;

✓ A comunicação com a comunidade também é realizada por meio da rede social *Instagram* interligada com o site institucional. Tal inserção tecnológica proporciona um amplo compartilhamento de informação e divulgação, permitindo o alcance de um alto número de pessoas, além de promover a integração entre faculdade e comunidade.

3.10. Políticas Institucionais voltadas ao Desenvolvimento Econômico e à Responsabilidade Social

Entende a Faculdade, como instituição educacional socialmente responsável pela comunidade na qual está inserida, que é seu papel contribuir com o desenvolvimento local por meio de projetos que tenham continuidade, promovam a auto sustentabilidade e a cidadania.

Além disso, entende que é preciso ter ética nos negócios, agir com legalidade, ofertar no mercado serviços de qualidade, respeitando o meio ambiente e promovendo o desenvolvimento sustentável, valorizando as pessoas e difundindo a comunicação transparente, incentivando a parceria e a inclusão. Logicamente deve desenvolver programas sociais que melhorem a qualidade de vida da comunidade. A responsabilidade social da mantenedora da IES, está alicerçada em dois princípios, a saber:

- Expansão ordenada e a criação de novos cursos superiores em áreas ainda carentes, orientados em seus Projetos Pedagógicos de Curso pelos princípios e valores condizentes com a missão institucional de forma a atender às necessidades da comunidade e contribuir para a formação do cidadão; e
- Promover programas sociais, através de uma ação extensionista, interdisciplinar por natureza, ao abordar a realidade em sua plenitude, promovendo a produção do conhecimento de forma integrada, que não pode ser vista fora do processo acadêmico e desvinculada do ensino.

Quanto ao primeiro item - expansão ordenada - a garantia da estrutura física da faculdade no que concerne aos cursos propostos, alia-se aos indicadores socioeconômico e educacional da região, na qual a IES está inserida.

Com relação à promoção de programas sociais através de uma ação extensionista, três motivos estimulam a Faculdade a promover ações nessa área. Primeiro, é o próprio espaço que as atividades de extensão ocupam no processo de formação e desenvolvimento profissional permanente.

Segundo, é o fato da Instituição assumir seus compromissos de solidariedade e responsabilidade social como empresa-cidadã na sociedade.

O terceiro é a própria exigência legal prevista na LDB 9.394/96 ao afirmar, no seu art. 43, inciso VII, que a educação superior tem por finalidade “promover a extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios, resultantes da criação cultural geradas na instituição”.

A prática social realiza-se por meio das diretrizes institucionais e políticas de extensão universitária propostas no Plano de Desenvolvimento Institucional da Faculdade. Essas diretrizes norteadoras, conforme descrito no PDI, requerem estratégias educativas variadas e complementares no pensar e fazer acadêmicos da Faculdade que busca, gradativamente:

- Conhecimento da realidade regional e dos seus condicionantes históricos, políticos e sociais;
- Formação de profissionais competentes para atuar responsavelmente sobre essa realidade;
- Compromisso com as necessidades e os interesses básicos da comunidade;
- Articulação entre as atividades de ensino, iniciação científica e extensão;
- Revisão periódica e fundamentada dos projetos pedagógicos dos cursos que oferece, de modo a contribuir para a realização dos projetos educacionais dos estudantes;
- Responder às mudanças ocorridas na sociedade, e contribuir para o desenvolvimento curricular perante às diretrizes, desafios e avanços didático-pedagógicos;
- Articulação entre as dimensões das unidades, teóricas e práticas, o que pressupõe uma ênfase na aprendizagem, na transformação de professores em orientadores e de estudantes em profissionais.

Dessa forma, pretende-se estimular um conhecimento capaz de retroalimentar um processo contínuo de aperfeiçoamento das atividades educacionais que concebe e realiza.

O Projeto Pedagógico Institucional da Faculdade expressa a organização e o pensar de suas propostas pedagógicas, voltadas para a formação do cidadão e do profissional, validando a

abertura de cursos correlacionados à demanda da região, à oferta de cursos pelas Instituições existentes na região e ao perfil do corpo docente associado ao foco e campo de atuação dos cursos a serem ministrados.

Sob esse direcionamento, sublinha-se que o Projeto de Desenvolvimento Institucional representa uma perspectiva de abordagem e reflexão sobre o atual processo de globalização e concorrência na Educação, na dinâmica escolar e, logicamente, na construção dos Projetos Pedagógicos dos cursos existentes e dos cursos a serem implantados, considerando sua realização e os sujeitos atuantes de forma que a essência de existência dos cursos respeite o projeto educacional demandado pelos jovens estudantes.

Assim, a construção do Projeto de Desenvolvimento Institucional – PDI se apoia em um diagnóstico da realidade e se fundamenta em planos que possibilitem a Faculdade reagir às ameaças e identificar questões emergentes que sejam significativas para alcançar metas factíveis e consignadas ao seu desenvolvimento educacional.

Nessa direção, algumas ações são consideradas para a consolidação do Projeto Pedagógico Institucional:

- Instrumentalizar o estudante para que seja capaz de formular o seu projeto de vida;
- Propiciar experiência no ciclo profissional para a interligação entre a academia e o mercado de trabalho;
- Promover a integração entre a IES e outras instituições, empresas e órgãos públicos e privados, por meio de um relacionamento participativo e produtivo;
- Explorar as mais modernas ferramentas de comunicação estimulando o seu uso nas atividades acadêmicas;
- Promover a modernização contínua das instalações e dos recursos materiais e físicos da Faculdade;
- Consolidar uma estrutura organizacional compatível com sua missão e adaptá-la, sistematicamente, às necessidades de seu modelo pedagógico e administrativo;
- Oferecer uma educação de qualidade, de modo a formar um capital intelectual capaz de participar, enquanto profissionais competentes, do desenvolvimento sustentável do Estado e da região, englobando valores de ética e de responsabilidade social às organizações;
- Exercer, na plenitude, a sua autonomia, o papel crítico que lhe é inerente, como fórum privilegiado de reflexão e proposição;

- Desenvolver as habilidades e competências dos estudantes, permitindo complementar sua formação com liberdade, oferecendo disciplinas optativas, cursos de complementação e oportunidades diferenciadas para integralização dos currículos;
- Incorporar novas tecnologias que representem avanços para a realização da atividade acadêmico-pedagógica.

Assim, tanto a responsabilidade social quanto a sustentabilidade são princípios norteadores dos currículos dos cursos ofertados pela Faculdade. A educação socioambiental, a educação em direitos humanos, a educação para as relações étnico-raciais, assim como ações voltadas para o desenvolvimento da democracia, promoção da cidadania e de atenção aos setores sociais excluídos são temas dos projetos desenvolvidos. Desta forma, o ensino superior muda a maneira como se relaciona com a sociedade e apresenta-se como uma iniciativa concreta e possível para promover o desenvolvimento sustentável, uma vez que tem clareza de seu papel na formação integral de indivíduos, cidadãos, profissionais e líderes preparados para lidar com as complexidades do presente e do futuro.

Da mesma forma as políticas institucionais incentivarão o empreendedorismo, uma vez que o mesmo é entendido como uma atitude transformadora diante de oportunidades empresariais, culturais ou sociais.

Como forma de incentivo e desenvolvimento do espírito empreendedor nos alunos, a temática Empreendedorismo é tratada nos cursos de graduação, ou pela oferta da disciplina ou através de projetos de extensão e atividades complementares, pois entende a faculdade que a atitude empreendedora é um importante componente e diferencial tanto para o profissional que pretende ter o seu próprio negócio, como para aquele que vai atuar como funcionário.

Como ação inovadora nas Políticas Institucionais voltadas ao Desenvolvimento Econômico e à Responsabilidade Social, a IES pretende não apenas realizar ações ou estratégias junto a comunidade na qual se insere, ao contrário, pretende criar cursos e capacitações livres no intuito de permitir que a comunidade se auto organize em associações de bairro e possam em conjunto, lutar por seus direitos, desenvolvendo atualmente os seguintes projetos:

✓ FUPAC NA ESCOLA

Trata-se de uma cooperação pedagógica entre a faculdade e as escolas e tem como objetivo promover informações acerca dos cursos de nível superior, estimular o aluno a ter a universidade como algo a ser alcançado e instigar os acadêmicos a desenvolver

técnicas de exposição verbal. O projeto desenvolve-se com estudantes do 1º, 2º e 3º anos do Ensino Médio de escolas públicas do município de Leopoldina e região.

✓ FUPAC ABRAÇA

O conjunto das ações realizadas dentro do FUPAC ABRAÇA são construídas em conjunto ou demandadas pela própria comunidade ou instituição parceira. Resulta em um processo dinâmico e enriquecedor, pois proporciona um ambiente real de interação, humanização e de promoção de cidadania.

✓ PROJETO DE EXTENSÃO EM PRIMEIROS SOCORROS E SUPORTE BÁSICO DE VIDA:

Trata-se de um Projeto Extensionista criado por professores de graduação em enfermagem e biomedicina para execução com os alunos dos mesmos cursos, tendo como princípio o desenvolvimento de atividades teóricas e práticas junto aos acadêmicos, corpo docente e profissionais atuantes na área, cumprindo os objetivos de “Ensino, Pesquisa e Extensão”. Seus fins visam auxiliar os acadêmicos a oferecerem um cuidado de saúde com foco em situações de urgentes e emergentes, abrangendo ações de prevenção, promoção e reabilitação. Os conteúdos teóricos são ministrados por docentes e/ou profissionais da área da saúde, vinculados ou não à FUPAC Leopoldina ao longo de todos os períodos letivos, contemplando a grade curricular, bem como temáticas mais direcionadas à vivência profissional. Concomitantemente, as atividades práticas são realizadas em todas as esferas dos serviços de saúde, como a atenção pré e intra hospitalar, a atenção primária e instituições de ensino, como creches e escolas conveniadas com a IES. Além disso, também são utilizados os próprios laboratórios e dependências da IES para o aprendizado, a partir de simulações. No âmbito da Pesquisa, é incentivado que os integrantes do projeto se interessem e participem de Iniciações Científicas, afim de contribuir com a disseminação do conhecimento e compartilhar todo o aprendizado com a sociedade. A partir deste projeto, espera-se facilitar o vínculo dos acadêmicos com os docentes da sua área de formação, com o intuito de inserir o aluno na prática profissional e na pesquisa. Por fim, o projeto visa informar e estimular a participação dos integrantes em congressos e eventos científicos da área. As atividades de extensão são realizadas a partir de uma construção conjunta com a coordenadoria, os estudantes e os docentes responsáveis, para que as ações possam ser em eventos internos e externos à universidade, contribuindo no aprendizado de terceiros.

- ✓ DOAR OU NÃO DOAR SANGUE, EIS A QUESTÃO: ACADÊMICOS DE ENFERMAGEM E BIOMEDICINA INCENTIVANDO A CAPTAÇÃO DE DOADORES VIÁVEIS.

Trata-se de um projeto de extensão que tem como objetivo principal habilitar acadêmicos de Enfermagem e Biomedicina a atenderem às demandas da sociedade no que tange a captação de doadores de sangue, complementando sua formação por meio da possibilidade de união do ensino acadêmico com aplicação prática. Dentre os objetivos específicos, cumpre mencionar: aproximar os acadêmicos dos processos inerentes a doação de sangue; estimular os acadêmicos frente a habilidades de ações de educação em saúde; aproximar os participantes às especificidades da temática; aumentar o número de doadores no município; incentivar a pesquisa científica através da elaboração de artigos; incentivar o trabalho interdisciplinar; apresentar a hematologia e hemoterapia como possíveis campos de atuação.

3.11. Política institucional para a modalidade Ead

A sociedade na qual se vive hoje, em constante avanço tecnológico, exige superação do atual modelo pedagógico e uma maior preocupação com a educação dos adultos (Andragogia) e com o estudo da autoaprendizagem e da aprendizagem autodeterminada (Heutagogia).

Atualmente vive-se uma cultura onde “pela primeira vez na história da humanidade, a maioria das competências adquiridas por uma pessoa no início de seu percurso profissional estarão obsoletas no fim de sua carreira” (LÉVY, 1999, apud CARVALHO, 2016).

Assim, a Educação On-line na Fundação Presidente Antônio Carlos representa uma modalidade educacional organizada por meio da utilização das tecnologias da informação e comunicação, com acadêmicos, professores e tutores desenvolvendo atividades educativas em lugares e tempos diversos.

As disciplinas on-line ofertadas nos cursos presenciais, estão sob a coordenação do Núcleo de Estudos On-Line - NEO, órgão de assessoramento, planejamento e execução de políticas da educação a distância da mantenedora da IES.

O NEO está localizado na sede da Fundação, é formado pela Coordenação Geral, Coordenação Pedagógica, Coordenação Administrativa e suporte.

A sala possui estações de trabalho equipadas com computadores, internet de alta velocidade e recursos multimídia como webcan, fones de ouvido e microfones, possui uma impressora de grande capacidade, ligada em rede para atender ao setor.

O NEO contempla localmente também um espaço destinado à tutoria virtual, bem arejado e iluminado, equipado com cabines individuais para cada tutor, com cadeiras ergonômicas, computadores modernos, webcan, fones de ouvido e microfones que possibilitam a interação multimídia entre tutor X aluno.

Entendida como uma oportunidade de ampliar a formação profissional e intelectual dos alunos e de estimular a autonomia nos processos de aprendizagem, a educação a distância se caracteriza como política institucional em todas as modalidades de ensino da FUPAC.

As disciplinas on-line dos cursos de graduação são oferecidas via internet, no ambiente virtual de aprendizagem (AVA) – Blackboard. Essa plataforma, originalmente, contém ferramentas de ensino, colaboração, avaliação e gestão.

Pode-se destacar que o ambiente virtual de aprendizagem utilizado na FUPAC proporciona diversas possibilidades inovadoras em se tratando do processo cognitivo pedagógico, como por exemplo:

- I. possibilita que as atividades previstas e programadas pelos docentes sejam disponibilizadas com antecedência, de forma a otimizar os encontros entre docentes e discentes;
- II. disponibiliza as atividades trabalhadas aos alunos durante todo o curso, de modo que possam ser revistas a qualquer momento;
- III. Permite a inclusão de instrumentos diversos de aprendizagem tais como artigos, links, vídeos, filmes, grupos de discussão;
- IV. facilita o desenvolvimento da autoaprendizagem;
- V. Permite o acompanhamento, através de relatórios, pela coordenação do curso, de todas as atividades programadas e executadas;
- VI. Possibilita a criação de atividades de recuperação de estudos e de nivelamento;
- VII. Possibilita o acompanhamento das atividades desenvolvidas pelos próprios docentes, proporcionando-lhes autonomia durante o processo de aprendizado.

Os princípios metodológicos da educação a distância da FUPAC estão fundamentados na interação aluno x conhecimento-científico, mediada pelas tecnologias de informação e comunicação, bem como pelo processo de tutoria realizado de forma presencial e virtual.

A FUPAC adota práticas de estudos com metodologias e atividades de aprendizagem que provocam em seus alunos o desenvolvimento da autoaprendizagem, estimulando a autonomia intelectual e a articulação entre teoria e prática.

Nos componentes curriculares são utilizados materiais e objetos de aprendizagem de empresa terceirizada, produtora de conteúdos digitais, a SAGAH.

O processo de ensinagem, com o uso dos recursos e ferramentas do AVA, possibilita criar um ambiente virtual de maior proximidade entre os envolvidos, contribuindo para o aprendizado interativo e colaborativo. Além disso, possibilita o armazenamento, distribuição e acesso às informações, independentemente do local onde estejam os envolvidos.

A interatividade entre os participantes acontece através dos meios de comunicação síncronos, ou seja, a comunicação que se estabelece em tempo real, exemplo: chat, videoconferência, com a possibilidade de participação dos envolvidos, enviando perguntas, e as atividades assíncronas, que acontecem em tempo diferente, não sendo necessário que os participantes envolvidos estejam on-line, como: fórum de discussão e envio de mensagens.

Conforme Moraes (2002, p.203) “Em qualquer situação de aprendizagem, a interação entre os participantes é de extrema importância. É por meio das interações que se torna possível a troca de experiências, o estabelecimento de parcerias e a cooperação”.

Assim, o uso do AVA oferece as seguintes vantagens:

- I. Interação entre o aluno e o conhecimento;
- II. Interação entre todos os envolvidos no processo de ensinagem;
- III. Possibilidade de se dar atenção individual ao aluno;
- IV. Possibilidade do aluno controlar seu próprio ritmo de aprendizagem, assim como a sequência e o tempo;
- V. Apresentação dos materiais de estudo de modo criativo, atrativo e integrado, estimulando e motivando a aprendizagem;
- VI. Possibilidade de ser usado para avaliar o aluno;
- VII. Possibilidade de se realizar atividades individuais e em grupo;
- VIII. Possibilidade de se realizar atividades colaborativas entre os alunos.

Possibilita também o uso de metodologias ativas nos cenários e atividades que permitem tornar o acadêmico um ser ATIVO no seu processo de aprendizagem. Essas metodologias são embasadas em diversos autores como Paulo Freire (2006), que percebe o aprendizado com foco no respeito à autonomia e à dignidade de cada sujeito, Coll (2000) e Roger (1986) que defendem a aprendizagem significativa, Demo (2004) que vê o discente como um pesquisador. Estão embasadas também no professor, como educador, que precisa, além de cuidar da aprendizagem do aluno, cuidar da formação crítica e criativa de um cidadão, e na própria Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDBEN nº 9394/1996 – que visa o estímulo ao conhecimento dos problemas do mundo atual (nacional e regional) e a prestação de serviço especializado à comunidade.

A partir dessas premissas, são princípios da Educação a Distância desta Instituição:

- I. Cumprimento da missão institucional;
- II. Interação aluno/conhecimento científico, mediada pelas tecnologias de informação e comunicação, bem como pelo processo de tutoria possibilitado por um ambiente virtual de aprendizagem.
- III. O propósito com a educação a distância é formar alunos autônomos e cidadãos;
- IV. Práticas de estudos com metodologias e atividades de aprendizagem que provocam nos alunos o desenvolvimento da autoaprendizagem, estimulando a autonomia intelectual e a articulação entre teoria e prática;
- V. Contribuir com a formação integral do indivíduo, despertando-lhe o senso crítico, o critério ético e a capacidade de julgar e agir corretamente, formando cidadãos conscientes, capacitados para a vida profissional e cívica, conforme as exigências da sociedade moderna;
- VI. Criar alternativas para que os alunos estudem independente de barreiras de tempo e espaço;
- VII. Aperfeiçoar e modernizar a estrutura educacional através da comunicação interativa; e
- VIII. Viabilizar outras condições de integração entre ensino, iniciação científica e extensão e capacitar tecnologicamente profissionais da FUPAC, nas várias áreas do conhecimento, preparando-os para atuar na educação interativa à distância.

A Instituição incentiva os professores à prática de metodologias ativas de aprendizagem, como o “Peer Instruction” e “Flipped Classroom”, realizando cursos de capacitação docente para essa metodologia.

EIXO III

Políticas Acadêmicas



FUPAC

4. EIXO 3 - POLÍTICAS ACADÊMICAS

A Faculdade Presidente Antônio Carlos de Leopoldina tem sua filosofia institucional alicerçada nos seguintes critérios:

- Na igualdade entre homens e mulheres, independentemente de nacionalidade, raça ou credo;
- No respeito aos direitos humanos e, entre eles, o direito à educação, à formação profissional e acesso às conquistas do saber tecnológico, científico e filosófico;
- Nos princípios de liberdade, de solidariedade humana e na realização dos valores cristãos;
- Na educação integral da pessoa humana e na sua capacitação para as atividades ocupacionais;
- Nos valores da democracia, no Estado de Direito daí decorrente e na Constituição da República;
- Na proteção do meio ambiente; e
- No amparo social aos mais carentes e no reconhecimento dos seus direitos.

4.1. Políticas de ensino e ações acadêmico-administrativas para os cursos de graduação

As Políticas de Ensino de Graduação representam o conjunto de intenções que se configuram na forma de princípios e ações que norteiam e concretizam o processo de gestão e organização didático-pedagógica dos cursos de Graduação. Estão amparadas na legislação vigente, no Regimento Geral, constituindo-se nos pressupostos que orientarão e definirão ações com vistas a possibilitar, a todos os envolvidos, uma educação de qualidade.

Na Faculdade Presidente Antônio Carlos de Leopoldina o ensino representa um processo pedagógico interativo e intencional, no qual professores e alunos devem ser corresponsáveis com as questões do processo de ensino e da aprendizagem, bem como com os valores humanos essenciais, como o respeito, a solidariedade e a ética.

A partir das políticas de ensino declaradas no item 2.8 têm-se as seguintes ações acadêmico-administrativas previstas:

- **ATUALIZAÇÃO CURRICULAR** - a Política de Ensino da IES privilegia a formação por competências e habilidades, direciona a concepção curricular para favorecer a flexibilidade e a busca da interdisciplinaridade, orienta projetos alinhados com a identidade e com a missão institucional, fortalece diversas modalidades de ensino-aprendizagem, assim como fomenta a inovação, a produção do conhecimento e a participação nas atividades da comunidade acadêmica. Tais aspectos da política institucional são expressos no projeto pedagógico dos cursos de graduação, na medida em que os componentes curriculares devem promover o desenvolvimento integral do aluno, centrado em competências e habilidades próprias dos profissionais de cada curso.

A atualização e a flexibilização curricular também se dão por meio de Atividades Complementares e Atividades Extensionistas que objetivam criar no aluno a cultura da educação autônoma e a percepção da necessidade de atualização permanente em seu processo de formação acadêmica e profissional. Pela oferta de disciplinas Optativas que compõem o espaço de atualização constante e de ampliação das possibilidades de enriquecimento curricular.

A avaliação contínua realizada pelos alunos e egressos contribui de forma significativa para identificação dos aspectos que carecem de atualização ou alteração nos currículos, bem como nos próprios conteúdos dos componentes curriculares.

A atuação sistematizada do NDE e do Colegiado visa assegurar aos currículos dos cursos de graduação a permanente revisão e atualização, com vistas ao atendimento do perfil profissional do egresso, exigido pelas DCN's e pelo campo profissional de atuação.

- **MONITORIA** – a Faculdade considera a Monitoria como instrumento que propicia ao alunado dos cursos de graduação, aperfeiçoamento na sua formação, uma vez que promove a colaboração do discente em atividades de ensino e/ou extensão. Através do documento regulamentador, a IES estabelece o funcionamento do Programa de Monitoria e atividades pertinentes, visando despertar o interesse do aluno pela vida acadêmica, especialmente a docência, tendo em vista que a principal tarefa do monitor é auxiliar o professor no desenvolvimento das atividades didático-pedagógicas.

- **PROGRAMA DE NIVELAMENTO** – a Faculdade oferece nivelamento em Matemática e Língua Portuguesa, destinado e aos alunos matriculados no primeiro ano do curso, visando possibilitar ao acadêmico recém-chegado à Instituição um contato com novas estratégias de

atendimento e formato das atividades pedagógicas desenvolvidas, para a superação do déficit de conteúdo da Educação Básica.

- **TEMAS TRANSVERSAIS** - os currículos dos cursos de graduação da Faculdade são elaborados tendo como base o Parecer CNE/CP nº 14/2012, segundo o qual "o currículo institui e é instituído na prática social, que representa um conjunto de práticas que proporcionam a produção, a circulação e o consumo de significados no espaço social, que contribuem, intensamente, para a construção de identidades sociais, culturais, ambientais." Alguns temas, devido a sua complexidade e natureza diferente das áreas convencionais, não podem ser tratados de forma isolada, não sendo suficiente a abordagem por apenas uma área do conhecimento. Esses temas normalmente tratam de questões sociais, de ampla abrangência. Assim, os temas relacionados à História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena e Direitos Humanos são tratados de modo transversal, contínuo e permanente nos currículos dos cursos, observado o art. 8º da Resolução CNE/CP nº 1, de 30 de maio de 2012. Esses temas serão também contemplados como conteúdos sistemáticos de componentes curriculares, conforme explicitado abaixo:

- a) Cumprimento das políticas institucionais voltadas à valorização da diversidade, do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural, e ações afirmativas de defesa e promoção dos direitos humanos e da igualdade étnico-racial.
- b) Temática da História e Cultura Africana, Afro-Brasileira e Indígena nas disciplinas e atividades curriculares dos cursos, atendendo às Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira, Africana e Indígena, nos termos da Lei Nº 9.394/96, com a redação dada pelas Leis Nº 10.639/2003 e Nº 11.645/2008, e da Resolução CNE/CP Nº 1/2004, fundamentada no Parecer CNE/CP Nº 3/2004.
- c) Integração de Educação em Direitos Humanos às matrizes curriculares de forma transversal, contínua e permanente, atendendo às Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos, conforme disposto no Parecer CNE/CP Nº 8, de 06/03/2012, que originou a Resolução CNE/CP Nº 1, de 30/05/2012.
- d) Acessibilidade arquitetônica, metodológica e atitudinal, atendendo ao Requisito Legal sobre condições de acessibilidade para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, conforme disposto na CF/88, art. 205, 206 e 208, na NBR 9050/2004, da ABNT, na Lei nº 10.098/2000, nos Decretos nº 5.296/2004, nº 6.949/2009, Nº 7.611/2011 e na Portaria nº 3.284/2003 e Proteção dos Direitos da Pessoa com

Transtorno do Espectro Autista, conforme disposto na Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012.

- e) Inserção da disciplina Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS, como optativa para cursos de tecnologia e bacharelado, e obrigatória para cursos de licenciatura, atendendo ao Decreto nº 5.626/2005.
- f) Integração das políticas de educação ambiental às disciplinas do curso de modo transversal, contínuo e permanente, atendendo à Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999 e ao Decreto nº 4.281 de 25 de junho de 2002.

Por fim registra-se que a IES possui convênios com outras instituições de ensino para que seu alunos e professores possam realizar atividades de mobilidade acadêmica, sendo que como prática inovadora a IES se propõe a criar mecanismos e auxílios para custear parte dos intercâmbios realizados por seus discentes e docentes.

A Faculdade elabora seus currículos com base nas Diretrizes Curriculares Nacionais com vistas a atender às necessidades regionais sem, no entanto, desconsiderar a formação básica do profissional para que ele possa exercer sua atividade em qualquer outro local.

A organização e o planejamento das situações didáticas de ensino-aprendizagem têm como objetivo principal promover a relação dos conhecimentos e dos valores inerentes às habilidades do profissional em formação em busca da competência profissional que se deseja.

A metodologia de trabalho desenvolvida na Faculdade é pautada no princípio pedagógico da interdisciplinaridade, proporcionando a relação entre os temas tratados e as diversas áreas do conhecimento, relação que cada professor deve estabelecer no plano do componente curricular sob sua responsabilidade.

Partindo-se do princípio de que a construção do conhecimento é um processo individual, mas que se realiza por meio da produção coletiva e compartilhada, atividades em grupo são organizadas, orientadas e mediadas pelos professores.

As atividades programadas desenvolvem a habilidade de solucionar problemas impostos pela vida e pelo cotidiano do ambiente de trabalho, refletindo sobre eles e propondo soluções criativas e empreendedoras. Nesse sentido, é imprescindível que o estudante seja motivado a questionar e a buscar alternativas, tornando-se sujeito ativo de seu processo de construção das competências e habilidades profissionais.

Nessa perspectiva e considerando a concepção trazida pela Lei n.9.394/96 e de “trabalho acadêmico efetivo” a Faculdade organiza as matrizes curriculares de seus cursos de graduação priorizando a autoaprendizagem do aluno.

Essa concepção busca a ruptura com o modelo tradicional de educação que condiciona a aprendizagem do discente a sua presença em sala de aula e à atuação do professor, ademais a elaboração dos currículos dos cursos de graduação da Faculdade tem como premissa básica a ruptura do modelo comumente usado nos cursos de graduação, de períodos sequenciados e emoldurados num modelo cartesiano.

Assim a Faculdade ao definir os termos da sua política para o ensino superior, toma como ponto de partida a compreensão de que essa se insere em um contexto multifacetário, marcado por transformações econômicas, sociais e culturais.

À luz desse entendimento e das orientações formuladas no interior da política educacional brasileira, a Faculdade busca empreender um processo educativo que contribua para o pleno desenvolvimento do aluno, seu preparo para o exercício da cidadania e sua formação profissional. Assim, o objetivo é a formação de profissionais com capacidade crítica, reflexiva e de atuação tanto no desenvolvimento do mercado de trabalho quanto da sociedade.

Para tanto, a Faculdade adota como referencial pedagógico a prática da “educação ao longo de toda a vida”, conforme apresentada pela UNESCO no Relatório da Comissão Internacional sobre a Educação para o Século XXI.

Com base neste referencial, a educação tem como objetivo proporcionar ao indivíduo um conhecimento dinâmico do mundo, dos outros e de si mesmos, capacitando-o para o exercício cidadão e profissional em tempos de mudanças.

A educação deve transmitir, de fato, de forma maciça e eficaz, cada vez mais, saberes e saber-fazer evolutivos, adaptados à civilização cognitiva, pois são as bases das competências do futuro.

Simultaneamente, compete-lhe encontrar e assinalar as referências que impeçam as pessoas de ficarem submergidas nas ondas de informações, mais ou menos efêmeras, que invadem os espaços públicos e privados, e as levem a orientar-se para projetos de desenvolvimento individuais e coletivos. À educação cabe fornecer, de algum modo, os mapas de um mundo

complexo e constantemente agitado e, ao mesmo tempo, a bússola que permita navegar através dele.

A “educação ao longo de toda a vida” organiza-se em torno de quatro aprendizagens fundamentais, que constituem os pilares do conhecimento:

- ✓ **“Aprender a conhecer”** significa, antes de tudo, o aprendizado dos métodos que nos ajudam a distinguir o que é real do que é ilusório e ter, assim, acesso aos saberes de nossa época. A iniciação precoce na ciência é salutar, pois ela dá acesso, desde o início da vida humana, à não-aceitação de qualquer resposta sem fundamentação racional e/ou de qualquer certeza que esteja em contradição com os fatos;
- ✓ **“Aprender a fazer”** é um aprendizado da criatividade. “Fazer” também significa criar algo novo, trazer à luz as próprias potencialidades criativas, para que venha a exercer uma profissão em conformidade com suas predisposições interiores;
- ✓ **“Aprender a viver juntos”** significa, em primeiro lugar, respeitar as normas que regulamentam as relações entre os seres que compõem uma coletividade. Porém, essas normas devem ser verdadeiramente compreendidas, admitidas interiormente por cada ser, e não sofridas como imposições exteriores. “Viver junto” não quer dizer simplesmente tolerar o outro com suas diferenças, embora permanecendo convencido da justeza absoluta das próprias posições;
- ✓ **“Aprender a ser”** implica em aprender que a palavra “existir” significa descobrir os próprios condicionamentos, descobrir a harmonia ou a desarmonia entre a vida individual e social.

Focada nessas premissas norteadoras, a política de ensino da Faculdade encontra-se pautada nas seguintes diretrizes:

- Estímulo à formação generalista e pluralista, respeitada a especificidade do conhecimento;
- Atualização Curricular Sistemática, por meio de reuniões dos órgãos colegiados para analisar, avaliar, informar e ajustar os procedimentos pedagógicos, de acordo com as necessidades educacionais, psicológicas e culturais dos alunos;
- Aplicar programas de monitorias, de forma a dar apoio pedagógico aos alunos que apresentam dificuldades de aprendizagem nas disciplinas;
- Oferta do Programa de Nivelamento;

- Incentivo à sólida formação geral, necessária para que o egresso possa vir a superar os desafios de renovadas condições de exercício profissional e de produção do conhecimento;
- Fortalecimento da articulação da teoria com a prática, valorizando a pesquisa individual e coletiva, assim como as atividades de prática jurídica, as atividades complementares e a participação em atividades de extensão;
- Articulação entre o ensino, a iniciação científica e a extensão;
- Avaliação periódica das atividades desenvolvidas; e
- Estabelecer parcerias nacionais e internacionais para iniciação científica e formação crítico-social, através de intercâmbios de professores e alunos;
- Acompanhamento dos egressos.

Desta forma, a Faculdade Presidente Antônio Carlos de Leopoldina prevê a adoção das seguintes ações a serem implementadas nos cursos de graduação a serem ofertados, no intuito de oportunizar aprendizagens que ensejem o alcance do perfil projetado para o egresso de cada Curso:

- Cumprimento da legislação educacional e das Diretrizes Curriculares Nacionais direcionadas a cada curso;
- Formação integral do ser humano;
- Ensino e aprendizagem com qualidade;
- Sintonia com o mercado de trabalho;
- Currículo atualizado, contextualizado, flexível, interdisciplinar e fundamentado no desenvolvimento de competências;
- Certificação Intermediária, nos Cursos Superiores de Tecnologia, como forma do aluno usufruir efetivamente dos saberes construídos, à medida que finaliza módulos de aprendizado;
- Metodologia de ensino fundamentada na Andragogia e ação do aprendiz;
- Avaliação diagnóstica, formativa, contínua e somativa;
- Avaliação baseada na teoria do desenvolvimento de competências;
- Articulação entre teoria e prática;
- Co-responsabilidade dos sujeitos, professor e aluno, envolvidos no processo ensino-aprendizagem;
- Processo de ensino-aprendizagem integrado com a extensão;
- Compromisso com a permanência dos alunos na IES, reduzindo os índices de evasão;

- Planejamento do processo ensino-aprendizagem baseado no Projeto Pedagógico do Curso e no PDI;
- Incentivo à empregabilidade;
- Incentivo à autonomia e à formação continuada;
- Monitoramento, avaliação e reformulações necessárias do currículo e processo de ensino-aprendizagem;
- Infraestrutura adequada às necessidades dos cursos;
- Formação continuada do corpo docente;
- Investimento na formação do aluno, buscando a excelência acadêmica, a compreensão política por meio do desenvolvimento do ensino e da extensão;
- Valorização do magistério e do pessoal técnico-administrativo;
- Constante melhoria das instalações físicas, modernização dos equipamentos e da biblioteca;
- Atendimento às necessidades sociais da região na qual se encontra inserida, fomentando o desenvolvimento das ciências, das artes e das atividades de lazer.

A Política de Ensino é um instrumento político, filosófico e teórico metodológico que norteia as práticas acadêmicas da IES, tendo em vista sua trajetória histórica, inserção regional, vocação, missão, visão e objetivos gerais e específicos. Sintetiza as discussões travadas no seio da comunidade acadêmica, constituindo-se num produto coletivamente construído que sistematiza e consubstancia teorias, reflexões e práticas presentes no cotidiano da Instituição.

Se, por um lado, a diversidade de saberes e práticas, próprias da heterogeneidade da formação dos profissionais da Instituição, reflete-se em diferentes e divergentes percepções e propostas em torno do fenômeno educativo, por outro, amplia e enriquece os debates, contribuindo decisivamente para a qualificação teórica de todo o conjunto dos princípios acadêmicos.

Do ponto de vista do conhecimento e do saber, a Instituição procura refletir e incorporar as mais recentes teorizações e princípios pertinentes. No que concerne ao desenvolvimento regional, busca-se atualizar a contribuição da IES para as necessidades do mercado de trabalho e desenvolvimento de tecnologias, sem, contudo, perder de vista o perfil de “*homem-profissional cidadão*” que se pretende formar.

Quando se reflete sobre a educação na sociedade pós-moderna, a chamada “sociedade do conhecimento”, as dimensões Conhecimento/Saber e Homem/Sociedade se articulam e são interdependentes.

Com esses princípios presentes, pode-se construir um quadro de referência conceitual e metodológica que norteie a missão institucional na medida em que se estabelecem os parâmetros de condução das atividades acadêmicas e se apresentam políticas institucionais e acadêmicas compostas por um conjunto de estratégias e ações necessárias à consecução dos objetivos maiores da educação e da Instituição, o que aponta para o seu constante redimensionamento na perspectiva de sintonizar-se com os avanços científicos e tecnológicos e com o atendimento das demandas sociais da contemporaneidade.

É, pois, a explicitação de uma linha filosófico-pedagógica que fundamenta todos os cursos, programas e projetos da Faculdade Presidente Antônio Carlos de Leopoldina na direção de afirmar o princípio do funcionamento orgânico da Instituição (no sentido de corpo único, integrado e em interação dialógica) e favorecer a conquista de uma excelência reconhecida pelos atores internos e pela sociedade.

Trata-se, portanto, de uma projeção de valores originados da identidade da instituição a se materializar no seu fazer específico, cuja natureza consiste em lidar com o conhecimento. Esta projeção de valores deve delinear o horizonte de longo prazo, não se limitando, portanto, a um período de gestão.

Os cursos de graduação apresentam Programa de Recuperação de Aprendizagem, que objetiva ofertar nivelamento transversal a todos os cursos. Também estão estabelecidos programas de monitoria em uma ou mais áreas, de mobilidade acadêmica com instituições nacionais ou internacionais, entre outros.

Assim, as ações acadêmico-administrativas estão relacionadas com a política de ensino para os cursos de graduação e consideram a atualização curricular sistemática e a promoção de ações reconhecidamente exitosas e inovadoras, tais como a utilização de Laboratórios Didáticos Atualizados, a adoção do Ambiente Virtual de Aprendizagem e o uso da Biblioteca Virtual “Minha Biblioteca”.

Para que as Diretrizes Acadêmicas se efetivem na composição da proposta curricular institucional, a formação acadêmica toma como concepções basilares o Conhecimento, a Formação Pessoal, o Empreendedorismo e a Empregabilidade, pois a Faculdade Presidente

Antônio Carlos de Leopoldina objetiva formar cidadãos críticos e atuantes, capazes de repensar, modificar e intervir sua realidade.

A construção do conhecimento e o exercício da prática técnico-científica são articulados no espectro de valores humanísticos, e sua dinâmica e realização se configuram a partir do entendimento de que a ciência e a técnica não se apresentam apenas como meio ou dispositivo, mas, principalmente, como modo de inserção na realidade, de ação e interação do homem com o mundo.

A política de ensino busca associar as atividades de extensão e de pesquisa, principalmente no incentivo da iniciação científica e nas atividades de monitoria, fazendo com os alunos desde o início da sua formação acadêmica já desenvolvam competências que os preparem para o mundo do trabalho, tendo em vista que cada vez mais é exigido um perfil de profissionais/cidadãos críticos e comprometidos com as questões sociais e políticas.

Partindo desse entendimento e, para dar conta do seu compromisso com o desenvolvimento social e com a formação ética dos seus alunos, é que os cursos da Faculdade Presidente Antônio Carlos de Leopoldina estão organizados em currículos que contemplam a interdisciplinaridade/transdisciplinaridade, a flexibilização dos conteúdos, a integração teoria/prática como suporte para a aprendizagem integrada e inovadora.

A partir dessa concepção, suas ações acadêmico-administrativas se efetivam com base nos seguintes eixos que garantem a qualidade de ensino:

- ✓ Implementação de currículos capazes de garantir ao aluno:
 - Ênfase na aprendizagem com vista a sua autonomia como sujeito crítico e participativo;
 - A possibilidade de compreender a relação entre os problemas locais e globais a partir de uma visão inovadora;
 - O desenvolvimento de uma visão empreendedora;
 - A formulação de estratégias que o permita conviver com a realidade atual, marcada pela incerteza, tornando-o capaz de lidar com o imprevisto e o inesperado;
 - A capacidade de analisar situações concretas, resolver problemas e apresentar soluções bem como saber lidar com as diversidades

- ✓ Além disso, as políticas de ensino orientam para que os Projetos Pedagógicos dos cursos garantam:
- Articulação da teoria com a prática, fortalecendo o Estágio Curricular e as ações de extensão associadas ao ensino;
 - Participação em atividades com a comunidade externa, articulando a proposta do curso com as necessidades locais, sociais, políticas e culturais;
 - Fortalecimento da articulação do ensino, da iniciação científica e da extensão;
 - Fortalecimento dos Núcleos Docentes Estruturantes e dos Colegiados de Curso;
 - Atualização permanente dos projetos pedagógicos dos cursos de modo que os currículos dos diferentes cursos possibilitem a oferta de disciplinas de formação geral e complementar com carga horária, ementa e conteúdo;
 - Atendimento às diretrizes curriculares e acompanhamento do projeto pedagógico com vistas a qualidade do curso e a melhoria do desempenho dos discentes na avaliação ENADE;
 - Utilização das novas tecnologias e com o ambiente de aprendizagem virtual;
 - Atendimento às Diretrizes do SINAES.

O Projeto Pedagógico de Curso (PPC) de cada curso deve estar em consonância com as Diretrizes Curriculares Nacionais de cada área, atendendo aos dispositivos legais e legislação em vigor. Devem ser elaborados pelo NDE de cada curso, debatido e aprovado em colegiado com a devida representatividade estudantil, bem como ser aprovado nas instâncias acadêmicas da IES.

Todos os PPC's devem ter como base as orientações, diretrizes e pressupostos do PDI, bem como devem, obrigatoriamente apresentar: objetivos, justificativa de oferta, concepção do curso, perfil de egressos, matriz curricular e a definição de diretrizes para atividades fundamentais como: Atividades complementares, monitorias, estágios supervisionados, projetos integradores/interdisciplinares, projetos de iniciação científica, de extensão, trabalho de conclusão de curso e os requisitos legais, entre outros.

Os princípios básicos em que se apoia a elaboração dos PPC's são a interdisciplinaridade e a flexibilidade que visam proporcionar uma formação inovadora ao acadêmico, com vistas a uma formação empreendedora alicerçada nos recursos da tecnologia mais atuais.

Neste sentido, a Política de Ensino da Faculdade Presidente Antônio Carlos de Leopoldina tem como princípio norteador a concepção de que os projetos dos cursos devem atender as

orientações de cada área de conhecimento, atender as orientações do PDI promovendo sempre uma formação acadêmica que prepare o futuro profissional para atuar e intervir nos problemas sociais.

Como já explicitado em outros momentos deste PDI, a IES tem a perspectiva de utilização de equipamentos tecnológicos diferenciados e a adoção de práticas exitosas e inovadoras a serem incorporadas em sua metodologia de ensino, conforme exemplos citados abaixo:

- ✓ Uso do AVA – Ambiente Virtual de Aprendizagem como ferramenta de comunicação e apoio no ensino-aprendizagem de todas as áreas do conhecimento e cursos de graduação;
- ✓ Uso da Biblioteca Virtual que possibilita aos alunos usuários a marcação, determinação e diversos recursos de interação com os livros e textos;
- ✓ Uso de softwares para as aulas;
- ✓ Uso dos equipamentos dos laboratórios;
- ✓ Adoção de Metodologias Ativas de Aprendizagem;
- ✓ Uso de equipamentos tendo como conteúdo a cultura local e os eventos da região para promoção e conhecimento dos mesmos.

4.2. Políticas de ensino e ações acadêmico-administrativas para os cursos de Pós-Graduação Lato Sensu

A formação intelectual do segmento da educação continuada, destinado ao aprofundamento dos conhecimentos acadêmicos e técnico-profissionais, em campos específicos do saber, além de integrar as áreas de conhecimento vinculadas ou aproximadas aos cursos de graduação.

Destina-se a graduados em cursos de bacharelado, licenciatura e Tecnólogos nas áreas específicas do conhecimento e possui regulamento específico e carga horária específica para cada área, distribuídas em disciplinas ou módulos, não computados o tempo de estudo individual ou em grupo sem assistência de docente, assim como tempo destinado à elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso. Além disso, não podem ter período inferior a 6 (seis) meses, podendo os cursos ser ministrados em uma ou mais etapas de duração diferenciada.

A orientação do Trabalho de Conclusão de Curso será realizada por um professor orientador e será avaliada por uma banca avaliadora composta por orientador e um professor convidado, conforme prevê cada projeto de cada curso. Há exigência de que os alunos desenvolvam artigos ou monografias associadas à sua vida profissional.

A política de ensino para os cursos de Pós-Graduação lato sensu tem como objetivo contribuir com o desenvolvimento regional e nacional na formação de recursos humanos qualificados, de forma a promover o ensino de pós-graduação de acordo com as normas estipuladas pela CAPES e pelo CNE.

Ademais, articula-se com a pesquisa que permita a continuidade da formação e especialização nas diversas áreas do saber. Deste modo a Faculdade Presidente Antônio Carlos de Leopoldina orienta que a oferta da pós-graduação lato sensu, deve necessariamente:

- ✓ Definir as áreas prioritárias de atuação, onde há necessidade de formação de profissionais que atendam às necessidades de uma determinada área e região;
- ✓ Estimular a publicação e divulgação de trabalhos de conclusão de curso, artigos ou monografias (quando houver) em eventos da área ou em forma de publicação de artigos, capítulo de livros entre outros;
- ✓ Orientar que os cursos estejam alinhados com os cursos de graduação, projetos de extensão;
- ✓ Incentivar as atividades de iniciação científica associada a oferta dos cursos;
- ✓ Identificar as vocações regionais, buscando oferecer novos cursos, tendo em vista a satisfação plena, atual e futura dos que acessam à Instituição;
- ✓ Manter atualizados os recursos tecnológicos destinados aos cursos de pós-graduação.

A pós-graduação Lato Sensu da Faculdade Presidente Antônio Carlos de Leopoldina tem o intuito de contribuir com a capacitação profissional dos acadêmicos que almejam continuar seus estudos ou mesmo adquirir mais conhecimento em seu campo de atuação.

Os cursos de pós-graduação lato sensu nascem devidamente aprovados pelos colegiados da IES e em conformidade com a legislação vigente. Atendem às demandas socioeconômicas da região de inserção e são articulados com as áreas da graduação, possuindo processo de acompanhamento e avaliação implementados.

Em relação a Pós-Graduação Lato Sensu vale destacar que a IES visa ofertar, na vigência deste PDI, um conjunto de cursos nas áreas de conhecimento: saúde e finanças.

A Política para a pós-graduação lato-sensu do mesmo modo prevê que os projetos dos cursos atendam a legislação vigente, que os cursos sejam devidamente articulados com as políticas de ensino, para que o egresso da graduação tenha acesso e oportunidade de continuar seus estudos.

Os projetos dos cursos de pós-graduação lato sensu, seguem as orientações do PDI e estão fundamentadas na Resolução CES/CNE 01 de 06 de abril de 2018, que estabelece diretrizes e normas para a oferta dos cursos de pós-graduação lato sensu denominados cursos de especialização, no âmbito do Sistema Federal de Educação Superior, conforme prevê o Art. 39, § 3o, da Lei no 9.394/1996, e dá outras providências.

Com isto a Política para a pós-graduação lato-sensu orienta que os Pedagógico de Curso (PPC), deve necessariamente apresentar:

- ✓ Matriz curricular, com a carga mínima de 360 (trezentos e sessenta) horas;
- ✓ Indicar disciplinas ou atividades de aprendizagem com efetiva interação no processo educacional;
- ✓ Indicar os objetivos, programa de ensino, as metodologias de ensino-aprendizagem, previsão de trabalhos discentes, avaliação e bibliografia;
- ✓ Indicar os mecanismos para acompanhamento e avaliação dos cursos ofertados;
- ✓ Visar o atendimento às demandas socioeconômicas da região de inserção da IES;
- ✓ Ser ofertadas em estreita articulação com as áreas da graduação.

Ainda é preciso que o corpo docente para estes cursos tenha a devida qualificação, sendo que pelo menos 50% deve ser de mestres e/ou doutores, preferencialmente do quadro da Faculdade Presidente Antônio Carlos de Leopoldina.

Como já explicitado em outros momentos deste PDI, a IES tem a perspectiva de utilização de equipamentos tecnológicos diferenciados e a adoção de práticas exitosas e inovadoras incorporadas em sua metodologia de ensino, conforme exemplos citados abaixo:

- ✓ Uso do AVA – Ambiente Virtual de Aprendizagem como ferramenta de comunicação e apoio no ensino-aprendizagem de todas as áreas do conhecimento e cursos de graduação;

- ✓ Uso da Biblioteca Virtual que possibilita aos alunos usuários a marcação, determinação e diversos recursos de interação com os livros e textos;
- ✓ Uso de softwares para as aulas;
- ✓ Uso dos equipamentos dos laboratórios;
- ✓ Adoção de Metodologias Ativas de Aprendizagem;
- ✓ Uso de equipamentos tendo como conteúdo a cultura local e os eventos da região para promoção e conhecimento dos mesmos.

4.3. Políticas institucionais e ações acadêmico-administrativas a iniciação científica, a inovação tecnológica e o desenvolvimento artístico e cultural

A iniciação científica é uma ação que permite aos estudantes de graduação o ingresso na pesquisa científica. Nessa perspectiva, a iniciação científica é um instrumento de apoio teórico e metodológico para a realização de um projeto de pesquisa e um instrumento de formação do acadêmico.

A Faculdade Presidente Antônio Carlos de Leopoldina considera a iniciação científica como uma ferramenta necessária à sua política de incentivo a pesquisa, desta maneira estabeleceu o Programa Institucional de Iniciação Científica, cujos objetivos encontram-se elencados abaixo:

- Incentivar a participação de alunos dos cursos de Graduação e da Pós-Graduação em projetos de pesquisa de Iniciação Científica – IC;
- Desenvolver o pensamento e a prática científica, artística e cultural, com a orientação de professores qualificados;
- Contribuir para ampla formação de pesquisadores;
- Contribuir para a melhor ambientação dos alunos na Pós-Graduação;
- Possibilitar maior interação entre Graduação e Pós-Graduação;
- Qualificar alunos para os Programas de Pós-Graduação
- Promover a disseminação e divulgação dos resultados das pesquisas desenvolvidas, mediante o estímulo à publicação;
- Incentivar a reflexão sobre os impactos da pesquisa acadêmica na melhoria da qualidade de vida da sociedade;

- Institucionalizar e sistematizar a pesquisa, incentivando a implementação da política de pesquisa para iniciação científica.

Assim a Faculdade Presidente Antônio Carlos de Leopoldina busca o desenvolvimento, a produção e a divulgação da pesquisa científica na área de conhecimento dos cursos de graduação ofertados.

Sendo a iniciação científica um dos pilares do Ensino Superior, destaca-se a importância de se realizar cada vez mais projetos que busquem colaborar para a expansão das fronteiras do pensar e do saber. É fundamental evidenciar a necessidade de estudos científicos de forma integrada ao ensino, seja de Graduação ou de Pós-Graduação, com atenção à formação de estudantes.

Busca-se a formação técnica de excelência, associada a formação cidadã ampla, interdisciplinar e comprometida com a importância da iniciação científica para a comunidade atendida pela IES.

Desta forma a IES objetiva consolidar a iniciação científica nas diferentes áreas do conhecimento, por meio das seguintes estratégias/ações:

- ✓ Mapear e avaliar as atividades de iniciação científica;
- ✓ Incentivar ações de pesquisa que reforcem a relação da Faculdade com os demais setores da sociedade;
- ✓ Incentivar ações de pesquisa voltadas ao desenvolvimento institucional;
- ✓ Criar condições para o desenvolvimento de grupos de pesquisa e interação entre eles;
- ✓ Incentivar a participação dos grupos de pesquisa em projetos institucionais;
- ✓ Ampliar o uso compartilhado de espaços físicos;
- ✓ Buscar a ampliação do quantitativo de bolsas do programa institucional de iniciação científica;
- ✓ Estimular a captação de recursos externos para iniciação científica;
- ✓ Estabelecer parcerias, nacionais e internacionais, sobre temas de relevância ambiental, social, científica e tecnológica;
- ✓ Incentivar pesquisas interdisciplinares e colaborativas na instituição;
- ✓ Consolidar o repositório institucional e adequá-lo às normas internacionais de reconhecimento da publicação científica;

- ✓ Promover eventos científicos de relevância regional, nacional e internacional;
- ✓ Divulgar a produção científica e os grupos de pesquisa com meios e linguagens adequados ao entendimento da sociedade;
- ✓ Apoiar a publicação em periódicos impressos e eletrônicos.

Em relação a **Inovação Tecnológica**, a partir dos objetivos e estratégias elencados a Faculdade Presidente Antônio Carlos de Leopoldina evidencia o compromisso da IES com o desenvolvimento social e econômico por meio da promoção de políticas para a inovação tecnológica e, em destaque, para a transferência de tecnologia para a sociedade.

Nessa perspectiva, se destacam novas oportunidades de geração de riquezas para a sociedade, proporcionando mecanismos para um melhor desenvolvimento social e econômico. O empreendedorismo acadêmico se apresenta como uma extensão de atividades de ensino e pesquisa e das capacidades de transferência de tecnologia, que estabelece mais esta função social das Instituições de Ensino Superior.

Desta forma a IES objetiva consolidar sua política de Inovação Tecnológica, por meio das seguintes estratégias:

- ✓ Criar e implementar a Política Institucional de Inovação Tecnológica;
- ✓ Viabilizar a realização de projetos de inovação tecnológica e de tecnologia social;
- ✓ Ampliar o quantitativo de bolsas do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Tecnológica;
- ✓ Promover a inovação tecnológica em todos os cursos de graduação ofertados;
- ✓ Criar um sistema de informação institucional para cadastro e gerenciamento de ações de inovação tecnológica;
- ✓ Definir processos ágeis para incentivar a inovação tecnológica;
- ✓ Promover a cultura sobre propriedade intelectual;
- ✓ Capacitar os envolvidos com geração de propriedade intelectual;

Em relação ao **Desenvolvimento Artístico e Cultural** a Faculdade Presidente Antônio Carlos de Leopoldina busca ratificar a importância da arte e cultura na IES, em todos os seus cursos, permeado por um diálogo transversal com o ensino, a iniciação científica, a extensão, a sustentabilidade e a inovação.

Busca-se promover o pleno exercício dos direitos culturais, por intermédio do estímulo à experimentação, à preservação, ao apoio à produção e difusão e à promoção da formação na

área de arte e cultura. Nesse sentido, a IES aborda o respeito à diversidade cultural e à diferença como aspectos fundamentais à convivência social e à comunicação em sociedade, envolvendo o cotidiano dos indivíduos e suas interações com o ambiente.

Desta forma a IES objetiva consolidar sua política de para o Desenvolvimento Artístico e Cultural, por meio das seguintes estratégias:

- ✓ Participar das ações públicas de Cultura;
- ✓ Difundir a Política Institucional de Cultura;
- ✓ Garantir o acesso público e gratuito à produção cultural da IES;
- ✓ Promover redes de circulação e intercâmbio artístico e cultural em nível nacional e internacional;
- ✓ Apoiar a criação e gestão de projetos culturais;
- ✓ Garantir a manutenção e o desenvolvimento dos grupos artísticos institucionais;
- ✓ Aproximar os saberes populares e tradicionais;
- ✓ Fomentar a iniciação científica artística e cultural;
- ✓ Incorporar temáticas artísticas e culturais nos Projetos Pedagógicos dos cursos;
- ✓ Oportunizar a realização de ações artísticas e culturais;
- ✓ Ampliar a oferta de eventos culturais;
- ✓ Ampliar a divulgação de atividades artísticas e culturais;
- ✓ Promover a participação da comunidade interna e externa nas atividades artísticas e culturais.

Para dar cumprimento à sua política para iniciação científica, inovação tecnológica e desenvolvimento artístico e cultural a Faculdade Presidente Antônio Carlos de Leopoldina, promove, durante a vigência deste PDI as seguintes ações:

- ✓ Realiza, anualmente, no segundo semestre letivo, as **SEMANAS ACADÊMICAS** - Evento organizado pela Faculdade, que objetiva propiciar o intercâmbio de ideias desenvolvidas para incentivar a comunidade acadêmica na iniciação científica, incentivando assim a divulgação das atividades de estágio e pesquisa desenvolvidas por acadêmicos dos cursos de Graduação das Instituições de Ensino Superior de Leopoldina e região sob orientação de professores da instituição de ensino superior de origem;

- ✓ Incentiva a participação de alunos e professores em eventos científicos promovidos por outras Instituições de Ensino Superior;
- ✓ Reserva de verba específica em seu orçamento para incentivo às atividades de pesquisa e iniciação científica;
- ✓ Concessão de bolsas específicas com utilização de recursos próprios e/ou recursos obtidos por meio de parcerias institucionais.

Desta forma, a IES tem a perspectiva de utilização de adoção das seguintes práticas inovadoras para seus programas de iniciação científica, inovação tecnológica e desenvolvimento artístico e cultural:

- ✓ Integração e colaboração entre instituições, empresas, órgãos públicos, etc.;
- ✓ Fomento à pesquisa e à capacitação de educadores;
- ✓ Apoio à interdisciplinaridade curricular;
- ✓ Adoção de recursos tecnológicos de Ponta.

4.4. Políticas institucionais e ações acadêmico-administrativas para a extensão

As políticas de extensão direcionam-se para as necessidades atuais da sociedade, quanto à formação e atuação profissional, produção e divulgação de conhecimentos.

Essas necessidades devem ser sentidas e assinaladas pela própria comunidade acadêmica, razão pela qual é importante que haja um olhar reflexivo para as realidades sociais (potencialidades, necessidades e desejos).

É este olhar da comunidade, atenta à dinâmica cultural e política da sociedade na qual se encontra, que subsidia as diretrizes de uma política de extensão. Exatamente por isso, o saber científico deve estar próximo do saber popular – e, não um se sobrepõe ao outro –, a fim de que haja um diálogo em que ambos os conhecimentos sejam reconhecidos em sua importância.

A extensão universitária nada mais é que uma interação entre a Faculdade e a sociedade, funcionando como um sistema aberto de realimentação do processo de formação superior. Sua importância, porquanto, reside no fato de que é através desta extensão que a comunidade

acadêmica conhece o mundo externo à IES e a comunidade externa conhece o mundo acadêmico.

A indissociabilidade entre ensino e extensão torna esta última parte do processo de construção e socialização do conhecimento, que é peculiar à academia, motivo pelo qual a Instituição deve tirar da sua própria área de abrangência a motivação para a extensão e sua interação com o ensino.

A missão da Faculdade é apontar os caminhos do desenvolvimento, considerando as oportunidades históricas e, nesse aspecto, a IES se afirma como uma Instituição de vanguarda, ao propor junto aos grupos sociais menos favorecidos e aos movimentos sociais, ações de transformação social que superam a mediocridade do assistencialismo e oportunizam uma justa inserção desses grupos nos diversos setores da sociedade, promovendo uma melhoria das condições de vida.

As ações de extensão devem ter como ênfase a formação humana, sócio-política e ambiental, ampliando seu caminho para a questão social e cultural, através da interação com a sociedade, num constante processo de avaliação sobre como a Faculdade tem contribuído com a sociedade em que atua. Tem como objetivo garantir a execução da Política de Extensão como meio de integração da instituição com a comunidade, promovendo ações e projetos com foco na universalidade da vida nos aspectos científico, humanístico, social, político, econômico, cultural e ambiental.

A Faculdade no que tange à Extensão tem por propósito, em consonância com o ensino e a Extensão, promover a formação de profissionais comprometidos com o seu meio e propagadores de ações de cidadania voltadas para o desenvolvimento da sociedade.

Desta forma apresenta-se a seguir, as Políticas de Extensão implementadas na vigência deste PDI:

- Extensão à sociedade dos conhecimentos produzidos, buscando a solução de problemas e visando a integração da Faculdade com a comunidade;
- Embasamento nas áreas de concentração dos programas de graduação oferecidos pela Faculdade, podendo ser desenvolvida em modalidades diversas, considerando seus vários enfoques;

- Adoção da prática extensionista em um instrumento de vitalização do ensino, na medida em que expande o conceito de ensino-aprendizagem e promove transformações no processo pedagógico;
- Ênfase na interdisciplinaridade e incentivo nas atividades entre as demais Faculdades mantidas pela FUPAC, promovendo a integração dos diversos saberes;
- Zelo pela produção e preservação cultural e artística, como forma de enriquecimento da própria educação;
- Consolidação da extensão, através da alocação de recursos financeiros próprios previstos no orçamento anual;
- Concessão bolsas específicas com utilização de recursos próprios e/ou recursos obtidos por meio de parcerias institucionais.

Assim, em consonância com as políticas institucionais para extensão nos Cursos de Graduação ofertados, se efetivam por meio das seguintes modalidades:

- **Programa:** Conjunto articulado de projetos e outras ações de extensão (cursos, eventos, prestação de serviços), preferencialmente integrando as ações de extensão, pesquisa e ensino. Tem caráter orgânico-institucional, clareza de diretrizes e orientação para um objetivo comum, sendo executado a médio e longo prazo.
- **Projetos:** ação processual e contínua de caráter educativo, social, científico ou tecnológico com objetivo específico a curto e médio prazo;
- **Cursos:** Conjunto articulado de ações pedagógicas, de caráter teórico ou prático, planejadas e organizadas de modo sistemático, com carga horária mínima de 4 horas e critérios de avaliação definidos;
- **Eventos:** compartilhamento do conhecimento ou produto cultural, científico e tecnológico desenvolvido pela Faculdade. Inclui: congresso, seminário, encontro, conferência, ciclo de debates, exposição, entre outros;
- **Prestação de serviços:** realização de trabalho oferecido pela instituição ou contratado por terceiros, incluindo assessorias, consultorias, cooperação interinstitucional e outras.
- **Publicações e outros produtos acadêmicos:** produção de publicações e de produtos acadêmicos decorrentes das ações de extensão tais como: anais, livros, entre outros.

A Faculdade Presidente Antônio Carlos de Leopoldina, no propósito de reexame constante de sua política educacional, busca orientar a educação oferecida aos seus alunos focada na

aquisição de conhecimentos, competências, perspectivas e valores relacionados à sustentabilidade.

Assume, pois, a responsabilidade de produzir conhecimentos e de fazê-los circular na sociedade, como parte integrante e necessária à formação de profissionais atentos à realidade social, numa prática pedagógica crítica e renovada. Para tal, busca promover ações capazes de imprimir um novo rumo ao segmento da educação superior e de contribuir qualitativamente para a mudança social.

Como **política acadêmica**, as atividades de extensão ocupam lugar privilegiado no processo de formação e de desenvolvimento profissional de alunos, professores e funcionários técnico-administrativos ao contribuir com conhecimentos, saberes, práticas e experiências de diferentes origens e natureza.

Como **estratégia de inserção social e regional**, as atividades de extensão permitem que a Instituição aprofunde seus compromissos educacionais, culturais e científicos ao responder a necessidade da sociedade com solidariedade e responsabilidade social.

Como **modelo de construção de identidade institucional**, a extensão possibilita que a Instituição se consolide e se veja em sintonia com a realidade atual, a criatividade, a formação do comportamento ético e cidadão, a democratização da ciência, da cultura e da tecnologia.

Na Instituição, a Extensão Universitária se firma como processo acadêmico definido e efetivado em função das exigências da realidade, indispensável à formação do aluno, à qualificação do professor e ao intercâmbio com a sociedade, o que implica relações multi, inter e transdisciplinares e interprofissionais.

Para tanto, a Faculdade pauta-se em premissas fundamentais:

- O caráter solidário e de reciprocidade do trabalho de extensão;
- O compromisso com o desenvolvimento local integrado e sustentável e a melhoria das condições de vida da população;
- A articulação entre ensino, pesquisa/iniciação científica e extensão;
- O incentivo a projetos com pertinência e relevância social, econômica, cultural e científica;
- A participação, o respeito e o diálogo; a necessidade de garantir a continuidade das ações;

- A promoção da interdisciplinaridade; a eficiência na alocação e aproveitamento dos recursos disponíveis;
- A busca de parcerias e complementaridades referenciadas na qualidade social.

As principais ações institucionais de extensão da Faculdade Presidente Antônio Carlos de Leopoldina encontram-se estruturadas segundo a lógica que se detalha a seguir:

- I. Articulação da extensão com o ensino;
- II. Articulação da extensão com a iniciação científica/pesquisa;
- III. Cursos de Extensão;
- IV. Prestação de Serviços;
- V. Programas e Projetos:
 - a) Programas e Projetos institucionais;
 - b) Programas e Projetos desenvolvidos pela IES e Cursos;
 - c) Programa de Apoio Institucional a Projetos de Extensão

I - Articulação da Extensão com o Ensino: uma perspectiva que se abriu para a IES foi a de incentivar a participação da Extensão na composição de currículos e projetos político-pedagógicos de cursos, a renovação e ampliação do conceito de sala de aula, a presença nas atividades denominadas “complementares”, desde que, efetivamente, contribuam para a formação do aluno.

A efetivação da Extensão como processo acadêmico se faz, ainda, mediante sua inserção em matrizes curriculares de cursos de graduação e pós-graduação da Instituição.

Ao apostar nesse horizonte, a Instituição pretende alcançar uma melhor e mais precisa definição de sua identidade e ampliar a inserção local e regional dos seus cursos de graduação e pós-graduação; viabilizar o conceito de currículo como espaço de formação plural, dinâmico e multicultural e dotar seus alunos e alunas de um perfil profissional caracterizado pela formação humanista, crítica e reflexiva.

Além do mais, sabe-se, ainda, que a Extensão pode contribuir para uma flexibilização curricular enriquecedora das experiências singulares e para maior autonomia intelectual dos estudantes.

A Faculdade sustentada nos critérios e princípios das Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) para os Cursos de Graduação, elaboradas pelo Conselho Nacional de Educação, planeja incluir o Projeto de Extensão à Comunidade em todos os cursos ofertados.

Assim procedendo, compartilha da concepção e possibilidades abertas pelo Parecer CNE/CES 67, de 11/03/2003 e consolidadas no Plano Nacional de Educação 2014-2024 (meta 12.7) de fortalecer a articulação da teoria com a prática, valorizando a participação em atividades de extensão e integrando-as como parte da carga horária dos cursos.

II - Articulação da Extensão com a Iniciação Científica/Pesquisa: em relação à promoção de um maior aprofundamento da articulação entre Iniciação Científica/pesquisa e Extensão, propõe-se que algumas linhas de extensão sejam utilizadas como indicativas para a apresentação dos projetos de Iniciação Científica/Tecnológica. Desta forma, serão incentivados também projetos integrados de Pesquisa e Extensão.

III - Cursos de Extensão: proporcionam aos alunos e à comunidade em geral a possibilidade de receberem informações técnicas e se prepararem para a prática do mercado, permitindo-lhes interagir com profissionais experientes em suas respectivas áreas. A proposta é de atividades de atualização de conhecimentos técnicos, visando à elevação cultural em busca do aprimoramento profissional, complementando os conceitos trabalhados em sala de aula.

IV- Prestação de Serviços: pode acontecer na forma de consultorias, assessorias, assistências ou auxílios técnicos, pesquisas encomendadas, atendimento em saúde humana, exames, perícias e laudos técnicos, atendimentos jurídicos e judiciais, atendimentos em espaços culturais e em espaços de ciência e de tecnologia da Instituição, em articulação com políticas públicas, movimentos sociais ou setores produtivos. Estas atividades serão desenvolvidas por professores ou grupos de professores, bem como pelos laboratórios, núcleos, agências experimentais, com a participação de alunos e/ou colaboradores técnico-administrativos.

V - Programas e Projetos: Projeto de extensão é um conjunto de ações processuais e contínuas de caráter educativo, social, cultural, científico ou tecnológico, com objetivo bem definido e prazo determinado, que tenha articulação com o ensino e a pesquisa, envolvendo discentes e docentes, em atuação conjunta com a comunidade.

O Programa de Extensão constitui a reunião de diversas modalidades de ação extensionista em torno de temáticas mais amplas, conforme quadro abaixo:

<i>Programa</i>	<i>Descrição</i>
<p><i>Programas e Projetos Institucionais</i></p>	<p>Englobam o planejamento de ações extensionistas desenvolvidas (prestação de serviços, desenvolvimento de projetos e pesquisas), coordenadas e fomentadas com recursos da IES e/ou de parcerias.</p> <p>Essas ações se caracterizam pela abrangência inter e intrainstitucional, pela consonância com o PDI e os PPC's, pelo alcance e relevância dos resultados, pela articulação com o ensino e a iniciação científica, pela interdisciplinaridade e pelo caráter de maior continuidade.</p> <p>São ações bem-sucedidas, de comprovada relevância e impacto social e acadêmico e com caráter de maior continuidade, oriundas dos cursos, bem como do Programa de Apoio Institucional a Projetos de Extensão podem, eventualmente, ser institucionalizadas e desenvolvidas com recursos da Faculdade.</p>
<p><i>Programas e Projetos Desenvolvidos pelos Cursos</i></p>	<p>Referem-se ao planejamento de ações extensionistas pelos cursos, por meio de suas coordenações de cursos, levando em conta suas características específicas, como particularidades e demandas dos cursos de graduação/graduação tecnológica, calendário acadêmico e possibilidades de parcerias.</p> <p>Essas ações serão desenvolvidas sob a coordenação e com recursos próprios das coordenações dos cursos, sendo acompanhados pela Direção e integrados por ela a outros Programas e Projetos das IES.</p>
<p><i>Programa de Apoio Institucional a Projetos de Extensão</i></p>	<p>O Programa de Apoio Institucional a Projetos de Extensão é um programa de incentivo a propostas de projetos de extensão para obtenção de fomento, e tem por objetivos:</p> <p>Consolidar a Extensão Universitária como processo acadêmico indispensável à formação do discente, à qualificação do docente e ao intercâmbio com a sociedade;</p> <p>Fortalecer a ação transformadora em se tratando de problemas e questões sociais e estabelecer uma relação dialógica entre a Instituição e a sociedade;</p> <p>Incentivar a prática acadêmica que contribua para o desenvolvimento da cidadania.</p>

<p>Projetos Extensionistas de Inclusão Social e Desenvolvimento Local</p>	<p>As ações voltadas para o desenvolvimento local, para a consolidação da democracia e da cidadania e para a inclusão social são desenvolvidas principalmente por meio das atividades de Extensão.</p> <p>Os projetos de extensão buscam a integração da formação universitária, orientando o foco da instituição para a sociedade, desenvolvendo e ou reforçando valores éticos para o profissional e preparando-o para o convívio com a realidade social.</p> <p>Também são orientados para a observância da solidariedade humana, do respeito, da ética, da justiça e do meio ambiente; para a comunicação transparente e dialógica; para a construção e consolidação de parcerias/articulações com políticas públicas, movimentos sociais ou setores produtivos; para a inclusão social e a promoção da melhoria da vida da comunidade.</p>
--	---

As ações de extensão devem promover uma interação transformadora entre a IES e a sociedade, disponibilizando ao público externo o conhecimento adquirido em todos os âmbitos da atividade da Faculdade.

Deste modo, a partir de uma perspectiva dinâmica as atividades de extensão nascem da captação de demandas e necessidades da sociedade, que se coadunam com as expertises internas e que permitem pautar a produção do saber e o desenvolvimento de novos conhecimentos.

Na operacionalização do programa de extensão a IES orienta para que sejam desenvolvidas um conjunto de ações e atividades voltadas para as demandas da comunidade interna e externa:

- Alinhamento entre ensino, iniciação científica, extensão responsabilidade social;
- Interdisciplinaridade com interação de conceitos e práticas complementares, de instrumentos avaliativos e metodologias com vistas a uma preparação melhor das atividades profissionais;
- Troca de experiência externa e democratização do conhecimento;
- Articulação com os movimentos sociais, priorizando ações e atividades que visem o desenvolvimento regional e nacional;

- Avaliação permanente dos programas e projetos;
- Articulação entre os projetos de diferentes áreas do conhecimento.

As ações de extensão a serem realizadas têm por objetivo a difusão de conhecimentos pertinentes às áreas dos cursos de graduação oferecidos e serão viabilizadas mediante as seguintes ações:

- Promoção de Seminários, Simpósios, Encontros e Cursos de Extensão;
- Promoção de congressos para comunicação e divulgação de resultados decorrentes das atividades de ensino e pesquisa;
- Intercâmbio com instituições congêneres nacionais e internacionais, bem como outros meios a seu alcance;
- Articulação com os sistemas público e privado, visando à promoção de oportunidades de estágios e outras atividades;
- Prestação de serviços visando à integração com a comunidade local e regional e a oferta de estágio;
- Qualificação pré-profissional dos discentes dos cursos de graduação e dos cursos de pós-graduação
- Atendimento direto à comunidade com a interveniência dos cursos nas áreas das ciências da saúde, ciências sociais aplicadas, ciências humanas, ciências agrárias e outras;
- Promoção de atividades e/ou participação em iniciativas de natureza cultural;
- Divulgação de estudos sobre aspectos da realidade local e regional;
- Estímulo à criação literária, artística, científica, tecnológica e esportiva;
- Publicação de trabalhos de interesse cultural.

Entendendo a IES, a importância constante de dialogar com a comunidade na qual se insere, a Faculdade adotará como prática inovadora em seus projetos de extensão o diálogo permanente com a Sociedade Civil Organizada, o que acontecerá trimestralmente por meio de encontros online “lives” denominadas "**Diálogos com a Sociedade - Economia Circular**".

As lives serão caracterizadas como uma iniciativa online, com importância local e regional, uma vez que tratará de economia circular e seus impactos nas comunidades locais.

O conceito de economia circular, ligado à ideia de desenvolvimento sustentável e potencial fonte de novos negócios e empregos, será abordado pelos convidados em diferentes

aplicações e cenários. As transmissões serão feitas no canal do Youtube da Faculdade Presidente Antônio Carlos de Leopoldina e terão como objetivo promover debates e propostas de ações para uma economia cíclica eficiente, ou seja, uma forma mais sustentável de produção, na qual os recursos deixam de ser somente explorados e descartados e passem a ser reaproveitados.

4.5. Políticas institucionais e ações de estímulo e difusão para a produção acadêmica docente.

O Programa Desenvolvimento de Docentes inclui a oferta de cursos de atualização, de métodos e técnicas de ensino e incentiva a participação em congressos, simpósio, seminários, oficinas de capacitação, Academia de Professores e cursos diversos.

Ao estimular esta participação e engajamento, a Faculdade acredita que a produção científica ocorre, de maneira automática e natural. Para tanto, sua política inclui o custeio de ajuda de custo para professores da IES para apresentação de trabalhos em Congressos, Conferências e Simpósios e demais eventos acadêmicos, cuja dotação orçamentária já está prevista no orçamento anual.

O número de concessões dependerá do número de propostas e solicitações apresentadas, mas haverá a preocupação em que a verba seja diluída entre os cursos de forma equitativa, somente sendo remanejada de um para outro, caso algum não apresente nenhuma demanda.

O objetivo é termos representatividade em todas as áreas do conhecimento e, preferencialmente, em eventos cuja marca esteja associada à área na qual o professor atua.

Para fazer jus ao reembolso, o docente deverá apresentar o aceite da apresentação do trabalho; resumo; resumo expandido ou artigo completo. Serão reembolsados os valores referentes à inscrição no evento, passagem aérea e hospedagem até o valor de R\$ 2.500,00 para eventos nacionais e de R\$ 4.500,00 para eventos internacionais.

Em seu retorno, o docente deverá apresentar cópia impressa do trabalho apresentado e do seu certificado de participação, documentos imprescindíveis em sua pasta profissional e que serão apresentados aos órgãos reguladores quando em visitas na Instituição.

O apoio financeiro e logístico para a participação docente em eventos é compreendido como um estímulo direcionado não só à divulgação, mas em especial à própria produção acadêmica dos professores. A garantia de um apoio real à ida em encontros nacionais e internacionais e a possibilidade concreta de divulgação científica, atua como um estímulo que desperta a vontade de ampliar a produção do conhecimento de modo a dar visibilidade a determinados projetos e pesquisas.

Acredita-se que a divulgação valoriza e catalisa a produção, ou seja, uma etapa do processo retroalimenta a outra.

4.6. Política de Atendimento dos Egressos

A Faculdade Presidente Antônio Carlos de Leopoldina conta com um Programa de Acompanhamento de Egressos, vinculado às ações da CPA. As atividades do Programa possibilitam a contínua avaliação dos cursos, pelo desempenho profissional dos ex-alunos, viabilizando adicionalmente a participação dos mesmos em atividades de extensão promovidas pela ação universitária.

São objetivos específicos do Programa:

- Identificar o perfil do egresso e criar mecanismos para avaliação de seu desempenho no mercado de trabalho;
- Acompanhar a inserção dos egressos no mercado de trabalho;
- Construir, a partir dos questionários aplicados, um banco de dados com informações que possibilitem manter um relacionamento com o egresso, garantindo um vínculo institucional permanente;
- Garantir a aproximação com os egressos, visando ao aperfeiçoamento das ações institucionais atinentes à implementação de novos cursos e programas no âmbito da educação superior;
- Estimular e criar condições para a educação continuada de egressos;
- Construir indicadores que subsidiem a adequação curricular às necessidades do desenvolvimento de competências e habilidades, em consonância com as Diretrizes Curriculares Nacionais;
- Facilitar a formação de uma rede de comunicação entre os egressos, possibilitando a troca de informações profissionais e acadêmicas.

Toda a política de egressos da Faculdade está calcada na possibilidade de potencializar competências e habilidades em prol do desenvolvimento qualitativo de sua oferta educacional.

Assim, pretende-se lidar com as dificuldades dos egressos e colher informações de mercado, visando formar profissionais cada vez mais qualificados para o exercício de suas atribuições.

O Programa de Acompanhamento de Egressos possui estrutura de funcionamento regular, constituído por profissionais da área administrativa da Faculdade, voltados para o devido fim. O Programa contribui no que se refere à compatibilidade entre o perfil do egresso definido neste PDI e o que a realidade aponta como resultado da investigação, considerando a situação profissional, adequação da formação e interesses de educação continuada do egresso.

Os resultados da avaliação de egressos são cruzados com as avaliações de cursos e podem contribuir, significativamente, para o aprimoramento de programas existentes, bem como para o planejamento de cursos de pós-graduação.

A análise e avaliação sobre o egresso da IES é uma contínua melhoria de todo planejamento e operação dos processos de ensino e aprendizagem. Por isso, pode-se afirmar que não se trata apenas de uma política de apoio ao estudante, mas uma Política de Gestão que tem como objetivo inserir no mercado de trabalho profissionais aptos para o exercício da profissão.

E é através do retorno quanto aos indicadores da qualidade dos profissionais que são formados que se torna possível observar o desenvolvimento do egresso da IES no mercado.

Neste sentido, o egresso é definido como aquele que efetivamente concluiu seus estudos, colou grau e está apto para ingressar no mercado de trabalho. Nessa condição de egresso, ele é uma fonte de informação sobre a qualidade do serviço prestado pela Instituição de Ensino Superior que o formou.

Dessa forma, visando dar mais clareza e antecipar suas perspectivas acerca do egresso, a IES criou um programa que busca implementar de maneira mais clara e objetiva suas políticas institucionais de acompanhamento ao egresso, instrumento este que possibilita a avaliação continuada da IES, por meio do desempenho profissional dos ex-alunos e do seu desenvolvimento na educação continuada.

Trata-se de um importante passo no sentido de incorporar ao processo de ensino-aprendizagem elementos da realidade externa à instituição que apenas o diplomado está em condições de oferecer, já que é ele quem experimenta pessoalmente as consequências dos aspectos positivos e negativos vivenciados durante sua graduação.

Além disso, a instituição lida com as dificuldades de seus egressos e colhe informações de mercado visando formar profissionais cada vez mais qualificados para o exercício de suas atribuições.

Sendo assim, o programa se constitui como um órgão responsável pelos egressos na instituição, juntamente com o Colegiado de Curso, Núcleo Docente Estruturante e Comissão Própria de Avaliação, intensificando ações para acompanhar os egressos dos cursos e fornecendo um espaço de troca de saberes, de vida e de experiências.

Dessa forma, o programa se estabelece como um instrumento para a necessária interação instituição-empresa-sociedade.

4.7. Estratégias e Meios para Comunicação Externa e Interna

A Faculdade Presidente Antônio Carlos de Leopoldina conta com o apoio da área de Marketing, Comunicação e Relações Corporativas, área essa vinculada à Mantenedora e que presta serviços aos setores da IES.

O setor trabalha buscando sinergia e visando a excelência dos serviços de comunicação e fortalecimento da imagem institucional. Ainda conta com parceiros externos, como setor de publicidade e comunicação, empresas de clipping para monitoramento das notícias veiculadas sobre a instituição, empresa de monitoramento de mídias sociais, call center ativo, parceiro para envio de SMS, parceiro para envio de e-mail marketing.

Dentre as estratégias de comunicação externa, vale descrever que a Faculdade trabalha com:

- Ações e campanhas institucionais que tem como objetivo apresentar a instituição para a sociedade;
- Ações educativas com colégios e cursinhos;
- Ações e campanhas de relacionamento com as empresas e entidades de classe;
- Ações educativas com a comunidade no entorno;

- Ações e campanhas de relacionamento com a imprensa para promover as atividades e projetos realizados pelos professores e alunos;
- Ações e campanhas para divulgação dos processos seletivos de bacharelado, licenciatura, graduação tecnológica, especialização e também cursos de curta duração e palestras diversas.

A diretoria da Faculdade deve estabelecer as estratégias de comunicação junto à comunidade externa e garantir a interface com a Mantenedora.

Com o intuito de manter a comunidade acadêmica bem informada sobre tudo que acontece na Instituição, a Faculdade mantém também diversos veículos e canais de comunicação interna.

A comunicação interna na Instituição visa não apenas a disseminação de informações, como também o fortalecimento de vínculos para o trabalho coletivo entre os mais diversos setores e destes com toda a comunidade acadêmica.

Um dos graves problemas enfrentados por grandes organizações é a ineficácia da sua comunicação interna ou com a sociedade. A comunicação tem a vertente interna, para agregar os agentes - Diretores, Coordenadores de Cursos, Professores, Técnico-Administrativos e Estudantes, e a vertente externa, para que os agentes sociais, formadores de opinião, *prospects*, sejam informados dos ganhos de qualidade verificados, das atividades realizadas, das mudanças e outros.

Uma política de comunicação, por mais bem organizada que seja, não pode ser implementada sem sintonia e sinergia, sem a adesão consciente de todos e, também, sem o conhecimento de seus movimentos e etapas.

Um dos objetivos institucionais previstos neste PDI é o aperfeiçoamento do processo de comunicação e a divulgação de resultados das avaliações institucionais em geral, pois se acredita que a excelência na comunicação, tanto interna quanto externa, vai interferir de forma singular no processo ensino-aprendizagem. Os mecanismos de comunicação adotados, são apresentados no quadro a seguir:

MECANISMOS ADOTADOS PELA IES EM SUA POLÍTICA DE COMUNICAÇÃO

MEIOS	PÚBLICO ALVO
Site institucional	(I/E)
Cartazes nos quadros de avisos	(I)
Correspondência eletrônica (News Letter, Whatsapp Business)	(I)
Correspondência via Correios	(I/E)
Avaliação Institucional	(I/E)
Ouvidoria - Presencial e Virtual	(I/E)
Meios de comunicação de massa (jornais, revistas, rádio)	(I/E)
Redes Sociais	(I/E)
Visitas Periódicas à Entidades Regionais	(E)

Obs.: (I) = Interno; (E) = Externo; (I/E) = Interno e Externo.

Para uma comunicação eficaz, a Faculdade escolhe a ferramenta a ser utilizada, considerando não só a informação que pretende e necessita transmitir, mas, também, o público ao qual se dirige, seja ele interno ou externo.

4.8. Política de Atendimento aos Discentes

A Faculdade Presidente Antônio Carlos de Leopoldina tem como objetivo em sua política prestar atendimento de qualidade aos estudantes, contribuindo para seu ingresso, permanência e êxito acadêmico.

São diretrizes para estímulo à permanência do corpo discente:

- participação discente em todos os Colegiados, nos termos do Estatuto e Regimento;
- institucionalização de programas de apoio e atenção aos discentes;
- desenvolvimento permanente de estudos sobre o processo de aprendizagem e as metodologias de ensino;
- encaminhamento para estágios não obrigatórios e remunerados;
- capacitação para ampliação da empregabilidade;
- campanhas de valorização e reconhecimento da diversidade étnico-racial, de gênero, geracional, de sexo e de religião;
- desenvolvimento de ações de inclusão;

- conforto e comodidade por meio do atendimento integral acadêmico e financeiro;
- identificação sistemática, com periodicidade adequada, das necessidades do aluno no que tange ao ensino, à iniciação científica/pesquisa, às atividades de extensão e demais necessidades acadêmicas pertinentes; e
- ampliação e criação de novos espaços para a convivência comunitária e o desenvolvimento de atividades artísticas, culturais e desportivas.

O atendimento aos alunos é fundamental para qualquer IES, visto que o processo pedagógico só realiza seus objetivos quando contempla as necessidades dos alunos. Neste sentido, a Faculdade ordena diversas formas integradas de apoio aos alunos, a fim de contemplar com qualidade ações de acolhimento e permanência, atividades de monitoria, atividades de nivelamento, intermediação e acompanhamento de estágios não obrigatórios remunerados, apoio extraclasse, apoio psicopedagógico, de acessibilidade metodológica e instrumental e participação em centros acadêmicos ou em intercâmbios, conforme demonstrado abaixo:

4.8.1. Núcleo Psicopedagógico

O atendimento psicopedagógico realizado na Faculdade tem como objetivo proporcionar a melhor adaptação do aluno ao meio acadêmico possibilitando uma ação preventiva e acolhedora nos assuntos de ordem emocional e educacional, inclusive para alunos com necessidades educativas especiais.

Visa também, minimizar os entraves do processo ensino-aprendizagem ou, ainda, sugerir o devido encaminhamento para os casos em que se fizer necessário um atendimento mais especializado.

São atribuições do Psicólogo ou profissional legalmente habilitado:

- Intervir junto aos alunos – Suporte Psicológico Individual;
- Prestar assistência psicológica aos alunos, visando o crescimento pessoal e acadêmico, as relações interpessoais, a integração social e a saúde mental, favorecendo o desenvolvimento e a formação integral;
- Trabalhar conflitos emergenciais na relação professor-aluno, professor-professor e professor-instituição; e

- Treinar o conhecimento e a administração de suas próprias emoções; a automotivação; bem como o reconhecimento de emoções em outras pessoas e o manejo de relacionamentos.

4.8.2. Apoio Social

Como meio de propiciar o ingresso e a permanência do aluno na Faculdade, são oferecidos programas de financiamento estudantil como FIES e bolsas pelo programa PROUNI. São concedidos descontos através de parceria com instituições privadas visando redução no valor das mensalidades dos estudantes funcionários de empresas conveniadas. Visando melhor atendimento às demandas locais, será concedido desconto aos funcionários públicos municipais de Leopoldina e região. É oferecido também o Desconto Social, que visa atender alunos em situação econômica menos favorecida.

4.8.3. Políticas e Ações de Acessibilidade e Inclusão

A constituição de uma política para pessoas com deficiência representa para a Faculdade o cumprimento dos próprios princípios que adota. Sendo mantida por uma Fundação de direito privado, sem fins lucrativos, tem no compromisso social o indicador e o estímulo para suas ações e desenvolvimento nesta área.

Tendo como objetivo constante a execução do papel social que assume ao considerar o interesse público e o teor de suas atividades, a Faculdade promove oportunidades de inclusão social das pessoas com deficiência, levando em conta a diversidade dos perfis que se apresentam à Instituição.

Dessa forma, as políticas e programas dedicados especificamente a esses tendem não apenas cumprir as exigências presentes na legislação vigente, mas, sobretudo visam oferecer um atendimento satisfatório à comunidade acadêmica. No ensino superior, a transversalidade da educação especial se efetiva através de ações de promoção ao acesso, à permanência e à participação dos alunos. Estas ações envolvem o planejamento e a organização de recursos e serviços para a promoção da acessibilidade arquitetônica nas comunicações, nos sistemas de informação, nos materiais didáticos e pedagógicos, que devem ser disponibilizados nos processos seletivos e no desenvolvimento de todas as atividades que envolvem o ensino.

Entendendo que, no ensino superior, a inclusão deve se inscrever no debate mais extenso do direito de todos à educação e igualdade no que tange a oportunidade de acesso e permanência do discente, a Faculdade criou o Núcleo de Acessibilidade visando propagar e solidificar o macro conceito de acessibilidade constituído através de uma política institucional destinada a promover a acessibilidade universal.

O NÚCLEO DE ACESSIBILIDADE será composto pela Direção, Coordenações de Curso, Setores Administrativos, docentes e outras importantes estruturas da Instituição.

O NÚCLEO atuará no sentido de incentivar uma mudança de cultura visando à inclusão social. Para isso, seus membros atuam, principalmente, em sala de aula e nos bastidores através do PROPAI - PROGRAMA DE PROMOÇÃO DE ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO, que traça como objetivo geral promover a acessibilidade universal, desenvolver pesquisas e projetos comunitários que possam subsidiar organizações públicas e privadas envolvidas com as pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, visando garantir o acesso à Instituição e suas dependências.

Em termos mais específicos o PROPAI, busca:

- ✓ Estimular o reconhecimento político das diferenças, além de tornar o espaço construído mais seguro e confortável para todos, pessoas com e sem deficiência;
- ✓ Efetivar uma política de acessibilidade e inclusão aos acadêmicos e colaboradores com deficiência ou mobilidade reduzida, promovendo ações que garantam a acessibilidade física, pedagógica e nas comunicações e informações;
- ✓ Efetivar a política de inclusão das pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, na IES;
- ✓ Promover a eliminação de barreiras atitudinais, programáticas, pedagógicas, arquitetônicas e de comunicações;
- ✓ Despertar o convívio com a diferença e facilitar o convívio com a diversidade;
- ✓ Garantir a educação inclusiva;
- ✓ Adquirir e assegurar a tecnologia assistiva e a comunicação alternativa;
- ✓ Apoiar funcionários, técnicos e corpo docente nas demandas relacionadas ao processo educativo inclusivo; e
- ✓ Garantir a segurança e integridade física de pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida.

A dinâmica de atuação do Núcleo de Acessibilidade da Faculdade Presidente Antônio Carlos de Leopoldina se realiza através de seus EIXOS DE ATUAÇÃO onde o NÚCLEO DE ACESSIBILIDADE é responsável pelo apoio pedagógico aos alunos, professores e colaboradores com deficiência ou mobilidade reduzida. Também promoverá a comunicação intermediada por tradutores e intérpretes, além de auxiliar nos aspectos operacionais das atividades educacionais.

Atento às demandas específicas das pessoas com necessidades especiais, através do PROPAL, promoverá atendimento prioritário a este público. Além da adaptação do espaço físico e das instalações promoverá o ajuste da matriz curricular dos Projetos Pedagógicos visando incluir o componente curricular Libras como obrigatório ou optativo nos cursos de graduação conforme o previsto no Decreto nº 5.626/05.

A atenção específica a esses estudantes desenvolve-se, primeiramente, no sentido de atender aos seguintes requisitos:

a) Para alunos com deficiência física: adequação e adaptação do acesso às dependências da Faculdade através de rampas, e banheiros adaptados;

b) Para alunos com deficiência visual: na Biblioteca, no caso de alunos deficientes visuais matriculados, é disponibilizado um computador com programa específico instalado (Dosvox) que permite que um texto seja transformado em arquivo audível e transferível para os endereços eletrônicos dos alunos, possibilitando-lhes fazer uso dos mesmos no momento de sua conveniência. O sistema Dosvox permite que deficientes visuais utilizem um microcomputador comum (PC) para desempenhar uma série de tarefas, adquirindo assim independência no estudo e no trabalho. No caso de alunos deficientes visuais matriculados será disponibilizado um computador com programa específico instalado (Dosvox) que permitirá que um texto seja transformado em arquivo audível e transferível para os endereços eletrônicos dos alunos, possibilitando-lhes fazer uso dos mesmos no momento de sua conveniência. O sistema Dosvox permite que deficientes visuais utilizem um microcomputador comum (PC) para desempenhar uma série de tarefas, adquirindo assim independência no estudo e no trabalho. Da mesma forma serão utilizados recursos didáticos como: mapas táteis, livro didático adaptado, livro acessível, etc.

c) Para alunos com deficiência auditiva: visando atender plenamente o aluno portador de deficiência auditiva, tem como política estabelecer convênios com instituições que possuem profissionais intérpretes da língua de sinais - Libras. Na ocorrência de demanda será feito um

contato junto à Federação Nacional de Educação e Integração de Surdos -FENEIS para obter orientações dos procedimentos que a Faculdade poderá adotar para atender satisfatoriamente o aluno, sendo que a IES garante que os alunos com deficiência auditiva contem com apoio permanente de um intérprete de libras, a ser contratado pela IES, sem nenhum tipo de custo adicional para o aluno. Visando atender plenamente o aluno portador de deficiência auditiva, a IES tem como política estabelecer convênios com instituições que possuem profissionais intérpretes da língua de sinais - Libras. Na ocorrência de demanda será feito um contato junto à Federação Nacional de Educação e Integração de Surdos – FENEIS, para obter orientações dos procedimentos que a Faculdade poderá adotar para atender satisfatoriamente o aluno, sendo que a IES garantirá que os alunos com deficiência auditiva contem com apoio permanente de um intérprete de libras, a ser contratado pela IES, sem nenhum tipo de custo adicional para o aluno.

O planejamento do Atendimento Educacional Especializado para alunos surdos será elaborado e desenvolvido conjuntamente pelos interpretes de libras e pelo professor regular. O planejamento coletivo inicia-se com a definição do conteúdo curricular, o que implica que os professores pesquisem sobre o assunto a ser ensinado. Em seguida, os professores elaboram o plano de ensino e preparam o material didático, nos quais os conteúdos serão inter-relacionados.

No planejamento para as aulas o interprete fará o estudo dos termos científicos do conteúdo a ser estudado, nessa língua. Cada termo é estudado, o que amplia e aprofunda o vocabulário. Na sequência, todos os professores selecionam e elaboram os recursos didáticos para o Atendimento Educacional Especializado em Libras, respeitando as diferenças entre os alunos com surdez e os momentos didático pedagógicos em que serão utilizados.

Os alunos com surdez serão observados por todos os profissionais que direta ou indiretamente trabalham com eles. Focalizar-se-á a observação nos seguintes aspectos: sociabilidade, cognição, linguagem (oral, escrita, visoespacial), afetividade, motricidade, aptidões, interesses, habilidades e talentos.

Para além da presença de um intérprete, a IES testará outras opções em sala de aula, tais como a apresentação de filmes, uma vez os vídeos devem ser passados sempre com legendas. Caso o material não seja legendado, a IES usará alguns softwares, como o Windows Movie Maker, por exemplo. Sempre que o conteúdo permitir, o professor poderá utilizar o quadro para desenhar, fazer detalhes ou esquematizar suas ideias. Sugere-se, da

mesma forma, a utilização de cores diferentes, setas e símbolos que auxiliem os alunos no entendimento da matéria.

Durante a aula, os conceitos serão passados por apresentações de imagens. Estas, se em meio digital, poderão ser reproduzidas com a ajuda de um projetor multimídia. Outra opção é usá-las de forma impressa. Contudo, recomenda-se alguns cuidados no uso dos slides. A exagerada utilização de textos está entre um dos aspectos que devem ser evitados. Os slides devem ter o máximo de detalhes de informações visuais possíveis, como imagens, desenhos e figuras, além de frases curtas, preferencialmente associadas com as ilustrações.

Atividades práticas, com dinâmicas de interação que sejam relacionadas ao conteúdo, tornam-se uma possibilidade de integração do estudante com surdez, uma vez que a pessoa surda entende a partir do olhar aquilo que deve ser feito. Assim, não é necessária a presença permanente de um intérprete, o que acaba favorecendo a autonomia acadêmica.

Sempre que possível, os professores serão estimulados à se adequarem aos seus alunos surdos, frequentando os cursos de Libras oferecidos pela instituição, ou até mesmo buscando sinais básicos, exclusivamente destinados à disciplina desenvolvida.

Deverá ser disponibilizado, com antecedência, o conteúdo impresso para o acadêmico reproduzir em ambiente virtual. Dessa forma, o acompanhamento ficará mais fácil, sem a perda do foco no intérprete para copiar o conteúdo.

Nesse sentido será utilizada a plataforma Moodle, essencial para a aprendizagem dos acadêmicos surdos. Ela facilita ao estudante com surdez um acompanhamento mais compreensível sobre o assunto tratado na aula, tendo a oportunidade de interagir diretamente com os seus colegas e professores, independentemente da presença do intérprete em Libras;

d) Para alunos portadores do Transtorno do Espectro Autista: A IES se compromete a buscar meios para facilitar o convívio em sociedade, valorizando o conhecimento que esses alunos trazem, ao invés de enumerar o que as falta. Assim, o Núcleo de acessibilidade buscará realizar intervenções pedagógicas que devem ser pautadas, inicialmente, nos aspectos do ensino e da aprendizagem, no que diz respeito ao desenvolvimento cognitivo, vinculados à familiarização com o ambiente, ao melhor domínio da rotina educativa, ao estabelecimento de vínculos e estratégias de comunicação e à destinação social na IES, visando o desenvolvimento das atitudes e posturas pessoais como fator facilitador ao processo de ensino-aprendizagem em sala de aula. No que diz respeito ao desenvolvimento

pedagógico, a IES recomenda propiciar ao estudante com Autismo: Oportunidades pedagógicas de construção de conduta e participação por meio de seus pares (metacognição); Oportunidades de elaboração de estratégias no cotidiano do ensino: organização da comunicação e organização do estudo (regulação e autorregulação); Elaboração de recursos e organização da rotina, de acordo com as peculiaridades de cada aluno e de cada curso. Institucionalmente, está previsto o atendimento educacional especializado como forma de apoio à aprendizagem desse estudante, por meio de: Programa de tutoria e/ou monitoria, a ser fomentado pelo NÚCLEO DE ACESSIBILIDADE da IES; Utilização de comunicação complementar ou alternativa, por meio de recursos de tecnologia assistiva e da informática. Sendo que para garantia do direito à educação e ao ensino profissionalizante, conforme preconizado no inciso IV, alínea a, do artigo 3º da Lei nº 12.764/2012, a IES efetuará a matrícula dos estudantes com Transtorno do Espectro Autista nas classes comuns de ensino regular, assegurando o direito à acompanhante de apoio desde que comprovada sua necessidade, sem nenhum custo adicional aos alunos;

e) Recursos didáticos- pedagógicos: Entre outros recursos didático-pedagógicos para a pessoa com deficiência oferecerá: aulas expositivas; atividades em grupo; confecção de materiais didáticos; trabalho com relatos reais; vídeos didáticos; textos da referência bibliográfica e avaliações, disponibilização de professor de apoio; criação de sala de recursos, etc.

f) Recursos Tecnológicos: Quanto aos recursos tecnológicos e equipamentos a Faculdade disponibiliza: Data-Show; televisores, Computadores, Notebooks, Lupas eletrônicas, e Microsystem;

g) Com relação às atividades afins: Requisição de acervo bibliográfico para a Biblioteca da Faculdade; viabilização da comunicação entre usuários e não usuários de Libras; apoio no uso e difusão de Libras no universo escolar, através da confecção e disponibilização de cartazes na Instituição e acompanhamento das atividades pedagógicas desenvolvidas em parceria com os demais profissionais da Faculdade, na perspectiva do trabalho colaborativo e comunidade escolar, quando necessário, em consonância com o que está determinado em cada Projeto Pedagógico;

h) Componente curricular LIBRAS: O Componente Curricular “LIBRAS” é obrigatório nos cursos de Licenciatura e optativo no curso de Bacharelado, com carga horária total de 40 h (quarenta horas). As atividades possuem cunho teórico-metodológico que contemplam a Legislação sobre o ensino de LIBRAS no Brasil, ou seja, o vocabulário em Língua Brasileira

de Sinais. Os aspectos metodológicos do ensino da Língua de Sinais como segunda língua preveem, ainda, atividades práticas para o ensino da mesma.

Em cumprimento à Portaria Normativa nº 20/2017, a Faculdade possui Plano de Garantia da Acessibilidade, bem como Laudo Técnico de Acessibilidade, elaborado por profissional especializado.

4.8.4. Programa de Nivelamento

A Faculdade Presidente Antônio Carlos de Leopoldina oferta o Programa de Nivelamento destinado especialmente aos alunos dos dois primeiros períodos dos cursos. O programa obedece a regulamento próprio e tem como principal objetivo proporcionar condições aos alunos de recuperarem conteúdos do Ensino Médio, essenciais ao desenvolvimento do processo de ensino e aprendizagem no Ensino Superior.

O Programa Interdisciplinar de Nivelamento Discente visa adequar a competência dos alunos a níveis necessários ao processo de aquisição do conhecimento.

O Programa de Nivelamento é uma atividade programada para atendimento aos acadêmicos iniciantes nos cursos da IES e tem como estratégia de ação uma programação diferenciada onde se desenvolvem atividades de apoio à demanda de desconhecimento das estruturas e dinâmicas institucionais, desnivelamento do conteúdo programático e ansiedade pela nova situação pessoal de estar no ensino superior.

As ações são voltadas para a oferta de disciplinas especiais, orientadas para as maiores dificuldades apontadas pela coordenação e pelos discentes, além de atividades direcionadas a mudanças comportamentais, relacionando-se ao nivelamento curricular.

O Nivelamento tem como objetivos:

- Ampliar os conhecimentos dos alunos em conteúdos básicos e essenciais para a continuidade no Ensino Superior,
- Corrigir possíveis falhas no processo ensino-aprendizagem;
- Reforçar e revisar conteúdos necessários para o seu aprimoramento curricular;

- Proporcionar ao aluno ingressante o contato com os conteúdos de forma mais objetiva e clara evitando a desistência e /ou evasão;
- Promover aulas com conteúdos específicos das disciplinas nas quais as dificuldades se apresentam;
- Abordar, de maneira mais enfática os conteúdos específicos das disciplinas que os alunos apresentam mais dificuldade.

Após diagnosticar deficiência de conhecimentos da escolarização anterior, os coordenadores definem ações para conduzirem os alunos a obterem e recuperarem conhecimentos, melhorando o desenvolvimento acadêmico do grupo. Depois de realizado o diagnóstico, a Instituição poderá fornecer sessões de estudos presenciais especiais, orientações individuais ou a grupos, oficinas instrumentais, semanas de apoio pedagógicas, ou mesmo cursos de nivelamento presenciais aos Ingressantes, tais como: Matemática, Língua Portuguesa, Língua Inglesa, Biologia, Informática, dentre outras.

4.8.5. Monitoria

Este Programa contribui para a qualidade do ensino na graduação, apoiando professores e estudantes no desenvolvimento do processo de ensino e aprendizagem. A Monitoria é integrante do processo pedagógico, bem como do projeto de formação do aluno, por meio da contribuição que esse aluno oferece ao projeto de formação dos demais. Nessa perspectiva, estimula a participação de alunos dos cursos de graduação no processo educacional, nas atividades relativas ao ensino e na vida acadêmica na IES.

A realidade atual leva ao ensino superior um contingente de alunos com déficit do Ensino Médio, o que cria dificuldades acentuadas para os professores em seu desempenho docente e, mais grave ainda, leva os alunos com maior nível de dificuldades ao desestímulo, à insuficiência de aprendizagem e até à desistência do curso.

No Programa de Monitoria, o aluno tem a oportunidade de aprofundar sua experiência como estudante, em um processo acadêmico-científico e também educativo. Para que isso se dê efetivamente, o monitor deve ser protagonista no processo de ensino-aprendizagem, junto aos seus colegas. Sua ação se dá na interface entre professor, alunos e conteúdos ministrados. Por essa razão, a monitoria tem por característica despertar no aluno que a exerce o interesse pela docência e propiciar maior integração dos autores da Faculdade, por meio da interação entre estudantes e professores nas atividades de ensino.

No exercício da monitoria, o aluno é confrontado diariamente com as complexidades próprias à ação educativa, com suas perguntas e suas utopias.

Como procedimento, a monitoria incorpora uma importância significativa ao se desenvolver nas dimensões política, técnica e humana da prática pedagógica. A atuação do monitor passa por uma apropriação e socialização de técnicas, mas não se limita a elas. Ao contribuir para que um colega compreenda melhor determinados conteúdos e procedimentos, o monitor assume um compromisso com o saber científico e a necessidade de sua apreensão pelos colegas. O resultado do processo de monitoria é o fortalecimento de uma relação que possa resultar na autonomia cognitiva e de intervenção transformadora da realidade.

Em termos mais específicos a monitoria objetiva um melhor aparelhamento dos cursos da Instituição e também o aproveitamento dos alunos que apresentam atributos de cultura e aptidão para a função.

Para a função de monitor de determinado componente curricular somente poderá ser admitido o aluno regularmente matriculado.

O Diretor é a autoridade competente para a admissão do monitor mediante processo seletivo, no qual o candidato é submetido a provas específicas nas quais deverá demonstrar capacidade de desempenho em atividades técnico-didáticas de determinado componente curricular. Na seleção dos candidatos são levadas em conta a assiduidade, conduta, capacidade, bem como as notas de provas e exames realizados no semestre letivo anterior.

Os monitores são admitidos sob forma contratual por um exercício financeiro semestral, ficando, automaticamente, cancelados ao final de cada período letivo. Incumbe ao monitor auxiliar os colegas nos estudos dos componentes curriculares do curso em que estiver matriculado, facilitando-lhes a realização de trabalhos e a obtenção de dados bibliográficos e de outros elementos necessários ao curso. O número de monitores é fixado pela Direção, levando-se em conta as dotações orçamentárias e observando o seguinte critério preferencial:

- ✓ Número de aulas atribuídas ao componente curricular; e
- ✓ Número de turmas e de cursos em que o componente curricular é ministrado.

4.8.6. Ouvidoria

A Ouvidoria é uma instância informal, neutra e independente à qual membros da comunidade acadêmica e os cidadãos em geral que não se considerarem atendidos de forma satisfatória pelos canais usuais podem recorrer para fazer sugestões, reclamações, denúncias e discutir problemas relativos às atividades e funções da Faculdade.

Sua função é ouvir, localizar informações pertinentes e ajudar a compreensão dos problemas e buscar soluções possíveis visando a melhoria dos serviços, correção de erros, desvios e abusos, proteção do direito à informação, das prerrogativas de professores, estudantes e funcionários e do patrimônio físico e cultural da faculdade.

Sua premissa maior é contribuir para a existência de um ambiente físico e social harmonioso, que favoreça o trabalho, a convivência e a aprendizagem.

A Ouvidoria atua como mediadora de conflitos que surgem no cotidiano das atividades acadêmicas, e facilitadora do entendimento entre as partes envolvidas. Sua regra básica é o respeito à confiança nela depositada pelos usuários.

A Ouvidoria tem como objetivo disponibilizar mais um serviço para estreitar a relação da Faculdade com seus discentes, para que possam sugerir, criticar ou elogiar ações da Faculdade.

Mediante a atuação da Ouvidoria, a IES pode buscar cada vez mais, com transparência, fortalecer a qualidade dos seus serviços, uma vez que a ouvidoria tem o compromisso de valorizar, sobretudo, o respeito ao ser humano.

4.8.7. Formas de Acesso

A Faculdade Presidente Antônio Carlos de Leopoldina promove o ingresso de candidatos nos cursos de graduação através de Processo Seletivo organizado e executado segundo o disposto na legislação pertinente, com o objetivo de classificar os candidatos, no limite das vagas ao curso respectivo. A Instituição também aceita transferência de alunos de outras Instituições de Educação Superior, conforme legislação vigente e normas regimentais, bem como a obtenção de novo título.

O processo seletivo destina-se a avaliar a formação recebida pelos candidatos e a classificá-los dentro do estrito limite das vagas oferecidas para cada curso. As inscrições para o processo seletivo são abertas em edital, do qual constam os cursos oferecidos com as respectivas vagas, os prazos e a documentação exigida para a inscrição, a relação das provas, os critérios de classificação, desempate e demais informações. No ato da inscrição para o processo seletivo está à disposição do candidato uma Relação Geral de Cursos da Faculdade.

A classificação é feita pela ordem decrescente dos resultados obtidos, sem ultrapassar o limite de vagas fixado, excluídos os candidatos que não obtiverem os níveis mínimos pela Instituição. A classificação obtida é válida para a matrícula no período letivo para o qual se realiza a seleção, tornando-se nulos seus efeitos se o candidato classificado deixar de requerê-la, ou, em o fazendo, não apresentar a documentação regimental completa dentro dos prazos fixados. Na hipótese de restarem vagas não preenchidas poderão ser recebidos alunos transferidos ou através da obtenção de novo título.

Os candidatos classificados no Processo Seletivo e convocados para ingresso nos cursos de graduação devem comparecer no setor de matrícula da Faculdade, no prazo fixado, apresentando o original e a cópia dos documentos requeridos:

- ✓ requerimento de matrícula;
- ✓ certificado de conclusão de Ensino Médio ou equivalente;
- ✓ histórico escolar do Ensino Médio concluído;
- ✓ cédula de identidade;
- ✓ título de eleitor e comprovante de votação da última eleição;
- ✓ prova de regularidade com as obrigações do serviço militar, se do sexo masculino;
- ✓ certidão de nascimento ou casamento;
- ✓ comprovante de pagamento das taxas regulamentares;
- ✓ CPF; e
- ✓ 1 foto 3 x 4 atual.

O candidato classificado que não se apresentar para matrícula - no prazo estabelecido e com os documentos exigidos - perde o direito de matricular-se, em favor dos demais candidatos a serem convocados por ordem de classificação, mesmo que tenha efetuado o pagamento das taxas exigidas.

Independentemente de Processo Seletivo pode ser efetuada a matrícula de candidatos portadores de diploma registrados de Curso Superior, observados os dispositivos legais vigentes e o limite de vagas da Faculdade. O portador de diploma de Curso Superior, devidamente registrado, pode matricular-se - havendo vagas após análise e aprovação dos respectivos currículos e programas pelo órgão competente, através da obtenção de novo título.

A matrícula deve ser renovada semestralmente e ao final semestre letivo, o aluno deve preencher - na Secretaria - requerimento a fim de confirmar a continuidade de seus estudos para semestre seguinte ou solicitar trancamento. Ressalvado o caso de trancamento de matrícula, a não renovação da mesma implica renúncia do curso e desvinculação do aluno à Faculdade.

O processo de matrícula do aluno ingressante se caracteriza ainda como oportunidade na qual a Instituição realiza o mapeamento dos alunos que necessitam de atendimento especial.

4.8.8. Programa de Acolhimento e Permanência

O Programa é uma proposta de acompanhamento e de apoio aos discentes desde o seu ingresso na IES. Sua estrutura centra-se no acolhimento, permanência e acompanhamento dos estudantes. O Programa está organizado em torno do acompanhamento de todos os acadêmicos da Faculdade, considerando suas necessidades e peculiaridades no decorrer do processo de ensino-aprendizagem. O Programa apresenta uma proposta de trabalho que visa acompanhar todo percurso do aluno na Faculdade, com o intuito de superar suas limitações e valorizar o estudante enquanto sujeito dotado de capacidades, habilidades e potencialidades enfatizando-o como protagonista de seu desempenho acadêmico e de sua própria história. Através do programa a IES busca identificar as possibilidades de estágio não obrigatórios e remunerados e não remunerados fazendo o devido encaminhamento e acompanhamento dos alunos selecionados.

4.8.9. Projeto Recuperação de Aprendizagem

Este projeto tem por objetivo acompanhar o desenvolvimento pedagógico do aluno, realizando um plano de intervenção pedagógica sempre que identificadas dificuldades de aprendizagem na turma.

O projeto será desenvolvido ao longo do semestre com a gestão dos resultados do aluno, por meio do portal educacional, pelos coordenadores e através do colegiado do curso com orientações personalizadas, indicação de outras intervenções institucionais e ainda aplicação de aulas de reforço com revisão de estudos e reaplicação de provas em segunda chamada, de acordo com planos de cada curso, aprovados pelo colegiado.

4.8.10. Coordenadoria de Estágios

A Coordenação de Estágios foi criada para atender ao aluno preparando-o para o mercado de trabalho. Atua, através de atendimento extraclasse, no suporte às atividades obrigatórias de estágios obrigatórios e não-obrigatórios.

Também são promovidas atividades de orientação sobre processo de seleção de pessoal, elaboração de currículo, comportamento em entrevista, participação em atividades de grupo, que ajudam no rito de saída, permitindo vivenciar sua formação acadêmica e ingresso no mercado de trabalho.

4.8.11. Incentivo Institucional à Formação de Diretórios ou Centros Acadêmicos

Conforme pode ser vislumbrado no regimento geral da IES, há o incentivo para a formação de centros ou diretórios para a representação estudantil no âmbito da IES.

Desse modo, a partir de ofício formalizado de solicitação de espaços na IES e suporte técnico, os estudantes podem formar centros, ligas acadêmicas ou diretórios acadêmicos no âmbito da Faculdade os incentivará para tal ação a partir de banners explicativos sobre a sua importância e/ou artigos no site institucional.

A IES sempre teve plena consciência de que a representação estudantil dentro da Instituição de Ensino Superior está voltada para a necessidade de jovens construírem sua participação na política estudantil, que contribui para sua identificação de necessidades junto aos processos de formação, auxiliando a qualificá-los através de uma participação ativa junto aos segmentos das diversas instâncias da instituição educativa, tendo como meta a formação alicerçada em valores sólidos, conforme se apregoa a própria missão da IES voltada ao desenvolvimento social e acadêmico.

O estímulo à formação de representações estudantis é imprescindível na IES haja vista a construção política de seus estudantes recair sobre a própria qualidade dos serviços prestados na IES. Logo, os centros ou diretórios acadêmicos são, também, ferramentas de gestão para a IES, afinal a construção de uma IES se dá a partir do diálogo político de suas instâncias, seja em IES privadas ou públicas, afinal a finalidade de ambas está centrada no âmbito público.

4.8.12. Organização Estudantil (espaço para participação e convivência estudantil)

O corpo discente é representado nos Órgãos Colegiados Acadêmicos da IES, com direito à voz e voto. Caberá aos Diretórios Acadêmicos indicar seus representantes e respectivos suplentes junto aos Órgãos Colegiados Acadêmicos da IES. Os representantes estudantis, nos Órgãos Colegiados Acadêmicos, terão mandato de um ano, permitidos a recondução. Os suplentes só poderão participar dos Órgãos Colegiados Acadêmicos da IES, em caso de impedimento do representante efetivo. É vedado o exercício da mesma representação estudantil em mais de um Órgão Colegiado da IES. Os representantes juntos aos Órgãos Colegiados Acadêmicos da IES deverão ser alunos regularmente matriculados e estar cursando pelo menos quatro disciplinas no período letivo. O não preenchimento de qualquer destes requisitos, em qualquer tempo, implicará na perda do mandato.

Os alunos matriculados na IES que pertencerão ao Diretório Acadêmico, que terá regimento elaborado e aprovado de conformidade com a legislação pertinente, disporão sobre sua constituição, finalidade, elegibilidade, direitos e deveres de seus membros. A Liga Acadêmica tem por objetivo a representação estudantil, a promoção, a cooperação da comunidade acadêmica e o aprimoramento da Instituição. Os estudantes serão incentivados pela IES a participarem por entender que é o espaço onde eles podem contribuir ativamente do desenvolvimento do curso.

A Liga Acadêmica será instalada na sede da IES e terá o apoio da Instituição em eventos culturais e esportivos. A IES oferece espaço físico com mobiliário e equipamentos para seu funcionamento.

4.8.13. Ações inovadoras para atendimento ao discente

A Faculdade Presidente Antônio Carlos de Leopoldina propõe-se a desenvolver as

seguintes ações inovadoras de apoio ao discente em seus cursos, durante a vigência deste PDI:

- ✓ Estabelecer convênios com Instituições públicas e privadas para encaminhamento de alunos a estágios curriculares não obrigatórios e remunerados, mediante intermediação e acompanhamento de profissionais da Instituição;
- ✓ Organizar Atividades de recepção e ambientação entre calouros e ingressantes;
- ✓ Fortalecer relacionamentos de amizade entre toda a comunidade acadêmica;
- ✓ Disponibilizar pauta de comunicação nas redes sociais com a publicação de posts de boas-vindas e demais informações de interesse do curso;
- ✓ Fornecer gratuitamente carteira estudantil; e
- ✓ Apoiar o aluno na realização de atividades extraclasse, através do Ambiente Virtual de Aprendizagem.

4.8.14. Políticas Institucionais e Ações de Estímulo à Produção Discente e à Participação em Eventos

A Faculdade Presidente Antônio Carlos de Leopoldina em sua missão de ser uma Instituição inovadora e com grande interlocução com a comunidade, buscará incentivar a produção discente investindo em ações que oportunizem a divulgação referente a tudo o que for por eles produzido.

Os Trabalhos de Conclusão de Curso, invariavelmente, geram produtos de alta qualidade e que poderiam produzir intervenções na realidade local. Os problemas levados a estudo em seus Projetos Interdisciplinares sempre partem de uma situação real, sendo objeto de pesquisa e análise, para, depois, propor mudanças e novas tomadas de decisão.

A proposta da Instituição é de criar uma revista interna, que viabilize a difusão de todo este conhecimento adquirido, projetando extramuros as vivências dos discentes e estimulando uma maior interação com a comunidade de seu entorno, que passará a demandar a Faculdade para novas iniciativas.

Os trabalhos que gerarem artigos poderão ser submetidos aos anais de congressos e à publicação em revistas especializadas. Aprovados, nossos discentes terão o apoio

institucional para sua defesa pública e apresentação. Este apoio se efetivará nos mesmos moldes definidos para a produção docente, com subsídios financeiros previstos no planejamento anual. Para fazer jus ao reembolso, o discente deverá apresentar o aceite da apresentação do trabalho; resumo; resumo expandido ou artigo completo.

Serão reembolsados os valores referentes à inscrição no evento, passagem aérea e hospedagem até o valor de R\$ 2.500,00 para eventos nacionais e de R\$4.500,00 para eventos internacionais.

Em seu retorno, o discente deverá apresentar cópia impressa do trabalho apresentado e do seu certificado de participação, documentos imprescindíveis e que poderão, inclusive, contar como Atividade Complementar de Graduação (ACG). Este discente assumirá a responsabilidade de apresentar o trabalho para a comunidade acadêmica, contribuindo para estimular os demais discentes a produzirem mais e a se interessarem pelo fluxo de comunicações e eventos acadêmicos, internos ou externos.

EIXO IV

Políticas de Gestão



FUPAC

5. EIXO 4 - POLÍTICAS DE GESTÃO

A gestão da Faculdade Presidente Antônio Carlos de Leopoldina é norteada por princípios éticos, da participação e do trato responsável com os recursos humanos e financeiros. Esses são valores que orientam as ações empreendidas, tendo como objetivo a otimização dos recursos orçamentários, a sustentabilidade institucional, o aperfeiçoamento dos processos administrativos e o estabelecimento de prioridades.

São políticas institucionais de gestão:

- **Participação:** a gestão da Faculdade, sob responsabilidade do Comitê de Gestão e da Diretoria, auxiliadas por instâncias de apoio – Núcleos diversos, entre eles, o Núcleo de Apoio Psicopedagógico, Ouvidoria, Comissão Própria de Avaliação (CPA), Núcleo Docente Estruturante, se faz com transparência de processos e procedimentos compartilhados por colegiados de cursos, fortalecendo princípios éticos e garantindo a participação de todos os segmentos da comunidade acadêmica. As atas das reuniões dos colegiados superiores são realizadas em livro e os resumos das decisões são divulgados no site para acesso da comunidade acadêmica;
- **Pessoas:** consideradas como capital humano na Instituição, a valorização de pessoas em uma organização tornou-se um grande diferencial para as instituições. Alcançar metas organizacionais sem a valorização real de seu capital humano é totalmente controverso. O alinhamento das competências individuais com as competências organizacionais tornou-se um grande diferencial no alcance das metas estabelecidas. A instituição que fizer dos seus colaboradores realmente o seu Capital Humano, se destacará no meio organizacional. O profissional que realiza suas atividades motivado, envolvido e qualificado nas competências necessárias para o exercício da função, tem a chance de entregar resultados altamente satisfatórios, estabelecendo um círculo virtuoso. São utilizados recursos tecnológicos como o e-mail institucional, site institucional e Portal Acadêmico para interação entre a comunidade acadêmica.
- **Infraestrutura:** recursos financeiros são mobilizados e direcionados para execução das atividades acadêmicas e administrativas, com recursos pedagógicos e tecnológicos inovadores, atentando para oferecer condições de acesso a pessoas com deficiência e/ou mobilidade reduzida.

- **Informação e Comunicação:** intercâmbio com a comunidade acadêmica e externa, favorecendo o desenvolvimento por meio do ensino, iniciação científica e extensão. Manter atualizado um sistema eficaz de comunicação que seja acessível à comunidade acadêmica e ao público externo e uma rede de informações para o melhor desempenho da gestão acadêmica.
- **Finanças:** sustentabilidade financeira e responsabilidade social fazem parte da política financeira da IES. A manutenção de recursos destinados ao desenvolvimento das atividades acadêmico-administrativas e o incentivo ao acesso a programas de estímulo educacional são prioritários. A gestão financeira é controlada através de uma estrutura de Plano de Contas com naturezas orçamentárias separadas por centro de custo, onde cada curso tem o seu, individualizado. Os demonstrativos utilizados são Demonstração de Resultado do Exercício e Fluxo de Caixa. Para a garantia da sustentabilidade financeira a IES utiliza-se da Gestão Orçamentária onde todos os membros da comunidade acadêmica participaram da elaboração e projeção do mesmo para o ano seguinte. Os custos são controlados periodicamente e a decisão de investimento também levará em conta as pesquisas realizadas pela CPA – Comissão Própria de Avaliação.
- **Avaliação Institucional:** ferramenta de gestão que incentiva e promove a melhoria dos processos acadêmicos e administrativos.

A aprendizagem é idealizada através da interação entre teoria e prática, na qual se resgata a práxis da ação educativa como elemento inerente ao trabalho pedagógico que se sustenta na formação profissional, no caráter investigativo e na autonomia do pensar o conhecimento. Daí a necessidade da gestão institucional incentivar, dentro de suas condições orçamentárias, a implementação das políticas acadêmicas, voltadas para o incentivo ao ensino, à iniciação científica e à extensão, tornando possível a educação de qualidade, premissa de nosso projeto de desenvolvimento institucional.

Como revelam o organograma da IES e as políticas propostas, a autonomia, a participação efetiva na vida acadêmica, as oportunidades de contribuições e realizações em projetos de ensino, iniciação científica e extensão, a vida comunitária, as condições físicas oferecidas, o fulcro na atenção ao discente e no seu pronto atendimento, as políticas de interligação e complementaridade das atividades fins e meios na Instituição, conduzem e constroem a democratização dos processos e da vida universitária.

Para consecução de seus objetivos, a IES pode propor e interagir com a entidade Mantenedora para fins de aproveitamento de serviços e assinatura de convênios com instituições educacionais, científicas e culturais, nacionais ou estrangeiras.

5.1. Política de Capacitação Docente e Formação Continuada

A política de capacitação docente visa preparar seu corpo docente para o uso de metodologias e dinâmicas inovadoras que ampliem a capacidade de aprendizado do aluno, preparando-o eficazmente para o exercício da profissão escolhida. Apoiar o seu corpo docente na busca pelo aprimoramento constante e qualificação profissional, trata-se de um dos pilares imprescindíveis no alcance dos objetivos estratégicos institucionais. Para tanto, deve oferecer múltiplas alternativas, no âmbito das suas possibilidades, que permitam aos docentes se qualificarem conforme os seus interesses e necessidades.

O Plano de Carreira Docente e a Política de Capacitação Docente e Formação Continuada estão disponíveis para consulta *in loco*.

5.1.1. Requisitos de Titulação

A Faculdade Presidente Antônio Carlos de Leopoldina conta em seu quadro com docentes que possuem titulação exigida na Lei n. 9.394/96. Os professores serão contratados dentro das normas da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, observadas também as Convenções Coletivas de Trabalho das regionais do Sindicato dos Professores - SINPRO do Estado de Minas Gerais.

5.1.2. Experiência no Magistério Superior e Experiência Profissional

A contratação está vinculada à capacidade do docente em contribuir para a formação do aluno com o perfil definido, tanto nas Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN), quanto o perfil estipulado nos valores da Instituição. Para compor seus quadros, a Instituição buscará docentes preferencialmente Mestres e/ou Doutores, com formação adequada aos Projetos Pedagógicos de Curso e experiência profissional acadêmica e profissional.

A adequação do docente ao PPC do curso é verificada através da titulação e comprovação de experiências anteriores. O docente deverá contribuir para o conjunto de atividades de

ensino-aprendizagem previstas nas DCN (aulas teóricas e práticas, Estágio, Trabalho de Conclusão de Curso, Atividades Complementares, atividades de extensão, e outras), bem como nos Programas de Nivelamento.

5.1.3. Critérios de Seleção e Contratação

A Instituição valoriza a experiência de seus docentes, pois entende que a construção do saber está intrinsecamente relacionada à prática profissional; por isso, experiência acadêmica e profissional é um dos critérios considerados na seleção dos professores. A contratação de docentes é feita, observando, preferencialmente, os seguintes aspectos:

- I. Formação acadêmica adequada aos objetivos definidos no PPC do curso;
- II. Experiência profissional compatível que, aliada à formação acadêmica, possa contribuir para a formação do egresso com o perfil específico definido no PPC, nas DCN e no PDI;
- III. Apresentação de aula perante banca composta pelo Diretor e/ou seu representante, coordenador do curso e um professor convidado para avaliação do domínio de conteúdo e metodologia;
- IV. Estar em dia com as obrigações militares, se do sexo masculino;
- V. Estar em dia com as obrigações eleitorais; e
- VI. Possuir condições de saúde compatível com o exercício do cargo, comprovada em inspeção médica que será realizada por profissional competente, antes da contratação.

O levantamento de vagas é precedido do aproveitamento dos docentes atuais vinculados, de acordo com a aderência de sua formação às disciplinas e cursos. A dedicação do professor à Instituição é condição indispensável, para que o docente possa se engajar nos projetos institucionais de fomento à melhoria da qualidade educacional.

5.1.4. Política de Qualificação

O estímulo à produção intelectual do corpo docente é uma ação constante da Faculdade Presidente Antônio Carlos de Leopoldina, para tanto procurará proporcionar apoio técnico e pedagógico aos professores, disponibilizando os recursos e a infraestrutura existente: laboratórios, equipamentos de informática, recursos multimídia e Biblioteca.

O apoio pedagógico é realizado através de oficinas e palestras na própria Faculdade abordando itens importantes para o desempenho do magistério superior relacionadas ao trabalho docente como: didática inovadora, planejamento das atividades acadêmicas, processos e avaliação da aprendizagem. O objetivo com este empreendimento é auxiliar os docentes na condução dos componentes sob sua responsabilidade, sugerindo atividades, metodologias, sistema de avaliação dos alunos, propostas de trabalho, além de orientar a relação professor-aluno.

A Faculdade adota como política o incentivo ao corpo docente no que se refere à qualificação, oferecendo bolsas parciais/integrais nos programas de pós-graduação oferecidos por ela própria, por outras faculdades da mantenedora e/ou IES externas, caso nenhuma das unidades da mantenedora, ofereça o curso de interesse na área de formação do docente.

É incentivada, também, a participação dos docentes em atividades de extensão, eventos científicos e acadêmicos organizados pela Faculdade e por outras instituições.

A formação continuada dos professores universitários torna-se imperativo, não apenas para eles próprios pelo preponderante papel que exercem, mas também para o corpo diretivo da Instituição a quem cabe a responsabilidade de assegurar, em seus quadros, profissionais qualificados.

O Programa de Bolsas e o Plano de Capacitação e Desenvolvimento de Docentes inclui oferta de cursos de atualização, de métodos e técnicas de ensino e incentiva a participação em congressos, simpósios, seminários, oficinas de capacitação e cursos diversos.

A Faculdade busca investir no aprimoramento didático de seus professores, oferecendo-lhes conhecimentos adicionais e desenvolvimento de habilidades que possam melhor orientá-los na condução das atividades pedagógicas.

O intuito é capacitar os professores para que possam fazer da sala de aula e de outros espaços de aprendizagem um ambiente agradável, tornando o aprendizado mais prazeroso e obtendo melhores resultados dos alunos.

A Faculdade Presidente Antônio Carlos de Leopoldina estimula a qualificação sistemática do corpo docente, destinando os recursos orçamentários necessários à implementação e execução do Plano de Capacitação e Qualificação Docente e do Plano de Carreira Docente.

A Política de Qualificação e Formação Continuada do foi elaborada considerando o cenário vivenciado pela Educação Superior no Brasil, particularmente pelo setor privado. São também ações amparadas na Lei de Diretrizes e Bases – LDB (nº 9.394/96) e visa atender a proposta do Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI.

Por intermédio de encontros de docentes, fomenta-se a troca de experiência entre profissionais com diferentes áreas de formação e que exerçam a docência na instituição, promovendo ações interdisciplinares.

O Plano de Capacitação Docente é o instrumento empregado para definir e apresentar as políticas, as diretrizes e as metas institucionais de capacitação do quadro docente, bem como as áreas prioritárias para investimento nesse sentido.

O Plano inclui, também, o planejamento de novos afastamentos para capacitação e o acompanhamento acadêmico dos professores que se encontram em frequência a cursos de pós-graduação.

A IES entende que a capacitação docente é um dos pilares da melhoria da qualidade do ensino e do aperfeiçoamento didático-pedagógico dos cursos de graduação e pós-graduação.

A Faculdade investe no aprimoramento técnico pedagógico de seus professores, não medindo esforços para viabilizar as iniciativas de capacitação, desde que cumpram duas condições básicas: enquadrem-se nas áreas prioritárias definidas pela própria IES e estejam respaldadas pelos aspectos legais inerentes à questão.

As diretrizes básicas da política para o corpo docente da Instituição estão assim definidas:

- I. Consolidar um quadro docente titulado e altamente qualificado que responda em qualidade e quantidade o exercício das funções institucionais no ensino, pesquisa, extensão e cultura, procurando atender aos padrões e indicadores de qualidade fixados pelo MEC;
- II. Aperfeiçoar e implementar o Plano de Carreira Docente que contém as regras de ingresso, progressão, direitos e deveres dos docentes;
- III. Selecionar profissionais já titulados e disponíveis no mercado, mediante chamada, seleção ou outro expediente;

- IV. Estabelecer uma política interna de qualificação de recursos humanos auxiliando seus docentes a identificar programas de Mestrado e/ou Doutorado para se qualificarem com os apoios e auxílios previstos no Plano de Carreira Docente;
- V. Implementar a oferta de programas de qualificação próprios;
- VI. Ofertar seletivamente cursos de especialização com vistas a que todos os seus professores tenham, no mínimo, uma especialização em sua área de atuação;
- VII. Racionalizar os quantitativos de professores concentrando e disponibilizando maior volume de horas-aula para cada professor, dentro dos limites possíveis e viáveis, valorizando e aumentando os ganhos remuneratórios e os níveis de satisfação;
- VIII. Aproveitar, nos treinamentos, cursos e/ou capacitação de pessoal, os docentes especializados em cada área.

A política de qualificação docente tem por objetivo promover ações que contribuam para a compreensão, o desenvolvimento, a qualificação, o aprimoramento acadêmico e a atualização do funcionamento e da organização das atividades pedagógicas inerentes à natureza do trabalho docente desenvolvido.

Em termos mais específicos a política visa:

- ✓ Possibilitar, permanentemente, o atendimento individualizado dos docentes, a fim de atender as diversas dificuldades enfrentadas perante as relações inerentes ao processo de ensino-aprendizagem;
- ✓ Intervir, quando necessário, com atividades em grupo, para levantamento das questões “problema” que por ventura venham a prejudicar o desenvolvimento dos alunos;
- ✓ Propor atividades que atendam às necessidades específicas dos colegiados dos cursos;
- ✓ Ofertar aos docentes, palestras, encontros/seminários e oficinas nas diferentes áreas do conhecimento;
- ✓ Possibilitar trocas de experiência entre os docentes nas suas diversas áreas de formação;
- ✓ Promover a cada início de ano um encontro entre os docentes e coordenadores de curso, ofertando atividades de caráter pedagógico e organizacional das ações a serem desenvolvidas pelos docentes;
- ✓ Organizar no início de semestres, encontros pedagógicos com professores recém-contratados, com atividades de aprofundamento e de caráter organizacional;

- ✓ Incentivar nas atividades pedagógicas o aprofundamento teórico e metodológico dos processos de ensino-aprendizagem;
- ✓ Promover cursos de aprofundamento em sistema modular para promover o contato com as novas tecnologias;
- ✓ Criar ações de estímulo aos docentes para participação e publicação em eventos científicos.

Neste sentido, merecem destaque as seguintes propostas e programas de capacitação a serem ofertados aos Docentes:

- Postura educadora;
- Filosofia da Instituição;
- Interdisciplinaridade e aprendizagem significativa;
- Didática;
- Condução de grupos;
- Curso Propedêutico e atividades inovadoras;
- Educação e sustentabilidade;
- Avaliação do desempenho discente;
- Avaliação dos processos de ensino-aprendizagem;
- Novas tecnologias em sala de aula;
- Gestão interpessoal na sala de aula;
- Gestão empreendedora no espaço da sala de aula;
- Cultura Surda e Educação para Surdos;
- Elaboração de itens de Provas;
- Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS.

O programa de capacitação docente estará direto ou indiretamente ligado à sala de aula e ao processo de Avaliação do Desempenho do Docente, que compõem, com outros procedimentos, a Avaliação Institucional da Faculdade.

A IES institucionalizou e regulamentou através de seu Plano de Capacitação Docente a promoção da melhoria da qualidade das funções do ensino, iniciação científica, extensão e gerência da Instituição.

Para tal, oportuniza a seus professores e pessoal técnico e de apoio administrativo, condições de aprofundamento dos conhecimentos científicos, tecnológicos e profissionais.

A Instituição oferecerá os seguintes incentivos na vigência deste PDI:

- ✓ Bolsas de estudo integrais/parciais para os cursos de pós-graduação lato e/ou stricto sensu;
- ✓ Concessão de auxílio para os seus professores e funcionários que participarem de congressos, simpósios e eventos similares de cunho acadêmico, profissional, artístico, cultural, etc;
- ✓ Oferta de cursos de Treinamento e atualização profissional;
- ✓ Apoio à publicação de teses, dissertações ou outros trabalhos acadêmicos;
- ✓ Oferta de infraestrutura para que os professores e funcionários imprimam ou editem suas produções científicas;
- ✓ Licença para participação em programas de pós-graduação lato ou stricto sensu.

Com o resultado de sua avaliação, cada professor definirá, juntamente com o coordenador de curso, quais ações de capacitação poderão lhe ajudar a desenvolver determinadas competências.

Essas ações serão analisadas e nova etapa de capacitação será programada, proporcionando aos professores:

- Vivência de práticas pedagógicas alternativas relacionadas ao uso de material didático diferenciado;
- Troca de experiências relativas à prática pedagógica entre os docentes;
- Diferentes possibilidades de abordagem do ensino.

Está prevista também, como oportunidade de ampliação da formação acadêmica, ajuda de custo para docentes e discentes para apresentação de trabalhos acadêmicos em congressos nacionais e internacionais, bem como incentivo à participação nos eventos internos organizados pelo próprio curso ou por todos os cursos da Faculdade. Serão reembolsados os valores referentes à inscrição no evento, passagem aérea, hospedagem até o valor máximo de R\$ 2.500,00 (Dois Mil e Quinhentos Reais) para eventos nacionais e de R\$ 4.500,00 (Quatro mil e quinhentos reais) para eventos internacionais realizados em outros países, dependendo da inserção de dotação no planejamento orçamentário.

Além disso, todo professor recém-admitido deverá participar de um treinamento de integração denominado “**Boas-Vindas e Sistemas**”, nos primeiros 15 dias após admissão na Faculdade.

Além deste treinamento, todo professor (novato e veterano) é convidado a participar do **Simpósio dos Professores**, que ocorre no início dos semestres letivos.

5.1.5. Plano de Carreira

O atual Plano de Cargos e Salários da instituição mantenedora contempla as categorias funcionais, os níveis e índices de remuneração, formas de progressão horizontal e vertical, critérios e prazos para ascensão, entre outros aspectos. Ressalta-se que o texto na íntegra do referido Plano encontra-se disponível na Instituição.

5.1.6. Regime de Trabalho

O docente integrante da carreira fica sujeito a um dos seguintes regimes de trabalho:

- I. **Tempo Parcial (TP):** professor contratado com 12 (doze) ou mais horas semanais de trabalho, nelas reservados, pelo menos, 25% (vinte e cinco por cento) do tempo para estudos, gestão, extensão, planejamento, avaliação e orientação de alunos;
- II. **Tempo Integral (TI):** professor contratado com 40 (quarenta) horas semanais de trabalho reservados, pelo menos, 50% (cinquenta por cento) do tempo para estudos, extensão, planejamento, avaliação e orientação de alunos; e
- III. **Horista (HT):** professor que ministra aulas e não está enquadrado no regime parcial e/ou integral.

Havendo redução do número de discentes e/ou turmas que impossibilitem a formação e/ou manutenção dos docentes em tempo integral ou parcial de um curso específico, eles poderão ter o seu regime de trabalho alterado para a condição de horista.

5.1.7. Procedimentos para Substituição Eventual de Professores do Quadro

Para a eventual substituição de professores, em primeiro, buscar-se-á opção no próprio curso ou em outro, que tenha aderência e carga horária com disponibilidade para esse acúmulo temporário e, somente quando isso não for possível é que se buscará no mercado de trabalho profissionais qualificados para tanto.

Em casos emergenciais, a contratação de docente substituto poderá ser feita por um período de 06 (seis) meses, sem que tal procedimento emergencial venha caracterizar ingresso na carreira docente, para estrito fim de atender a carência de pessoal docente, em caráter emergencial e em função da necessidade de substituir um docente afastado por motivo de doença, gravidez, outro afastamento necessário ou, ainda, para ministrar disciplina que não terá continuidade do semestre seguinte.

O professor visitante é admitido para atender programa especial de ensino e extensão ou por cooperação internacional, sendo contratado pelo prazo máximo de 02 (dois) anos, para atender a programa especial de ensino ou pesquisa, que exija notória competência, sendo que o valor da remuneração será definido de acordo com tabela salarial do presente Plano de Carreira e Convenção Coletiva de Trabalho do local em que ministrará aulas.

5.1.8. Expansão do Corpo Docente, considerando o Período de Vigência do PDI

Apresenta-se, abaixo, o cronograma para sua expansão:

CRONOGRAMA DE EXPANSÃO DO CORPO DOCENTE

<i>Cronograma da expansão do corpo docente, considerando o período de vigência do PDI</i>						
Titulação	Regime de Trabalho	2023	2024	2025	2026	2027
Doutorado	Integral	00	00	00	00	00
	Parcial	00	01	01	01	01
	Horista	00	00	00	00	00
Mestrado	Integral	01	00	00	00	00
	Parcial	01	00	02	02	02
	Horista	00	00	00	00	00
Especialização	Integral	00	00	00	00	00
	Parcial	01	01	00	00	00
	Horista	00	01	01	01	01
TOTAL		03	03	04	04	04

5.2. Política de Capacitação e Formação Continuada para o Corpo Técnico-Administrativo.

A Instituição, dentro de suas possibilidades, busca proporcionar qualificação e treinamento funcional para o corpo administrativo, além de fomentar o investimento pessoal em políticas de melhorias na qualificação. Cursos, palestras, simpósios, treinamentos são ofertados aos funcionários por meio de ações diretas da Instituição e/ou por meio de parceria e convênio com empresas especializadas do ramo.

Os funcionários são beneficiados com bolsas parciais/integrais nos programas de pós-graduação e/ou extensão oferecidos por ela própria, por outras faculdades da mantenedora e/ou IES externas, caso nenhuma das unidades da mantenedora, ofereça o curso de interesse na área de atuação do funcionário.

5.2.1. Corpo Técnico-Administrativo

5.2.1.1. Critérios de Seleção e Contratação

As etapas que constituem a seleção da Faculdade são:

Primeira Etapa: Assim que receber a solicitação de contratação ou a movimentação de pessoal, caso necessário, o setor de Recursos Humanos entrará em contato com o líder para alinhar os detalhes que serão trabalhados. Caberá ao setor de Recursos Humanos utilizar os instrumentos necessários para avaliação psicológica de todos os candidatos, tais como: Entrevista de Triagem, Teste Psicológico, Entrevista Psicológica e/ou Dinâmica de Grupo.

Segunda Etapa: São provas ou testes de conhecimento específico elaborados pela área de domínio (aplicados quando necessário).

Terceira Etapa: Caberá ao líder da vaga, de posse de todos os resultados, realizar Entrevista Final. Após a entrevista com o líder, o Setor de Recursos Humanos será responsável pela análise dos dados, sintetizando as informações em um parecer e discutindo com o líder da vaga os aspectos facilitadores e dificultadores. Todos os candidatos e líderes envolvidos no processo deverão receber o posicionamento do Setor de Recursos Humanos quanto ao resultado, à medida que forem sendo eliminados ou aprovados. Os eliminados do processo deverão saber o resultado primeiro, e, posteriormente, o retorno será dado para o colaborador

aprovado. O líder receberá o retorno, de forma que ele atue no desenvolvimento de seu liderado.

A contratação somente será feita até o dia 15 de cada mês, para efeito de folha de pagamento. Não será autorizada contratação fora do prazo. O colaborador só poderá iniciar suas atividades na Instituição mediante liberação do Setor de Recursos Humanos e a entrega de toda documentação

O Plano de Cargos e Salários tem como objetivo básico a determinação das carreiras e da remuneração fixa (Salário-base) de cada colaborador.

5.2.1.2. Critérios Básicos de Seleção

Os requisitos mínimos para se candidatar a uma vaga na IES são:

- Ter 18 (dezoito) anos completos;
- Ter completado o ensino médio.
- A admissão de funcionários e cônjuges é permitida desde que não exerçam funções em condição hierárquica direta ou indiretamente em relação à parentela de acordo com o disposto no organograma institucional.

Em condições de igualdade, os candidatos com necessidades especiais terão preferência no preenchimento das vagas. Na escolha dos candidatos para preenchimento das vagas por movimentação interna ou por admissão, levar-se-á em conta as exigências do cargo e as qualificações do candidato ao seu preenchimento.

O processo de seleção poderá contar com: entrevistas, testes, dinâmicas de grupos, entre outros instrumentos. Nas atividades que exijam precisão, também poderão ser aplicados testes práticos, e a documentação de todo profissional aprovado para movimentação interna ou admissão será acompanhada de um parecer.

5.2.1.3. Condições para Inscrição

O processo seletivo interno é aberto a todos os profissionais que possuam os pré-requisitos necessários para ocupar o cargo e contém, no mínimo, 06 (seis) meses na Instituição, ou 06 (seis) meses na última função e tenham salário inferior ou igual ao oferecido na nova vaga.

Para se inscrever o profissional deverá preencher o formulário próprio e apresentar cópia do seu currículo atualizado, encaminhando-os ao Setor de Pessoal.

5.2.1.4. Formas de Captação de Candidatos

Na captação dos currículos de candidatos são adotadas as seguintes formas:

- I. Banco de dados de candidatos;
- II. Divulgação no Site Institucional e de e-mail institucional; e
- III. Chamadas através de entidades de classe, veículos de comunicação, dentre outros.

5.2.1.5. Políticas de Qualificação

Dentro de suas possibilidades, a Faculdade busca proporcionar qualificação e treinamento funcional para o corpo administrativo, além de fomentar o investimento pessoal em políticas de melhorias na qualificação. Cursos, palestras, simpósios, treinamentos serão ofertados aos funcionários por meio de ações diretas da Instituição e/ou por meio de parceria e convênio com empresas especializadas do ramo.

A valorização das atividades do corpo técnico-administrativo está devidamente regulamentada e visa contemplar o desempenho e formação do funcionário. Para isso são estabelecidas as seguintes políticas:

- I. Incentivo a formação continuada do corpo técnico;
- II. Oferta de cursos voltados à atuação específica;
- III. Oferta de cursos de relações interpessoais para o bom desempenho profissional;
- IV. Estímulo à participação em eventos sociais, culturais e científicos promovidos pela Instituição e outras entidades;
- V. Atualização de conhecimentos na área da informática;
- VI. Implementação do Plano de Cargos e Salários do Pessoal Técnico e Administrativo adequando-o à realidade de mercado e de gestão;
- VII. Elaboração da matriz de capacitação e treinamento do pessoal administrativo do nível técnico e operacional, revisando-a para cada ano;
- VIII. Seleção de profissionais já titulados e disponíveis no mercado, mediante chamada, concurso ou outro expediente;

- IX.** Implementação da oferta de programas de qualificação próprios;
- X.** Atrair, desenvolver e reter talentos;
- XI.** Aumentar o nível de valorização das pessoas;
- XII.** Criar sistema de remuneração que reconheça méritos e valores;
- XIII.** Estabelecer uma eficiente comunicação interna;
- XIV.** Investir na cultura institucional e na reconstrução de seus processos;
- XV.** Criar agentes integradores do ambiente interno;
- XVI.** Criar sistemas de procedimentos que aumentem a sinergia entre os órgãos.

A Faculdade ainda promove a capacitação e o desenvolvimento de seus colaboradores, alinhando-os aos desafios e necessidades da instituição visando à maximização do desempenho do seu capital humano e dos resultados empresariais, buscando o equilíbrio entre a vida pessoal e profissional.

Assim, a Faculdade atua de forma estratégica desde o treinamento de boas-vindas aos novos colaboradores até ações direcionadas à formação de lideranças e equipes, podendo planejar e executar as ações em parceria com outras instituições.

Para tal, oportuniza a seus professores e pessoal técnico e de apoio administrativo, condições de aprofundamento dos conhecimentos científicos, tecnológicos e profissionais.

A Instituição oferece os seguintes incentivos:

- I.** Bolsas de estudo integrais/parciais para os cursos de pós-graduação lato e/ou stricto sensu;
- II.** Concessão de auxílio para os seus professores e funcionários que participarem de congressos, simpósios e eventos similares de cunho acadêmico, profissional, artístico, cultural, etc;
- III.** Oferta de cursos de Treinamento e atualização profissional;
- IV.** Apoio à publicação de teses, dissertações ou outros trabalhos acadêmicos;
- V.** Oferta de infraestrutura para que os professores e funcionários imprimam ou editem suas produções científicas;
- VI.** Licença para participação em programas de pós-graduação Lato Sensu

5.2.1.6 Plano de Cargos e Salários

O atual Plano de Cargos e Salários contempla as categorias funcionais, os níveis e índices de remuneração, formas de progressão horizontal e vertical, critérios e prazos para ascensão, entre outros aspectos. Ressalta-se que o texto na íntegra do referido Plano encontra-se disponível na Instituição.

5.2.1.7 Regime de Trabalho

Os funcionários técnico-administrativos são mensalistas e, na sua quase totalidade, admitidos com contratos de 40 (quarenta) horas semanais.

5.2.2. Cronograma de expansão do corpo técnico-administrativo

Para atender às necessidades de implantação dos novos cursos propostos no PDI 2021/2026 pretende-se expandir o corpo técnico-administrativo conforme apresentado no quadro seguinte.

CRONOGRAMA DE EXPANSÃO DO CORPO TÉCNICO-ADMINISTRATIVO

<i>Cronograma de expansão do corpo técnico-administrativo, considerando o período de vigência do PDI.</i>					
Departamento	2023	2024	2025	2026	2027
Auxiliar de Serviços Gerais	01	00	00	00	00
Auxiliar Administrativo	00	01	00	00	00
Bibliotecário	00	00	00	00	00
Secretário	00	00	00	00	00
Auxiliar de Secretaria	00	01	00	00	00
Técnico de Laboratório	01	00	00	00	00
Auxiliar de Biblioteca	00	01	00	00	00
Coordenador de Curso	00	00	01	00	01
Diretor	00	00	00	00	00
Vigias/Porteiro	00	00	00	00	00

5.3. Política de capacitação e formação continuada para o corpo de tutores presenciais e a distância

A Fundação Presidente Antônio Carlos - FUPAC desde o início do planejamento para oferta de disciplinas on-line vem capacitando continuamente os docentes, tutores e pessoal técnico-administrativo.

Todos os envolvidos nas Disciplinas a Distância têm formação específica na área do conhecimento em que atuam. Para o desenvolvimento e atualização de todos os envolvidos nas atividades dos componentes curriculares on-line dos cursos presenciais são realizadas diversas ações, a saber:

a) Capacitações internas: são disponibilizadas aos colaboradores da FUPAC, capacitações para que esses se integrem à Educação a Distância, aperfeiçoando continuamente o processo, conforme demonstrado abaixo:

- ✓ Para garantir a formação continuada e a qualificação dos envolvidos, vem-se sendo implementado um sistema de atualização periódica, presencial e a distância, no qual são abordados temas de relevância para atuação técnico-pedagógica e humanística dos docentes, tutores e pessoal técnico-administrativo, bem como um sistema de orientação para a mediação pedagógica, acompanhamento e avaliação dos estudantes, de modo a manter a unidade de pensamento e ações entre tutores e docentes.;
- ✓ A efetivação dessas políticas se faz através de formação continuada em serviço, de forma presencial ou a distância, tanto em programas internos quanto pela inscrição dos profissionais em programas ofertados por outras instituições e incentivo à participação dos tutores em seminários on-line;
- ✓ Ademais, o acompanhamento das atividades de tutoria que envolve a produção de relatórios, sistematização de dados acadêmicos dos estudantes, tais como listas de frequência, registro de notas, auto avaliação dos estudantes e demais procedimentos que se fizerem necessários à implantação das atividades.

b) Ao estabelecer os critérios para que um docente possa exercer o papel de tutor (presencial ou a distância) observou-se:

- ✓ Sua capacidade para identificar as dificuldades dos alunos quanto a adaptação à modalidade EAD;
- ✓ A habilidade de expor o conteúdo em linguagem tecnológica aderente às características pedagógicas, sociais e regionais da turma;
- ✓ A criatividade de apresentar exemplos contextualizados com os conteúdos dos componentes curriculares;
- ✓ A capacidade de elaborar atividades específicas para a promoção da aprendizagem de alunos com dificuldades diversas e avaliações diagnósticas, formativas e somativas;
- ✓ A competência para realizar feedbacks das avaliações com os alunos em diversificadas plataformas virtuais de aprendizagem, utilizando os resultados para redefinição de sua prática docente no decorrer do semestre letivo;
- ✓ A capacidade de estabelecer virtualmente uma relação de liderança e ter sua produção reconhecida pelos discentes e pela comunidade acadêmica, na modalidade a distância.

A formação do quadro de docentes/ tutores, é feita mediante contratação de profissionais específicos para cada área pelo regime de trabalho da CLT - Consolidação das Leis Trabalhistas.

Os docentes/tutores são contratados em tempo integral, parcial ou horista – atendendo plenamente as exigências legais. Os requisitos desejáveis para a contratação são:

- a)** No mínimo título de especialista;
- b)** Com pelo menos 2 anos de experiência profissional e/ou acadêmica.

A contratação é efetuada após seleção, análise de curriculum vitae, entrevista e testes de conhecimentos específicos adequados ao cargo.

A contratação de tutores está vinculada à capacidade do futuro tutor em contribuir para a formação do egresso com o perfil definido, tanto nas Diretrizes Curriculares Nacionais dos cursos quanto ao perfil estipulado nos valores institucionais.

A política de qualificação do corpo de tutores da FUPAC tem por objetivo promover ações que contribuam para a compreensão, o desenvolvimento, a qualificação, o aprimoramento acadêmico e a atualização do funcionamento e da organização das atividades pedagógicas inerentes à natureza do trabalho tutorial desenvolvido.

Em termos mais específicos a política visa:

- ✓ Possibilitar, permanentemente, o atendimento individualizado dos tutores, a fim de atender as diversas dificuldades enfrentadas perante as relações inerentes ao processo de ensino-aprendizagem;
- ✓ Intervir, quando necessário, com atividades em grupo, para levantamento das questões “problema” que por ventura venham a prejudicar o desenvolvimento dos alunos;
- ✓ Ofertar aos tutores, palestras, encontros/seminários e oficinas nas diferentes áreas do conhecimento;
- ✓ Possibilitar trocas de experiência entre os docentes e tutores nas suas diversas áreas de formação;
- ✓ Promover a cada início de ano um encontro entre os tutores, docentes e coordenadores de curso, ofertando atividades de caráter pedagógico e organizacional das ações a serem desenvolvidas pelos tutores;
- ✓ Organizar no início de semestres, encontros pedagógicos com tutores recém-contratados, com atividades de aprofundamento e de caráter organizacional;
- ✓ Promover cursos de aprofundamento em sistema modular para promover o contato com as novas tecnologias;
- ✓ Criar ações de estímulo aos tutores para participação e publicação em eventos científicos.

Neste sentido, merecem destaque as seguintes propostas e programas de capacitação a serem ofertados aos tutores:

- Introdução ao Ensino a Distância;
- Filosofia da Instituição;
- Interdisciplinaridade e aprendizagem significativa;
- Condução de grupos;
- Curso Propedêutico e atividades inovadoras;
- Educação e sustentabilidade;
- Avaliação do desempenho;
- Novas tecnologias;
- Cultura Surda e Educação para Surdos;
- Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS.

O programa de capacitação tutorial estará direto ou indiretamente ligado ao processo de Avaliação Institucional.

A mantenedora institucionalizou e regulamentou através de seu Plano de Capacitação a promoção da melhoria da qualidade das funções do ensino, iniciação científica, extensão e gerência da Instituição.

Para tal, oportuniza a seus professores, aos tutores e pessoal técnico e de apoio administrativo, condições de aprofundamento dos conhecimentos científicos, tecnológicos e profissionais.

A mantenedora oferecerá os seguintes incentivos na vigência deste PDI:

- ✓ Bolsas de estudo integrais/parciais para os cursos de pós-graduação lato e/ou stricto sensu;
- ✓ Concessão de auxílio para os seus professores, tutores e funcionários que participarem de congressos, simpósios e eventos similares de cunho acadêmico, profissional, artístico, cultural, etc;
- ✓ Oferta de cursos de Treinamento e atualização profissional;
- ✓ Apoio à publicação de teses, dissertações ou outros trabalhos acadêmicos;
- ✓ Oferta de infraestrutura para que os professores, tutores e funcionários imprimam ou editem suas produções científicas;
- ✓ Licença para participação em programas de pós-graduação lato ou stricto sensu;

Com o resultado de sua avaliação, cada tutor definirá, juntamente com a Direção Geral da Mantenedora, quais ações de capacitação poderão lhe ajudar a desenvolver determinadas competências.

Está prevista também, como oportunidade de ampliação da formação acadêmica, ajuda de custo para docentes, tutores e discentes para apresentação de trabalhos acadêmicos em congressos nacionais e internacionais, bem como incentivo à participação nos eventos internos organizados pelo próprio curso ou por todos os cursos da Faculdade. Serão reembolsados os valores referentes à inscrição no evento, passagem aérea, hospedagem até o valor máximo de R\$ 2.500,00 (Dois Mil e Quinhentos Reais) para eventos nacionais e de R\$ 4.500,00 (Quatro mil e quinhentos reais) para eventos internacionais realizados em outros países, dependendo da inserção de dotação no planejamento orçamentário.

Além disso, todo tutor recém-admitido deverá participar de um treinamento de integração denominado “**Boas-Vindas e Sistemas**”, nos primeiros 15 dias após admissão na Faculdade.

5.4. Processos de gestão institucional

A Faculdade Presidente Antônio Carlos de Leopoldina está organizada em conformidade às características institucionais e à realidade que lhe são próprias e, está em consonância com sua concepção, missão visão e valores institucionais.

A organização administrativa da IES obedece a hierarquia que regula as funções e atribuições de cada setor, tendo como objetivo a qualidade de ensino e obedece aos seguintes princípios:

- I. Unidade de patrimônio e administração sustentável;
- II. Estrutura orgânica com base na direção e coordenações de cursos, vinculados aos órgãos de administração;
- III. Unidades com funções de ensino, iniciação científica e extensão, e pós-graduação, vedada a duplicação de meios para fins idênticos ou equivalentes;
- IV. Racionalidade de organização, com plena utilização dos recursos materiais e dos fatores humanos;
- V. Natureza pluricurricular da Instituição, pelo cultivo das áreas fundamentais do conhecimento humano;
- VI. Flexibilidade de métodos e critérios, com vistas às diferenças individuais dos alunos, às políticas institucionais e aos processos de acessibilidade curricular e de inclusão, às peculiaridades locais e regionais e às possibilidades de combinação dos conhecimentos para novos cursos.

Em sua gênese gestora, a IES constitui a expectativa plena de que todo planejamento precisa ser avaliado constantemente. As ações precisam ter eficácia tanto no que se refere aos aspectos quantitativos como qualitativos. Por isso, a IES entende que o processo de avaliação institucional é o principal instrumento para planejar e mensurar os resultados do planejamento.

No regimento da IES, encontra-se toda a organização e os principais procedimentos da IES.

O funcionamento da Faculdade está alicerçado numa gestão participativa e democrática por meio de seus órgãos colegiados, nos quais está prevista a participação efetiva do seu corpo discente, docente, técnico-administrativos e sociedade.

Todas as deliberações, normatizações, proposições e avaliações nas esferas administrativa e acadêmica são de responsabilidade desses órgãos, considerando as competências de cada um.

Desta forma, a Instituição promove um modelo de gestão onde a comunidade acadêmica participa dos processos de decisão e se envolve no firme propósito de alcançar as metas institucionais, bem como realizar a missão e alcançar a visão proposta.

A representação dos docentes e discentes nas instâncias de decisão está plenamente institucionalizada conforme Regimento, sendo essas categorias representadas nos seguintes órgãos colegiados:

- Comitê de Gestão (Docentes e Discentes);
- Colegiado de Curso (Docentes e Discentes);
- CPA (docentes e discentes).

Além disso, no Comitê de Gestão e na CPA também há representatividade do pessoal técnico administrativo e, nessa última, da sociedade civil organizada, garantindo que todos os atores envolvidos no processo acadêmico se façam representar nas instâncias de decisão da Instituição, proporcionando reflexões e debates com vistas ao aperfeiçoamento dos processos e da gestão.

Esse modelo de gestão participativo e democrático também promove maior engajamento da comunidade acadêmica no desenvolvimento da missão e alcance da visão institucional, bem como na promoção de seus valores.

5.4.1. Organograma Institucional e Acadêmico

Os órgãos de deliberação e de execução foram concebidos com poucos níveis hierárquicos, visando tornar mais fácil a comunicação, exigir menor controle, facilitar a gestão de processos e de rotinas e a delegação de competências, podendo obter, em consequência, maior envolvimento dos docentes, discentes e técnicos administrativos.

Nos órgãos colegiados está assegurada a representatividade dos segmentos administrativo, discente e docente, para garantir o envolvimento da comunidade acadêmica, tanto na adoção das decisões, como na sua execução, com vistas a aprimorar o ensino ministrado.

A estrutura organizacional prevista no Regimento da Instituição será composta de forma a garantir a qualidade das atividades acadêmicas, dividindo-se em:

I - Colegiados:

- a) Conselho Superior;
- b) Comissão Própria de Avaliação - CPA;
- c) Núcleo Docente Estruturante - NDE;
- d) Colegiado de Curso;

II - Diretoria:

- a) Diretoria;
- b) Coordenações de Curso;
- c) Coordenações de Iniciação Científica/Pesquisa e Extensão;

III - Órgãos Suplementares:

- a) Secretaria Acadêmica;
- b) Biblioteca;
- c) Núcleo de Apoio Psicopedagógico - NAP;
- d) Ouvidoria;
- e) Departamento Financeiro;
- f) Marketing.

A estrutura organizacional da Faculdade tem como função precípua direcionar as suas ações para propiciar o desenvolvimento das competências profissionais de seus alunos.

Na execução de seus trabalhos, a Direção da Instituição poderá contar com órgãos de apoio acadêmico.

Cabe aos órgãos colegiados de ensino, extensão e iniciação científica a deliberação sobre o conjunto de atividades essenciais para a vida acadêmica consubstanciados nos artigos 53 e 54 da LDB, respeitadas a legislação pertinente e as diretrizes educacionais.

O Regimento Geral da Faculdade Presidente Antônio Carlos de Leopoldina regulamenta a processo de escolhas dos membros dos órgãos colegiados e de gestão institucional regulamentando também, os seus respectivos mandatos.

Como mecanismos de transparência institucional as reuniões dos órgãos colegiados serão

registradas em atas, sendo as mesmas divulgadas a toda a comunidade acadêmica, por meio dos murais de aviso da IES e também por meio de publicação no site da Instituição em aba própria, de forma a garantir que as decisões possam ser devidamente compartilhadas e apropriadas por toda a comunidade acadêmica.

5.4.2. Sistema de controle de produção e distribuição de material didático

A FUPAC atende às exigências para a elaboração do material didático, uma vez que os materiais disponibilizados aos alunos das disciplinas on-line dos cursos presenciais e foram elaborados por profissionais da área, atendendo aos conteúdos curriculares do Projeto Pedagógico de cada curso de graduação, devidamente revisados pelos respectivos docentes das disciplinas.

A equipe de profissionais que elaborou o material é terceirizada, a empresa contratada como fornecedora de conteúdo digital é a SAGAH, com a qual foi celebrado Contrato de Prestação de Serviço.

O processo inicial da produção de materiais acontece quando o NDE e Coordenação de Curso confeccionam a ementa ou procede a sua atualização. Na sequência, o NEO verifica fornecedores disponíveis, seleciona o material e encaminha ao NDE e equipe multidisciplinar para validação acerca da qualidade do material e atendimento da ementa, ou solicita confecção/correção, se aprovado, solicita os links para disponibilização.

Etapa seguinte, o setor de TI disponibiliza os links para os docentes, que também se manifestarão sobre a qualidade e adequação, se aprovado, o material será disponibilizado para os alunos. Caso o material não seja aprovado, o mesmo será novamente devolvido para o fornecedor, solicitando alterações.

Cada disciplina possui um conjunto de materiais instrucionais que auxiliam no processo de construção do conhecimento e na interação entre os envolvidos. Esses materiais são planejados e escritos, levando em consideração a bibliografia adequada às exigências de formação, aprofundamento e coerência teórica e indicada no Plano de Aprendizagem (PA).

A plataforma utilizada, terceirizada, bem como o conteúdo possibilitam que o professor da disciplina também contribua com conteúdos e atividades.

O material contempla linguagens variadas constituídas de signos orais, textuais, gráficos, imagéticos, sonoros, entre outros e tem versão off line, salvar em pdf. As Unidades de Aprendizagem são acessíveis para deficientes visuais e auditivos, bem como são disponibilizados em formatos variados de mídias para atender não somente às necessidades educacionais especiais, mas, ainda, considerando-se os diversos estilos de aprendizagem dos alunos.

O AVA possibilita o uso de mídias diversificadas, tais como: vídeos, áudios, arquivos em pdf, podcast, Power Point, Prezi, Flash, web e videoconferência.

Na página da Blackboard são disponibilizadas orientações pelo link https://help.blackboard.com/pt-br/Learn/Student/Accessibility/Accessibility_Features de como:

- ✓ Elaborar conteúdo acessível;
- ✓ Como usar o Blackboard Learn em caso de deficiência auditiva;
- ✓ Como usar o Blackboard Learn em caso de deficiência visual;
- ✓ Como usar o Blackboard Learn em caso de deficiência física;
- ✓ Como usar o Blackboard Learn em caso de dificuldade de aprendizado.

O conteúdo é atualizado a cada 2 anos ou por demanda apresentada pela Instituição. Sobre a solicitação de ajustes, também via catálogo, ao acessar qualquer unidade de aprendizagem, tem disponível na parte superior direita um botão chamado “Solicitar ajustes na UA”, clicando neste item é possível realizar a solicitação e dentro de até 72hs um retorno é encaminhado.

Cada disciplina é dividida em unidades de aprendizagem de acordo com a carga horária. A Unidade de Aprendizagem (UA) é composta por conteúdos e atividades criteriosamente selecionados que viabilizam ao aluno um papel ativo no processo de construção do conhecimento.

Assim, as unidades foram elaboradas tendo como ponto de partida uma atividade desafio que estimula o aluno ao estudo dos materiais didáticos que compõem a unidade. Itens que compõem uma Unidade de Aprendizagem:

- **Apresentação:** Contém os Objetivos de Aprendizagem da unidade de aprendizagem em termos de conteúdo, habilidades e competências. Esses objetivos de aprendizagem servem como norteadores para a elaboração dos demais itens que

compõem a unidade. Os objetivos são precisos, passíveis de observação e mensuração. A elaboração de tais objetivos:

- a. Delimita a tarefa, elimina a ambiguidade e facilita a interpretação;
- b. Assegura a possibilidade de medição, de modo que a qualidade e a efetividade da experiência de aprendizado podem ser determinadas;
- c. Permite que o professor e os alunos distingam as diferentes variedades ou classes de comportamentos possibilitando, então, que eles decidam qual estratégia de aprendizado tem maiores chances de sucesso; e
- d. Fornece um sumário completo e sucinto do curso, que pode servir como estrutura conceitual ou “organizadores avançados” para o aprendizado.

▪ **Desafio de Aprendizagem:** Desafiar é contextualizar a aprendizagem por meio de atividades que abordem conflitos reais, criando-se significado para o conhecimento adquirido. O objetivo do desafio não é encontrar a resposta pronta no texto e sim provocar e instigar o aluno para que ele se sinta motivado a realizá-la. Busca-se nesta atividade elaborar uma situação real e formular um problema a ser resolvido, isto é, proporcionar ao aluno uma análise para se resolver uma questão específica. Este desafio exige do aluno uma análise justificada que deve ser inserida em campo específico do AVA. Os seguintes itens constam do desafio:

- a) Descrição do desafio: descrição detalhada da atividade a ser realizada;
- b) Orientação de resposta do aluno: explicação do que o aluno deve entregar como resultado do desafio; e
- c) Padrão de resposta esperado: modelo padrão de resposta a ser entregue pelo aluno e que sirva de orientação para a correção da atividade.

▪ **Infográfico:** É uma síntese gráfica, com o objetivo de orientar o aluno sobre os conteúdos disponibilizados no material. São elementos informativos que misturam textos e ilustrações para que possam transmitir visualmente uma informação.

▪ **Conteúdo do livro:** Cada unidade de aprendizagem é composta por um trecho do livro selecionado.

▪ **Videoaula:** A dica do professor é um vídeo que tem como conteúdo o tema da unidade de aprendizagem e tem por objetivo aproximar ainda mais o aluno desses conhecimentos, através de uma linguagem amigável e tranquila.

- **Exercícios:** São atividades objetivas que destacam os pontos principais do conteúdo. Estes exercícios reforçam e revisam, de forma objetiva, os conteúdos e as teorias trabalhadas na unidade de aprendizagem. São apresentados cinco exercícios de fixação. Cada exercício é apresentado e após a resolução pelo aluno a resposta correta é assinalada. Todas as opções de respostas possuem feedback.
- **Saiba Mais:** Permite a leitura complementar e mais aprofundada dos diversos assuntos abordados na unidade de aprendizagem. São artigos científicos, livros, textos, vídeos e outros materiais que estimulam a continuidade da leitura e o interesse de aprofundamento dos conteúdos.

Com base nos princípios metodológicos expostos, os professores e tutores devem articular os conteúdos com as questões vivenciadas pelos alunos em sua vida profissional e social, relacionando os temas trabalhados com as outras disciplinas, permitindo ao aluno compreender a interdisciplinaridade e a transdisciplinaridade, utilizando de técnicas que privilegiem a solução de problemas, integrando teoria e prática.

5.5. Sustentabilidade financeira: relação com o desenvolvimento institucional.

A proposta orçamentária da Faculdade Presidente Antônio Carlos de Leopoldina é elaborada no período de julho a dezembro do ano que antecede a vigência do Plano de Desenvolvimento Institucional, com base em limites definidos pela Fundação Presidente Antônio Carlos para cada ação/atividade ou matriz que compõe o orçamento.

A definição desses limites e os parâmetros e indicadores institucionais que servem ao seu cálculo são estabelecidos pela entidade Mantenedora, que inclusive é responsável por definir o maior montante, correspondente a despesas com pessoal

Neste sentido, o limite depende de indicadores tais como número de matrículas, alunos concluintes, avaliação dos cursos, indicadores obtidos pela Comissão Própria de Avaliação, etc.

É importante registrar que a Faculdade não pode alterar os limites definidos pela mantenedora, sem prévia autorização da mesma, para os itens do orçamento. Portanto, na Faculdade Presidente Antônio Carlos de Leopoldina, como em outras Instituições de Ensino mantidas pela FUPAC, a elaboração do orçamento consiste basicamente em ouvir a

comunidade acadêmica e partir daí, projetar, obedecendo a limites definidos pela mantenedora, o valor de cada uma das despesas que compõem as várias matrizes.

Realizado esse trabalho, a proposta orçamentária da Faculdade é enviada para inclusão no orçamento geral da entidade mantenedora.

O Departamento Financeiro da Faculdade Presidente Antônio Carlos de Leopoldina está subdividido em áreas distintas, visando dar melhor tratamento ao trabalho, através da especialização de cada atividade, bem como garantir que as devidas conferências sejam realizadas, por medidas de segurança, o que não implica necessariamente que cada atividade esteja sob a responsabilidade de uma pessoa específica, uma vez que devido ao porte da Faculdade uma mesma pessoa pode vir a desempenhar diversas atividades, ou até mesmo contar com o apoio de funcionários da entidade mantenedora para a execução das tarefas.

A direção da IES em conjunto com a secretária e coordenação de curso, para elaboração, execução e monitoramento do orçamento, realiza as seguintes atividades:

Atividades de Tesouraria: Formada pelo caixa da instituição. Responsável pelos atos de receber dos alunos e/ou outros clientes e pagar fornecedores/prestadores de serviços. Tem, sob sua guarda, cheques da empresa e de clientes e caixa da Faculdade. Controla saldos bancários.

Contas a Receber: responsável por gerar as mensalidades e demais serviços cobrados pela IES. Controla e faz conferência dos valores recebidos pela tesouraria e pelo sistema bancário de compensação. O controle é realizado sempre por pessoas diferentes das que efetivamente recebem os valores no caixa, visando, dessa maneira contribuir para maior imparcialidade e segurança de cada agente do processo, funcionando como uma pequena auditoria interna.

Contas a Pagar: recebe as notas fiscais de compras de mercadorias dos setores de obras e compras. Faz a conferência de valores e lançamentos/agendamentos das obrigações financeiras da IES para com seus fornecedores. Realiza a respectiva baixa, na data do pagamento. Todos os pagamentos são realizados quando da autorização da Direção da IES.

Contabilidade: controla toda a documentação do contas a pagar e receber, organiza o movimento e envia ao escritório de contabilidade para o fechamento dos balancetes de verificação e balanço contábil.

Atendimento: responsável pelo atendimento ao cliente, fornecendo informações necessárias às dúvidas dos estudantes relativas ao financeiro. Controla a entrega dos boletos bancários, cheques devolvidos, controle dos alunos que possuem gratuidades (FIES, PROUNI, convênios).

Treinamento: responsável pela capacitação dos membros da comunidade acadêmica em relação a captação de recursos e realização de despesas de custeio e de capital.

Para garantir a sustentabilidade financeira da instituição há uma estreita relação do levantamento das necessidades financeiras para o desenvolvimento das ações pedagógicas com a efetiva atuação administrativa.

Objetivando a otimização dos meios com eficácia conjugada, há na previsão orçamentária, o cronograma de execução dos planos de investimentos com adequada gestão financeira.

A IES utiliza-se dos sistemas Totvs (RM, RH, Fluxus, Labore, Classis), para ajustar e corrigir o planejamento e fazer as comparações entre o planejado e o já realizado.

O controle das despesas se dá por meio de planilhas com centros de custos para cada curso, analisando suas despesas e projeções futuras, através da necessidade de investimentos.

A Faculdade Presidente Antônio Carlos de Leopoldina elabora seu orçamento anual, considerando:

- Projeção das receitas: mensalidades ou anuidades dos cursos de graduação, pós-graduação e extensão ou projetos em parcerias;
- Projeção dos custos com pessoal (Docentes e profissionais técnico-administrativos);
- Projeção dos custos com serviços de terceiros;
- Projeção dos custos diretos e indiretos;
- Previsão de evasão de alunos;
- Previsão de inadimplência.

A peça orçamentária é elaborada a partir do PDI e do levantamento dos cursos ofertados, tendo como base o número de alunos por turma, cargas horárias dos docentes, índices de reajustes inflacionários, salários e as demais informações obtidas pelos relatórios contábeis produzidos até o início dos trabalhos.

Elaborados os levantamentos das receitas e custos, e a identificação dos resultados, são projetados os investimentos. O orçamento será aprovado em conjunto com a Diretoria Financeira e a Mantenedora. Após aprovado, sua execução seguirá o planejamento central estratégico no enfoque econômico-financeiro.

Com este planejamento, a Faculdade visa atender às suas necessidades e demandas, além de acompanhar mensalmente o planejamento econômico e financeiro como uma ferramenta técnica capaz de auxiliar na análise dos resultados obtidos e, ao mesmo tempo, fornecer parâmetros confiáveis para a tomada de decisões pelos gestores.

Para a garantia do alcance das metas estabelecidas para o Ensino, Iniciação Científica, Pós-graduação, Extensão a IES trabalha com a estruturação de seus investimentos através de uma Gestão pautada no Plano Orçamentário.

São realizadas pelos gestores financeiros da Mantenedora, coordenadores de curso, diretor acadêmico, análises da estrutura atual de todos os departamentos: administrativos, infraestrutura e estrutura dos cursos, onde serão apontados os itens a serem adequados ou criados.

A partir disso, são planejadas as ações de modificação ou manutenção a curto, médio e longo prazos. O orçamento está ligado aos planos de ação para cada meta estabelecida, com verba liberada e prazo de execução.

A Receita da Faculdade provém da mensalidade dos estudantes, das taxas escolares, das receitas de prestação de serviços a terceiros, do aluguel de espaços físicos e da captação de recursos junto às Instituições Públicas e Privadas. São realizadas promoções de apoio para o ingresso dos estudantes em seu quadro.

A Faculdade desenvolve os seguintes programas em parceria com instituições externas:

- PROUNI - criado pelo Governo Federal, em 2004, e institucionalizado pela Lei nº 11.096 de 13 de janeiro de 2005, tem como finalidade a concessão de bolsas de estudo integrais e parciais, de modo a beneficiar estudantes egressos do ensino médio;
- FIES (Financiamento Estudantil), programa do Governo Federal destinado à concessão de financiamento;

A IES possuirá ainda promoções próprias como o Estrelas do Enem, que se trata de um programa de Bolsas que varia de 30% a 100% de acordo com a Nota do aluno obtida no Enem; promoções de 100%, 50%, 25% respectivamente, dos primeiros aos terceiros colocados no vestibular de cada curso.

São realizados ainda convênios com empresas da região, onde os funcionários e seus filhos podem ter um desconto de 40% a 60% na mensalidade de acordo com o curso escolhido.

O orçamento é controlado periodicamente pela diretoria acadêmica da instituição, juntamente com a equipe financeira da Mantenedora. Essa equipe controla periodicamente as verbas orçadas em contraponto com as realizadas. O acompanhamento e monitoramento são realizados através de relatórios periódicos, gerados por centro de custo e natureza orçamentária, sempre visando cumprir com os percentuais previamente estabelecidos, para garantia da sustentabilidade financeira da IES e cumprimento das metas.

Além disso são realizados trimestralmente estudos da proposta orçamentária versus orçamento realizado e acompanhamento da distribuição dos créditos a partir da definição de metas, indicadores e objetivos mensuráveis que permitem a tomada de decisões internas, sendo elas:

- Acompanhamento trimestral planejado/realizado;
- Ajuste do projetado quando necessário;
- Manutenção de variação inferior a 5% nas contas do orçamento;
- Informação da contabilidade ao gestor sobre desvios da meta acima de 5%;
- Análise e readequação das contas conforme necessário atualizando a peça orçamentária.

Como forma de ampliação de suas receitas a IES pretende especializar-se, durante a vigência deste PDI, na prestação de serviços à comunidade de seu entorno, tais como realização de torneios esportivos, realização de pesquisas de opinião pública, realização de parcerias com empresas privadas para financiamento de projetos de iniciação científica e extensão.

Estes serão originados por:

- **Receitas de serviços:** recursos originários de atividades típicas de prestação de serviços, relacionados com as atividades acadêmicas ou administrativas;

- **Receitas Patrimoniais:** recursos financeiros resultantes da fruição por terceiros de bens e valores da Faculdade, como aluguéis, arrendamentos e outros, provenientes de bens móveis e imóveis;
- **Receitas Financeiras:** decorrentes de recebimento de juros, correção monetária e outros proventos de aplicações no mercado;
- **Receitas Várias:** provenientes de órgãos de fomento de iniciação científica e extensão, por meio de editais de financiamentos e de incentivos à cultura.

5.5.1. Previsão de Receitas e Despesas

A previsão orçamentária para 05 (cinco) anos, apresentada abaixo, foi elaborada obedecendo rigorosamente aos critérios orçamentários.

PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA INSTITUCIONAL, CONSIDERANDO O PERÍODO DE VIGÊNCIA DO PDI

Cronograma de execução, considerando o período de vigência do PDI					
PROJEÇÃO ORÇAMENTÁRIA					
	2023	2024	2025	2026	2027
RECEITAS					
Anuidade / Mensalidades	R\$2.136.490,55	R\$2.318.092,25	R\$2.515.130,09	R\$2.728.916,15	R\$2.960.874,02
Bolsas(-)	R\$427.298,11	R\$463.618,45	R\$503.026,02	R\$545.783,23	R\$592.174,80
Diversos(+)	R\$629.443,00	R\$682.945,66	R\$740.996,04	R\$803.980,70	R\$872.319,06
Financiamentos(+)	R\$0,00	R\$0,00	R\$0,00	R\$0,00	R\$0,00
Inadimplência(-)	R\$170.919,24	R\$185.447,38	R\$201.210,41	R\$218.313,29	R\$236.869,92
Serviços(+)	R\$134,00	R\$145,39	R\$157,75	R\$171,16	R\$185,71
Taxas(+)	R\$27.135,00	R\$29.441,48	R\$31.944,00	R\$34.659,24	R\$37.605,28
RECEITA LIQUIDA	R\$2.194.985,20	R\$2.381.558,94	R\$2.583.991,45	R\$2.803.630,72	R\$3.041.939,33
DESPESAS					
Acervo Bibliográfico(-)	R\$1.567,00	R\$1.700,20	R\$1.844,71	R\$2.001,51	R\$2.171,64
Aluguel(-)	R\$0,00	R\$0,00	R\$0,00	R\$0,00	R\$0,00
Despesas Administrativas(-)	R\$259.422,00	R\$281.472,87	R\$305.398,06	R\$331.356,90	R\$359.522,24
Encargos(-)	R\$255.760,00	R\$277.499,60	R\$301.087,07	R\$326.679,47	R\$354.447,22
Equipamentos(-)	R\$2.026,00	R\$2.198,21	R\$2.385,06	R\$2.587,79	R\$2.807,75
Eventos(-)	R\$27.876,00	R\$30.245,46	R\$32.816,32	R\$35.605,71	R\$38.632,20
Investimento (compra de imóvel)(-)	R\$0,00	R\$0,00	R\$0,00	R\$0,00	R\$0,00
Manutenção(-)	R\$71.951,00	R\$78.066,84	R\$84.702,52	R\$91.902,23	R\$99.713,92
Mobiliário(-)	R\$0,00	R\$0,00	R\$0,00	R\$0,00	R\$0,00
Pagamento Pessoal (Administrativo)	R\$414.536,00	R\$449.771,56	R\$488.002,14	R\$529.482,32	R\$574.488,32

Pagamento Professores(-)	R\$431.725,00	R\$468.421,63	R\$508.237,46	R\$551.437,65	R\$598.309,85
Programa de Capacitação	R\$219.498,52	R\$238.155,89	R\$258.399,14	R\$280.363,07	R\$304.193,93
Pesquisa e Extensão(-)	R\$329.247,78	R\$357.233,84	R\$387.598,72	R\$420.544,61	R\$456.290,90
Treinamento(-)	R\$175.598,82	R\$190.524,72	R\$206.719,32	R\$224.290,46	R\$243.355,15
DESPESAS	R\$2.189.208,11	R\$2.375.290,80	R\$2.577.190,52	R\$2.796.251,72	R\$3.033.933,11
TOTALIZAÇÃO	Receitas	Despesas	Total Geral	Acumulado	
2023	R\$2.194.985,20	R\$2.189.208,11	R\$ 5.777,08	R\$ 5.777,08	
2024	R\$2.381.558,94	R\$2.375.290,80	R\$ 6.268,13	R\$ 12.045,21	
2025	R\$2.583.991,45	R\$2.577.190,52	R\$ 6.800,92	R\$ 18.846,14	
2026	R\$2.803.630,72	R\$2.796.251,72	R\$ 7.379,00	R\$ 26.225,14	
2027	R\$3.041.939,33	R\$3.033.933,11	R\$ 8.006,22	R\$ 34.231,36	

5.6. Sustentabilidade financeira: participação da comunidade interna.

Uma Instituição de Ensino Superior, por sua natureza, tem papel de grande destaque para o desenvolvimento das sociedades e, exatamente por isso, deve garantir uma base financeira estável, gerenciada de maneira justa e eficiente, com um sistema de captação bem planejado.

Para manter a coerência com sua visão e missão, a IES afirma que busca ajudar seus alunos a realizarem seus sonhos e, portanto, a sustentabilidade financeira é a garantia da continuidade do alcance deste objetivo e deve ser vista com a seriedade que merece. Afinal, esta sustentabilidade é fruto de uma gestão ética e responsável e vem atrelada mais a indicadores sociais que, tão-somente, a financeiros.

Desse modo, a comunidade interna é partícipe deste processo, quer seja quando trabalha ativamente na captação quando se desdobra em manter e/ou ampliar a qualidade dos cursos e serviços (principalmente os de atendimento às demandas do aluno), a fim de evitar ou minimizar a evasão. Bons cursos, bons professores, boa reputação e o valor da marca serão atrativos de mercado que precisam ser mantidos.

Assim, os coordenadores de cursos são convidados a elaborar o orçamento anual de seu curso, visando dar-lhes a medida exata de que esse gerenciamento é que possibilita o desenvolvimento financeiro-administrativo, a manutenção da qualidade e a eficiência operacional. E, assim, a expectativa de crescimento, via expansão, poderá ser mantida.

Essa corresponsabilidade também se estende aos líderes de área e aos diretores. Todos se envolvem e buscam trazer elementos das avaliações internas e externas em suas considerações e solicitações.

O resultado da Avaliação Interna, disponibilizado pela CPA, será de grande importância na tomada de decisão de onde investir e o que precisa ser colocado em perspectiva de maior ou menor prazo.

Cada visita in loco também fornece elementos importantes quanto ao investimento necessário para espaços, equipamentos e laboratórios. Por isso, a equipe do Regulatório, ao trazer esses elementos, amplia a visão e sustenta a tomada de decisão.

Para garantia do cumprimento do Plano Orçamentário e, por conseguinte, das Metas Estabelecidas, existe um acompanhamento e controle sistemático de todo o Plano Estabelecido.

Os gestores da Mantenedora, juntamente com os Gestores da IES, analisam sistematicamente e periodicamente os resultados gerados, estabelecendo correlação entre o que foi realizado e prazo para alcance da meta.

Os controles são realizados através de apurações das Demonstrações de Resultado de Cada Curso, onde serão apresentadas as Margens de Contribuição e Investimento Realizado.

As variações apuradas, caso ocorram, são tratadas em tempo hábil, para que não haja comprometimento do alcance das metas estabelecidas.

5.6.1. Planejamento e elaboração do Orçamento

A elaboração do orçamento toma como base o PDI anterior e, sobre o mesmo, projeta-se o resultado futuro. A partir de então, quando a vigência do novo PDI se inicia, os relatórios são emitidos e comparados ao orçamento previsto, podendo desta forma efetuar correções de rota ao longo do exercício.

Para elaboração do orçamento da IES, faz-se necessária a realização do planejamento estratégico, onde obtém-se diretrizes para a realização do orçamento.

Também é apresentada uma avaliação do cenário econômico e financeiro de mercado e também os gastos realizados anteriormente para melhor entendimento do cenário global e local.

A Direção da IES realiza reuniões para construção do orçamento onde recebe esclarecimentos para a correta previsão do orçamento de cada um dos núcleos existentes em suas respectivas áreas.

A direção fica responsável além das despesas administrativas, pelo envio da previsão das despesas fixas da IES.

O Departamento de Gestão de Pessoas fica responsável pelo levantamento e repasse a Direção além das despesas administrativas, despesas com a folha de pagamento do pessoal administrativo, bem como dos professores.

O Setor de TI fica responsável pelo levantamento e repasse à direção além das despesas administrativas, pelo envio da previsão da manutenção e investimentos das máquinas, dos equipamentos e recursos necessários para o bom funcionamento da IES.

A secretaria/setor financeiro fica responsável além pelo levantamento e repasse à direção das despesas comerciais, pelo envio da previsão das Novas Receitas de todos os produtos comercializados pela IES no âmbito educacional.

O Setor de Marketing e Comunicação fica responsável pelo levantamento e repasse à direção da previsão dos Eventos e pela abertura das campanhas de vestibular.

Os coordenadores de curso ficam responsáveis pelo orçamento da área de Educação, bem como, os investimentos necessários para garantir uma formação acadêmica de qualidade, o qual deve contar com a participação de docentes e discentes.

Feito todo esse trabalho, apresentadas as contas de cada setor, as informações são condensadas e analisadas e assim se cria o orçamento e em consonância com o Planejamento Estratégico, ações essas todas acompanhadas e validadas pela Mantenedora da IES.

Após o processo acima o orçamento é consolidado e incluindo no sistema Totvs para acompanhamento e monitoramento.

Semestralmente, o comparativo entre o previsto e realizado é discutido em reuniões realizadas entre a Direção da IES e a entidade Mantenedora, onde são apresentadas as justificativas para evidenciar o bom acompanhamento e controle do orçamento.

Reuniões também são realizadas para que todos possam obter informações sobre o andamento dos resultados e comparando-os com a previsão orçamentária.

A revisão orçamentária é realizada todo ano no mês de dezembro, onde conta novamente com a participação de todos os envolvidos para sua construção. Caso algum item seja necessário adquirir, ou a contratar algum serviço e que não está previsto no orçamento, será encaminhado para a entidade mantenedora com apresentação de três orçamentos para viabilizar a compra ou contratar o serviço.

5.6.2. Política de Capacitação da comunidade interna para a Gestão de Recursos Financeiros

A política de Capacitação tem como objetivo central promover o desenvolvimento integral dos professores e do pessoal administrativo, através de um Programa Institucional de Capacitação, inserido no Programa de Desenvolvimento Institucional, que viabilize o seu aperfeiçoamento técnico, com vistas à melhoria do desempenho na Gestão de Recursos Financeiros com os seguintes objetivos:

- Incentivar, orientar, possibilitar e promover a realização de ações que propiciem o desenvolvimento profissional na Gestão de Recursos Financeiros, através de qualificação, atualização e extensão;
- Criar ações visando ao aperfeiçoamento e incentivo a realização de estudos, buscando a ampliação do acervo de conhecimentos na Gestão dos Recursos Financeiros;
- Fixar diretrizes operacionais para o Programa Institucional de Capacitação, como também para a distribuição dos recursos financeiros orçamentários e extra orçamentários;
- Promover e apoiar a realização de reuniões internas, que permitam o acesso às atividades de gestão para conhecimento prático do aprendizado;
- Assegurar o acesso dos funcionários para a capacitação interna ou externamente ao seu local de trabalho;

- Considerar o resultado das ações de capacitação e a mensuração dos indicadores de desempenho na Gestão dos Recursos Financeiros;
- Incentivar a criação de cursos para otimização do treinamento com a possibilidade de apresentar procedimentos com as melhores práticas da atividade.

EIXO V

Infraestrutura



FUPAC

6. EIXO 5 – INFRAESTRUTURA

A infraestrutura em qualquer projeto educacional é ponto de referência para implementação das práticas acadêmicas, conforme o projeto institucional específico. No que concerne ao projeto da Faculdade Presidente Antônio Carlos de Leopoldina, a infraestrutura transpassa a sala de aula, abrangendo múltiplos espaços de aprendizagem, que dão novos contornos ao processo de produção do conhecimento.

As salas de aula, laboratórios, biblioteca, cantinas e outras dependências são de uso privativo dos corpos docente, discente e técnico-administrativo, permitido o acesso de pessoas estranhas quando da realização de encontros culturais, seminários ou em casos de expressa autorização da direção geral.

A Faculdade Presidente Antônio Carlos de Leopoldina no sentido de buscar a melhoria e qualificação de toda a sua infraestrutura estabelece as seguintes diretrizes para as instalações gerais:

- Ampliar a infraestrutura física de modo a responder adequadamente às prioridades definidas para os projetos acadêmicos existentes, bem como para os novos programas;
- Melhorar as condições de infraestrutura e apoio para o cumprimento das funções acadêmicas;
- Adequar, onde couber, as instalações prediais existentes para o atendimento aos portadores de necessidades especiais, planejando as novas edificações de forma a garantir pleno acesso desse público;
- Garantir a evolução do acervo bibliográfico, de redes de computadores, da tecnologia da informação e de recursos tecnológicos em geral;
- Criar novos mecanismos de comunicação e de conexão interna e externa;
- Criar e assegurar as condições de infraestrutura física, de equipamentos, laboratórios, biblioteca especializada, serviços informacionais que assegurem e garantam o desenvolvimento sistemático, harmônico e permanente dos programas de graduação e pós-graduação;
- Dimensionar o espaço físico adequadamente considerando-se o número de usuários e o tipo de atividade desenvolvida;

- Garantir o isolamento de ruídos externos e boa audição interna com o uso de equipamentos, proporcionando condições acústicas adequadas;
- Implementar melhorias nas condições de luminosidade e ventilação adequadas às necessidades climáticas locais;
- Adquirir e manter mobiliário e aparelhagem específica para proporcionar condições ergonômicas adequadas e suficientes aos usuários;
- Manter todo o espaço físico limpo e arejado em todas as unidades garantindo para isso pessoal habilitado;
- Consolidar o programa de coleta e armazenamento seletivo de lixo;
- Assegurar uma boa infraestrutura de segurança de pessoal e de propriedade contando com pessoal habilitado;
- Manter recursos audiovisuais e de multimídia em quantidade adequada às necessidades;
- Garantir a manutenção permanente das instalações físicas e dos equipamentos.

A IES adota uma política para melhorar e expandir o espaço físico em geral, implementando um processo de modernização da infraestrutura organizacional, com vistas à melhoria da qualidade de vida e do trabalho no âmbito interno. Também garante aos seus alunos portadores de necessidades especiais, condições adequadas e seguras de acessibilidade autônoma às suas edificações, espaço, mobiliário e equipamentos, atendendo ao Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004 que dispõe sobre requisitos de acessibilidade de pessoas portadoras de deficiências.

A infraestrutura e logística da IES desenvolve-se através dos administradores da Faculdade, manutenção, portaria, bedéis, técnicos de laboratório e serviço terceirizado de limpeza, atuando como parceiros através de um apoio ágil e competente, garantindo suporte ao corpo discente, docente e técnico administrativo, dando-lhe as melhores condições para um ótimo desempenho.

A Sede da IES possui área total de 3.845,20 m², composta por 9 salas de aula, além de auditório e diversos laboratórios, biblioteca, áreas de convivência e os setores administrativos, conforme descrito neste capítulo.

A Faculdade Presidente Antônio Carlos de Leopoldina localiza-se à Rua Carmita Monteiro S/N – Bairro Maria Guimarães França. Leopoldina -MG.

A política de adequação, manutenção e gerenciamento dos espaços físicos e de toda a infraestrutura leva em conta a legislação vigente, a demanda interna de professores e alunos, sendo utilizada para averiguação, conserto, reposição e/ou substituição, planilhas de controle preenchidas por funcionários designados e preparados para esses fins.

Os serviços de limpeza e manutenção predial são realizados por empresa terceirizada e funcionários próprios, a depender da complexidade do serviço a ser executado.

Anualmente, durante os dois períodos de férias regimentais, são efetuadas as reformas necessárias, tais como pintura das paredes internas e externas, substituição de comutadores de luz, tomadas, lustres, pias, torneiras, vasos sanitários, bebedouros, equipamentos e mobiliário em geral.

O espaço disponibilizado pela IES para atender as demandas institucionais, acadêmicas e da comunidade externa, foi projeto de maneira para atender de forma exitosa os critérios estabelecidos pelo MEC e outras exigências legais, adotando os seguintes critérios:

CRITÉRIO	DESCRIÇÃO
Dimensão	Os espaços físicos serão adequados para o número de usuários e para o tipo de atividade
Acústica	Boa audição interna, com uso de equipamentos, se necessário
Iluminação	Controle de luminosidade natural e/ou artificial
Ventilação	Adequada às necessidades climáticas locais ou com equipamentos, se necessário
Mobiliário e aparelhagem específica	Adequado as demandas do local e em quantitativo suficiente aos usuários
Limpeza	As áreas contam com limpezas periódicas. O depósito e as cestas de coleta de lixo estão disponibilizados em lugares estratégicos, como próximos às salas de aulas na cantina, na biblioteca, nas salas de estudo etc.
Manutenção	Os espaços físicos possuem manutenção periódica de acordo com o Plano de Avaliação e Manutenção Predial - plano de avaliação periódica dos espaços.

Recursos Tecnológicos	Os espaços físicos possuem proposição de recursos tecnológicos diferenciados para o tipo de atividade.
Acessibilidade	Os espaços físicos apresentam acessibilidade para as pessoas com deficiência física com a finalidade de eliminar barreiras arquitetônicas e facilitar a integração dos espaços para a adequada circulação dos alunos, permitindo o acesso aos ambientes de uso coletivo em atendimento ao Plano de Acessibilidade da IES.
Fuga	Os espaços físicos atendem às exigências legais de segurança predial, inclusive Plano de Fuga em caso de incêndio, atestado por meio de laudo específico emitido por órgão público competente

A IES possui infraestrutura adequada, com acessibilidade, recursos didáticos necessários, atendendo plenamente aos requisitos legais e normativos previstos no instrumento de avaliação e no disposto na Lei 13.146/2015 – art. 3º, inciso I).

A IES assegura às pessoas com deficiência condições básicas de acesso, mobilidade e utilização de equipamentos e instalações, observando a NBR nº 9.050/2020, da ABNT. Os deficientes físicos têm livre circulação nos espaços, rampas com corrimãos, portas e banheiros adaptados, vagas reservadas em estacionamento, placas em braile, piso tátil, etc.

No que tange à segurança, os visitantes precisam de autorização da secretaria para ter acesso às instalações administrativas da IES.

A IES mantém permanentemente a segurança, visando oferecer aos alunos, funcionários e professores uma maior sensação de segurança e proteção. Um relatório mensal registra todos os incidentes ocorridos no mês e serve de base para a tomada de decisões que envolvam a melhoria da segurança na IES.

A Instituição possui um plano de manutenção dos ambientes administrativos, com rotinas diárias de limpeza e conservação dessas instalações.

Um cronograma de manutenção periódica é seguido, visando identificar pontos que necessitam de intervenção da equipe responsável pela manutenção predial. Semestralmente são levantadas as necessidades de intervenções mais complexas, como pintura geral, reparos em tetos e reformas na estrutura física dos prédios.

A função da manutenção é garantir a disponibilidade dos equipamentos e instalações de modo a atender a um processo de produção e serviço, com confiabilidade, segurança, preservação do meio ambiente e custos adequados, por isso são previstos três tipos de manutenção:

- **Corretiva:** é a execução de tarefas não planejadas para restaurar as capacidades funcionais de equipamentos ou sistemas falhados.
- **Preventiva:** é a execução de tarefas de manutenção previamente planejadas.
- **Preditiva:** é a execução de tarefas originadas do acompanhamento de parâmetros de condição ou desempenho do equipamento.

As políticas de manutenção e conservação definidas consistem em:

- a) manter instalações limpas, higienizadas e adequadas ao uso da comunidade acadêmica;
- b) proceder a reparos imediatos, sempre que necessários, mantendo as condições dos espaços e instalações próprias para o uso;
- c) executar procedimentos de revisão periódica nas áreas elétrica, hidráulica e de construção da Instituição.

A manutenção e a conservação dos equipamentos, dependendo de sua amplitude, são executadas por funcionários da Instituição ou por empresas especializadas previamente contratadas.

As políticas de manutenção e conservação consistem em:

- a) manter equipamentos em funcionamento e adequados ao uso da comunidade acadêmica;
- b) proceder a reparos imediatos, sempre que necessários, mantendo as condições dos equipamentos para o uso;
- c) executar procedimentos de revisão periódica nos equipamentos da Instituição.

A IES possui Plano de Aquisição, expansão e atualização de Equipamentos e ainda o Plano de Contingência para o funcionamento dos recursos tecnológicos 7 dias por semana e 24 horas por dia.

6.1. Instalações administrativas

A infraestrutura física da IES conta atualmente com 3.845,20 m² de área construída sendo:

IDENTIFICAÇÃO	QTDE	ÁREA TOTAL EM M ²
Estacionamento	01	800
Sala da Diretoria Administrativo	01	11,35
Sala da Comissão Própria de Avaliação - CPA	01	25,99
Sala da Ouvidoria	01	17,23
Salas do Coordenadores de Curso	01	30m
Secretaria Acadêmica	01	32,90
Secretaria Financeira/ tesouraria	01	11,36
Sala de Reuniões do NDE e Colegiado de Cursos	02	21,29
Sala p/ Docentes em TI	04	15,56
Banheiro Familiar c/ Fraldário	01	29,47
Banheiro Masculino	04	29,47
Banheiro Feminino	04	29,47
Cantina/ Refeitório	03	28,50
Biblioteca	01	233,61
Biblioteca – Salas de Estudo em Grupo	04	6
Biblioteca – Gabinetes de Estudo Individual	10	2
Laboratório de Informática	02	70
Salas de Professores	01	19,14
Salas de Aula	29	70
Auditório	01	142,67
Copa	01	4,20

Os professores em tempo integral têm à sua disposição sala devidamente equipada com mesa para atendimento, cadeiras, mesa com computador ligado à internet e acessórios.

As coordenações de cursos contam com gabinetes de trabalho, equipados com computadores, telefone, acesso à Internet e impressoras. Todos os ambientes atendem

eficientemente em relação ao espaço, ventilação, acessibilidade, conforto, iluminação e acústica apropriadas aos seus fins, são limpos diariamente por equipe especializada, gerando locais com comodidade necessária às atividades desenvolvidas.

A Instituição está localizada na área urbana, em local que permite acesso por transporte próprio ou público, facilitando a chegada e locomoção dos alunos. Possui estacionamento privativo para o corpo social e vagas internas demarcadas para pessoas com mobilidade reduzida ou deficientes.

Disponibiliza aos alunos, professores, técnico-administrativos e visitantes acesso à internet wireless. Possui cantina, atendendo plenamente às condições de limpeza, acessibilidade, higiene, ventilação e conservação.

A guarda, manutenção e disponibilização de documentação acadêmica fica a cargo da secretária acadêmica e do setor de TI da Instituição. Muitos documentos acadêmicos são disponibilizados em meio digital através do Portal Acadêmico.

A organização do acervo acadêmico obedece à Tabela de Temporalidade em atendimento à Portaria MEC nº 1.224/2013 e se encontra em processo de implantação a Secretaria Digital.

Como ação exitosa nas instalações administrativas registra-se a instalação do programa de comunicação whatsapp, nos computadores da secretaria, facilitando a comunicação instituição/aluno.

Outra ação que obteve êxito, foi a instalação de 02 displays de acrílico com divisórias no corredor e próximo ao balcão de atendimento da Secretaria servindo como instrumento de atualização de informações onde são disponibilizados para conhecimento da comunidade acadêmica, comunicados importantes, gráficos informativos da CPA, manual do aluno, encartes de campanhas de conscientização e divulgação de resultados das ações da CPA e de outros setores da IES.

6.2. Salas de Aula

As salas de aula da IES possuem dimensão suficiente para acomodação confortável dos alunos, medindo em média 70,00 m² com capacidade para 50 alunos devidamente instalados e 01 Auditório com capacidade para receber até 143 pessoas, com espaço amplo à frente

para apresentações de um modo geral e realização de eventos.

As salas de aula atendem as demandas institucionais e acadêmicas e foram projetadas de maneira à atender de forma exitosa as determinações estabelecidas pelo MEC e outras exigências legais, adotando os seguintes critérios:

- a) Dimensão:** Os espaços físicos estão adequados para o número de acadêmicos e para o tipo de atividade;
- b) Acústica:** O isolamento de ruídos externos e boa audição interna, com uso de equipamentos, se necessário;
- c) Iluminação:** Controle de luminosidade natural e/ou artificial;
- d) Ventilação:** Adequada às necessidades climáticas locais ou com equipamentos, se necessário;
- e) Mobiliário e aparelhagem específica:** Adequado as demandas do local e em quantitativo suficiente aos usuários;
- f) Limpeza:** As áreas contam com limpezas periódicas. O depósito e as cestas de coleta de lixo estão disponibilizados em lugares estratégicos, como próximos às salas de aulas na cantina, na biblioteca, nas salas de estudo etc.
- g) Manutenção:** Os espaços físicos possuem manutenção periódica de acordo com o Plano de Avaliação e Manutenção Predial - plano de avaliação periódica dos espaços.
- h) Recursos Tecnológicos:** Os espaços físicos possuem proposição de recursos tecnológicos diferenciados para o tipo de atividade.
- i) Acessibilidade:** Os espaços físicos apresentam acessibilidade para as pessoas com deficiência física com a finalidade de eliminar barreiras arquitetônicas e facilitar a integração dos espaços para a adequada circulação dos alunos, permitindo o acesso aos ambientes de uso coletivo em atendimento ao Plano de Acessibilidade da IES.
- j) Fuga:** Os espaços físicos atendem às exigências legais de segurança predial, inclusive Plano de Fuga em caso de incêndio, atestado por meio de laudo específico emitido por órgão público competente

As salas possuem ventilação, iluminação apropriadas e murais para recados.

As salas de aula possuem os seguintes recursos:

- a)** quadro branco para pincel
- b)** televisão
- c)** projetor multimídia, mediante solicitação

- d)** acesso a rede wi-fi
- e)** mesa e cadeira estofada para o docente/tutor
- f)** quadro de avisos
- g)** Ventiladores
- h)** mobiliário adequado para discentes, sendo que as carteiras são do tipo universitária com braço e espaço para guarda de material dos acadêmicos.
- i)** espaços reservados para portadores de necessidades especiais, tornando-se, portanto, apropriadas aos fins que se destinam.

A acessibilidade nas salas de aula é realizada por corredores amplos e planos, com piso tátil e sinalização para pessoas com deficiência visual, oferecendo condições para utilização com segurança e autonomia total ou assistida.

Para desenvolvimento das atividades acadêmicas são disponibilizados aparelhos de multimídia aos docentes. Como política institucional, também são ofertadas condições de compra com parcelamento e descontos para cada professor que queira adquirir seu próprio aparelho multimídia.

As salas possuem manutenção periódica, e são limpas diariamente por uma equipe especializada, o que gera um local com comodidade necessária às atividades desenvolvidas.

Para assegurar que as instalações estejam sempre em conformidade e atendendo às necessidades institucionais em termos quantitativos e qualitativos a IES elaborou um Plano de Avaliação Periódica dos espaços e de gerenciamento da manutenção patrimonial.

A CPA é responsável pelo processo de autoavaliação institucional, que terá entre os critérios de avaliação as salas de aula, permitindo uma melhor visão de sua comunidade acadêmica, bem como apontar necessidades de melhorias, caso identificado.

Como ação inovadora, as salas de aulas da IES são equipadas com televisão, computadores e acesso a rede wi-fi, o que permite que as aulas sejam mais dinâmicas e proveitosas.

6.3. Auditório

Como parte de sua Infraestrutura física a Faculdade Presidente Antônio Carlos de Leopoldina possui um Auditório, com área total de 142,67m² e capacidade para 143 pessoas, organizado com cadeiras confortáveis, e espaços reservados para cadeirante.

O Auditório é dotado de conexão à internet com de equipamentos para videoconferências (Datashow, Tela, Computador), quadro branco, palco, microfones e caixas de som, para o desenvolvimento de atividades didático, pedagógicas, administrativas e de interação com a comunidade interna e externa à IES.

Tal estrutura permite aos docentes, discentes e técnicos-administrativos a utilização do espaço, seja para: atividades acadêmicas, seminários, palestras, semanas acadêmicas, dentre outros.

Para assegurar que as instalações estejam sempre em conformidade e atendendo às necessidades institucionais em termos quantitativos e qualitativos a IES elaborou um Plano de Avaliação Periódica dos espaços e de gerenciamento da manutenção patrimonial.

6.4. Sala dos Professores

Os docentes têm à sua disposição ambientes devidamente equipados com computadores ligados à internet e impressoras sendo assim distribuídas:

- a) 01 sala coletiva de professores com 19,14 m²;
- b) 01 sala para docente em tempo integral com 15 m²;
- c) 01 banheiro masculino;
- d) 01 banheiro feminino.

Os ambientes atendem eficientemente em relação ao espaço, ventilação, iluminação e acústica apropriada aos seus fins, sendo limpo diariamente por uma equipe especializada, o que gera um local com comodidade necessária às atividades desenvolvidas.

As instalações atendem às questões relacionadas à acessibilidade e mobilidade, com condições para utilização, com segurança e autonomia, total ou assistida.

Para assegurar que as instalações estejam sempre em conformidade e atendendo às necessidades institucionais em termos quantitativos e qualitativos a IES elaborou um Plano de Avaliação Periódica dos espaços e de gerenciamento da manutenção patrimonial.

A CPA é a responsável pelo processo de autoavaliação institucional, que terá entre os critérios de avaliação a sala dos professores e tutores, que permitirá uma melhor visão da comunidade acadêmica que utiliza o espaço, garantindo ações de melhorias e manutenção patrimonial quando necessários.

A Faculdade disponibiliza uma sala coletiva para professores em ambiente centralizado e de fácil acesso, possibilitando aos professores, nos períodos que antecedem os intervalos e após as aulas, condições adequadas para preparação de aulas e para momentos de descanso e troca de experiências.

A sala dos professores possui os seguintes recursos e mobiliários:

- 02 (dois) computadores com acesso à internet
- 02 (duas) mesas para computadores, com cadeiras
- 01 (uma) impressora,
- 01 (uma) mesa de reunião com capacidade para 10 (dez) professores
- 7 (sete) cadeiras estofadas e armários para uso dos professores
- Armários para uso dos professores
- Televisão
- 01 sofá

No espaço é disponibilizado água, café e biscoito para todos os docentes durante toda a jornada de trabalho. Em relação à acessibilidade apresenta localização estratégica em relação as diretorias, a coordenação, as salas de aulas e a outros espaços de aprendizagem disponibilizados pela IES.

A sala é apropriada de acordo com a demanda docente para os respectivos horários de aula ou descanso.

Também é disponibilizado o espaço de trabalho para docentes em Tempo Integral o que viabiliza ações acadêmicas como planejamento didático-pedagógico, atendem às necessidades institucionais, possuem recursos de tecnologias da informação e comunicação

apropriados, garantem privacidade para uso dos recursos, para o atendimento a discentes e orientandos, e para a guarda de material e equipamentos pessoais, com segurança.

Tal espaço dispõe ainda de computadores, impressoras, aparelhos telefônicos, acesso ininterrupto à internet, armários e mobiliário apropriado.

Assim como as demais instalações do IES, a sala dos professores, atende eficientemente no tocante ao espaço, ventilação, acessibilidade, conforto, iluminação e acústica apropriadas aos seus fins, são limpos diariamente por uma equipe especializada, gerando locais com comodidade necessária às atividades desenvolvidas

Registra-se que a sala dos professores conta ainda com funcionários de apoio e está contemplada no Plano de Avaliação Periódica dos Espaços e de Gerenciamento da Manutenção Patrimonial.

6.5. Espaços para atendimento aos discentes

Os alunos da IES recebem atendimentos por variadas formas e em diversos setores. Além das salas de aula, onde ocorrem as atividades de ensino-aprendizagem, os alunos receberão atendimento na secretaria, setor financeiro, Biblioteca, Ouvidoria, Núcleo Psicopedagógico, gabinetes dos coordenadores de curso e sala de atendimento individual.

Os espaços de atendimento ao aluno, pelo coordenador é individual. Os espaços para professores integrais, parciais e horistas são multiuso, mas é assegurado o atendimento individualizado e reservado.

Todos esses espaços possuem adequação às atividades e possuem acessibilidade, incluem formas de comunicação visual, tátil e sinalização permanente, direcional, de emergência e temporária em seus ambientes.

Nesses espaços, edificações, mobiliários e equipamentos, são utilizados símbolos internacionais de acesso, incluindo aqueles para pessoas com deficiência auditiva e visual.

O atendimento ao aluno também é realizado via e-mail e canal de comunicação on-line do portal acadêmico e do AVA. Os espaços de atendimento ao aluno são avaliados periodicamente por meio da avaliação institucional e contemplados no Plano de Avaliação Periódica dos Espaços e de Gerenciamento da Manutenção Patrimonial.

A IES se preparou para que os alunos tenham a maior comodidade e conforto em seus ambientes. Para isso destinou espaços específicos por áreas para que os atendimentos possam ser reservados de acordo com o objeto e tema a ser tratado.

Todos os espaços estão preparados e atendem plenamente quanto à acústica, ventilação, iluminação, limpeza, segurança, comodidade e acessibilidade.

Os acadêmicos da Faculdade Presidente Antônio Carlos Leopoldina além dos espaços acadêmicos, poderão ser atendidos de forma especializada nas seguintes instalações, dentre outros:

- ✓ Setor Financeiro, para questões relacionadas a mensalidades;
- ✓ Secretaria, para questões quanto ao seu ingresso, processo seletivo, matrícula ou documentos pessoais;
- ✓ Diretoria, com atendimento direto do(a) Diretor(a), que estará à disposição tanto do aluno, quanto de seus responsáveis;
- ✓ Salas de Coordenação, com atendimento reservado pelo Coordenador do seu Curso;
- ✓ Sala de Atendimento Psicopedagógico;
- ✓ Ouvidoria, canal de comunicação aberto entre aluno e instituição. O discente poderá realizar reclamações, sugestões e elogios, seja por meio do site, bem como, direto com o Ouvidor (a) da Instituição.

6.6. Espaço para Convivência e Alimentação

A área de convivência possui uma infraestrutura que possibilita o desenvolvimento de recreação/culturais, espaço para alimentação e de serviços. As instalações sanitárias são de fácil acesso e compatíveis com o número de usuários existente.

Os espaços de convivência e de alimentação são bastantes amplos, causando impacto bem-estar psicológico, estão organizados de forma a propiciar o pleno acesso das pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, sinalização tátil, rampas, balcões de atendimento corrimãos, indicação de rotas de fuga e saídas de emergência, conforme normas legais e política de acessibilidade.

A lanchonete proporciona serviços de lanche e pequenas refeições produzidos dentro dos padrões exigidos pela vigilância sanitária.

Esses espaços também passam por avaliações periódicas através da avaliação institucional onde alunos, professores e técnicos-administrativos se manifestam sobre a infraestrutura e qualidade da prestação de serviços, bem como por meio do Plano de Avaliação Periódica dos Espaços e de Gerenciamento da Manutenção Patrimonial.

6.7. Laboratórios, ambientes e cenários para práticas didáticas: infraestrutura física

A Faculdade dispõe de laboratórios para atendimento aos cursos de graduação, com equipamentos em quantidade e qualidade necessárias ao seu bom funcionamento.

Apresentam condições adequadas às finalidades a que se destinam, com dimensão, iluminação, ventilação, acessibilidade e limpeza que atendem aos padrões exigidos. Têm a finalidade de proporcionar aos discentes o desenvolvimento de práticas relacionadas às diversas disciplinas que compõem a matriz curricular, assim como pesquisas para desenvolvimento do TCC.

Os laboratórios especializados contam com procedimentos técnicos para preparação das aulas, regulamentos próprios, bem como normas de utilização e segurança, com objetivo de garantir seu bom funcionamento. A relação a seguir expressa os laboratórios existentes:

DISPONIBILIDADE DO LABORATÓRIO: Próprio							
ID	QT	AT	CO	RE	RE/A	CA	DM
Laboratório de Anatomia	01	70m ²	<p>Utilizado para disciplinas práticas no horário das 19h às 22:30h.</p> <p>O Laboratório destina-se ao desenvolvimento do conhecimento e aprendizado prático referente ao estudo anatomia.</p>	<p>O Laboratório de Anatomia possui acessibilidade disponibilidade de horários para práticas específicas mesas construídas em aço inoxidável com bancos ao redor para acomodações dos discentes durante as aulas. Além de armários para armazenamento de materiais, peças anatômicas e cadáveres (em formol), e peças sintéticas. Possui também uma sala pequena contígua para uso do professor responsável pela disciplina, possibilitando ao discente manusear peças anatômicas, aproximando-se da realidade nas atividades práticas</p>	<p>06 Cérebros sintéticos 03 Torsos humanos bissexuais 01 Esqueleto sintético padrão com rodas 01 Ouvido interno/externo 03 Manequins de tronco e cabeça 01 Caixa de vidro grande 01 Caixa de vidro (com o SNC- Sistema Nervoso Central) 01 Cuba Rin 02 Bandejas de Procedimento Peças anatômicas humanas</p>	40	<p>04 Ventiladores de teto 01 Quadro branco 29 Bancos de madeira com tampo de fórmica 01 Armário de fórmica guarda – volumes 16 portas 10 Mesas de alumínio fixas 01 Maca 01 Banco de metal 02 Tanques</p>
<p>ID = Identificação da Instalação; QT = Quantidade; AT = Área Total (m²); CO = Complemento; RE = Recursos Específicos; RE/A = Relação Equipamento/Aluno; CA = Capacidade; DM = Descrição do Mobiliário.</p>							

DISPONIBILIDADE DO LABORATÓRIO: Próprio							
ID	QT	AT	CO	RE	RE/A	CA	DM
Laboratório de Bioquímica, Química e Água.	01	70m ²	<p>Utilizado para disciplinas práticas no horário das 19h às 22:30h.</p> <p>O Laboratório destina-se ao desenvolvimento do conhecimento e aprendizado prático referente ao estudo bioquímica, química e água.</p>	<p>O Laboratório de Bioquímica/Química/Água possui acessibilidade, horário disponível para práticas específicas de cada disciplina e curso, bancadas e lateral em formato de "L", construídas em alvenaria com tampo em granito, armários, gavetas e prateleiras em fórmica, além de bancos ao redor para acomodação dos discentes durante as aulas. Possui armários para armazenamento de materiais, tais como vidrarias, reagentes, equipamentos, entre outros que possibilitam aos alunos a realização de diversas atividades práticas, as quais contribuem para a formação científica. A utilização do laboratório é regida por Regulamento Interno e visando o bom funcionamento do laboratório é adotado o uso de boas práticas laboratoriais e uma política de manutenção preventiva/corretiva de todos os equipamentos.</p>	<p>01 Cronômetro Digital 10 Micropipetas 01 Agitador Magnético com Aquecimento 01 Agitador Mecânico 01 Balança Analítica 01 Bloco Digestor 01 Turbidímetro 01 Capela de Exaustão 01 Chapa Aquecedora 01 Condutivímetro 01 Destilador 01 Estufa 01 Oxímetro 01 PHMetro Digital 01 Ponto de Fusão 01 Chuveiro/lava Olhos de Emergência 01 Incubadora BOD 01 Dessecador 01 Extrator de Soxhlet 01 Espectrofotometro 01 Lactodensímetro 01 Alcoolômetro 30 Bekers 50 Provetas 06 Kitassatos 06 Funis de Separação 20 Funis Comuns 09 Graus de Porcelana 08 Pistilos 06 Cadinhos 10 Buretas 100 Pipetas 15 Bastões de Vidro 25 Frascos Reagentes 02 Picnômetros 03 Termômetros 300 Tubos de Ensaio 30 Vidros de Relógio 50 Balões Volumétricos 50 Erlenmeyers Reagentes Diversos</p>	40	<p>04 Ventiladores de teto 01 Quadro branco 10 Anéis de ferro com mufla 10 Garras com mufla 10 Suportes para buretas 01 Suporte para pipetas 05 Bicos de bunsen 20 Estantes para tubos de ensaio 04 Pinças para tubos de ensaio 05 Telas de amianto 05 Tripés</p>

DISPONIBILIDADE DO LABORATÓRIO: Próprio							
ID	QT	AT	CO	RE	RE/A	CA	DM
Laboratório de Física	01	70m ²	<p>Utilizado para disciplinas práticas no horário das 19h às 22:30h.</p> <p>O Laboratório destina-se ao desenvolvimento do conhecimento e aprendizado prático referente ao estudo física.</p>	<p>O Laboratório de Física da Faculdade Presidente Antônio Carlos de Leopoldina é dotado de infraestrutura de informação, energia, água e esgoto. As atividades desenvolvidas em consonância com o regulamento interno do Laboratório, garantindo um excelente aproveitamento por parte do aluno, propiciando aumento no desempenho acadêmico, e conseqüentemente, a maximização do princípio de Ensino-Aprendizagem. Para o bom funcionamento do laboratório é adotado o uso de boas práticas laboratoriais e uma política de manutenção /corretiva de todos os equipamentos, reposição sistemática de reagentes, peneiras e vidrarias variadas e o treinamento constante dos recursos humanos utilizados.</p>	<p>Alicate Balança digital Base com haste vertical Beker 600 ml Borne Bússola com agulha Cabinho 22 preto metro Cabinho 22 vermelho metro Cronômetro Cuba com 1dcm cúbico Dinamômetro Esfera metálica ¾ Extensão do suporte de impacto Ferro de solda Fita métrica Fonte de tensão Fonte térmica (ebulidor) Garra jacaré Gaveteiro Gerador de onda estacionária Lâmpada incandescente de 6V e 3W Lançador inclinado c/ base de madeira Led 5 mm Looping Mola espiral Multímetro Digital Nível Paquímetro Pêndulo simples Pilha A de 1,5 V Pinça para haste vertical Placa para circuitos Plug banana Régua centimetrada Régua milimetrada Resistor de 1kΩ; Resistor de 2,2 kΩ; Resistor de 10 kΩ; Resistor de 100 kΩ; Resistor de 1 MΩ; Resistor de 4,7Ω; Resistor de 22Ω; Resistor de 33Ω; Resistor de 56Ω; Resistor de 68Ω Solda bastão Suporte de impacto de madeira Suporte de madeira para Beker Termômetro Termômetro escala 10 a 150 °C Kit Laboratório de Física Licenciatura – Francklin com componentes para Mecânica (cinemática, dinâmica, hidrostática, ondas estacionárias), Calor (temperatura, dilatação, condução, gases e conversão) e Eletricidade (eletrostática, circuitos, magnetismo, eletromagnetismo, eletroquímica).</p>	40	<p>04 ventiladores de teto 32 bancos 06 balcões de granito</p>
	<p>ID = Identificação da Instalação; QT = Quantidade; AT = Área Total (m²); CO = Complemento; RE = Recursos Específicos; RE/A = Relação Equipamento/Aluno; CA = Capacidade; DM = Descrição do Mobiliário.</p>						

DISPONIBILIDADE DO LABORATÓRIO: Próprio							
ID	QT	AT	CO	RE	RE/A	CA	DM
Laboratório de Microbiologia	01	70m ²	Utilizado para disciplinas práticas no horário das 19h às 22:30h. O Laboratório destina-se ao desenvolvimento do conhecimento e aprendizado prático referente ao estudo microbiologia.	O Laboratório de Microbiologia possui acessibilidade, disponibilidade de horários para realização das práticas específicas de cada disciplina, uma mesa central com tampo em fórmica, uma bancada lateral em fórmica com armários e gavetas e outra bancada lateral em alvenaria e tampo de granito com armários em fórmica, além e bancos ao redor para acomodações dos discentes durante as aulas. Possui armários para armazenamento de materiais, tais como vidrarias, reagentes, equipamentos, entre outros que possibilitam aos alunos realização de diversas atividades práticas, as quais contribuem para a formação científica.	06 Microscópios Biológicos Binoculares	40	02 mesas grandes, 35 Bancos para alunos, mesa para professor c/ cadeira, 04 ventiladores, 01 quadro branco.
					06 Micropipetas		
					01 Balança Semi- Analítica		
					01 Centrifuga		
					01 Banho-maria		
					01 Espectrofotômetro		
					01 Estufa Bacteriológica		
					01 Câmara escura UV		
					01 Conjunto de Filtração a Vácuo		
					01 Autoclave		
20 Frascos reagentes							
05 Câmaras Neubauer							
10 Balões Volumétricos							
10 Erlenmeyers							
10 Beckers							
10 Provetas							
50 Pipetas							
85 Placas de Petri							
10 Bastões de Vidro							
300 Tubos de Ensaio							
03 Termômetros							
01 Suporte para Pipetas							
01 Estojo para Esterilizar Pipetas							
01 Estojo para Esterilizar Placas Petri							
20 Cabos de Kolle com Alças de Platina							
03 Bicos de Bunsen							
15 Estantes para tubos de Ensaio							
03 Suportes para Coloração							
04 Pinças para Tubos de Ensaio							
05 Tripés							
03 Espátulas							
03 Telas de Amianto							
01 Jarra graduada 5000ml							
01 Balde graduado 10000							
01 Conjunto coloração de gram							
01 conjunto coloração de Zieh-Neelsen							
<p>ID = Identificação da Instalação; QT = Quantidade; AT = Área Total (m²); CO = Complemento; RE = Recursos Específicos; RE/A = Relação Equipamento/Aluno; CA = Capacidade; DM = Descrição do Mobiliário.</p>							

DISPONIBILIDADE DO LABORATÓRIO: Próprio							
ID	QT	AT	CO	RE	RE/A	CA	DM
Laboratório de Microscopia	01	70m ²	<p>Utilizado para disciplinas práticas no horário das 19h às 22:30h.</p> <p>O Laboratório destina-se ao desenvolvimento do conhecimento e aprendizado prático e simula uma área hospitalar.</p>	<p>O Laboratório é amplo e com paredes de alvenaria, pintadas e com piso cerâmico. Possui uma mesa composta com microscópios para que o discente possa utilizar os equipamentos. É um local reservado ao estudo da microscopia. Neste espaço encontram-se 30 microscópios biológicos binoculares e caixas de lâminas prontas para utilização nas aulas práticas. Está situado no 3º andar, as aulas práticas são organizadas de acordo com a matriz curricular. Possui acessibilidade à portadores de necessidades especiais</p>	<p>30 Microscópios Biológicos Binoculares 01 Câmera para Microscópio 15 Caixas de Lâminas Prontas para Cito-histologia Geral 15 Caixas de Lâminas Prontas para Parasitologia</p>	40	<p>03 ventiladores 01 quadro branco 05 mesas de madeira com tampo fórmica 40 bancos de madeira com tampo de fórmica</p>
<p>ID = Identificação da Instalação; QT = Quantidade; AT = Área Total (m²); CO = Complemento; RE = Recursos Específicos; RE/A = Relação Equipamento/Aluno; CA = Capacidade; DM = Descrição do Mobiliário.</p>							

DISPONIBILIDADE DO LABORATÓRIO: Próprio							
ID	QT	AT	CO	RE	RE/A	CA	DM
Laboratório de Semiologia	01	70m ²	Utilizado para disciplinas práticas no horário das 19h às 22:30h para o curso de Enfermagem. O laboratório de enfermagem destina-se ao desenvolvimento do conhecimento e aprendizado prático das técnicas fundamentais e semiologia em enfermagem	O Laboratório é amplo e com paredes de alvenaria, pintadas e com piso cerâmico. Leitos hospitalares, balão de oxigênio, modelos para venopunção, modelos para administração de medicação IM e SC, pia, cateteres, sondas, modelos pélvicos, materiais de curativo, soroterapia, rouparia e demais instrumentos utilizados em ambientes ambulatoriais e hospitalares	O laboratório possui quantidade de recursos adequados ao espaço físico e vagas	40	01 carrinho de emergência 03 ventiladores de parede 01 Cama de hospital 01 berço com carrinho 01 Quadro branco 01 incubadora 01 cadeira de rodas 01 armário aberto com prateleiras 01 armário vitrine 01 armário de aço inox 01 banquetta de inox Cadeiras Carteiras Colchões
<p>ID = Identificação da Instalação; QT = Quantidade; AT = Área Total (m²); CO = Complemento; RE = Recursos Específicos; RE/A = Relação Equipamento/Aluno; CA = Capacidade; DM = Descrição do Mobiliário.</p>							

A IES conta também com 01 laboratório de informática para uso do corpo docente e discente, sendo:

DISPONIBILIDADE DO LABORATÓRIO: Próprio							
ID	QT	AT	CO	RE	RE/A	CA	DM
Laboratório de Informática	01	70m ²	Utilizado para realização de aulas práticas no horário noturno e para pesquisas no horário diurno.	O Laboratório é amplo e com paredes de alvenaria, pintadas e com piso cerâmico. Possui mesas compostas com computadores para que o discente possa utilizar os equipamentos. Neste espaço encontram-se 30 computadores. Está situado no 3º andar. Possui acessibilidade à portadores de necessidades especiais	<ul style="list-style-type: none"> - 4 Ventiladores - 30 computadores - 30 estabilizadores - 1 quadro de fôrmica 2 suítes (rede internet) 	40	<ul style="list-style-type: none"> - 30 estações de trabalho - 40 cadeiras

Os ambientes foram projetados de forma a admitir até dois alunos-usuários em cada máquina, além de contar com mesas adicionais e pontos de energia elétrica para aqueles que preferem trabalhar com o computador portátil. É possível ainda o acesso à internet através de rede sem fio, o que permite aos usuários de qualquer lugar da IES utilizarem a rede mundial de computadores e seus recursos.

Os ambientes permitem acesso fácil para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida e possuem recursos de acessibilidade tecnológica para usuários com necessidades especiais. O Laboratório de Informática está disponível para uso das 14:00 às 22:30h, para estudos individuais ou em grupo, favorecendo a pesquisa e autonomia dos estudantes.

Para portadores de necessidades existem na IES computadores com softwares específicos instalados: LUPA (recurso do Sistema Operacional Windows para o usuário com baixa visão) e Dosvox.

A estrutura da sala contempla computadores atualizados com a seguinte infraestrutura:

- ✓ acesso à internet de alta velocidade;
- ✓ softwares atualizados;
- ✓ mobiliário adequado com condições ergonômicas;
- ✓ segurança nas informações e no espaço físico, todos com total acessibilidade física e tecnológica;
- ✓ computador adaptado para deficientes;
- ✓ espaço reservado para o cadeirante;
- ✓ projetor multimídia;

As máquinas possuem os seguintes recursos implantados:

- ✓ sistema operacional Windows;
- ✓ acesso à internet;
- ✓ pacote Office;
- ✓ aplicativos específicos conforme a necessidade dos cursos, incluindo a licença Microsoft.

Na Biblioteca da instituição ainda estão disponíveis para os alunos mais 06 microcomputadores para consultas e pesquisas e máquina para trabalho da equipe interna,

dentre as quais uma para deficientes visuais, dotado de recursos de acessibilidade tecnológica.

A Faculdade possui um plano de atualização de softwares que atende um plano de manutenção preditiva e também de atendimento às necessidades de atualização e implantação de softwares solicitados por demanda e necessidade de cada curso, além de manter software de segurança de dados (antivírus) instalados em todo seu parque tecnológico.

Possui ainda redes de dados, das quais uma é voltada para o atendimento aos laboratórios de informática, rede sem fio e computadores de uso dos alunos na biblioteca, separada fisicamente das redes de atendimento aos docentes e funcionários técnico-administrativos, garantindo maior segurança no trato das informações. Os laboratórios contam com vários tipos de equipamentos e materiais devidamente organizados e facilmente acessíveis para serem utilizados por docentes e discentes.

O laboratório conta com um Regulamento próprio, onde se estabelecem as principais regras de utilização, além de normas de segurança. As aulas práticas são realizadas a partir de um roteiro pré-definido.

Para que as atividades práticas possam ser desenvolvidas, ao longo do ano são realizadas atividades de manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos, bem como a aquisição de materiais e insumos necessários à preparação e realização das atividades práticas de ensino, previstas nas disciplinas que compõem o Projeto Pedagógico de cada Curso.

Os laboratórios são utilizados mediante agendamento prévio, realizado diretamente com o coordenador do laboratório. Os materiais permanentes e de consumo estão disponíveis para atender ao planejamento das atividades práticas requeridas pela formação geral/básica e profissional/específica e em quantidade compatível com o número de alunos.

A Faculdade solicita do Coordenador de Curso e dos docentes o planejamento e controle no uso dos ambientes/laboratórios que se destinam ao atendimento das atividades práticas requeridas pela formação dos alunos, buscando conciliar os serviços prestados pelas diferentes áreas de ensino com as atividades didático-pedagógicas práticas.

Os laboratórios são planejados com equipamentos de proteção contra acidentes compatíveis com a finalidade de utilização dos ambientes/laboratórios, e de proteção individual – EPI (máscaras, luvas, óculos, vestuário de proteção) adequados ao número de usuários.

As normas e procedimentos de segurança e proteção ambiental pertinentes estão divulgadas em locais estratégicos que permitem sua visibilidade, assegurando seu conhecimento e aplicação pela comunidade acadêmica, e as instalações e os equipamentos atendem às normas de segurança. Ademais, os docentes do curso são estimulados a abordar aspectos de segurança e proteção ambiental no desenvolvimento dos componentes curriculares.

Considerando a necessidade de propiciar um ambiente seguro, a IES possui como política institucional o planejamento e desenvolvimento de ações direcionadas a manutenção da segurança aos colaboradores em toda a sua infraestrutura. Ao longo do ano são desenvolvidos cursos, capacitações, eventos, etc. com a finalidade de divulgar e habilitar seus funcionários, docentes e discentes quanto aos procedimentos adequados de prevenção. Concomitantemente, equipes responsáveis pela segurança atuarão para eliminar condições inseguras do ambiente e implementar práticas preventivas. São disponibilizados equipamentos de proteção individual e coletiva a todos os usuários dos laboratórios.

Os laboratórios atendem também aos princípios de limpeza e higienização. Todos os ambientes funcionam na observância da legislação vigente. A equipe de profissionais dos laboratórios e professores responsabiliza-se pela fiscalização do uso correto dos EPIs atendendo as exigências direcionadas à atividade realizada. **Como recurso inovador a Faculdade Presidente Antônio Carlos de Leopoldina conta com os laboratórios didáticos virtualizados da ALGETEC – Soluções para Ensino e Aprendizagem.**

Os laboratórios virtuais são integrados a um ambiente virtual de aprendizagem (AVA ou LMS, na sigla em inglês). Basta um link para acessá-los em qualquer local ou horário. É como um laboratório real onde os experimentos são replicados com alto grau de fidelidade nas mais diversas áreas do conhecimento.

Do ponto de vista pedagógico, uma das principais vantagens é que o aluno pode repetir o experimento individualmente quantas vezes for necessário. Tudo com a segurança de uma experiência digital alinhada ao projeto pedagógico e às demandas do mercado de trabalho.

Os Laboratórios Virtuais se constituem em práticas roteirizadas associadas ao plano pedagógico do curso e seguem com alto grau de fidelização os experimentos realizados nos equipamentos físicos. Nesta plataforma, o aluno pode aprender, através de uma linguagem moderna, todos os conceitos das aulas práticas de uma determinada disciplina.

Essa tecnologia possui extrema precisão nas operações e medidas, possíveis erros e equívocos cometidos pelos alunos durante os procedimentos. Com a diferença de o ambiente ser controlado, ou seja, sem riscos.

Dessa maneira, um aluno pode simular situações práticas a partir do conhecimento adquirido na teoria, por exemplo. Basta ter em mãos um computador com acesso à internet. Os laboratórios virtuais ainda melhoram a preparação para os procedimentos que devem ser realizados nas práticas em ambientes reais. Assim, os estudantes desenvolvem um trabalho mais ativo nas práticas, otimizando as aulas. Em pontos pré-determinados dos conteúdos abordados por cada disciplina, o ambiente virtual de aprendizagem indica que o estudante necessita de uma prática através do Laboratório Virtual.

O fato de ser feito por um computador não quer dizer que não é prática. É prática e pode se bastar como atividade para nortear o profissional naquilo que ele vai encontrar no mercado de trabalho, pois ao invés de colocar vários alunos em torno de um aparelho, conduzido por um técnico e onde tudo acontece em uma fração de segundos, os laboratórios virtuais permitem reproduzir a tarefa tantas vezes quanto necessário, facilitando a absorção do conteúdo.

Os catálogos contendo a relação de laboratórios virtualizados e respectivas práticas profissionais simuladas, encontram-se disponíveis na IES para consulta.

6.8. Infraestrutura física e tecnológica destinada à CPA

Na Faculdade Presidente Antônio Carlos de Leopoldina a Avaliação Institucional está a cargo da Comissão Própria de Avaliação (CPA).

A IES destinou espaço específico para a CPA, com sala para seu Coordenador. A sala está devidamente equipada com recursos físicos e tecnológicos para realização das atividades a qual se propõe a Comissão Própria de Avaliação, em ambiente totalmente ventilado, com excelente iluminação, acústica, mobilidade e acessibilidade.

A sala da CPA possui a seguinte estrutura:

- ✓ 01 computador conectado à rede e a internet, com mobiliário adequado;
- ✓ 01 impressora;
- ✓ 01 mesa de reunião;
- ✓ 01 armário.

Vale destacar que para as reuniões de toda a equipe da CPA, existe também disponível a Sala de Reuniões da instituição, permitindo a Comissão um espaço reservado para desenvolvimento de suas atividades.

Para assegurar que as instalações estejam sempre em conformidade e atendendo às necessidades institucionais em termos quantitativos e qualitativos a IES elaborou um Plano de Avaliação Periódica dos espaços e de gerenciamento da manutenção patrimonial.

6.9 Biblioteca

A Biblioteca São Tomás de Aquino é o órgão complementar que dá suporte à realização das atividades acadêmico-pedagógicas, destinada aos professores e alunos, organizada de modo a atender aos objetivos da Instituição, funcionando diariamente, durante os períodos de trabalho escolar e no decorrer das férias, no horário estabelecido em seu Regulamento. Ocupa um espaço físico de 233,61m² e está devidamente informatizada para fornecer informações rápidas e precisas a seus usuários.

Tal procedimento oferece as vantagens de disseminação seletiva da informação, obtenção de dados para avaliação quantitativa do acervo, controle de empréstimos, etc. O programa de automação utilizado é o software Personal Home Library (PHL), sistema este desenvolvido especificamente para a administração, organização e disponibilização de acervos e serviços através da Internet com bases de dados no padrão CDS/ISIS© UNESCO. O Sistema permite ao usuário o acesso aos serviços e catálogos das Bibliotecas da Rede e integra, em tempo real, os catálogos às rotinas de controle e oferece ao usuário recursos de buscas, reservas e renovações, sem se deslocar de sua casa ou ambiente de trabalho.

Para o acervo físico, a Biblioteca adota padrões internacionais para o tratamento e organização da informação utilizando as normas de catalogação AACR2; a Classificação Decimal de Direito para o acervo da área jurídica; a Classificação Decimal Dewey (CDD) para as demais áreas e a Tabela Cutter-Sanborn para a notação de autor. O formato de saída dos catálogos é de acordo com a Norma NBR/6023 da ABNT. O sistema contém dados da descrição física das obras, do seu conteúdo e os dados patrimoniais.

O acervo virtual é disponibilizado através da assinatura da biblioteca digital “MINHA BIBLIOTECA”, de uso restrito para a comunidade acadêmica, com acesso através de login e senha, podendo ser acessado via página da biblioteca da IES e pelo AVA (Ambiente Virtual de Aprendizagem).

Para a indexação recurso informacionais online é utilizado o DeCs (Descritores em Ciências da Saúde) e para as demais áreas utiliza-se o vocabulário controlado da Fundação da Biblioteca Nacional (FBN).

Considerando a necessidade de salvaguardar o acervo físico, bem como proporcionar a seguridade e a estabilidade dos serviços oferecidos pela biblioteca digital “MINHA BIBLIOTECA”, a Biblioteca disponibiliza um Plano de Contingência em que é previsto, primordialmente, a sustentabilidade dos serviços ofertados.

Na sua infraestrutura, a Biblioteca possui setor de atendimento aos usuários, cabines de estudo individuais e salas de estudo em grupo e os ambientes respeitam os padrões arquitetônicos de dimensão, iluminação, acústica, ventilação e acessibilidade.

A Biblioteca destina-se a disponibilizar recursos bibliográficos, informacionais, tecnológicos e acesso à informação física e on-line, especialmente, ao corpo discente, docente e técnico-administrativo da IES para efeito das atividades de ensino, iniciação científica e extensão.

Todos os serviços oferecidos pela biblioteca estão devidamente informatizados para fornecer e recuperar informações de maneira rápida e precisa a seus usuários.

A atualização do acervo da bibliografia do curso é feita de acordo com a necessidade e definidas nas reuniões de colegiado, sendo repassadas ao setor responsável da instituição.

A Biblioteca da Faculdade Presidente Antônio Carlos de Leopoldina vem trabalhando e incorporando novas políticas de desenvolvimento de coleções relacionadas aos novos produtos e serviços de informação online. Partindo deste princípio, foi disponibilizado aos acadêmicos, professores e colaboradores a Biblioteca Virtual, uma importante ferramenta de acesso a informação e aprendizagem, que permite melhor interação com a capacitação do aluno, integrando as fontes de informação em um espaço único, preservando e proporcionando a disseminação do conhecimento.

NÍVEL DE INFORMATIZAÇÃO DA BIBLIOTECA

TIPOS	NENHUM	PARCIAL	TOTAL
CATÁLOGO DO ACERVO FÍSICO			X
PESQUISA PÚBLICA OPEN PUBLIC ACCESS CATALOG (OPAC) - Interface de acesso ao catálogo do acervo pelos usuários internos e externos			X
CATALOGAÇÃO/INDEXAÇÃO DO ACERVO			X

EMPRÉSTIMO/RENOVAÇÃO/RESERVA/DEVOLUÇÃO			X
CADASTRAMENTO DE USUÁRIOS			X
SERVIÇO DE ENVIO AUTOMÁTICO DE E-MAILS PARA USUÁRIOS			X
CONTROLE INTEGRADO DO PROCESSO DE SELEÇÃO E AQUISIÇÃO			X
GERAÇÃO DE RELATÓRIOS ESTATÍSTICOS E GRÁFICOS			X
WIFI (AMBIENTE DA BIBLIOTECA)			X
REPOSITÓRIO INSTITUCIONAL PARA PUBLICAÇÕES TÉCNICO-CIENTÍFICAS			X
GUIAS E NORMAS INSTITUCIONAIS PARA REGULAMENTAÇÃO, NORMALIZAÇÃO E PUBLICAÇÃO DE DOCUMENTOS TÉCNICO-CIENTÍFICOS			X

6.9.1 Extensão dos Serviços da Biblioteca para os Egressos

O egresso poderá seguir fazendo parte de um ambiente inovador à produção e à difusão do conhecimento tornando-se um ex-aluno associado à Biblioteca da Faculdade Presidente Antônio Carlos de Leopoldina com direito à consulta, empréstimos e renovações de livros físicos, acesso à coleção dos periódicos eletrônicos e bases de dados disponibilizados na página da Rede de Bibliotecas, além do Repositório Institucional.

O egresso tem direito ao empréstimo de duas obras com prazos diferenciados e pode renovar e reservar materiais através da internet. Para retirar o material é necessário que o egresso seja cadastrado no sistema da biblioteca devendo apresentar os seguintes documentos:

- Cédula de Identidade;
- Comprovante de residência;
- Declaração de ciência do Regulamento da Biblioteca;
- Criar uma senha para acesso remoto aos serviços.

6.9.2 Acessibilidade

Na sua Política de Acessibilidade, a Biblioteca assegura a remoção de barreiras nas comunicações; atendimento prioritário envolvendo tratamento diferenciado e atendimento imediato às pessoas com deficiência; ajuda técnica para o acesso às atividades em igualdade de condições da seguinte forma:

1. **Alunos com deficiência física:** adequação e adaptação do acesso às ao setor de atendimento;
2. **Alunos com deficiência visual:** um computador com o programa (Dosvox) que permite que um texto seja transformado em arquivo audível e transferível para os endereços eletrônicos dos usuários, possibilitando-lhes fazer uso dos mesmos no momento de sua conveniência. O software possibilita que deficientes visuais utilizem um microcomputador comum (PC) para desempenhar uma série de tarefas, adquirindo assim independência nas atividades. É disponibilizado ainda um teclado em braile.
3. **Alunos com deficiência auditiva:** é disponibilizado um computador com o software VLibras destinado a deficientes auditivos. O VLibras traduz automaticamente conteúdos digitais (texto, áudio e vídeo) para a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) tonando computadores, dispositivos móveis e plataformas Web acessíveis para pessoas surdas.

6.9.3 Recursos Eletrônicos

E-books (MINHA BIBLIOTECA)

A biblioteca digital “Minha Biblioteca”, de uso restrito para a comunidade acadêmica, com acesso através de login e senha, é formada pelas principais editoras de livros acadêmicos do Brasil oferecendo às instituições de ensino superior uma plataforma prática e inovadora para acesso digital a conteúdos técnico-científicos de qualidade. Através dela, alunos e professores têm acesso a milhares de títulos acadêmicos entre as diversas áreas do conhecimento.

A “Minha Biblioteca” conta atualmente com aproximadamente 12.400 títulos permitindo aos usuários o acesso remoto ininterrupto, 24 horas por dia, ilimitado e simultâneo, através de computador, tabletes e dispositivos móveis conectados na Internet.

Esta plataforma disponibiliza diversos recursos como: seleção de trechos, compartilhamento de conteúdo por e-mail, navegação intuitiva com pesquisas realizadas por título, autor, ISBN e termos. A leitura dos e-books pode ser feita por figuras, blocos de notas e sumário. Diversas ferramentas interativas são disponibilizadas como: o modo de realce, redimensionamento de texto com zoom, impressão de páginas (limitada), criação de anotações todas com direito a serem compartilhadas com colegas, grupo de trabalho, professor etc.

6.9.4 Periódicos Eletrônicos

A Faculdade Presidente Antônio Carlos de Leopoldina aderiu algumas prerrogativas da Declaração de Budapeste (BOAI - Budapest Open Access Initiative - 2002), entre elas a disseminação de periódicos científicos de livre acesso (Open Archive).

O acesso aberto é uma reação às novas possibilidades oferecidas pela Internet em que a produção científica é disponibilizada livremente, permitindo a qualquer usuário ler, fazer download, copiar, distribuir, imprimir, pesquisar, referenciar o texto integral dos artigos, indexá-los ou usá-los para qualquer outro fim legal, sem barreiras financeiras, legais ou técnicas. A única restrição de reprodução ou distribuição, obedecendo o direito autoral, é garantir a integridade do trabalho dando o reconhecimento aos autores através das citações das fontes.

Nesse contexto, a instituição disponibiliza na página da Rede de Bibliotecas (<https://www.unipac.br/biblioteca/>) diversas informações científicas desenvolvidas por pares e patrocinadas por agências de fomento e instituições de pesquisas como: periódicos científicos, Bases de Dados como a BIREME, PUBMED, Bibliotecas Virtuais, Repositórios de Teses e Dissertações quais são considerados fontes de informação científicas, contemplando todas as áreas do conhecimento da humanidade.

6.9.5 Repositório Institucional FUPAC/UNIPAC

O Repositório Institucional é o instrumento oficial para coleta, organização, disseminação e preservação de todo o conhecimento produzido pelas Instituições mantidas pela Fundação Presidente Antônio Carlos.

Através desse repositório, docentes, pesquisadores, alunos de graduação, pós-graduação e servidores técnico-administrativos dessas Instituições devem depositar seus resultados de pesquisas, de modo a:

- proporcionar acesso aberto e público à produção científica e intelectual, propiciando o aumento de sua visibilidade, acessibilidade e difusão;
- facilitar a gestão e o acesso à informação sobre a produção científica e intelectual produzidas pela Instituição;
- integrar-se a um conjunto de iniciativas nacionais e internacionais, por meio de padrões e protocolos de integração qualificados e normalizados.

6.9.6 Política de Expansão e Atualização dos Acervos

O referido documento visa estabelecer o planejamento na expansão dos acervos físico e digital, bem como na sua atualização, sendo um instrumento de apoio aos coordenadores de curso, NDE, pesquisadores, corpo docente e bibliotecário. Todas estas ações são realizadas através de recurso orçamentário, conforme previsão de investimentos, além de permuta e doações de materiais.

As aquisições dos acervos físico e virtual e a indexação das bases de dados temáticas, periódicos eletrônicos, enciclopédias, dicionários e demais outras fontes de informações científicas são selecionadas pelo NDE e pelo Coordenador do curso, juntamente com o Bibliotecário.

Para a garantia da qualidade do processo de atualização e renovação dos acervos, a Faculdade Presidente Antônio Carlos de Leopoldina considera vários aspectos os quais estão descritos no referido documento que se encontra disponível na IES.

6.9.7 Bibliografia básica por Unidade Curricular

O acervo físico do curso está tombado e informatizado. O acervo virtual possui contrato que garante o acesso ininterrupto pelos usuários e ambos os acervos estão registrados em nome da IES.

O acervo da bibliografia básica é adequado em relação às unidades curriculares e aos conteúdos descritos no PPC e está atualizado, considerando a natureza das UC. Da mesma forma, está referendado por relatório de adequação, assinado pelo NDE, comprovando a compatibilidade, em cada bibliografia básica da UC, entre o número de vagas autorizadas (do próprio curso e de outros que utilizem os títulos) e a quantidade de exemplares por título (ou assinatura de acesso) disponível no acervo.

Nos casos dos títulos virtuais, há garantia de acesso físico na IES, com instalações e recursos tecnológicos que atendem à demanda e à oferta ininterrupta via internet, bem como de ferramentas de acessibilidade e de soluções de apoio à leitura, estudo e aprendizagem.

O acervo possui acesso virtual aos periódicos especializados que suplementam o conteúdo administrado nas UC.

O acervo é gerenciado de modo a atualizar a quantidade de exemplares e/ou assinaturas de acesso mais demandadas, sendo adotado plano de contingência para a garantia do acesso e do serviço.

Para a atualização das bibliografias básicas e complementares, a bibliotecária da Faculdade Presidente Antônio Carlos de Leopoldina emite relatório do acervo do curso de acordo com o disposto em seu Projeto Pedagógico - PPC, encaminhando o mesmo ao coordenador do curso para apreciação, sempre nas primeiras quinzenas dos meses de fevereiro e agosto do ano de sua atualização. O relatório deve conter a quantidade de exemplares e ano de publicação de cada obra que compõe a referência bibliográfica do Curso em processo de atualização.

Cabe ao coordenador de curso realizar, dentro do período de 30 (trinta) dias, consulta pública aos docentes e discentes de seu curso, permitindo sugestões para aquisição de obras atualizadas e de novas obras, necessárias ao desenvolvimento das competências e habilidades descritas no Plano de Aprendizagem de cada componente curricular. Os coordenadores de curso devem incentivar seus docentes e discentes a fazerem sugestões, esclarecendo que as mesmas serão encaminhadas ao NDE para validação e, posteriormente, ao Colegiado de Curso para homologação.

O coordenador de curso apresenta, respectivamente, ao Núcleo Docente Estruturante – NDE e ao Colegiado de Curso para deliberação sobre:

- I. Lista de sugestões de compra para a atualização de bibliografias;
- II. Lista de sugestão para aquisição de novas obras;
- III. Lista de sugestão para aquisição devido à alteração curricular, quando houver;
- IV. Lista de sugestão para aquisição para atender a implantação de novos cursos;

A sugestão para aquisição de novas obras é deferida quando esta for acompanhada de justificativa para análise de sua relevância para o curso, observadas as prioridades para alocação de recursos.

O coordenador de curso, após o processo de consulta e as considerações e validação do NDE, consolida a lista de sugestão para aquisição das obras. A lista consolidada deve ser remetida à Direção Acadêmica, para aprovação e está, posteriormente ao bibliotecário para

análise e alinhamentos das referências indicadas. Em seguida deve ser encaminhada ao setor de compras da Faculdade Presidente Antônio Carlos de Leopoldina com as devidas justificativas para que proceda a cotação. O setor de compras remete a cotação com as justificativas à Direção Geral, em, no máximo, 30 (trinta) dias contados do recebimento da lista consolidada, para aprovação da compra.

O bibliotecário comunica ao coordenador de curso o recebimento das obras, através de lista das novas aquisições, para inclusão no PPC e nos planos de aprendizagem. O coordenador de curso, juntamente com o bibliotecário, deve divulgar amplamente o recebimento das obras aos discentes e docentes.

6.9.8 Bibliografia Complementar por Unidade Curricular

O acervo da bibliografia complementar do curso é adequado em relação às unidades curriculares e aos conteúdos descritos no PPC e está atualizado, considerando a natureza das UC.

Da mesma forma, está referendado por relatório de adequação, assinado pelo NDE, comprovando a compatibilidade, em cada bibliografia complementar da UC, entre o número de vagas autorizadas (do próprio curso e de outros que utilizem os títulos) e a quantidade de exemplares por título (ou assinatura de acesso) disponível no acervo.

Nos casos dos títulos virtuais, há garantia de acesso físico na IES, com instalações e recursos tecnológicos que atendem à demanda e à oferta ininterrupta via internet, bem como de ferramentas de acessibilidade e de soluções de apoio à leitura, estudo e aprendizagem.

O acervo possui exemplares, ou assinaturas de acesso virtual, de periódicos especializados que complementam o conteúdo administrado nas UC.

O acervo é gerenciado de modo a atualizar a quantidade de exemplares e/ou assinaturas de acesso mais demandadas, sendo adotado plano de contingência para a garantia do acesso e do serviço.

6.10 Salas de Apoio de Informática ou Estrutura Equivalente

A estrutura tecnológica atende às necessidades Institucionais, tendo em vista a capacidade de armazenamento e segurança das informações, capacidade de processamento, tecnologia aplicada em diversas áreas da Instituição, seguridade de disponibilidade, redundância de serviços, e outros.

O Laboratório de Informática da Faculdade, além de propiciar ambiente para a aprendizagem das ferramentas computacionais propriamente ditas, funciona como sala de aula informatizada, na qual alunos e professores desenvolverão atividades acadêmicas relacionadas aos diversos conteúdos, caso necessitem de aplicação prática.

Possui acesso estável e ininterrupto à Internet, com velocidade compatível com as atividades desenvolvidas pelos discentes, dimensão suficiente para acomodação confortável dos alunos, sendo um ambiente salubre, arejado, bem iluminado, ventilado, boa conservação, contando com acesso para portadores de deficiência ou mobilidade reduzida.

Visando o acompanhamento de novas tecnologias e ferramentas computacionais a Faculdade contempla em regulamento próprio a política de manutenção e atualização de equipamentos, de softwares e hardwares, disponibilizando também rede sem fio para acesso a internet no laboratório.

A atualização de equipamentos e softwares é feita através de trabalho conjunto entre a diretoria, os coordenadores e os professores, visando ofertar novas tecnologias e equipamentos modernos aos discentes.

Há total adequação do espaço físico com condições de acessibilidade nos moldes elencados na legislação vigente, sendo eliminadas as barreiras arquitetônicas, metodológicas, atitudinais, de comunicação e digital.

A qualidade do laboratório de informática é item mensurado pelos alunos, na avaliação institucional, objetivando oferecer sempre uma boa infraestrutura e acesso a equipamentos de informática de qualidade, adequados e propícios para o desenvolvimento de atividades relacionadas ao processo de ensino-aprendizagem e à futura profissão.

Os alunos podem acessar os equipamentos de informática no laboratório de informática e na biblioteca. Os mesmos têm acesso livre aos laboratórios de informática no horário de

funcionamento, exceto quando estiver reservado para a realização de aulas práticas por algum professor da Instituição.

Os equipamentos de informática da biblioteca também são de livre acesso aos alunos no horário de funcionamento da mesma.

O Laboratório de Informática, além de propiciar ambiente para a aprendizagem das ferramentas computacionais propriamente ditas, funciona como sala de aula informatizada, na qual alunos, professores e tutores desenvolvem atividades acadêmicas relacionadas aos diversos conteúdos, apoiados por softwares de gerenciamento, recursos de multimídia e acesso pleno e ininterrupto à Internet. Além disso, cada curso, em seu Projeto Pedagógico, define os softwares específicos a serem utilizados no desenvolvimento das atividades acadêmicas do mesmo.

O Laboratório de Informática é um ambiente aberto a alunos, professores e funcionários técnico-administrativos, podendo ser utilizado para as seguintes práticas, entre outras:

- I. Realização de aulas e trabalhos acadêmicos;
- II. Realização de trabalhos institucionais;
- III. Promoção de cursos de informática (treinamentos);
- IV. Ações de extensão social; e
- V. Pesquisa na Internet.

Com o objetivo permanente de incluir o uso dos recursos de tecnologia da informação na rotina de trabalho de professores, tutores e alunos, a Faculdade utiliza o Laboratório, juntamente com os demais recursos tecnológicos existentes, permitindo:

- ✓ Capacitar instrumentalmente os professores e tutores em: Introdução ao uso do computador; Processamento de textos; Produção de aulas multimídia; e Utilização do computador como ferramenta de ensino;
- ✓ Apoiar as atividades de ensino: Suporte à produção de: aulas multimídia e atividades com uso da Internet;
- ✓ Apoiar a aprendizagem acadêmica: Desenvolvimento de projetos com softwares de produtividade; e Atividades com Internet.

A IES conta com 01 laboratório de informática, sendo:

Equipamentos - Laboratório de Informática						
ID	QT	AT	CO	RE	CA	DM
LABORATÓRIODE INFORMÁTICA	01	70 m ²	Utilizado para realização de aulas práticas no horário noturno e para pesquisas no horário diurno.	- 4 Ventiladores - 30 computadores - 30 estabilizadores - 1 quadro de fórmica - 2 suítes (rede internet)	40	30 estações de trabalho com 40 cadeiras
<i>ID = Identificação da Instalação; QT = Quantidade; AT = Área Total (m²); CO = Complemento; RE = Recursos Específicos; CA = Capacidade; DM = Descrição do Mobiliário.</i>						

Os referidos equipamentos se encontram à disposição da comunidade acadêmica considerando a demanda percebida dos cursos nos seus respectivos Projetos Pedagógicos.

Na Biblioteca da instituição ainda estão disponíveis para os alunos mais 6 microcomputadores para consultas e pesquisas diversas e mais máquinas para trabalho da equipe interna, dentre as quais uma para deficientes visuais, dotado de recursos de acessibilidade tecnológica.

A IES possui um plano de atualização de softwares que atende um plano de manutenção preditiva e também de atendimento às necessidades de atualização e implantação de softwares solicitados por demanda e necessidade de cada curso, além de manter software de segurança de dados (antivírus) instalados em todos os equipamentos.

Possui ainda redes de dados, das quais uma é voltada para o atendimento aos laboratórios de informática, rede sem fio e computadores de uso dos alunos na biblioteca, separada fisicamente das redes de atendimento aos docentes e funcionários técnico-administrativos, garantindo maior segurança no trato das informações.

O acesso aos microcomputadores é facilitado por uma política interna de organização de tempo. Os equipamentos estão ligados em rede, no sentido de proporcionar maior integração acadêmica, já que toda a comunidade tem acesso ao mesmo servidor.

A Faculdade possui seus equipamentos interligados em rede de comunicação científica (Internet), e o acesso aos equipamentos de informática está disponível em quantidade suficiente para o desenvolvimento das atividades.

A Faculdade possui um plano de atualização de softwares e hardware que atende ao plano de manutenção preditiva e também de atendimento às necessidades de atualização e implantação solicitadas por demanda e necessidade de cada curso.

Os usuários têm acesso à rede mundial, tanto através dos computadores ligados à rede cabeada quanto à rede sem fio, disponibilizada através de serviço de *hostpot* e pontos de acesso que garantem cobertura em todo o campus, garantindo o acesso a quaisquer recursos da internet. A rede wireless ainda permite a visitantes da IES conexão à internet.

Para situações emergenciais, há o estabelecimento de uma política de procedimentos para o caso de indisponibilidade geral de energia que inclui, dentre outras orientações, o acionamento da empresa fornecedora de energia local, a comunicação aos usuários através de avisos eletrônicos e chamadas telefônicas e procedimentos internos para garantir os serviços essenciais.

Os serviços de disponibilização de conteúdos para alunos são contratados de terceiros, tanto no que se refere à estrutura de armazenamento, quanto dos serviços de ambiente e banco de dados. A IES utiliza a plataforma virtual *Moodle* hospedada em servidores em nuvem que garantem o acesso full time para a população discente e docente da Instituição.

Visando a agilidade e segurança para evitar riscos, existe um plano de contingência que abrange a infraestrutura tecnológica. Esse plano tem como objetivo reduzir danos, caso enfrente algum problema. O plano de contingência foi criado a partir da análise de chamados advindos do sistema de *HelpDesk*, que orientou as ações de prevenção e ação das maiores frequências de problemas que impactam na área de infraestrutura: necessidade de manutenção e instalação de hardwares, falhas técnicas, suporte na utilização dos sistemas, entre outros.

6.10.1. Instalações Sanitárias

A IES conta com banheiros masculinos e femininos instalações sanitárias com ventilação, iluminação, limpeza e acessibilidade, com condições para utilização, com segurança e autonomia, e todos adaptados às pessoas portadoras de necessidades especiais.

Os mesmos são abastecidos com todos os insumos necessários aos usuários, além do serviço permanente de limpeza tornando-os sempre em excelente estado.

A IES possui também um banheiro familiar equipado com fraldário.

Todos os sanitários atendem plenamente às questões de limpeza, iluminação, ventilação, conservação, segurança e mobilidade.

Para assegurar que as instalações estejam sempre em conformidade e atendendo às necessidades institucionais em termos quantitativos e qualitativos a IES elaborou um Plano de Avaliação Periódica dos espaços e de gerenciamento da manutenção patrimonial.

6.10.2. Infraestrutura Tecnológica

A estrutura tecnológica adotada pela FUPAC atende às necessidades Institucionais tendo em vista a capacidade de armazenamento e segurança das informações, capacidade de processamento, tecnologia aplicada em diversas áreas da instituição, seguridade de disponibilidade, estabilidade da rede elétrica, redundância e contingência de serviços, acordo de nível de serviços - SLA, estando com toda infraestrutura disponível 24 horas, 7 dias por semana. Normas como a ISO 20000 nos norteiam nos serviços relativos à infraestrutura tecnológica para que haja excelência na entrega do produto final ao usuário.

6.10.3. Servidores e disponibilidade 24 x 7

Com o objetivo em manter os sistemas e aplicações disponibilizados 24 x 7, a FUPAC possui servidores de alta capacidade, baseado em sistemas de Alta Disponibilidade - HA (High Availability) em plataformas redundantes.

A infraestrutura conta em sua maioria com Servidores IBM System X3550 M4, com processadores Six-core Intel Xeon E2620, tendo atualmente de 32 à 64 GB de memória em cada servidor, sendo expansível até 384 GB, fontes de energia de 550W e 750W, sendo Hot Swap e redundante, interfaces de rede gigabit, Discos Rígidos SAS de até 10K RPM. Todos os servidores possuem sistema de detecção e alertas de problemas.

Os servidores são clusterizados (sistema de cluster para alta disponibilidade) com discos em arquitetura RAID para garantia e agilidade das aplicações em tempo integral, sob sistemas de

alta disponibilidade.

Tais recursos e metodologias garantem que os sistemas fiquem operantes 24 horas por dia, 7 dias na semana. A instituição possui políticas de segurança de acesso a informação e disponibilidade de dados garantidas pelo Setor de Informática da IES, além de determinar responsabilidades e responsáveis por acessos físicos aos recursos de infraestrutura.

A sala dos servidores é ampla e devidamente refrigerada. Aparelhos de ar condicionado funcionam em tempo integral contando com um sistema de redundância e centrais de alerta caso a temperatura da sala ultrapasse um limite pré-estabelecido.

6.10.4. Estabilidade da rede elétrica e disponibilidade 24 x 7

A infraestrutura da rede elétrica é estabilizada, protegida com para-raios e aterramento, além de DPS bipolar. Há a garantia de funcionamento 24 x 7 devido seus nobreaks e gerador de alta capacidade. Para situações emergenciais, há o estabelecimento de uma política de procedimentos para o caso de indisponibilidade geral de energia que inclui o acionamento automático dos geradores, além do acionamento da empresa fornecedora de energia local.

6.10.5. Backup

Os backups da infraestrutura são feitos diariamente de forma automatizada na Google Cloud, em storages próprios fora da Instituição e também backups físicos full e diferenciais gravados em mídia e armazenados em locais interno e externo a Instituição, de acesso seguro, fácil e de rápida recuperação.

6.10.6. Internet e disponibilidade 24 X 7

A FUPAC conta com links de internet de alta velocidade, com transmissão por meio de fibra ótica, links estes dedicados e com um sistema de redundância de sinal que garante acesso à internet 24 x 7. São 2 links de fornecedores diferentes, sendo um de 50MB e outro de 100MB.

Serviços de load balance são adotados, garantindo que cada usuário tenha uma navegação confortável e que atenda toda sua demanda.

Os usuários têm acesso a rede mundial tanto através dos computadores ligados à rede cabeada quanto à rede sem fio, disponibilizada através de serviço de hotspot distribuída através de Mikrotik e pontos de acesso que garantem cobertura em todo o campus, garantindo o acesso a quaisquer recursos da internet.

A rede wireless ainda permite a conexão à internet de visitantes da IES.

6.10.7. Acordo de Nível de Serviço - SLA

Para a contribuição na execução da estratégia da Instituição, há a necessidade da previsão de Acordos de Nível de Serviço - SLA, dos serviços de TI ofertados pela FUPAC.

Os Acordos de Nível e Serviço - SLA são previstos para os serviços internos e compactuado com fornecedores prestadores de serviços e TI externos. Tais acordos são parte integrante e podem ser verificados no plano de contingência, redundância e expansão da FUPAC.

6.10.8. Segurança da Informação

Para segurança, confidencialidade, integridade, disponibilidade e autenticidade da rede e dos dados, é utilizado um servidor de Firewall físico de rede que gerencia todos acessos da rede, restringindo e liberando acessos através de IP e portas, armazenando logs de acesso, antivírus sempre atualizado, Active Directory para aplicação das políticas de grupos de segurança e possibilitar acesso para todos usuários cadastrados de acordo com seu perfil, acessível apenas através de senhas pessoais; balanceamento de rede, asseguram consulta a conteúdos que condizem com os fins da Instituição; o Windows Server Update Services (Wsus) garante a atualização constante do sistema operacional Windows nas máquinas do parque tecnológico, o que é constantemente supervisionado por funcionários do setor.

Há uma separação física e lógica através de cabeamento, switches, Firewall e VLANs dos links de internet para o corpo administrativo, discente e docente, o que contribui para a segurança do tráfego de dados da rede.

Os sistemas disponibilizados pela FUPAC utilizam-se de criptografias a modo evitar aleitura de dados por terceiros ou pessoas não autorizadas, os sites possuem certificação SSL

garantindo a privacidade e integridade dos dados e das aplicações que se comunicam pela internet.

Todos os processos de desenvolvimento são inicialmente realizados em ambiente de testes e mantido através de um sistema de controle de versões – GIT.

Os serviços de disponibilização de conteúdos para alunos são contratados de terceiros, e possuem garantia de acordo de nível de serviço – SLA, tanto no que se refere a estrutura de armazenamento quando dos serviços de ambiente e banco de dados. A IES utiliza as plataformas virtuais Blackboard e Moodle, ambas hospedadas em servidores em nuvem que garantem o acesso full time para a população discente e docente da instituição.

6.10.9. Plano de Contingência

O Plano de contingência é um planejamento de respostas e procedimentos a serem adotados em situação de crise, para a mitigação dos efeitos negativos e restabelecimento do cenário anterior à crise.

Visando a agilidade e segurança para evitar estes riscos e crise, existe um plano de contingência que abrange a infraestrutura tecnológica. Esse plano tem como objetivo reduzir os impactos e danos caso enfrente algum problema. O plano de contingência foi criado a partir da análise de risco e de chamados advindos do sistema de HelpDesk, que orientou as ações de prevenção e ação das maiores frequências de problemas que impactam na área de infraestrutura: necessidade de manutenção e instalação de hardwares, falhas técnicas, suporte na utilização dos sistemas, entre outros.

6.11. Infraestrutura e Execução e Suporte

A capacidade em oferecer serviços tecnológicos com qualidade aos alunos e funcionários da FUPAC, depende de uma infraestrutura tecnológica sólida, baseando nos princípios da segurança da Informação.

Para atender as necessidades institucionais observando especificamente naquilo que se refere à disponibilidade de serviços previstos, assim como meios apropriados para a oferta e para prevenir, evitar falhas, instabilidade, inoperância, restabelecer e recuperar serviços

tecnológicos disponibilizados, problemas de acesso e demais dúvidas, a FUPAC conta com uma equipe de sustentação da infraestrutura de execução e suporte.

O conjunto da equipe é preparada para atuar no desenvolvimento de pequenas aplicações, gerenciamento dos servidores e serviços, na manutenção de equipamentos, redes física e de internet, instalação e atualização de softwares, monitoramento de disponibilidade de serviços em tempo real, backup, banco de dados, prontos para agir em casos de falhas físicas e lógicas, além de suporte ao usuário, problemas de acesso, dificuldades de navegação e demais dúvidas.

A infraestrutura de execução e suporte atende as necessidades institucionais, contando com funcionários capacitados e atualizados. A reciclagem e treinamento são feitos constantemente, visando a excelência da oferta dos serviços previstos e suporte aos usuários.

Há plano de contingência, redundância e expansão nos quais constituem um conjunto de medidas, procedimentos e ações a serem executadas em caráter preventivo ou emergencial.

O Plano de Contingência, redundância e expansão da FUPAC visa a garantia da qualidade e entrega dos serviços prestados por suas mantidas e é o documento norteador para que a equipe de sustentação da infraestrutura de execução e suporte possa trabalhar e executar suas funções para o atendimento das necessidades institucionais.

O parque tecnológico conta com computadores em quantidade suficiente para atender à demanda, dos quais a grande maioria é destinada exclusivamente para alunos, além de computadores disponíveis em sala de aula como recursos didáticos.

A infraestrutura tecnológica conta com 2 links de internet de alta velocidade, de fornecedores diferentes, em funcionamento redundante que garante disponibilidade de acesso à rede internet e funcionamento 24 x 7.

É utilizado programas de monitoramento e inventariado de computadores para levantamento relativos aos equipamentos, rede, softwares e hardware. Dessa forma é possível atuar mais rapidamente caso seja necessária a troca do equipamento, além de remoção, instalação ou manutenção de softwares diversos.

É utilizado um serviço de HelpDesk (GLPI Sistema HelpDesk Open Source) ao usuário do corpo administrativo e docente. A plataforma conta com o suporte certificado da Servicedesk Brasil em parceria com a TECLIB. O serviço é 100% via web possibilitando assim a abertura de chamados pelo usuário de qualquer lugar e para quaisquer solicitações envolvendo a área

de TI. O Software pode também gerenciar ativos e serviços, provendo aos gestores informações “on time” de seus recursos físicos e humanos. Os chamados são acompanhados e analisados pelos gestores para traçar um plano de manutenção preventiva e desenvolvimento do plano de contingência.

A integração dos sistemas de monitoramento e inventariado com o sistema de HelpDesk permite identificar sistemas, meios e computadores com maiores índices de chamados a fim de alinhar um plano de manutenção preditiva e preventiva para que aquele problema não volte a ocorrer, além de facilitar o mapeamento de necessidades de treinamento ou tutorias a novos usuários do sistema.

A equipe de manutenção e suporte ainda conta com equipamentos em status de reserva e backup, que podem ser utilizados quando da necessidade de substituição emergencial de computadores, que podem ser customizados conforme o perfil do usuário e setor para onde serão destinados.

Normas e políticas são aplicadas para a manutenção e conservação de equipamentos, suporte ao usuário, instalação de infraestrutura, aquisição de equipamentos, dentre outros pontos relativos a execução dos serviços da equipe de infraestrutura e suporte. Normas como a NBR 14.565 são tidas como base para montagem da estrutura de rede.

6.12. Plano de Expansão e Atualização dos Equipamentos

A Mantenedora da Faculdade, objetivando a sustentação estrutural e orçamentária das atividades educacionais por ela mantidas, no longo prazo, estabelece e segue uma política que orienta a alocação de seus recursos e investimentos. Procura otimizar seus resultados, atender às legislações vigentes e determinações legais e ainda cumprir com o preconizado no Plano de Desenvolvimento Institucional e dentro dos limites impostos pelo orçamento da Instituição.

Para atender aos objetivos acima descritos, a Mantenedora definiu uma política para a aplicação de investimentos que estabelece que ao se aproximar o final do ano letivo, usualmente a partir de outubro, a Mantenedora inicia o processo da construção do orçamento para o próximo ano, estabelecendo as metas de desempenho e de geração de caixa para investimento baseado no número de alunos previstos. Define-se, assim, a necessidade de adequação de salas e laboratórios e/ou a construção de novos.

O Diretor e os Gestores da Instituição trazem estas metas para dentro de suas unidades e desdobram-nas até o nível de centros de custo. Neste desdobramento de receitas e despesas, as necessidades específicas de cada atividade são levantadas.

Por intermédio dos Coordenadores de Curso, levantam-se também as necessidades de investimentos baseados nos projetos pedagógicos (livros, laboratórios, equipamentos etc.) ou específicos da extensão e pesquisa. O conjunto de informações é então agrupado e condensado e rerepresentado à Mantenedora.

Feito isso, baseado na geração de caixa prevista para o ano, descontado os compromissos já assumidos em anos anteriores, a Diretoria define a seguinte sequência de priorização:

- Investimento no que é exigência do projeto e provisão de infraestrutura suficiente para o número de alunos previstos;
- Definição dos melhores projetos de ensino, pesquisa e extensão que deverão receber investimentos durante o ano, atrelados às metas que garantam sua sustentação;
- Caso os objetivos iniciais não estejam contemplados, o trabalho é refeito e/ou as metas iniciais são revistos e solicitados novos planos de investimentos.
- Ao se encerrar o ano, é feita uma avaliação pela Mantenedora do atendimento do orçamento do ano findo, verificando a capacidade efetiva de geração de caixa, o volume de recursos financeiros aportados, o volume de investimentos realizados comparando com a previsão realizada.

Caso se perceba necessário, um novo ajuste do orçamento do ano entrante, ele é solicitado aos gestores. Após discussão com a comunidade acadêmica, a proposta de orçamento é apresentada ao Conselho de Administração da Mantenedora para aprovação.

Uma vez aprovado o plano geral de investimentos e o orçamento, cabe à Instituição ensejar todos os esforços para cumpri-lo. A verificação do atendimento ao planejado é realizada mensalmente por meio dos relatórios de monitoramento. A infraestrutura em qualquer projeto educacional é ponto de referência para implementação das práticas acadêmicas, conforme o projeto institucional específico.

No que concerne ao projeto educacional da Faculdade Presidente Antônio Carlos de Leopoldina a infraestrutura transpassa a sala de aula, abrangendo múltiplos espaços de aprendizagem, que dão novos contornos ao processo de produção do conhecimento.

As salas de aula, laboratórios, biblioteca, cantinas e outras dependências são de uso privativo dos corpos docente, discente e técnico-administrativo, permitido o acesso de pessoas estranhas quando da realização de eventos litero-desportivos, encontros culturais, seminários ou em casos de expressa autorização da direção geral.

A Faculdade no sentido de buscar a melhoria e qualificação de toda a sua infraestrutura estabelece as seguintes diretrizes para as instalações gerais:

- Ampliar a infraestrutura física de modo a responder adequadamente às prioridades definidas para os projetos acadêmicos existentes, bem como para os novos programas;
- Melhorar as condições de infraestrutura e apoio para o cumprimento das funções acadêmicas;
- Adequar, onde couber, as instalações prediais existentes para o atendimento aos portadores de necessidades especiais, planejando as novas edificações de forma a garantir pleno acesso desse público;
- Garantir a evolução do acervo bibliográfico, de redes de computadores, da tecnologia da informação e de recursos tecnológicos em geral;
- Criar novos mecanismos de comunicação e de conexão interna e externa;
- Criar e assegurar as condições de infraestrutura física, de equipamentos, laboratórios, biblioteca especializada, serviços informacionais que assegurem e garantam o desenvolvimento sistemático, harmônico e permanente dos programas de graduação e pós-graduação;
- Dimensionar o espaço físico adequadamente considerando-se o número de usuários e o tipo de atividade desenvolvida;
- Garantir o isolamento de ruídos externos e boa audição interna com o uso de equipamentos, proporcionando condições acústicas adequadas;
- Implementar melhorias nas condições de luminosidade e ventilação adequadas às necessidades climáticas locais;
- Adquirir e manter mobiliário e aparelhagem específica para proporcionar condições ergonômicas adequadas e suficientes aos usuários;
- Manter todo o espaço físico limpo e arejado em todas as unidades garantindo para isso pessoal habilitado;
- Consolidar o programa de coleta e armazenamento seletivo de lixo;

- Assegurar uma boa infraestrutura de segurança de pessoal e de propriedade contando com pessoal habilitado;
- Manter recursos audiovisuais e de multimídia em quantidade adequada às necessidades;
- Garantir a manutenção permanente das instalações físicas e dos equipamentos.

A IES adota uma política para melhorar e expandir o espaço físico em geral, implementando um processo de modernização da infraestrutura organizacional, com vistas à melhoria da qualidade de vida e do trabalho no âmbito interno.

Também garante aos seus alunos portadores de necessidades especiais, condições adequadas e seguras de acessibilidade autônoma às suas edificações, espaço, mobiliário e equipamentos, atendendo ao Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004 que dispõe sobre requisitos de acessibilidade de pessoas portadoras de deficiências.

A infraestrutura e logística da IES desenvolve-se através dos administradores da Faculdade, manutenção, portaria, bedéis, técnicos de laboratório e serviço terceirizado de limpeza, atuando como parceiros através de um apoio ágil e competente, garantindo suporte ao corpo discente, docente e técnico administrativo, dando-lhe as melhores condições para um ótimo desempenho.

A política de aquisição, atualização e manutenção de equipamentos visa garantir à a infraestrutura tanto física quanto digital adequada para seu melhor funcionamento.

Anualmente serão revistas todas as necessidades de atualização física e digital da Instituição. Estas revisões são baseadas no orçamento para investimentos. As revisões acontecerão no início de cada semestre letivo, mais especificamente nos meses de janeiro e julho de cada ano, acompanhando o início dos períodos letivos semestrais.

As ações tomadas na hora de avaliar ou melhorar determinados equipamentos parte, inicialmente, da constatação de inoperabilidade de determinado equipamento. Assim, por meio de formulário, os responsáveis pela manutenção serão acionados para realizar vistoria e possível ação corretiva.

Neste sentido, é de extrema importância a participação da Comissão Própria de Avaliação (CPA), que está diretamente ligada ao registro de possíveis falhas e mal funcionamento dos

equipamentos acima relatados, e é o órgão responsável pela avaliação da satisfação dos diversos setores da Instituição.

O Quadro abaixo resume os critérios e indicadores usados na manutenção da atualização do parque tecnológico e suas funcionalidades, e indica os tipos de eventos que poderão ocorrer, além dos responsáveis pela avaliação e possíveis ações de correção.

Evento	Descrição	Indicadores	Avaliação	Ações
Dano	Equipamento danificado parcial ou integralmente que impeça sua utilização pelo usuário	Não funciona / Não funciona adequadamente	Setor de informática	Substituição Reparo
Inadequabilidade técnica	Equipamento obsoleto ou equipamento a ser atualizado	Equipamento obsoleto / equipamento a ser atualizado	Setor de informática	Substituição Reparo
Número reduzido	Baixa demanda ou falta de recursos	Demanda / recursos	Setor de manutenção	Verificar motivo da falta de demanda Investimento em recursos
WEB	Baixo número de acessos ou indisponibilidade da rede	Número de acessos / tempo em que a rede ficou disponível	Setor de informática	Reparo Atualização

AVA	Baixo número de acessos ou indisponibilidade da rede	Número de acessos / tempo em que a rede ficou disponível	Setor de informática	Reparo Atualização
Dano	Equipamento danificado parcial ou integralmente que impeça sua utilização pelo usuário	Não funciona / Não funciona adequadamente	Setor de informática	Substituição Reparo
Inadequabilidade técnica	Equipamento obsoleto ou equipamento a ser atualizado	Equipamento obsoleto / equipamento a ser atualizado	Setor de informática	Substituição Reparo
Número reduzido	Baixa demanda ou falta de recursos	Demanda / recursos	Setor de manutenção	Verificar motivo da falta de demanda Investimento em recursos
WEB	Baixo número de acessos ou indisponibilidade da rede	Número de acessos / tempo em que a rede ficou disponível	Setor de informática	Reparo Atualização
AVA	Baixo número de acessos ou indisponibilidade da rede	Número de acessos / tempo em que a rede ficou disponível	Setor de informática	Reparo Atualização

Os tipos de indicadores do Quadro são escolhidos conforme o tipo de material ao qual se deseja avaliar o dano ou mal funcionamento, e poderão ser alterados de acordo com este material. O plano de expansão, goza de orçamento disponível e, havendo necessidades extraordinárias, como dano no equipamento de força maior, existe previsão contingencial orçamentária para a realização de melhorias das bases tecnológicas, incluindo-se a aquisição de novos materiais para reposição ou aumento de equipamentos.

A Faculdade conta com uma equipe própria de manutenção para reparos nos equipamentos e ferramentas e com um técnico especializado responsável pela infraestrutura de Tecnologia da Informação. As manutenções corretivas são realizadas através das ocorrências identificadas na manutenção preventiva e/ou solicitadas pelos usuários diretamente ao técnico responsável.

O suporte e manutenção dos equipamentos obedecem ao seguinte Programa de Manutenção:

- ✓ **Manutenção Permanente:** realizada pelo técnico responsável. Consiste na verificação diária do funcionamento normal dos equipamentos, antes do início do uso;
- ✓ **Manutenção Preventiva:** realizada semanalmente. Consiste na verificação do estado geral dos equipamentos e das conexões;
- ✓ **Manutenção Corretiva (interna):** realizada pelo técnico responsável. Consiste na solução dos problemas detectados na manutenção permanente e preventiva;
- ✓ **Manutenção Corretiva (externa):** realizada por empresa de suporte externa. Consiste na solução dos problemas detectados na manutenção permanente e preventiva, não solucionados pela manutenção corretiva interna. Realiza manutenção e/ou troca de componentes. As manutenções externas são realizadas por empresas contratadas pela Diretoria Geral da Faculdade.

As ações associadas a correções do atual plano de expansão e atualização será realizada sempre em conjunto com o Comitê de Gestão da Faculdade, como por exemplo aquisição não programada de determinados equipamentos, ou ainda a melhoria deste plano.

Havendo necessidades extraordinárias, a mudança do plano ou aquisição de novos itens será realizada com base na previsão contingencial orçamentária, dependendo de aprovação da Diretoria Geral.

O plano poderá sofrer correções a despeito de contingências e também pelas avaliações realizadas nos departamentos, entre as quais são destaques as avaliações da Comissão

Própria de Avaliação (CPA) e também a avaliação promovida pela gestão administrativa da Instituição.

A CPA atua fornecendo indicadores que validem a necessidade de aquisição de equipamentos no quantitativo proposto, assim como poderá apresentar elementos para minorá-los ou majorá-los.

A gestão da Instituição também avaliará, via equipe de manutenção, a necessidade do grau de manutenção a ser realizado nos equipamentos e, seguindo pelo uso, a necessidade de maior aquisição ao proposto no plano.

Portanto as ações de correção do plano estão direcionadas para as avaliações realizadas pela CPA e também pela gestão da Instituição, por meio da sua equipe de gestão e ainda ouvindo a comunidade acadêmica.

6.13. Recursos de Tecnologias de Informação e Comunicação

Tecnologias de Informação e Comunicação representam um conjunto de recursos tecnológicos que auxiliam nos processos informacionais e comunicativos como importante ferramenta para o atendimento às mudanças educacionais, para a melhoria da qualidade do ensino, do planejamento e da gestão dos processos educacionais.

Dentro da perspectiva de uso das TIC's no processo de ensino- aprendizagem e compreendendo a escola, enquanto organização social, que apresenta uma complexidade natural própria, tanto no âmbito educativo como no organizacional, as Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC's) têm vindo a assumir um papel cada vez mais influente e imprescindível, sendo notória uma evolução permanente nos paradigmas relacionados com a sua utilização.

Pretende-se, com esta ação de formação promover o desenvolvimento curricular, a integração interdisciplinar e transdisciplinar das TIC's, a elaboração de recursos educativos digitais e a sua aplicação no processo de ensino/aprendizagem, de forma a fomentar o desenvolvimento de mais e melhor ensino e aprendizagem.

Espera-se ainda promover a reflexão sobre metodologias de aplicação das TIC's no processo de ensino/aprendizagem, incentivar a produção, pelos professores, de materiais de apoio ao

ensino e sua disponibilização on-line, prolongando os momentos de aprendizagem no tempo e no espaço.

As ferramentas de comunicação e interação a distância proporcionadas pelas TIC's podem ser potencializadas na promoção de boas práticas nos vários contextos e modelos de aprendizagem, de que são exemplo o trabalho colaborativo e as comunidades virtuais de aprendizagem.

A implementação de novos modelos curriculares com maior ênfase em competências transversais e na realização de tarefas de uma forma autônoma por parte do aluno e ainda a inclusão de novas áreas curriculares não disciplinares, justifica a formação de profissionais de forma a dar resposta a estes paradigmas, incluindo as TIC's como ferramentas potencializadoras e geradoras de novas situações de aprendizagem e metodologias de trabalho.

Assim, a Faculdade não abre mão de incluir nas suas práticas pedagógicas o uso das TIC's no planeamento/elaboração e desenvolvimento de seus componentes curriculares. Formar uma identidade para uso das TIC's é inserir os egressos, futuros educador físicos, há uma prática profissional atualizada, pois se a escola não se atualizar, poderá não ser mais compreendida pelos alunos.

Desta forma, as Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC's) estão implantadas de forma a permitir o desenvolvimento do processo ensino-aprendizagem, pois o parque tecnológico da Faculdade é totalmente ligado à rede com acesso à internet, inclusive por meio de rede sem fio (wireless) e a maioria das salas de aula são equipadas com Kits multimídia, composto por computadores e internet.

Lado outro, o ambiente virtual de aprendizagem visa favorecer essa nova forma de ensinar e aprender por meio do incentivo à interação e através das ferramentas síncronas e assíncronas oferecidas no ambiente virtual: fóruns, e-mails, chats, lista de discussão, palestras, etc.

Elas visam proporcionar um ambiente propício à aprendizagem colaborativa e construção coletiva. Desta forma as TIC's na educação superior permitem mostrar várias formas de captar e mostrar o mesmo objeto, representando-o sob ângulos e meios diferentes: pelos movimentos, cenários, sons, integrando o racional e o afetivo, o dedutivo e o indutivo, o espaço e o tempo, o concreto e o abstrato.

As Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) são aliadas importantes no processo de inclusão e acessibilidade ao ensino superior das pessoas com deficiências e reconhece a importância dessas tecnologias no processo de acessibilidade, disponibilizando para seus alunos com deficiência e/ou necessidades educacionais especiais, além daqueles recursos gerais, outros mais específicos como: computadores na biblioteca; laboratórios e sala dos professores com programa DOSVOX, que transforma texto em áudio; App tradutor e intérprete de Libras; projetor multimídia disponível mediante solicitação; Ambiente Virtual de Aprendizagem (plataforma blackboard) que propicia recuperação de conteúdos e revisão de aulas; teclados ampliados e adaptados em Braille; régua Lupa para baixa visão.

Os laboratórios possuem softwares específicos de utilização de determinados cursos, conforme necessidades pedagógicas); site institucional, perfil no Facebook, Twitter e Instagram, além de um canal no You Tube para manter a proximidade entre a IES e a comunidade acadêmica; acessibilidade em LIBRAS no site institucional e no AVA; e Biblioteca Virtual contendo diversos links para revistas eletrônicas e bibliotecas virtuais indicadas pelas coordenações de cursos juntamente com corpo docente.

Desse modo, é possível compor um cenário de aprendizagem contemporâneo, inovador e motivador para as atividades acadêmicas de ensino, em que as interações midiáticas são incorporadas como recursos indispensáveis.

Cabe destacar que, tão importante quanto a proposição dessas TICs no processo de ensino-aprendizagem, é a garantia da acessibilidade e do processo de assimilação e domínio dessas. Para garantir acesso às TICs, a faculdade realiza testes de acessibilidade e usabilidade com leitores de tela e orientará os setores responsáveis pelo desenvolvimento dos produtos.

Além das orientações que visam às melhorias contínuas nos sites, AVA e materiais, os alunos usuários de tecnologia assistiva serão acompanhados, para que as possíveis dificuldades sejam sanadas.

Com base nas dificuldades apresentadas, será possível avaliar e adequar os produtos às necessidades desse público, de modo a oferecer acessibilidade comunicacional e digital aos alunos da Faculdade, proporcionando assim experiências diferenciadas de aprendizagem baseadas no uso das TICs.

As Tecnologias da Informação e Comunicação - TICs são aliadas importantes no processo de inclusão e acessibilidade ao ensino superior das pessoas com deficiência e/ou necessidades

educacionais especiais, incluindo aqueles com Transtorno do Espectro Autista (Lei 12.764/2012), facilitando a remoção de barreiras nas comunicações.

6.14. Ambiente Virtual de Aprendizagem – AVA

Especificamente para atender ao modelo pedagógico das disciplinas em EAD da FUPAC é utilizada uma plataforma LMS (Learning Management System) de acesso e funcionamento integral via web, que garante ao aluno flexibilidade de acesso considerando-se a esfera temporal (qualquer dia e hora) e a esfera espacial/geográfica (de qualquer local), além de flexibilidade na organização dos estudos.

Trata-se da plataforma Blackboard, um Ambiente Virtual de Aprendizagem - AVA que, originalmente, contém ferramentas de ensino, colaboração, avaliação e gestão. Foi preparada para integrar-se aos diversos sistemas de gestão da IES responsáveis pelos processos acadêmicos, inclusive pelo registro definitivo de notas.

Com a integração entre o AVA e Sistema de Registro Acadêmico, criou-se um ambiente onde o aluno possa acessar todos os recursos para o ensino aprendizagem e também aos registros acadêmicos permitindo diversas consultas como notas, extrato financeiro, emissão de boletos, expedição de documentos, além de uma área para comunicação com a instituição.

Reserva-se à plataforma de Educação a Distância a atribuição de operacionalizar os cursos no tocante a acesso à conteúdos, interação aluno X professor X tutor, proposição de atividades de aprendizagem, acompanhamento do desempenho do aluno e transferência dos resultados (notas).

A Plataforma segue protocolos que garantem a manutenção, segurança, recursos e ferramentas necessárias para o pleno funcionamento da EaD, como:

Manutenção da Plataforma: A plataforma é mantida em sua estrutura original e hospedada em Data Center externo, para manter toda infraestrutura necessária: backup, suporte técnico 24x7, acessibilidade adequada e alta disponibilidade. À equipe de informática do setor de EaD compete o monitoramento, soluções de eventuais problemas e integração dos processos e dados junto aos sistemas acadêmicos.

Acesso e segurança: A plataforma permite acesso identificado por meio de login e senha pessoal. Os níveis de acesso e operação dentro do ambiente são determinados pelo setor de TI e Coordenação Pedagógica/EaD. Na página de

login de plataforma o aluno ainda pode solicitar recuperação de senha, e neste caso, o próprio sistema envia uma mensagem para o e-mail do solicitante com as instruções para regularização do acesso.

Recursos do ambiente: São definidos e organizados nas seguintes categorias: Conteúdo da disciplina, biblioteca digital, fóruns, atividades. A plataforma ainda possibilita o desenvolvimento de trabalhos em grupos, criação e manutenção de wikis colaborativas, agendamento de chats e implementação de pesquisas diversas.

Textos e Ferramentas de Orientação: Objetivam o auxílio ao aluno na organização contínua dos estudos. Os textos de orientação são inseridos na área central do ambiente e organizados em páginas web de formato simples, contando também com o apoio de imagens e vídeos. Apresentam estruturas tais como: boas-vindas, orientações gerais, plano de ensino e planos/conteúdos de aulas. São ferramentas de orientação o Calendário e Últimas Notícias. O Calendário apresenta os eventos do curso, início e o fim de módulos e unidades, prazos de entrega de atividades on-line, realização de chats e atividades presenciais. A ferramenta “Últimas Notícias” é uma categoria do Fórum de Discussões que é publicada por meio de um Tópico.

A plataforma possui recursos de acessibilidade para atendimento aos alunos com deficiência auditiva e/ou visual e para ampla comunicação e interação entre aluno x aluno, aluno x tutor x professor. Para gerenciamento dos cursos/disciplinas e dos usuários, a plataforma dispõe de relatórios que quantificam os acessos dos usuários tanto no AVA quanto nos cursos, além de possibilitar o acompanhamento das visitas a cada recurso disponibilizado dentro dos cursos/disciplinas.

ANEXOS



FUPAC

ANEXO I - CARACTERIZAÇÃO JURÍDICO-INSTITUCIONAL DA MANTENEDORA

a) Balanço Patrimonial

Fundação Presidente Antônio Carlos – FUPAC
CNPJ - 17.080.078/0001-66

Demonstração do Resultado do Período findo em 31 de dezembro de 2022

CONTAS	NOTA	2022	2021
RECEITAS			
RECEITAS OPERACIONAIS		159.416.226,13	149.182.071,75
ATIVIDADES DE EDUCAÇÃO	2.2	159.416.226,13	149.182.071,75
OUTRAS RECEITAS		76.196.026,57	72.116.240,79
ATIVIDADES DE ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA	6.2	485.200,00	513.520,00
ATIVIDADES DE ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA	6.1	1.165.959,13	318.509,81
TRABALHO VOLUNTÁRIO	8	508.312,00	457.293,00
RECEITAS FINANCEIRAS	2.2	350.960,94	322.350,32
VALORES RECUPERADOS INSS	2.2	20.301.308,14	18.775.804,95
GRATUIDADES CONCEDIDAS	5	49.152.768,14	46.139.527,15
VALORES RECUPERADOS DIVERSOS	3.5	4.231.518,22	5.589.235,56
TOTAL DAS RECEITAS		235.612.252,70	221.298.312,54
DESPESAS			
DESPESAS OPERACIONAIS		170.248.644,25	137.094.915,24
ATIVIDADES DE EDUCAÇÃO	2.2	121.095.876,11	90.957.601,64
GRATUIDADES CONCEDIDAS	5	49.152.768,14	46.137.313,60
OUTRAS DESPESAS		63.691.744,07	83.104.499,84
ATIVIDADES DE ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA	6.2	485.200,00	513.520,00
ATIVIDADES DE ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA	6.1	1.165.959,13	318.509,81
TRABALHO VOLUNTÁRIO	8	508.312,00	457.293,00
DESPESAS C/ PESSOAL	2.2	36.442.973,91	48.921.703,66
DESPESAS C/ MATERIAIS	2.2	2.011.891,92	2.152.799,56
DESPESAS TRIBUTÁRIAS	2.2	141.732,86	282.402,08
DESPESAS C/ MANUTENÇÃO	2.2	271.936,01	334.509,31
DESPESAS C/ SERVIÇOS TERCEIROS	2.2	9.660.525,57	12.945.261,23
DESPESAS CONVÊNIOS/CONTRATOS	2.2	25.867,15	408.693,48
DESPESAS ADMINISTRATIVAS	2.2	10.883.805,14	15.242.722,79
DESPESAS FINANCEIRAS	2.2	205.504,92	372.422,56
DEPRECIações	2.2	113.707,75	251.886,77
PROVISÕES	10	1.774.327,71	902.775,59
TOTAL DAS DESPESAS		233.940.388,32	220.199.415,08
RESULTADO DO EXERCÍCIO		1.671.864,38	1.098.897,46

FÁBIO AFONSO BORGES DE ANDRADA
PRESIDENTE

ARISTÓBULO DE CASTRO
CONTADOR CRC - MG 21.261

b) Demonstração do Fluxo de Caixa



Fundação Presidente Antônio Carlos - FUPAC
CNPJ - 17.080.078/0001-66

Demonstração do Fluxo de Caixa em 31 de dezembro de 2022

	NOTA	
	2.4	
	2022	2021
Resultado Líquido	R\$ 1.671.864,38	R\$ 1.098.897,46
(+) Depreciação	R\$ 113.707,75	R\$ 251.886,77
(+) Provisão Devedores Duvidosos	R\$ 1.774.327,71	R\$ 902.775,59
(+) Estorno de Mensalidades	R\$ 3.695.100,15	R\$ 140.909,72
(=) Caixa Líquido das Atividades Operacionais	7.254.999,99	2.394.469,54
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
(-) Aquisição de imobilizado	R\$ 558.894,30	R\$ 197.246,30
(-) Redução passivo circulante	R\$ 461.455,11	-
(-) Redução Disponível	R\$ 3.798.289,39	-
(-) Redução Estoques	R\$ 10.405,79	-
(-) Aumento Créditos a Receber	R\$ 6.224.244,79	-
(=) Caixa Líquido das Atividades de Investimentos	R\$ 11.053.289,38	R\$ 197.246,30
(=) Aumento de Caixa Líquido	R\$ (3.798.289,39)	R\$ 2.197.223,24
Aumento no Caixa e Equivalente de Caixa	(3.798.289,39)	2.197.223,24
Saldo de Caixa + Equivalente de Caixa Inicial	7.247.219,30	5.049.996,06
Saldo de Caixa + Equivalente de Caixa Final	3.448.929,91	7.247.219,30


FÁBIO AFONSO BORGES DE ANDRADA
PRESIDENTE


ARISTÓBULO DE CASTRO
CONTADOR CRC - MG 21.261

c) Demonstração de Resultado do Exercício



Fundação Presidente Antônio Carlos – FUPAC
CNPJ - 17.080.078/0001-66

Demonstração do Resultado do Período findo em 31 de dezembro de 2022

CONTAS	NOTA	2022	2021
RECEITAS			
RECEITAS OPERACIONAIS		159.416.226,13	149.182.071,75
ATIVIDADES DE EDUCAÇÃO	2.2	159.416.226,13	149.182.071,75
OUTRAS RECEITAS		76.196.026,57	72.116.240,79
ATIVIDADES DE ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA	6.2	485.200,00	513.520,00
ATIVIDADES DE ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA	6.1	1.165.959,13	318.509,81
TRABALHO VOLUNTÁRIO	8	508.312,00	457.293,00
RECEITAS FINANCEIRAS	2.2	350.960,94	322.350,32
VALORES RECUPERADOS INSS	2.2	20.301.308,14	18.775.804,95
GRATUIDADES CONCEDIDAS	5	49.152.768,14	46.139.527,15
VALORES RECUPERADOS DIVERSOS	3.5	4.231.518,22	5.589.235,56
TOTAL DAS RECEITAS		235.612.252,70	221.298.312,54
DESPESAS			
DESPESAS OPERACIONAIS		170.248.644,25	137.094.915,24
ATIVIDADES DE EDUCAÇÃO	2.2	121.095.876,11	90.957.601,64
GRATUIDADES CONCEDIDAS	5	49.152.768,14	46.137.313,60
OUTRAS DESPESAS		63.691.744,07	83.104.499,84
ATIVIDADES DE ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA	6.2	485.200,00	513.520,00
ATIVIDADES DE ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA	6.1	1.165.959,13	318.509,81
TRABALHO VOLUNTÁRIO	8	508.312,00	457.293,00
DESPESAS C/ PESSOAL	2.2	36.442.973,91	48.921.703,66
DESPESAS C/ MATERIAIS	2.2	2.011.891,92	2.152.799,56
DESPESAS TRIBUTÁRIAS	2.2	141.732,86	282.402,08
DESPESAS C/ MANUTENÇÃO	2.2	271.936,01	334.509,31
DESPESAS C/ SERVIÇOS TERCEIROS	2.2	9.660.525,57	12.945.261,23
DESPESAS CONVÊNIOS/CONTRATOS	2.2	25.867,15	408.693,48
DESPESAS ADMINISTRATIVAS	2.2	10.883.805,14	15.242.722,79
DESPESAS FINANCEIRAS	2.2	205.504,92	372.422,56
DEPRECIações	2.2	113.707,75	251.886,77
PROVISÕES	10	1.774.327,71	902.775,59
TOTAL DAS DESPESAS		233.940.388,32	220.199.415,08
RESULTADO DO EXERCÍCIO		1.671.864,38	1.098.897,46

FÁBIO AFONSO BORGES DE ANDRADA
PRESIDENTE

ARISTÓBULO DE CASTRO
CONTADOR CRC - MG 21.261

d) Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido




Fundação Presidente Antônio Carlos – FUPAC
CNPJ - 17.080.078/0001-66

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido em 31 de dezembro de 2022

2022		
SALDO EM 31.12.2020	NOTA	90.779.251,48
SUPERÁVIT APURADO		1.098.897,46
SALDO EM 31.12.2021		91.878.148,94
SUPERÁVIT APURADO		1.671.864,38
SALDO EM 31.12.2022	2.3	93.550.013,32

2021	
SALDO EM 31.12.2019	89.742.261,71
SUPERÁVIT APURADO	1.036.989,77
SALDO EM 31.12.2020	90.779.251,48
SUPERÁVIT APURADO	1.098.897,46
SALDO EM 31.12.2021	91.878.148,94


FÁBIO AFONSO BORGES DE ANDRADA
PRESIDENTE


ARISTÓBULO DE CASTRO
CONTADOR CRC - MG 21.261

ANEXO II – OFERTA DE NOVOS CURSOS E PROGRAMAS

1. Cronograma de Implantação e Desenvolvimento para o Período de Vigência do PDI

No período de vigência deste PDI pretende-se oferecer os cursos de graduação, pós-graduação e extensão conforme especificado nos quadros abaixo:

1.1. Programação de Abertura de Cursos de Graduação (bacharelado, licenciatura e tecnólogo)

Proposta de Abertura de Cursos de Graduação.									
Nome do Curso	Tipo				Modalidade	Ano pretendido	Turno	Nº total vagas (anual)	Carga horária
	B	L	S	TS					
Psicologia	X				Presencial	2025	Noturno	80	4.000
Terapia Ocupacional	X				Presencial	2026	Noturno	80	3.200

B: Bacharelado; L: Licenciatura; S: Sequencial; TS: Tecnologia.

P: Presencial; EaD: Educação a Distância.

D: Diurno; V: Vespertino; N: Noturno.

*** Curso em trâmite no Sistema E-MEC.**

1.2. Programação de Abertura de Cursos de Pós-Graduação

Abaixo estão relacionadas algumas propostas de cursos de Pós-Graduação Lato Sensu na vigência deste PDI, todavia, os cursos oferecidos pela Faculdade Presidente Antônio Carlos de Leopoldina, alinham-se às oportunidades de mercado, e por essa razão sua realização depende das demandas específicas. Outros cursos de Pós-Graduação, não contemplados na relação a seguir, poderão ser criados após aprovação do Comitê de Gestão.

Proposta de Abertura de Cursos de Pós-Graduação						
Nome do Curso	Tipo	Modalidade	Ano Pretendido	Turno	Nº total de vagas (anual)	Carga Horária
Estética	LS	Presencial	2024	Diurno	50	360
Análises Clínicas	LS	Presencial	2024	Diurno	50	360
Gestão em Saúde	LS	Presencial	2025	Diurno	50	360
Finanças e Controladoria	LS	Presencial	2025	Diurno	50	360
Gestão em recursos humanos	LS	Presencial	2026	Diurno	50	360
Saúde da Família	LS	Presencial	2027	Diurno	50	360

1.3. Programação de Abertura de Cursos de Extensão

Os cursos de extensão oferecidos alinham-se às oportunidades de mercado, e por essa razão sua realização depende das demandas específicas. Abaixo estão relacionadas algumas propostas de cursos de Extensão para a Faculdade Presidente Antônio Carlos de Leopoldina na vigência deste PDI, o que não impede que outros sejam criados para atendimento à demanda e interesses institucionais.

Proposta de Abertura de Cursos de Extensão		
Nome do Curso	Modalidade	Ano pretendido
Aferição de pressão arterial	Presencial	2023
Capacitação Imposto de Renda	Presencial	2023
Flebotomia	Presencial	2023
Leitura e escrita científica	Presencial	2024
Avaliação do pé diabético	Presencial	2024

Proposta de Abertura de Cursos de Extensão		
Nome do Curso	Modalidade	Ano pretendido
Análise do comportamento Aplicada - ABA	Presencial	2024
Intensivão para o exame de Suficiência do CFC	Presencial	2024
Massoterapia	Presencial	2024
Práticas de departamento Pessoal	Presencial	2024
Feridas e Estomaterapia	Presencial	2025
Auriculoterapia	Presencial	2026
Marketing digital	Presencial	2027
Atendimento Pré-Hospitalar	Presencial	2027

ANEXO III – PROJETOS DE RESPONSABILIDADE SOCIAL, PRESERVAÇÃO AMBIENTAL E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E INCLUSÃO SOCIAL

A Faculdade tem consciência do seu papel no contexto educacional e da presença social que exerce na comunidade onde está inserida, em seu Estado e no seu País. O seu futuro é desenhado tendo por base a interação com a sociedade, responsável pelo alcance dos objetivos institucionais e pela continuidade do interesse público em torno das suas potencialidades.

Considerando isso, a Faculdade promove a integração com a comunidade por meio de suas atividades extensionistas, convênios de estágio, visitas técnicas, projetos, etc..

São atividades desenvolvidas para promover essa integração:

ATENDIMENTO PSICOPEDAGÓGICO E SOCIAL: Visa contribuir com alunos e professores, por meio da orientação psicopedagógica, para que o processo ensino aprendizagem transcorra de forma saudável e eficiente. É destinado a toda comunidade acadêmica, tendo como objetivos intervir nas dificuldades de aprendizagem e auxiliar nas questões afetivas e de relacionamento.

FEIRA DE ESCAMBO: Buscando trabalhar a interdisciplinaridade e temas transversais que abordam sobretudo o meio ambiente e consumo responsável, o curso de Ciências Contábeis promove anualmente a feira de Escambo junto à comunidade acadêmica. Nesse evento, cada participante leva objetos que podem ser livros, roupas, bijuterias, calçados, etc. e a troca é promovida entre eles incentivando o consumo consciente.

JORNADA ACADÊMICA DA BIOMEDICINA: É um evento científico organizado anualmente pelos discentes e docentes do curso, objetivando promover o acesso a informações atuais da área, o debate e reflexão de temas, a produção científica acadêmica, e favorecer o intercâmbio de saberes, por meio de palestras, apresentação de trabalhos e mesas redondas. Além disso nos dias de evento, os discentes têm a oportunidade de discutir sobre a realidade da profissão, as inovações da área, bem como perspectivas futuras para o mercado de trabalho.

SEMANA ACADÊMICA DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS: Evento científico realizado pelos discentes do Curso de Ciências Contábeis, com objetivo de promover o conhecimento através de palestras, fóruns, apresentação de trabalhos. A Semana Acadêmica do Curso de Ciências Contábeis promove a interação entre a academia e a prática profissional promovendo a atualização e posicionamento dos discentes no mercado profissional.

SEMANA DA ENFERMAGEM: No dia 12 de maio comemora-se mundialmente o Dia da Enfermagem e o Dia do Enfermeiro, em homenagem a Florence Nightingale, marco da

enfermagem moderna. No Brasil, além do Dia do Enfermeiro, entre os dias 12 e 20 de maio, comemora-se a Semana da Enfermagem, instituída através do Decreto nº 48.202/60. Neste período busca-se discutir as atribuições dos profissionais de Enfermagem e debater temas relacionados à saúde, destacando a importância da profissão e de problemas relevantes que estão relacionados à vivência do profissional e da comunidade.

SEMANA FUPAC MULTICULTURAL: evento que reúne toda a comunidade acadêmica da IES para palestras, apresentações culturais e gincana esportiva. Nessa semana são levantados os seguintes temas: **História e Cultura Afro-brasileira e Africana**, tendo como objetivo o reconhecimento e valorização da identidade, história e cultura dos afro-brasileiros, bem como a garantia de reconhecimento e igualdade de valorização das raízes africanas da nação brasileira. **Palestra sobre Diversidade** onde o objetivo é levantar um questionamento junto com toda comunidade acadêmica sobre as dificuldades cotidianas enfrentadas pelas pessoas com deficiência. **Palestra sobre Direitos Humanos** onde abordam temas como inclusão social e os desafios enfrentados na sociedade.

“FUPAC SOLIDÁRIA”: ações desenvolvidas pela faculdade em parceria com diferentes órgãos públicos de Leopoldina, em prol de fomentar a caridade, ajuda às pessoas em vulnerabilidade social, entre outras demandas

“FUPAC NA PRAÇA”: Tem por finalidade atender às comunidades carentes do município, oferecendo serviços de grande relevância social, tais como: aferição da pressão arterial, monitorização da glicemia capilar e avaliação do índice de massa corporal. Também realiza campanhas para orientar e informar a população sobre riscos e cuidados necessários para evitar o desenvolvimento de patologias, como: dengue, câncer de mama, câncer de próstata, diabetes, hipertensão, entre outras.

“FUPAC ABRAÇA”: É um projeto inovador que leva aos alunos do ensino médio da rede pública e privada de Leopoldina e região palestras relevantes à vida profissional. Os alunos da faculdade demonstram técnicas e atribuições dos respectivos cursos, com a finalidade de promover a integração entre os estudantes e esclarecer as dúvidas sobre as profissões.

“XÔ VERMINOSE” - É um projeto de pesquisa e extensão que tem por finalidade atender às comunidades carentes do município, oferecendo exames parasitológicos para crianças entre 3 e 10 anos de idade, e também orientação sobre hábitos de higiene e saúde como métodos profiláticos de parasitoses. Nesse contexto, será realizado um levantamento sobre a prevalência de parasitoses em crianças moradoras de comunidades carentes de Leopoldina

antes e após o trabalho de conscientização da população sobre a importância de implantação de hábitos de higiene na sua rotina.

ACADÊMICOS DE ENFERMAGEM E A AVALIAÇÃO DA ACUIDADE VISUAL DE ESCOLARES: Trata-se da proposta de um projeto de extensão/pesquisa realizado com acadêmicos de Enfermagem que objetiva avaliar a acuidade visual de alunos do Ensino Fundamental I matriculados em escolas municipais e posterior encaminhamento ao serviço de saúde daqueles que apresentarem resultados alterados após utilização do Optótipo de Snellen. Espera-se contribuir com o desenvolvimento de habilidades e competências dos acadêmicos nos atendimentos em Saúde da criança, participar ativamente de ações propostas pelo Programa Saúde na Escola, fornecer a população atendimentos de qualidade e proporcionar melhorias no desempenho escolar dos alunos identificados com alterações na acuidade visual.

PROJETO DE EXTENSÃO EM PRIMEIROS SOCORROS E SUPORTE BÁSICO DE VIDA:

Trata-se de um Projeto Extensionista criado por professores de graduação em enfermagem e biomedicina para execução com os alunos dos mesmos cursos, tendo como princípio o desenvolvimento de atividades teóricas e práticas junto aos acadêmicos, corpo docente e profissionais atuantes na área, cumprindo os objetivos de “Ensino, Pesquisa e Extensão”. Seus fins visam auxiliar os acadêmicos a oferecerem um cuidado de saúde com foco em situações de urgentes e emergentes, abrangendo ações de prevenção, promoção e reabilitação.

Os conteúdos teóricos são ministrados por docentes e/ou profissionais da área da saúde, vinculados ou não à FUPAC Leopoldina ao longo de todos os períodos letivos, contemplando a grade curricular, bem como temáticas mais direcionadas à vivência profissional. Concomitantemente, as atividades práticas são realizadas em todas as esferas dos serviços de saúde, como a atenção pré e intra hospitalar, a atenção primária e instituições de ensino, como creches e escolas conveniadas com a IES. Além disso, também são utilizados os próprios laboratórios e dependências da IES para o aprendizado, a partir de simulações.

No âmbito da Pesquisa, é incentivado que os integrantes do projeto se interessem e participem de Iniciações Científicas, a fim de contribuir com a disseminação do conhecimento e compartilhar todo o aprendizado com a sociedade. A partir deste projeto, espera-se facilitar o vínculo dos acadêmicos com os docentes da sua área de formação, com o intuito de inserir o aluno na prática profissional e na pesquisa. Por fim, o projeto visa informar e estimular a participação dos integrantes em congressos e eventos científicos da área.

As atividades de extensão são realizadas a partir de uma construção conjunta com a coordenação, os estudantes e os docentes responsáveis, para que as ações possam ser em eventos internos e externos à universidade, contribuindo no aprendizado de terceiros.

DOAR OU NÃO DOAR SANGUE, EIS A QUESTÃO: ACADÊMICOS DE ENFERMAGEM E BIOMEDICINA INCENTIVANDO A CAPTAÇÃO DE DOADORES VIÁVEIS. Trata-se de um projeto de extensão que tem como objetivo principal habilitar acadêmicos de Enfermagem e Biomedicina a atenderem às demandas da sociedade no que tange a captação de doadores de sangue, complementando sua formação por meio da possibilidade de união do ensino acadêmico com aplicação prática. Dentre os objetivos específicos, cumpre mencionar: aproximar os acadêmicos dos processos inerentes a doação de sangue; estimular os acadêmicos frente a habilidades de ações de educação em saúde; aproximar os participantes às especificidades da temática; aumentar o número de doadores no município; incentivar a pesquisa científica através da elaboração de artigos; incentivar o trabalho interdisciplinar; apresentar a hematologia e hemoterapia como possíveis campos de atuação.

ESTÁGIO CURRICULAR E EXTRACURRICULAR: Celebração de Convênios de Estágio e parcerias com Escolas e Empresas de Leopoldina e das cidades no entorno.

É notório o desenvolvimento social, econômico e cultural da cidade e da região depois da instalação da Faculdade. A difusão do conhecimento e o ambiente acadêmico produz, a cada dia, mudanças significativas na forma de vida das pessoas, gerando empregos diretos e indiretos, movimentando o comércio local e fazendo girar a roda da economia. Todos esses fatores geram nas pessoas melhor expectativa de trabalho e de melhoria na qualidade de vida. Desta forma, a Faculdade se integra à comunidade e promove, por meio de suas ações, a inclusão social.

Considerações Finais



FUPAC

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Plano de Desenvolvimento Institucional é um documento norteador para a Faculdade Presidente Antônio Carlos de Leopoldina.

Como vislumbrador dos horizontes institucionais a serem alcançados, deve ser um documento produzido de maneira participativa e ser redigido de forma clara, de modo que toda a comunidade envolvida com a instituição o entenda e colabore com o êxito do que fora planejado.

Ele contempla a determinação da postura estratégica institucional que junto com a proposta orçamentária e o plano de objetivos e metas, subsidiam a construção do planejamento estratégico participativo. Deve estar unificado a um ciclo de monitoramento e avaliação sistêmicos que ao se completar oferecem como produto uma Instituição inserida no contexto da sociedade, evidenciando o seu ato pedagógico pela sua atuação no ensino, na extensão e na iniciação científica.

A melhoria da qualidade dos cursos de graduação e o comprometimento com elevados padrões de qualidade da Instituição implica, entre outros fatores, a atualização permanente do Projeto de Desenvolvimento Institucional e sua articulação com os diferentes setores da sociedade, sempre buscando a consolidação e a expansão institucional.

Leopoldina, Dezembro de 2022.

8. REFERÊNCIAS

AMARAL, E.M.H.; ÁVILA, B.; ZEDNJK, H.; TAROUCO, L. **Laboratório virtual de aprendizagem: uma proposta taxonômica**. RENOTE- Revista Novas Tecnologias na Educação. CINTED-UFRGS, Porto Alegre, v. 9, nº. 2, p.s, n, dezembro, 2011. Disponível em: <http://seer.ufrgs.br/index.php/renote/article/view/24821/14771>. Acesso em: 01.dez.2015.

ASSMANN, H. **Reencantar a educação: rumo à sociedade aprendente**. 11.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

AUSUBEL, D.P. **A aprendizagem significativa: a teoria de David Ausubel**. São Paulo, 1993.
BIGGS, J. B. Teaching for quality learning at university: What the student does. McGraw-hill education, UK, 2011.

BRASIL. **Congresso Nacional. Lei nº. 10.861, de 14 de abril de 2004. Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior - Sinaes e dá outras providências**. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 15 abr. 2004, Seção 1, p. 3-4.

_____. Congresso Nacional. **Lei nº. 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências**. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 26 jun. 2014, Seção 1, p. 1.

_____. Congresso Nacional. **Lei nº. 9.394 de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 23 dez. 1996, seção 1, p. 27.833.

_____. Poder Executivo. **Decreto nº. 5.773, de 9 de maio de 2006**. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 10 mai. 2006, Seção 1, p. 6-10.

_____. Poder Executivo. **Decreto nº. 6.303, de 12 de dezembro de 2007**. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 13 dez. 2007, Seção 1, p. 4-5.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Superior; Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras (FORPROEX). **Política Nacional de Extensão Universitária**. Manaus, maio de 2012. Disponível em: <<http://www.dche.ufscar.br/extensao/20120713PoliticaNacionaldeExtensao.pdf>>.

BURLAMAQUI, M.G.B. **Avaliação e qualidade na educação superior: tendências na literatura e algumas implicações para o sistema de avaliação brasileiro**. Estudos em Avaliação Educacional. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, v. 19, n. 39, jan./abr. 2008.

CARDOSO, Beatriz [org.]. **Ensinar: tarefa para profissionais**. 2.ed. Rio de Janeiro: Record, 2012.

CLANDININ, Jean; CONNELLY, Michael. **Teachers as curriculum planners: narratives of experience**. Toronto: OISE Press; New York: Teachers College Press, 1988.

CRONBACH, L. J. **Coefficient alpha and the internal structure of tests**. Psychometrika, 16, p. 297-334, 1951.

DEWEY, John. **Education and experience**. New York: Collier Books, 1938.

DELORS, J. **Educação: um tesouro a descobrir**. MEC/UNESCO. 2ed. São Paulo: Cortez, 2003

DIESEL, Aline; BALDEZ, Alda Leila Santos; MARTINS, Silvana Newmann. **Os princípios das metodologias ativas de ensino: uma abordagem teórica**. In: Revista Themis. UNIVATES - Centro Universitário Centro Universitário Univates, Lajeado/RS, 2017.v.14, n. 1, p. 268 a 288.

FACULDADE NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA - INEP. Diretoria de Avaliação da Educação Superior - DAES. **Instrumento de Avaliação Institucional Externa: subsidia os atos de credenciamento, recredenciamento e transformação da organização acadêmica (presencial)**. Brasília: MEC/SINAES/CONAES/INEP/DAES, 2017. Disponível em: <http://download.inep.gov.br/educacao_superior/avaliacao_institucional/instrumentos/2015/instrumento_institucional_072015.pdf>. Acesso em: 15 out. 2019

FIGUEIREDO, Kristianne L; JUSTI, Rosária. **Uma proposta de formação continuada de professores de ciências buscando inovação, autonomia e colaboração a partir de referenciais integrados**. Revista Brasileira de Pesquisa em Educação em Ciências, v. 11, nº. 1, p.169-190, 2011, p.172.

GARCIA, Joe. **Avaliação e aprendizagem na educação superior**. Est. Aval. Educ., São Paulo, v. 20, n. 43, maio/ago. 2009.

GATTI, B. A. **Ensino superior e avaliação institucional: um modelo em implantação**. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos. Brasília: Inep, v. 80, n.194, p. 148-155, jan./abr. 1999.

HOSTT, A. C. G. S., de Freitas Hauss, M. M., Nettos, F. S. F., Quintas, L. P., dos Santos, G. G., Grasseli, M. F., & Simões, C. M. **Programa Híbrido de Formação de Professores “Sala Mais”**. Pleiade – Edição Especial VI CIEd, v 12, nº. 25, p. 187-197, dez. 2018.

HORN, Michael B. **Blended: usando a inovação disruptiva para aprimorar a educação**. Porto Alegre: Penso, 2015.

LEMOES, André F.M. **Cibercultura e Mobilidade. A Era da Conexão**. In: LEÃO, Lúcia (org). Derivas. Cartografias do Ciberespaço, São Paulo: Annablume; Senac, 2004.

MEDINA, A.; DOMINGUES, C. **La formación del profesorado en una sociedad tecnológica**. Madrid: Cincel, 1989.

MELLO, Guiomar Namó de. **Currículo da Educação Básica no Brasil: concepções e políticas**. Disponível em: <<http://movimentopelabase.org.br/>>. Acesso em: 25.nov.2019.

MINGOTI, S. A. **Análise de dados através de métodos de estatística multivariada: uma abordagem aplicada**. Belo Horizonte: Editora: UFMG, 2005.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO - MEC. **Portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007**: Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 29 dez. 2010, seção 1, p. 23-31. (Republicada em 2010).

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Secretaria de Educação Superior; Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras. Política Nacional de Extensão. IN: Extensão Universitária: Organização e Sistematização**. Belo Horizonte: COOPMED Editora, 2007. Disponível em: <<http://www.proec.ufpr.br/downloads/extensao/>>. Acesso em: 6 nov. 2019.

MIZUKAMI, M. G. N. et al. **Escola e aprendizagem da docência: processos de investigação e formação**. São Carlos: EDUUFSCar, 2002.

MORIN, E. **Afirmção proferida durante debate com a comunidade universitária da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais (FAFICH/UFMG)**, realizado em 15/09/1998.

PAIR, Claude. **A formação Profissional, Ontem, Hoje e Amanhã**. In: DELLORS, Jacques (org). **Educação para o século XXI**. Porto Alegre: Artmed, 2005.

SACRISTÁN, Gimeno J. **O currículo: uma reflexão sobre a prática**. Porto Alegre: ARTMED, 2000.

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA - SETEC. **Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia**. Brasília, DF, SERES, 2016. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/>>. Acesso em: 3 out. 2016.

SCRIVEN, M. **Student ratings offer useful input to teacher evaluations**. 1995. Disponível em: <http://www.ericdigests.org/1997-1/ratings.html>. Acesso em: 01 abr 2008.

SILVA, S. de C. R. da; SCHIRLO, A. C. **TEORIA DA APRENDIZAGEM SIGNIFICATIVA DE AUSUBEL: REFLEXÕES PARA O ENSINO DE FÍSICA ANTE A NOVA REALIDADE SOCIAL** *Imagens da Educação*, v. 4, n. 1, p. 36-42, 2014.

SPEARMAN, C. **General intelligence objectively determined and measured**. *American Journal of Psychology*, 15, p. 201-293, 1904.

TORO, J.B. **Códigos da Modernidade**. Trad.: COSTA, A.C.G. Porto Alegre: Fundação Maurício Sirotsky Sobrinho, 1997.

UNITED NATIONS. 1st **Global Forum for Responsible Management Education. PRME Global Fora and Summits**, Nova Iorque, 2008. Disponível em: <<http://www.unprme.org/resources/display-resources-sub.php?scid=21>>

VASCONCELLOS, C. S. **Avaliação da aprendizagem: práticas de mudança – por uma práxis transformadora**. São Paulo: Libertad, 1998.

ZABALA, Antoni; ARNAU, Laia. **Como aprender e ensinar competências**. Porto Alegre: ArtMed, 2010.